

**UFRRJ INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CLIMA E AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O PLANO DE
AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO E A CONSTRUÇÃO
DE UMA POTÊNCIA AGROAMBIENTAL**

Priscilla Papagiannis Torres

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CLIMA E AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O PLANO DE
AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO E A CONSTRUÇÃO
DE UMA POTÊNCIA AGROAMBIENTAL**

PRISCILLA PAPAGIANNIS TORRES

*Sob a orientação da Professora **Fabrina
Furtado***

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do
grau de **Mestre em Ciências Sociais**,
no curso de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade. Área de concentração:
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Fevereiro de 2024

“Somos o começo, meio e começo...”
- Nego Bispo

AGRADECIMENTOS

Mais um difícil e árduo caminho que se fecha com a finalização dessa dissertação. Caminho esse que duvidei que poderia percorrer, ultrapassar os obstáculos e chegar até o final, mas caminho esse também que me deu pessoas que mostraram que eu conseguiria. Sou a primeira da minha família a concorrer à um título de mestre e isso é motivo de muito orgulho, e também de reconhecimento de privilégios que possibilitaram com que isso acontecesse. Concluir essa dissertação foi para mim uma realização gigante e me provou que, apesar de toda dúvida que eu mesma tinha sobre minha capacidade, eu sou capaz.

Nada disso seria possível sem Deus e todas as pessoas que me apoiaram, ouviram e abraçaram nesse percurso. Gostaria de agradecer primeiramente a minha família: minha mãe Adriana, meu pai Reginaldo e minha irmã Patrícia; que sempre acreditaram que eu conseguiria e me deram toda estrutura necessária para que eu conseguisse terminar o meu mestrado. Amo vocês.

Ao meu namorado, João Vitor, que já me viu chorando, me viu sorrindo e surtando por causa dessa dissertação, mas que me ajudou de todas as formas possíveis a alcançar essa conquista – seja me confortando e dando carinho, seja me mandando textos e corrigindo os meus. Eu te amo, obrigada por tudo.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora Fabrina, por ter sido muito mais do que isso. Por ter sido uma amiga, uma mãe e uma professora incrível, tudo ao mesmo tempo. Obrigada por todos os ensinamentos, palavras de conforto, puxões de orelha e conselhos, você é muito especial para mim.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos, amigas, e parceiros, parceiras, de mestrado: Caroline, Claudivam, Diego, Marina, Marcelo e Thalita. Vocês tornaram todo esse processo prazeroso. Dividir as dificuldades e alegrias com vocês foi incrível e sem vocês eu não teria chegado até o final. Obrigada à todos pela parceria, cuidado e carinho. Aos meus amigos e amigas de vida, que sempre estiveram comigo, muitos desde criança, outros desde a adolescência. Vocês são essenciais e todos os momentos de diversão e descontração, mas também os de conversas e apoio fizeram a diferença. Um agradecimento especial à Nathália e Júlia, que mesmo em programas de pós diferentes, foram um conforto em meio ao surto, amo vocês.

Por fim, gostaria de agradecer aos docentes e corpo técnico do CPDA, por toda troca e aprendizado. Também gostaria de agradecer à Letícia Chechi e Sérgio Leite, pela disponibilidade e participação na defesa e pela colaboração ao meu trabalho durante a qualificação.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P213c Papagiannis Torres, Priscilla, 1999-
 CLIMA E AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O PLANO DE
AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO E A CONSTRUÇÃO DE UMA
POTÊNCIA AGROAMBIENTAL / Priscilla Papagiannis
Torres. - Rio de Janeiro, 2024.
 190 f.: il.

 Orientadora: Fabrina Pontes Furtado.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciéncias Sociais , 2024.

 1. Mudanças climáticas. 2. Agronegócio. 3. Métrica
do carbono. 4. Plano ABC. 5. Consenso da
descarbonização. I. Pontes Furtado, Fabrina , 1977-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Ciéncias Sociais III. Título.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

PRISCILLA PAPAGIANNIS TORRES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 27/02/2024.

Prof.^a Dr.^a FABRINA PONTES FURTADO (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dr. SERGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a LETICIA ANDREA CHECHI (UFRB)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 3551/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/03/2024 15:36)

FABRINA PONTES FURTADO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matricula: ###251#2

(Assinado digitalmente em 28/02/2024 15:16)

SERGIO PEREIRA LEITE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matricula: ###631#9

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **3551**, ano: **2024**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **28/02/2024** e o código de verificação: **0dae77ae45**



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5821/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/04/2024 15:40)

LETICIA ANDREA CHECHI

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.830-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **5821**, ano: **2024**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/04/2024** e o código de verificação: **86b096473f**

RESUMO

TORRES, Priscilla Papagiannis. **Clima e Agronegócio no Brasil: O Plano de Agricultura de Baixo Carbono e a Construção de uma Potência Agroambiental**. 2024. 160p Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

A partir da década de 1970, observa-se um processo ambientalização em nível global e nacional, que resultou na criação de diversos órgãos, leis, acordos, tratados e protocolos ambientais e estabeleceu uma forma de governança ambiental. Esse processo e, em particular o crescente reconhecimento da mudança climática como um problema público global e uma emergência coletiva, vem influenciando a atuação dos atores do sistema internacional e dos governos nacionais, gerando pressão sobre práticas que causam degradação ambiental, exploração excessiva de recursos naturais e emissões de gases de efeito estufa (GEE). Um dos setores centrais desse debate, pela sua atuação internacional, nacional e implicações em torno das políticas climáticas, é o agronegócio. Nesse contexto, esta pesquisa visa analisar o processo de ambientalização do agronegócio brasileiro, tendo como foco a pauta climática. Assim, busca compreender a influência deste setor na determinação de políticas públicas – principalmente aquelas impulsionadas pela lógica da compensação e a métrica do carbono. Para atingir esse objetivo, a pesquisa utilizou como metodologia o estudo de caso do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (2010; 2021), conhecido como Plano ABC. Além disso, utilizou a análise documental e bibliográfica, a partir de documentos oficiais do governo brasileiro, de organizações internacionais e organizações não governamentais. Além disso, a pesquisa utilizou como referencial teórico os conceitos de ambientalização, modernização ecológica, agronegócio, agricultura de baixo carbono, consenso da descarbonização, e métrica do carbono, além de outros complementares. Entrevistas com pessoas ligadas à academia, a Embrapa e aos movimentos sociais também foram realizadas. A partir disso, a pesquisa concluiu que a adoção de políticas reducionistas não gera mudanças profundas e, portanto, não enfrenta de forma adequada a crise climática e/ou as implicações geradas pelo modelo produtivo do agronegócio, como os conflitos no campo ou o uso de agrotóxicos. Por outro lado, foi visto que a adoção de políticas nesse sentido garante legitimidade e prestígio ao setor do agronegócio e ao governo brasileiro no âmbito nacional e internacional.

Palavras-chaves: Agronegócio; Ambientalização; Mudança Climática; Métrica do Carbono; Agricultura de Baixo Carbono.

ABSTRACT

TORRES, Priscilla Papagiannis. **Climate and Agribusiness in Brazil: The Low Carbon Agriculture Plan and the Construction of an Agro-environmental Power**. 2024. 160p

Dissertation (master's degree in social sciences). Institute of Human and Social Science. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

Since the 1970s, there has been a process of environmentalization at a global and national level, which has resulted in the creation of various environmental bodies, laws, agreements, treaties and protocols and has established a form of environmental governance. This process, and in particular the growing recognition of climate change as a global public problem and a collective emergency, has influenced the actions of players in the international system and national governments, generating pressure on practices that cause environmental degradation, overexploitation of natural resources and greenhouse gas (GHG) emissions. One of the central sectors in this debate, due to its international and national activities and the implications for climate policies, is agribusiness. In this context, this research aims to analyze the process of environmentalization of Brazilian agribusiness, focusing on the climate agenda. Thus, it seeks to understand the influence of this sector in determining public policies - especially those driven by the logic of compensation and the carbon metric. To achieve this objective, the research used the case study of the Low Carbon Agriculture Plan (2010; 2021), known as the ABC Plan, as its methodology. In addition, documentary analysis was used, based on official documents from the Brazilian government, international organizations, and non-governmental organizations. Bibliographical research used the concepts of environmentalization, ecological modernization, agribusiness, low carbon agriculture, decarbonization consensus, and carbon metrics, as well as other complementary concepts, as theoretical references. Interviews were also conducted with people linked to academia, Embrapa and social movements. From this, the research concluded that the adoption of reductionist policies does not generate profound changes and therefore does not adequately address the climate crisis and/or the implications generated by the agribusiness production model, such as conflicts in the countryside or the use of pesticides. On the other hand, it has been seen that the adoption of policies along these lines guarantees legitimacy and prestige for the agribusiness sector and the Brazilian government at national and international level.

Keywords: Agribusiness; Environmentalization; Climate Change; Decarbonization Consensus; Plan ABC.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetais

ABRAMILHO – Associação Brasileira dos Produtores de Milho

ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal

ANEC – Associação dos Exportadores de Cerais

APROSOJA – Associação Brasileira dos Produtores de Soja

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARES – Instituto para o Agronegócio Responsável

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBE – Cota Brasileira de Emissões

CDB – Convenção de Diversidade Biológica

CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CH4 – Metano

CI – Conservation International

CIM – Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CO2 – Dióxido de Carbono

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COP – Conferência das Partes

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRITUSBR – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FBMC – Fórum Brasileiro de Mudanças Climática

FBN – Fixação biológica de nitrogênio

FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

GEE – Gases de Efeito Estufa

GTS – Grupo de Trabalho da Soja

H2O – Água

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores

ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

iLPF – Integração Lavoura-pecuária-floresta INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPA – Instituto Pensar Agro

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

ISA – Instituto Socioambiental

ISPN – Instituto Sociedade, população e natureza

LULUCF – Uso da Terra e Mudanças do Uso da Terra

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MDS – Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MRV – Monitorar, reportar e verificar

NAMAs – Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada

NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

ONG – Organização não governamental ONU

– Organização das Nações Unidas

PDE – Plano Decenal de Energia

PL – Projeto de Lei

PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima

PNA – Plano Nacional de Adaptação

PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

PSTM – Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima

PPA – Planos Plurianuais

PPCerrado – Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado

PPCDAM – Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação

RTRS - Mesa Redonda da Soja Responsável

RL – Reserva Legal

SAF – Sistemas Agroflorestais

SBSTA – Órgão Subsidiário de Conselho/Assoramento Científico e Tecnológico

SBCE – Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SPD – Sistema de Plantio Direto

SPSabc – Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis

SRB – Sociedade Rural Brasileira

TNC – The Nature Conservancy

UNDESA – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática

UNICA – União da Indústria de Cana de Açúcar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conferências e Eventos ambientais	32
Figura 2 - Linha do tempo de REDD+ na UNFCCC	50
Figura 3 - Divisão ideológica dos entes do agronegócio	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tecnologias e indicadores de monitoramento do Plano ABC	100
Tabela 2 - Tecnologias e metas do Plano ABC: resultados e cumprimento	109
Tabela 3 - Principais posicionamentos do agronegócio nas últimas duas COP	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de representantes do agronegócio na delegação brasileira	62
Gráfico 2 - Participação dos atores na construção do Plano ABC por setor	78
Gráfico 3 - Emissões brasileiras por setor, antes e depois da PNMC (GtCO ₂ e).....	86
Gráfico 4 - Divisão das emissões brasileiras por setor em 2020 e 2021	98
Gráfico 5 - Emissões de GEE de agropecuária pelas principais fontes no período de 1970 até 2021	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA:	28
dos desastres ambientais à modernização ecológica	28
1.1 O processo de ambientalização no âmbito internacional.....	28
1.2 A construção da questão climática e a métrica do carbono	37
CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS DE AGRICULTURA, USO DA TERRA E MUDANÇA DO USO DA TERRA: NA UNFCCC E NO BRASIL.....	45

2.1 O desenvolvimento das políticas agrícolas e florestais no âmbito da UNFCCC	45
2.2 O processo de institucionalização da questão ambiental e climática no Brasil: um reflexo do global	51
2.3 O Processo de Ambientalização do Agronegócio: do problema à solução.....	57
CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO PLANO ABC E ABC+ E O SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA AGROAMBIENTAL	71
3.1 A Construção histórico-política do Plano ABC	73
3.2 Análise do Plano ABC e ABC+: resultados e atualizações	86
3.2.1 O Plano ABC: a primeira fase	86
3.2.2. O Plano ABC+: a segunda fase.....	115
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES.....	154

INTRODUÇÃO

De acordo com Guilherme Delgado (2012), o agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária que persegue o lucro e captura a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado. Além disso, o agronegócio é, nos termos de Caio Pompeia (2018), uma concertação política que engloba entidades de diversos setores e funciona a partir do apoio financeiro, político e ideológico do Estado, seguindo uma lógica que foi herdada da revolução verde – com o uso intensivo de agrotóxicos, maquinário, fertilizantes químicos e uso de organismos geneticamente modificados. Trata-se de um modelo que alimenta e é alimentado pelo desmatamento, a perda de biodiversidade e os conflitos territoriais (Almeida, 2010) e socioambientais. Esse caráter expansionista do agronegócio tem resultado na contestação dos direitos territoriais de povos indígenas, populações tradicionais e camponeses (Pompeia, 2018).

Nas últimas décadas, o setor passou a ser foco midiático e do debate público nacional e internacionalmente pela sua grande contribuição no desmatamento da Amazônia e do Cerrado e impactos causados pelo modo de produção capitalista nesses territórios. Sendo assim, pode-se dizer que o processo de ambientalização (Acselrad, 2010) do agronegócio – ou seja, a apropriação da pauta ambiental e climática por parte de entes que degradam o meio ambiente – teve seu início a partir da segunda metade dos anos 2000, momento em que o setor passa a ser alvo de pressões internas e externas, por parte de movimentos sociais, de ONG, das mídias e da opinião pública entre outros atores em relação a alta do desmatamento na Amazônia Legal, coincidindo com o crescimento da utilização de áreas para a plantação de *commodities*. O relatório *Eating up the Amazon*, publicado pelo Greenpeace em 2006, foi um dos marcos dessa pressão sobre o agronegócio e apontava os modos pelas quais a produção de soja constituía-se como um dos grandes produtores do desmatamento. Entre 2000 e 2004, mais de 111 mil quilômetros quadrados haviam sido desmatados na Amazônia Legal. No mesmo período, o cultivo de soja, aquele que mais crescia no Brasil, tinha incorporado aproximadamente 83 mil quilômetros quadrados por todo país (Pompeia, 2018).

Assim, com o crescimento das críticas sobre o setor, os atores que compunham o agronegócio se mobilizam intensamente para defender a ideia de um “agronegócio sustentável”, mobilização conceituada por Pompeia (2018) como a construção de uma

concertação política do agronegócio. Surge, portanto, um movimento crescente de articulação envolvendo agentes políticos vinculados ao agronegócio, pesquisadores, pecuaristas, algumas ONG, empresas, representantes do setor público, entre outros, que passaram a se organizar na tentativa de promover uma imagem de sustentabilidade na agropecuária (Schmitt *et al.*, 2022).

A partir de 2009 e 2010, o agronegócio passa a focar na questão ambiental e climática, principalmente com a elaboração de congressos relacionados ao tema por parte da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com a publicação e promoção do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) e da criação do Instituto Pensar Agro (IPA) – responsável por condensar as mudanças narrativas de grande parte do setor do agronegócio em relação às questões ambientais e climáticas.

O agenciamento da noção de “sustentabilidade” foi tão crucial para os líderes políticos do agronegócio que a partir de 2008 o tema já havia assumido centralidade no congresso da ABAG, por exemplo (Pompeia, 2018). No entanto, Pompeia (2018) ressalta que a mudança de narrativa para operar na linguagem das mudanças climáticas é reflexo também da consolidação desse arcabouço no âmbito internacional. O agronegócio passa a ver na questão climática uma janela de oportunidade para garantir um prestígio internacional e nacional, por cumprir e propor metas para os acordos de clima e acordos de comércio.

Internacionalmente, as questões climáticas estavam ganhando cada vez mais espaço na agenda ambiental e se estabelecendo como o problema do século. Dessa forma, um arcabouço institucional foi construído e se consolidou aos poucos, culminando primeiro na assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e posteriormente na assinatura do Protocolo de Quioto em 1997. A UNFCCC é o órgão decisório supremo da Organização das Nações Unidas em relação às mudanças do clima, que foi estabelecido em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

O Protocolo de Quioto foi adotado em 1997 na terceira Conferência das Partes (COP), como são denominados os encontros da UNFCCC, mas só entrou em vigor em

2005. Sua estrutura foi baseada em anexos, vinculando apenas os chamados países desenvolvidos a assumir um compromisso de redução de emissões de GEE, lhes impondo um ônus maior a partir do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Com isso, o Protocolo reconheceu que estes países são os maiores emissores e historicamente responsáveis pelos atuais níveis de gases-estufa na atmosfera. Em seu Anexo B, o Protocolo de Quioto estabelece metas obrigatórias de redução de emissões para 37 países industrializados e economias em transição e para a União Europeia. No geral, essas metas somam uma redução média de 5% nas emissões em comparação com os níveis de 1990 durante o período de cinco anos 2008–2012, o primeiro período de compromisso. A principal consequência do Protocolo, no entanto, foi o estabelecimento de “mecanismos de flexibilização” para o cumprimento de metas de redução de emissões. Com a adoção do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e do sistema *Cap & Trade*, foi possível a criação do mercado de carbono e a legitimação da lógica de compensação, ou seja, de que é possível compensar emissões de carbono, seja investindo em projetos que estariam evitando e/ou reduzindo emissões, seja comprando créditos de carbono de outros países, com excedentes de permissões de redução de emissões (Furtado, 2021). Em 2012, em Doha, o Protocolo foi prorrogado até 2020, mas foi substituído pelo Acordo de Paris em 2015.

A partir da necessidade de redução de emissões apresentada nos acordos de clima e da evolução das discussões no âmbito das COP, em torno não só dos combustíveis fósseis, mas também dos impactos do desmatamento nas mudanças do clima, surge o conceito de uso da terra e mudanças de uso da terra. Com o surgimento desse conceito na COP 11, sediada em Montreal em 2005, os impactos do desmatamento e da agricultura para o aquecimento global foram finalmente reconhecidos. No Brasil, o setor de uso da terra e mudanças de uso da terra correspondia a 49% das emissões em 2021. Atualmente, em conjunto com o setor da agropecuária, representam cerca de 74% das emissões brasileiras. No que diz respeito ao uso e mudanças no uso do solo, aproximadamente 90 a 99% do desmatamento tropical foi considerado impulsionado pelo avanço da agropecuária (Observatório do Clima, 2023). Ou seja, as emissões da agropecuária são potencializadas pela conexão direta com o setor de mudanças do uso da terra, visto que o desmatamento e as queimadas florestais são frequentemente executados para permitir a ampliação de áreas disponíveis para cultivo da monocultura e da pastagem de gado (Mattos *et al.*, 2023).

Esse aspecto da relação da agricultura com o setor de uso da terra e mudanças do uso da terra, foi explorado pelo governo brasileiro quando se pensava em metas de redução de emissões. Com isso, mesmo sem ter de cumprir metas obrigatórias, o Brasil assumiu um compromisso, junto ao Protocolo de Quioto, de reduzir as suas emissões entre 36,1% e 38,9% até 2020 e se comprometeu em uma redução de 80% do desmatamento durante a COP 15, realizada na Dinamarca em 2009. Essa meta assumida pelo Brasil influenciava diretamente a expansão da soja e do gado no Brasil, indo de encontro com o agronegócio e o desafiando a se adequar às novas metas.

Tendo esse contexto em vista e como uma reação às críticas ao setor do agronegócio e sua relação com o desmatamento, o Brasil propõe na COP 16, em Cancun, os Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC e ABC+) utilizados como modelo das ações “sustentáveis” em construção para o setor do agronegócio. O Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono foi a principal política pública voltada para o enfrentamento das emissões do setor agropecuário, sendo estabelecido como um dos planos setoriais pelo artigo terceiro do Decreto 7.390/2010 que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC). Com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos pelo país na mitigação, ou seja, na redução das emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário, esse plano criou alguns instrumentos – como uma linha exclusiva de crédito – e promoveu atividades com o objetivo de estabelecer um planejamento para implementar as tecnologias sustentáveis de produção selecionadas (Brasil, 2012).

Além disso, no que concerne a adaptação, ou seja, no processo de ajuste de sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima no presente e no futuro (IPCC, 2014), o Plano tem o objetivo de incentivar, motivar e apoiar o setor agrícola na implementação de ações de adaptação por meio da promoção de sistemas diversificados e sustentáveis que utilizem de forma adequada a biodiversidade e os recursos hídricos. Isso envolve o:

Apoio ao processo de transição, organização da produção, garantia de renda para os agricultores, além de iniciativas como pesquisa em recursos genéticos e melhoramento, gestão dos recursos hídricos, adaptação de sistemas produtivos, identificação de vulnerabilidades e modelagem (Brasil, 2012, p. 65). Ou seja, o Plano ABC está voltado tanto para a mitigação, quanto para a adaptação do agronegócio brasileiro.

Para isso, o Plano foi dividido em sete programas: i) Recuperação de Pastagens Degradadas; ii) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais

(SAF); iii) Sistema Plantio Direto (SPD); iv) Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); v) Florestas Plantadas; vi) Tratamento de Dejetos Animais; e vii) Adaptação às Mudanças Climáticas.

O Plano ABC tinha como objetivo promover tecnologias de produção sustentáveis com benefícios produtivos e baixa emissão de carbono, com um prazo de execução entre 2010 e 2020. Com o término desse período, foi criado o Plano ABC+, que abrange o período de 2020 a 2030. Este novo plano conta com um documento mais conciso e estabelece estratégias novas e renovadas para serem implementadas em todo o território brasileiro. Ao contrário do Plano ABC, o ABC+ é baseado em três abordagens principais: uma abordagem integrada da paisagem, uma combinação de estratégias de adaptação e mitigação e a adoção e manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentável (Brasil, 2021).

Tal como o plano anterior, este também inclui sete estratégias: (i) incentivar a adoção e manutenção de sistemas agropecuários conservacionistas e sustentáveis de produção, visando aumentar a produtividade e renda, a resiliência e o controle das emissões de gases de efeito estufa; (ii) fortalecer as atividades de transferência e disseminação de tecnologias, capacitação e assistência técnica; (iii) promover e apoiar pesquisas aplicadas para o desenvolvimento ou aprimoramento de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis, com foco no aumento da resiliência, produtividade e renda, e no controle das emissões de gases de efeito estufa; (iv) criar e fortalecer mecanismos de reconhecimento e valorização dos produtores que adotam Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis; (v) fomentar a ampliação, diversificação e criação de fontes e instrumentos econômicos, financeiros e fiscais que incentivem os Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis; (vi) aprimorar o sistema de gestão das informações do programa ABC+, com o objetivo de monitorar, reportar e verificar (MRV) e avaliar seu portfólio de ações e resultados; (vii) incentivar a agropecuária integrada à paisagem, visando regularizar ambientalmente as propriedades rurais e promover a produção sustentável em áreas de uso agrícola (Brasil, 2021).

Apesar da existência de uma diversidade de pesquisas que relacionam o agronegócio com o processo de ambientalização e a agenda climática (Bassi, 2022; Schmitt *et al.*, 2022; Chechi, 2019), o Plano ABC e ABC+, mais especificamente suas

propostas, seus embasamentos e suas implicações têm sido, até o presente momento, muito pouco explorados analiticamente. Concomitantemente, trata-se de um plano sendo “vendido” internacionalmente como uma solução modelo para outros países pelo setor agropecuário e pelo governo brasileiro. Ou seja, o Plano ABC seria o “único no mundo em seu escopo e abrangência, constitui ferramenta essencial para o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do Brasil de desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento do aquecimento global” (Brasil, 2021, p. 7). O agronegócio brasileiro, no entanto, ao mesmo tempo, coloca o país como um dos maiores emissores do mundo, contribui para a degradação ambiental e possui relação intrínseca com conflitos socioambientais no país, mas, ao mesmo tempo, se coloca como solução. Isso, em conjunto com avanço atual de políticas baseadas no mercado no Brasil, como é o caso da regulamentação do mercado de carbono e de projetos de compensação florestal, justifica a escolha do tema e da importância de analisar o Plano no contexto atual.

O fato de, pessoalmente, ter evoluído minha trajetória acadêmica no campo das mudanças climáticas e agricultura, também justifica a escolha do tema de pesquisa. Durante o percurso de monografia explorei as dificuldades de adaptação à mudança do clima enfrentada pelos agricultores familiares do semiárido nordestino. Agora, dou um passo adiante para tentar compreender a atuação de um dos grupos político-econômicos que mais contribuem para as mudanças climáticas em termos de emissão e impactos socioambientais: o agronegócio. Outro ponto, também pessoal, é meu interesse em compreender políticas públicas climáticas, visto que analisei o Plano Nacional de Adaptação (2016) durante a monografia e, agora, analisei mais profundamente o Plano ABC e ABC+. Também me interessa a análise das Contribuições Nacionalmente Determinadas dos países, tendo já feito dois estudos sobre distintos países (Fiji e África do Sul).

Considerando o contexto político em torno do debate climático internacional, do processo de ambientalização do agronegócio, da sua atuação no Brasil e seu envolvimento na construção da questão climática no país, a questão norteadora dessa pesquisa é: “Qual o papel do agronegócio na construção das políticas climáticas voltadas para o setor no Brasil?”, tendo como estudo de caso os Planos ABC e ABC+. Isso será feito a fim de compreender os principais atores, propostas, narrativas e conceitos que compõem os planos e as implicações que eles representam, tanto em relação a manutenção de um país

em acordo com sua NDC, quanto em relação ao que está sendo considerado como “sustentável” pelo agronegócio.

O objetivo geral foi, então, subdividido em três outros objetivos específicos, que correspondem aos seguintes pontos: (1) Mapear a fundamentação da política climática internacional e nacional voltada para o setor de mudanças de uso da terra e para a agropecuária, entendendo como esse processo é incorporado no Brasil (2) Analisar o processo de ambientalização do agronegócio, o papel do governo brasileiro em relação a questão climática e sua relação com o setor, e o papel do agronegócio na construção do Brasil como potência agroambiental; (3) caracterizar e analisar o Plano ABC e ABC+, destacando também a formação política e histórica, a luz das questões teóricas colocadas, compreendendo os principais agentes, instituições, discursos, conceitos e bases teóricas envolvidas na elaboração e implementação desses planos e seus resultados.

Em termos metodológicos, a epistemologia, ou seja, parte da filosofia que estuda a investigação científica e o conhecimento científico (Bunge, 1980) é ponto chave para qualquer pesquisa acadêmica. Malcom Ferdinand (2022) traz em seu texto “Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” um aspecto fundamental em relação à crítica ambiental e à epistemologia que rege essa esfera do conhecimento. O autor aponta que a fratura ambiental decorre da “grande partilha da modernidade”, de uma epistemologia que valoriza a oposição dualista que separa a natureza e a cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca o “Homem” acima da natureza. Ferdinand destaca que essa fratura se revela por meio das modernizações técnicas, científicas e econômicas de domínio da natureza, cujos efeitos são mensurados pela dimensão da poluição da Terra, da perda de biodiversidade, das alterações climáticas e à luz das desigualdades de gênero, das misérias sociais e das vidas descartáveis geradas (Ferdinand, 2022).

Escobar (2011) também traz um conceito importante para a epistemologia a ser utilizada nessa pesquisa, o de colonialidade da natureza, que pode ser articulado com a fratura de Ferdinand (2022). Escobar ressalta seis aspectos que contribuem para a dominação da natureza e a manutenção de hierarquias sociais. Eles incluem a classificação em hierarquias, a visão essencializada da natureza, a subordinação do corpo e da natureza à mente, a subordinação da natureza aos mercados, a localização de certas naturezas (coloniais/terceiro mundo, corpos femininos, cores de pele não brancas) fora do mundo

eurocêntrico masculino e a subalternização das outras articulações de biologia e história aos regimes modernos. Todos esses aspectos são influenciados por tradições culturais, religiosas e políticas que reforçam a dominação da natureza e das pessoas consideradas atrasada ou primitivas. Considerar essas críticas à epistemologia dominante é crucial para a análise da questão ambiental e climática, uma vez que as respostas e soluções para esses problemas são construídas a partir desse referencial.

A metodologia é essencial para atingir os objetivos propostos por esse trabalho. Segundo Cervo e Bervian (1983) o método pode ser definido como processos empregados em uma investigação e depende do objetivo da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa em questão pode ser classificada como qualitativa e analítica, que é caracterizada por uma investigação que busca avaliar criticamente a produção frequente sobre um tópico particular. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em pesquisas e documentos, tendo em vista seu objetivo de entender o discurso ambientalizado do agronegócio, tendo o Plano ABC e ABC+ como um caso.

Quanto ao procedimento realizado no desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizadas quatro principais técnicas de captação de dados e informações que se relacionam: pesquisa documental e bibliográfica, estudo de caso e entrevistas. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é aquela que usa de base para a análise materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Já a pesquisa bibliográfica, de acordo com o autor, é desenvolvida a partir de um material já elaborado e constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Para a pesquisa documental foram utilizados: documentos oficiais (leis, portarias, resoluções, decretos); documentos de Ministérios do poder executivo, documentos da Embrapa, de organizações não governamentais, de organizações internacionais, de movimentos sociais, da Organização das Nações Unidas, do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), de entidades do agronegócio, entre outros. Destaca-se também a importância de alguns documentos específicos como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano ABC e ABC+. Ademais, foi feito também um levantamento bibliográfico, principalmente em torno dos conceitos: ambientalização, agronegócio, modernização ecológica, agricultura de baixo

carbono e métrica do carbono. Para tanto, lancei mão de outros conceitos complementares como o de ecogovernamentalidade e o de consenso da descarbonização, entre outros.

Essa pesquisa também utilizou o método de estudo de caso para responder à pergunta orientadora. Gil (2008) define o método de estudo de caso como uma análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso será a análise de conteúdo (Bardin, 2016) do Plano ABC e ABC+ através dos instrumentos teóricos aqui apresentados, visando uma melhor compreensão sobre a relação do agronegócio com a questão ambiental e climática. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que permite um olhar que vai considerar todos os tipos de discursos, desde pronunciamentos, falas, até a análise de documentos, manuais, entre outros. Além disso, a análise de conteúdo pode levar ao questionamento das causas para tal enunciado.

Entrevistas também foram úteis para compreender mais a fundo as implicações e fundamentações dos Planos. Esta pesquisa se utilizou de entrevistas aprofundadas, que não visam produzir dados quantificados, mas permitem que cada entrevistado apresente um ponto de vista singular sobre a questão abordada. Com isso, buscou-se superar os limites dos questionários, que padronizam respostas e neutralizam a relação de pesquisa e os ruídos da comunicação entre indivíduos (Beaud; Weber, 2007). Foram entrevistados: Gustavo Mozzer, um pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entidade participou ativamente da criação dos Planos ABC e ABC+, com o objetivo de explorar os processos políticos para a criação do Plano e os interesses que estavam em jogo na questão; Letícia Chechi, Professora Doutora da Universidade Federal do Recôncavo Bahiano, que tratou em sua tese sobre o Plano ABC e sua implementação e operacionalização em dois estados brasileiros, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a lógica que fundamenta o discurso do agronegócio e a construção política e histórica do Plano ABC e ABC; Renata Gadelha, uma representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que acompanha o debate de ambientalização agronegócio e as resistências à esse setor por parte do movimento, com o objetivo de compreender possíveis implicações políticas dessa política pública, a opinião dos movimentos sobre sua implementação e do papel do agronegócio nos territórios.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo trata da construção da questão ambiental e climática no âmbito internacional e da lógica que fundamenta a consolidação dessas temáticas como um problema público e global. O segundo discorre acerca das políticas voltadas para a área de agricultura e florestas na UNFCCC e os mecanismos de flexibilização que são reflexos da fundamentação da questão ambiental e climática apresentada no primeiro capítulo. Além disso, descreve como esse processo chega ao Brasil no processo de implementação de leis que abarquem esse novo arcabouço institucional estabelecido. Também discorre acerca do processo de ambientalização do setor do agronegócio brasileiro. O terceiro capítulo traz a construção histórico-política dos Planos ABC E ABC+ e apresenta uma análise de conteúdo dos Planos, explorando a narrativa movimentada pelo setor em relação a questão climática e as possíveis implicações. Por fim, há a conclusão, contendo uma sistematização do que foi discutido na pesquisa, reflexões e propostas para novos estudos a partir desse.

CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA: dos desastres ambientais à modernização ecológica

Este capítulo tem como objetivo apresentar a construção da questão ambiental e climática no âmbito internacional, tendo em vista as lógicas que as fundamentam. Com isso, busca compreender como o meio ambiente passa a representar uma preocupação global e como, posteriormente, o clima se torna central e é apresentado como a maior emergência mundial da atualidade. As lógicas apresentadas nesse capítulo são essenciais para compreender as políticas e propostas do agronegócio, já que é a partir delas que as propostas de políticas públicas são pensadas no âmbito internacional e posteriormente incorporadas no âmbito nacional.

1.1 O processo de ambientalização no âmbito internacional

Nos últimos 50 anos, no Brasil e no mundo, a questão ambiental se configurou como uma grande questão pública. O conceito de ambientalização, segundo Lopes (2006), serve para designar novos ou velhos fenômenos que passam a ser caracterizados a partir da perspectiva ambiental. É definido como um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais de diferentes facetas a questão pública do meio ambiente, que pode ser notada, por exemplo, pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial.

De acordo com Astrid Ulloa (2011), esse movimento é baseado no estabelecimento de uma ecogovernamentalidade. A autora parte das análises em torno do discurso e da noção de governamentalidade apresentada por Michel Foucault (1978), colocando o surgimento da consciência ambiental como o marco do início de uma nova formação discursiva. O discurso para Foucault (1978) é uma representação específica da realidade e uma fonte de conhecimento social, que por sua vez, está relacionado com as práticas sociais e as questões de poder. Sendo assim, a análise das representações tem que estar centrada na produção do conhecimento através de discursos dentro de contextos históricos e sociais específicos. A nova formação discursiva, portanto, produziria um grupo de orações, proporcionando uma linguagem específica para se falar sobre; uma maneira de representar os atores ecológicos e o ambiente fundamentado em um determinado conhecimento, dos agentes dominantes (Ulloa, 2011).

A autora define o conceito como:

...todas as políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas ambientais (locais, nacionais e transnacionais) que interagem com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar e se comportar de maneiras particulares, com fins ambientais específicos (desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, acesso a recursos genéticos, entre outros) (Ullôa, 2011, p. 33).

Nessa ecogovernamentalidade, as organizações ambientais (governamentais e não governamentais), os atores sociais (incluindo, por exemplo, os povos indígenas e suas políticas culturais e ambientais), os ambientalistas e as comunidades científicas, entre outros, são agentes no processo para regular e dirigir ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global. Isso, segundo Ullôa (2011), implica em negociações, conflitos, assim como acordos. No caso da questão climática, que surge mais recentemente, essa ecogovernamentalidade também cria uma série de políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas ambientais, que impulsiona os atores sociais a agirem seguindo normas específicas para determinados fins – como, por exemplo a redução das emissões de gases de efeito estufa.

O processo de ambientalização e de formação de uma ecogovernamentalidade tem como marco as repercussões da Conferência sobre Meio Ambiente promovida pela ONU em Estocolmo em 1972. O encontro surge em um momento de questionamento da lógica de desenvolvimento predatório da época e do uso desenfreado de “recursos naturais”. Isso devido a um contexto de catástrofes ambientais que aconteceram em sequência: a tempestade de poeira nos Estados Unidos durante a década de 1930/1940, o desastre de Minamata (1950/1970) que intoxicou pescadores e suas famílias no Japão com mercúrio advindo de uma Fábrica, com a chuva ácida na Europa e a poluição no Mar Báltico, entre outros. Além disso, lançamentos de documentos como o livro “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson (1962), o relatório “Os Limites do Crescimento”, publicado pelo Clube de Roma (1972) ou o artigo “A tragédia dos comuns” de Garret Hardin (1968), entre outros¹, também levantaram esse questionamento e marcaram o início de uma preocupação global com o meio ambiente.

O relatório do Clube de Roma, todavia, teve um destaque especial por sua imensa divulgação internacional, colocando a questão ambiental na agenda política mundial, e

¹ This Endangered Planet (1971), de Richard Falk; Exploring New Ethics for Survival (1962) de Garret Hardin

por trazer à tona os problemas que economistas do desenvolvimento sempre deixaram de lado, como o questionamento do uso desenfreado dos recursos naturais (Oliveira, 2019).

No entanto, segundo Vandana Shiva (2000), como o debate teve como base unicamente a suposta distinção entre recursos esgotáveis e recursos renováveis, e levou em consideração exclusivamente os recursos não renováveis, os economistas conseguiram rapidamente desviar o foco da discussão da escassez para questões relacionadas com a possibilidade de substituição dos recursos. Sendo assim, “o enorme debate sobre escassez gerado pelos eventos dos anos 1970, portanto, foi, por assim dizer amenizado, graças à promessa de uma solução tecnológica para a escassez” (Shiva, 2000, p. 303). Fica evidente, dessa forma, que a construção da questão ambiental passa, desde sua origem, pela proposição de soluções tecnológicas para enfrentar problemas políticos como a destruição ambiental e o consumo desenfreado de recursos naturais.

Shiva (2000) ressalta que a tecnologia, principalmente no período pós-guerra, foi vista como uma fonte milagrosa de abundância infinita, que seria capaz de substituir as matérias-primas escassas por outras que não se esgotariam. Essa visão logo perdeu força com a “ecologização” do discurso da escassez, que explicitou uma incontrolável destruição e consumo desenfreado dos recursos, transformando aqueles que eram renováveis em não renováveis, prejudicando, por exemplo, a capacidade de auto renovação das florestas, da atmosfera, dos oceanos etc. No entanto, posteriormente não deixou de ser utilizada como parte da construção de políticas públicas ambientais.

A Conferência de Estocolmo, influenciada pelo relatório Limites do Crescimento, como Shiva (2000) havia pontuado, não representou avanços na discussão ambiental e foi palco de um embate entre os que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico e os desenvolvimentistas, que defendiam o desenvolvimento econômico, mesmo com os impactos socioambientais advindos desse modelo (Oliveira, 2019). No mais, a conferência tinha como objetivo criar uma coalizão internacional para conter a poluição em seus vários âmbitos, estimulando os governos nacionais a criarem políticas ambientais que evitassem o agravamento da situação. Também era objetivo central associar as implicações do crescimento capitalistas com cuidados referentes à temática ambiental (Oliveira, 2019).

Estocolmo marcou a entrada definitiva da agenda ambiental na agenda multilateral e a determinação de futuras negociações sobre meio ambiente, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Conferência também produziu a Declaração de Estocolmo e um Plano de Ação para Política Ambiental, que abarcava 109 recomendações de cooperação internacional em prol do meio ambiente, além da criação de um Fundo Ambiental, que deveria ser preenchido a partir de doações voluntárias dos Estados Nacionais. Ademais, foi evidenciada a negligência com a degradação ambiental e o posicionamento dos países do Sul Global em prol do desenvolvimento, símbolo de progresso, e seu controle, significava estagnação. Assim, “Estocolmo foi palco de um profundo desencontro entre centro e periferia, principalmente, entre economia e ecologia” (Oliveira, 2019, p. 82).

O arcabouço institucional ambiental incluiu uma série de acordos, relatórios, tratados, criação de órgãos, protocolos e convenções importantes até chegar na Conferência do Rio em 1992. A linha do tempo da Figura 1 expõe os principais momentos desse processo:

Figura 1 - Conferências e Eventos ambientais



Fonte: Elaboração própria

No entanto, se em Estocolmo houve um desencontro entre economia e meio ambiente, na Conferência do Rio de Janeiro em 1992, houve uma tentativa de encontro em torno de um novo conceito denominado de “desenvolvimento sustentável”. Com a publicação do Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, a proteção do meio ambiente passa a ser vista como adequável à economia, agora sob o amparo do neoliberalismo. A alegada reestruturação do processo de desenvolvimento envolvia a potencial oportunidade de lucrar ao salvaguardar estoques de natureza (Oliveira, 2019).

O desenvolvimento sustentável, definido a partir do Relatório de Brundtland (1987), é uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com a preservação da natureza. Essa é uma abordagem que parte da lógica neoliberal e que não põe em discussão o modelo econômico vigente. Escobar (1995) aponta que ao olharmos os textos oficiais sobre desenvolvimento sustentável veremos que a palavra “natureza” poucas vezes é citada. São mencionados os “recursos naturais”, o “meio ambiente”, a “diversidade biológica” etc., mas não a natureza:

O desaparecimento da natureza é um resultado inevitável do desenvolvimento da sociedade industrial, que efetuou a transformação da natureza em meio ambiente. Para aqueles dados a uma visão da natureza como recursos, o meio ambiente torna-se um conceito indispensável (Escobar, 1995, p. 13).

Esse processo pode ser avaliado no sentido de que reforça antigos métodos de expropriação. O capitalismo em sua fase financeirizada², onde tudo se torna parte das finanças, se utiliza de novos mecanismos de expropriação e produção de mais-valia, baseado na exploração dos recursos sociais de produção. Para isso, é necessária a criação e abertura de novos mercados onde existam oportunidades de exploração lucrativas, junto à necessidade de colocar a população em condições críticas, tornando-se completamente disponíveis ao mercado. Essa necessidade vem sendo crescentemente viabilizada pelas privatizações e liberalização do mercado, resultado da implementação da agenda neoliberal desde o fim da década de 1970 (Quintana; Hacon, 2011). Dessa forma, uma

² Segundo Nancy Fraser (2018), o capitalismo financeirizado tem como base a ampliação do capital sobre as condições de possibilidade de fundo: sobre a reprodução social, sobre o ambiente natural e os poderes públicos, que sempre foram indispensáveis para a economia capitalista: “É principalmente através da dívida que o capital canibaliza o trabalho, disciplina os Estados, transfere riqueza da periferia para o centro e suga valor da sociedade e da natureza (Fraser, 2018, p. 172).”

das tentativas atuais de conciliar o modo de produção e consumo com a natureza parte de uma ideia economicista e neoliberal.

Essa junção do potencial tecnológico e da lógica fundamentalmente capitalizada fazem parte da noção de modernização ecológica. O termo “modernização ecológica” pode ser definido, segundo Maarten Hajer (1995, p. 25), como o “discurso que reconhece

o caráter estrutural da problemática ambiental, mas ainda assim assume que as instituições políticas, econômicas e sociais existentes podem internalizar o cuidado com o meio ambiente”. Assim, aponta o autor, os problemas de degradação ambiental são apresentados como calculáveis. A modernização ecológica molda problemas ambientais combinando unidades monetárias com elementos discursivos derivados das ciências naturais. Isso fornece um denominador comum por meio do qual os custos e benefícios da poluição, ou da emissão de gases de efeito estufa, podem ser levados em conta.

Outro ponto levantado por Hajer (1995) é a característica de um “jogo de soma positiva” que é posta em relação a modernização ecológica. Os principais desafios para uma proteção mais efetiva são considerados dilemas de ação coletiva: se todos os indivíduos, empresas ou países participassem, não haveria obstáculos para uma organização social e ambientalmente correta. Sendo assim, a questão ambiental torna-se um problema de gestão.

Hajer (1995) também aponta que uma suposição fundamental da modernização ecológica é a crença de que o crescimento econômico e a resolução dos problemas ecológicos podem, em princípio, ser conciliados. Embora alguns apoiadores possam ter premissas morais, a modernização ecológica segue uma lógica utilitária, em seu cerne está a ideia de que a prevenção da poluição, ou no caso da questão climática, das emissões de GEE, compensa. O autor aponta o Relatório Brundtland (1987), *Nosso Futuro Comum*, como uma das declarações paradigmáticas da modernização ecológica.

Em seu texto originário, o Relatório Brundtland, conta com um enfoque economicista explícito, afirmando que “uma ecologia saudável é uma boa economia”. Essa capitalização ou mercantilização da natureza, ou seja, tornar recursos naturais ou o próprio ambiente natural um ativo econômico, supõe que essa situação histórica pode ser levada a conclusões lógicas, com as propostas de privatização de todos os recursos

naturais que têm ganhado cada vez mais força. Se perde, dessa maneira, a ideia de natureza como fonte de vida não só material, mas também espiritual e a natureza é reduzida a um ser inerte, um mero apêndice do “meio ambiente” (Escobar, 1995). A consequência disso é a capitalização ou mercantilização em níveis sem precedentes como tentativa de conter ou atenuar a crise ambiental que é causada pelo próprio modo de produção capitalista. A partir dessa lógica, não há “natureza” que não seja entendida por meio do signo do dinheiro e do valor (Escobar, 1995, p. 16). A racionalidade de precificação da natureza começa a ganhar corpo e se tornar fundamento central para as soluções propostas em qualquer área da questão ambiental, indo desde proteção da biodiversidade, até a questão das mudanças climáticas.

Assim, Acselrad (2010) chama atenção para uma outra perspectiva do processo de ambientalização. O autor define esse fenômeno como “um processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.” (Acselrad, 2010, p. 103). De acordo com Lopes (2006), à medida que a temática ambiental se impôs e o movimento ambientalista avançou, os empreendedores, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor. Para o autor:

O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos (Lopes, 2006, p.32)

Acselrad (2010) ainda destaca que se estabeleceram disputas de legitimidade, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente danosas ou benéficas. O autor apresenta o conceito de “deslocamentos” para entender esse movimento de neutralização da crítica, de “mudanças organizativas ou de critérios de alocação social pelas quais o capitalismo assegura continuidade a seus próprios mecanismos, contribuindo para esvaziar as críticas que lhes são dirigidas” (Acselrad, 2010, p. 107). É a partir disso que é possível ver agentes do agronegócio, responsáveis por um grave impacto socioambiental, “ambientalizando” seus discursos mais recentemente – principalmente em relação a questão climática, que ganhou relevância expressiva nas últimas décadas devido ao consenso construído de que vivemos em uma emergência climática.

Diferente de Estocolmo, a Rio 92 foi capaz de gerar uma série de resoluções importantes para a consolidação de uma institucionalização da questão ambiental. Segundo Do Lago (2006) os principais documentos assinados foram: a Agenda 21, que contava com ações a serem executadas ao longo das décadas em diversas áreas; a Declaração do Rio, que contava com 27 princípios de ação; e a Declaração de princípios sobre florestas também foram assinadas durante a Conferência. Novamente, a disputa entre os países do Norte e Sul Global que se fez presente durante Estocolmo, também se fez presente na Rio 92 durante a discussão desses documentos, como aponta Do Lago (2006). Além disso, houve uma maior participação de especialistas, cientistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil – cerca de 1.400 pessoas. No entanto, não é consenso que a Conferência tenha sido bem-sucedida.

Outros dois documentos fundamentais na consolidação do arcabouço institucional ambiental são a Convenção de Diversidade Biológica, que foi negociada pelo Grupo de Trabalho de Especialistas Técnicos e Jurídicos, e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A UNFCCC passou a estabelecer encontros anuais conhecidos como Conferência das Partes (COP), órgão decisório supremo da Convenção, que é responsável por reunir representantes de Estados, da sociedade civil e do setor público e privado para discutir e propor soluções para enfrentar a questão climática. A criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, sigla em inglês) na segunda metade dos anos 80 marcou o início da preocupação global em relação a questão climática e influenciou na criação da Convenção-Quadro, que foi assinada por mais de 150 países durante a Rio 92, e entrou em vigor em 1994 com 197 países tendo-a ratificado (Furtado, 2015).

Como visto anteriormente, por mais que a Rio 92 tenha representado um marco importante na história do ambientalismo global por ter colocado de fato questão ambiental no centro do debate internacional, o otimismo gerado logo se esvaiu durante os anos seguintes (Schmitt *et al.*, 2022). Havia enormes desafios a serem enfrentados na implementação efetiva dos compromissos assumidos e essa problemática ficou nítida durante a Conferência de Johannesburgo (Rio+10), realizada em 2002. Schmitt *et al.* (2022), aponta para uma dificuldade enfrentada por diferentes países, no sentido de avançar na construção de metas, prazos, fluxos de investimento e mecanismos de governança capazes de dar concretude a essa agenda.

Durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), realizado em 2012, organismos multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se esforçaram na criação de conceitos de "economia verde", visando construir uma nova abordagem, ainda focada nas finanças e no mercado, para fundamentar a política ambiental global, já que o termo "desenvolvimento sustentável já estava, em grande medida, gasto e vazio de sentido" (Schmitt *et al.*, 2022, p. 81). A noção de "economia verde" assim como a de "desenvolvimento sustentável" é baseada em uma ideia de crescimento "verde", sustentado por um movimento de inovação tecnológica e por um amplo conjunto de instrumentos econômicos. Mudanças climáticas e a perda de biodiversidade biológica passam a ser vistas como "falhas de mercado a serem superadas através da utilização de um todo conjunto de métricas e instrumentos de precificação" (Schmitt *et al.*, 2022, p. 81). O conceito foi bastante criticado durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio +20, composta por membros da sociedade civil, ONG, entre outros:

[...] da atual fase financeira do capitalismo, que também se utiliza de velhos e novos mecanismos tais como o aprofundamento do endividamento públicoprivado, o super estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros (Schmitt *et al.*, 2022, p.81)

Assim, a partir da pressão de diversos atores, principalmente de organizações da sociedade civil e pesquisadores, a questão ambiental surge como uma preocupação global voltada para a utilização predatória dos recursos naturais e com os desastres ambientais que começaram a ocorrer ao redor do planeta. No entanto, ao longo do percurso de sua institucionalização como um problema global, a questão econômica é privilegiada e surgem cada vez mais novas formas de financeirização da natureza – que começam na privatização de recursos naturais e chegam à privatização dos estoques de carbono e até mesmo a mercantilização das atividades indígenas e tradicionais como guardiões das florestas. Dessa forma, a proteção do meio ambiente passou a ser adequada a economia, já que envolvia a possibilidade de se lucrar com a proteção da natureza. A próxima sessão, nesse sentido, tratará da questão climática e como a valorização de propostas que tornam a natureza uma mercadoria chegam e são incorporadas em relação as mudanças do clima.

1.2 A construção da questão climática e a métrica do carbono

No campo da mudança climática, a COP-3, em 1997, no Japão, merece destaque pela assinatura o Protocolo de Quioto que entrou em vigor em 2005, com a ratificação de 50% dos signatários da Convenção-Quadro. O acordo tinha como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, em uma média de 5% em relação aos níveis de 1990, durante os primeiros cinco anos iniciais 2008-2012. O mecanismo estabelecido para o cumprimento das metas foi o mercado de carbono, definido pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo sistema de Cap & Trade (comércio de emissões) e pelo mecanismo de Implementação Conjunta.

O Comércio de Emissões, conforme disposto no Artigo 17 do Protocolo de Quioto, permite que os países desenvolvidos, que possuem compromissos quantificados de limitação ou redução de emissões, negociem entre si parte de suas permissões de emissão. Ou seja, se um país conseguiu reduzir suas emissões em relação a meta inicial e sobrou um excedente de permissões que não utilizará, ele pode transferir para outro país que tenha emitido mais do que o previsto no seu orçamento (Instituto Talanoa, 2020).

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por sua vez, permitia a implementação de projetos de redução de emissões de GEE em países em desenvolvimento. Em troca, os países desenvolvidos ficariam com os créditos da redução de emissões gerada pelo projeto. Os créditos de emissão originados em sistemas de *baseline-and-credit*, como o MDL, são conhecidos como *offsets*, ou seja, são créditos gerados a partir de certificados de redução de emissões e servem para compensar as emissões de outros atores que tenham suas emissões reguladas em um mercado regulado ou que tenham voluntariamente optado por limitar suas emissões (Instituto Talanoa, 2020).

Em 2012, em Doha, uma emenda foi aprovada estendendo o compromisso até 2020, com uma meta de reduzir as emissões em 18% abaixo dos níveis de 1990. Segundo Chechi (2019), inicialmente o MDL deveria ser um Fundo de Desenvolvimento Limpo, no entanto, o Brasil, junto aos Estados Unidos, fizeram uma proposta de modificação do conceito para Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que em tese permitiria com que os países ditos desenvolvidos cumprissem parte de suas metas de redução de emissão por meio do financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos países ditos

emergentes e pobres. Esse aspecto foi importante para que o Brasil aceitasse na negociação os mecanismos de flexibilização.

Ainda em 2005, um Estudo nomeado “Estudo Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas” feito pelo economista Nicholas Stern para o governo Britânico em julho de 2005 e publicado em 2006 afirmava que as provas científicas demonstram que as mudanças climáticas apresentam riscos urgentes para a humanidade e que exigem uma resposta global igualmente rápida. A partir desse estudo, a problemática climática é posta como a “maior falha de mercado já vista” (p.8) e que, nesse sentido, esquemas de comercialização de carbono podem ser uma forma eficiente de equilibrar os preços de carbono entre países e setores. Ou seja, a construção da questão climática desde seus primórdios é baseada numa lógica mercadológica, que vê a questão climática como uma falha de mercado e que tem suas soluções também construídas a partir do mercado.

Além de ser entendida como uma externalidade e falha de mercado, foi construído também um consenso sobre a responsabilidade “humana” na mudança do clima. Os relatórios publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas nos últimos anos foram crescentemente ressaltando esse aspecto – com destaque para o quarto relatório que afirma que a terra está se aquecendo em razão de uma maior concentração de gases específicos na atmosfera durante o último século e isto está atrelado às atividades humanas (Furtado, 2015). Vale ressaltar que Hajer (1995) destaca que a transformação de um problema em uma questão política depende da narrativa adotada. No caso das mudanças climáticas, inicialmente, quando a narrativa enfatizava os processos naturais, o problema era limitado aos domínios científicos. No entanto, à medida que passou a ser representado como resultado da ação antropogênica, as mudanças climáticas se tornaram uma questão política. (Furtado, 2015).

Na COP-15, um novo acordo que viria substituir o Protocolo de Quioto a partir de 2020 foi assinado. O Acordo de Paris manteve o objetivo inicial do Protocolo de Quioto de reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. No entanto, o acordo coloca um aumento médio limite da temperatura do Planeta, de 2°C, em níveis da era préindustrial, com esforços para manter em 1,5°C. De acordo com o último relatório do IPCC, publicado pela ONU, intitulado *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*, a temperatura média do planeta já subiu cerca de 1,09°C. Desse aumento, 1,07°C é

atribuído às atividades humanas, com destaque para a queima de combustíveis fósseis e as mudanças no uso do solo, incluindo desmatamento e queimadas.

Antes de seguir, vale ressaltar que a utilização de “atividades humanas” como causa da mudança climática do IPCC pode ser relacionada, inclusive, com a noção de antropoceno, popularizada por Paul Crutzen (1995), argumentando que o conceito atesta as consequências de uma dualidade sociedade-natureza. O termo designa uma nova era geológica, na qual as atividades humanas se tornam uma força maior que afeta de forma duradoura os ecossistemas da terra. Embora o conceito seja amplamente utilizado, uma das críticas apontadas por Malcom Ferdinand (2022) e que vai de encontro com essa definição apresentada pelo relatório do IPCC em torno das “atividades humanas”, é de que os problemas ambientais têm sido atrelados ao Homem de uma maneira universalista, como se todos os humanos tivessem a mesma responsabilidade ou fossem afetados da mesma forma.

Ferdinand (2022) chama atenção para o que tem sido oculto por essa escolha discursiva do Antropoceno, que é reproduzida por instituições internacionais como a ONU em seus relatórios do IPCC, nos quais indica que há elementos importantes que são ocultados, tais como a diversidade de locais, incluindo centros urbanos, favelas e plantações, bem como os conflitos internos que são muitas vezes disfarçados em nome da unidade. A noção de Homem e de atividades humanas é frequentemente concebida de forma universal, sem reconhecer a pluralidade de experiências e perspectivas de gênero, raça e classe. Nesse caso, ao atrelar a mudança do clima com “atividades humanas” de uma maneira geral, retira-se do foco os maiores responsáveis pela crise climática – as empresas que utilizam combustíveis fósseis e a agricultura industrial ou agronegócio. Ullôa (2011), também questiona essa lógica:

Os problemas ambientais servem de desculpa para “soluções” globais e processos de universalização de estratégias de manejo do meio ambiente. Sob esta tendência ambiental, todos os humanos, supostamente iguais e sem distinção de classe, gênero ou etnia, compartilham um “futuro comum” e a tarefa de sanar os problemas ambientais. Organismos multilaterais, ONG ambientalistas internacionais, companhias transnacionais — somente para nomear alguns — assumiram a tarefa “altruísta” de salvar o planeta. (Ullôa, 2011, p. 34) O conceito de natureza climatizada, apresentado por Ullôa (2014), também coloca em questão essa problemática das políticas climáticas pensadas a partir de uma ideia de universalização. Para a autora, as mudanças climáticas têm gerado diversas relações e representações da natureza. De um lado, uma natureza

externa, indomável ou fora de controle (furacões, terremotos, inundações etc.), que requer conhecimento especializado e manejo técnico. Do outro lado, uma natureza de grande biodiversidade que precisa ser protegida e controlada para um melhor uso, sob a ideia de serviços ecossistêmicos³, dada a crise ambiental e climática. Nessas novas configurações, surge a ideia de uma natureza climatizada que estabelece relações específicas entre a produção de conhecimento e as políticas globais de mudanças climáticas. Destaca-se, dessa forma, que a interação complexa entre clima, ciência e políticas ambientais apaga, reproduz e impõe relações de gênero locais, ao mesmo tempo em que negligencia ou reconhece de forma seletiva as diferentes formas de produzir conhecimento sobre o clima, de acordo com os interesses ligados à economia global-local.

A abordagem da natureza climatizada, segundo Ullôa (2014), favorece uma visão de população homogênea, onde as diferenças de gênero, classe social ou raça e/ou etnia não são consideradas para inclusão, mas sim para privilegiar uma perspectiva parcial nos cenários e espaços em que as decisões são predominantemente influenciadas por ideais masculinos. A geração de conhecimento sobre o clima retoma os paradigmas das oposições binárias entre natureza/cultura: a natureza indomável de um lado, e a cultura como meio de mitigação e adaptação, de outro. Perspectivas críticas dessas dualidades têm revelado associações das mulheres com a natureza, resultando em sua naturalização e, portanto, excluindo-as dos cenários culturais de ação técnica ou tomada de decisões.

Ademais, Ullôa (2014), também aborda uma geopolítica do conhecimento, a partir da ecogovernamentalidade estabelecida, que funciona de acordo com uma racionalidade sobre natureza e a mudança climática de forma específica. Um conhecimento dominante proveniente de especialistas, cientistas, instituições, universidades e programas de países do Norte, que estabelecem qual o problema, como solucioná-lo e quais políticas devem ser implementadas. Nesse sentido, Ullôa (2014), chama atenção para as circunstâncias de produção e distribuição desse conhecimento:

Ao abordar a geração de conhecimento sobre o clima, é importante estabelecer onde estão localizados os cenários de produção e seus resultados, como esses conhecimentos são distribuídos, qual é o processo de escrita, a partir de quais

³ Os serviços ecossistêmicos são serviços e benefícios obtidos dos ecossistemas direta ou indiretamente e são divididos em quatro categorias: de provisão (alimentos, matérias-primas etc.), de regulação (equilibram as condições ambientais naturais), culturais (turismo, recreação, pesquisa, experiência espiritual) e os de suporte (necessários para que outros serviços existam como a variedade genética, por exemplo) (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023).

referências as representações são construídas e quais são as relações de equidade (desigualdade) nesses processos. Inicialmente, pode-se estabelecer que as Nações Unidas e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) geram a maior parte das informações "oficiais" sobre mudanças climáticas. Portanto, os conhecimentos científicos que sustentam as estratégias globais ambientais e que, por sua vez, suportam os discursos globais que circulam tanto nos cenários acadêmicos quanto nas ONG, devem ser analisados levando em consideração, sobretudo, suas circunstâncias de produção e distribuição: localizações, territorialidades, práticas científicas, redes, mobilização e representação do conhecimento (Ulló, 2014, p. 288).

Assim como o Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris também se baseia em mecanismos de mercado para atingir suas metas – que são estabelecidas pelas Contribuições Nacionalmente Determinadas, encaminhadas a cada 5 anos pelas Partes com propostas de redução de emissões. O texto estabelece, portanto, em seu Artigo 6º, três mecanismos de “cooperação voluntária” de mitigação, dois deles são de mercado e um considerado “não mercado”. O primeiro mecanismo, previsto no artigo 6.2, permite a venda de excedente, caso a Parte signatária do acordo tenha cumprido com sua meta de redução de emissões (NDC) para outra Parte que não tenha cumprido seu objetivo. O segundo mecanismo é descrito no artigo 6.4, que cria um mercado internacional de carbono, sob gestão da ONU, possibilitando a comercialização de emissões em qualquer lugar do mundo, tanto pelo setor público como privado, e com qualquer tipo de tecnologia – esse mecanismo pode ou não incluir projetos de REDD+. Esse novo mercado que substitui o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, chama-se Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável. O último mecanismo, no artigo 6.8, que envolve uma abordagem dita de “não mercado”, propõe a criação de uma estrutura de cooperação em relação a questão climática, como por exemplo a partir da “ajuda ao desenvolvimento” (Furtado, 2021).

É a partir do Acordo de Paris que o conceito de “economia de baixo carbono”, por meio do carbono zero ou net-zero, se consolida. O termo surge, primeiramente, em 2003, com a publicação de documento do Departamento Britânico de Comércio e Indústria “Nosso Futuro Energético – criando uma economia de baixo carbono” e é definido a partir de sete princípios segundo o Stockholm Environment Institute (2020): encorajar ativamente a descarbonização; evitar o investimento em indústrias que são emissoras de carbono; dar suporte a regiões afetadas pela transição; dar suporte aos trabalhadores, suas famílias e as comunidades afetadas pela transição para uma economia de baixo carbono; garantir que os poluidores paguem pelo dano que cometeram; levar em consideração as desigualdades sociais e econômicas existentes; e garantir que o processo seja inclusivo e

transparente. Com o novo Acordo, o dióxido de carbono, ou apenas carbono, ganhou uma importância fundamental para a forma como enxergamos e analisamos nosso mundo. O carbono se tornou central por sintetizar “a preocupação do século”: as mudanças climáticas e as ameaças que elas representam para a continuidade da vida na terra (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016). Dessa forma, desde o momento inicial em que as questões climáticas passam a serem institucionalizadas, a métrica de carbono permeava todas as propostas de solucionar a crise ambiental e climática. Assim, passou a ser um pressuposto fundamental para conduzir as negociações e acordos internacionais de clima. É preciso, no entanto, questionar o que tem sido deixado de lado quando se adota uma única métrica como base para a construção de políticas e quais as consequências que isso pode ter (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

O Acordo de Paris, no entanto, apresenta uma nova forma de conceber uma economia de baixo carbono, através do net zero, ou seja, da neutralidade climática. A neutralidade climática é atingida quando se zeram as emissões líquidas, ou seja, quando todas as emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE) se equilibram com a eliminação, a remoção dos GEE da atmosfera ou a compensação destas. Projetos para compensar a contínua emissão de CO₂ podem envolver a manutenção do que seriam “árvores em pé” como “estoque de carbono” ou sumidouros de carbono, a plantação de monoculturas de árvores ou diversas tecnologias de remoção, captação e armazenamento de carbono. Ou seja, apostam na utilização na combinação de tecnologias e uma lógica financeirizada como solução para o problema climático.

O Acordo de Paris, por exemplo, reforça constantemente a importância da tecnologia e da transferência de tecnologia para o enfrentamento da questão climática. Assim, fica visível que a resolução da questão climática perpassa crucialmente pelos fundamentos da modernização ecológica. Embora não haja mais um consenso de que a tecnologia é uma fonte inesgotável de recursos que podem ser produzidos, ela ainda tem um papel de muito destaque no enfrentamento das questões ambientais e climáticas atualmente. O artigo 10 do acordo dispõe sobre o mecanismo de tecnologia, que em conjunto ao mecanismo financeiro, deve auxiliar no enfrentamento da questão climática:

“(1) As Partes compartilham de uma visão de longo prazo sobre a importância da plena realização do desenvolvimento e da **transferência de tecnologias** com o objetivo de melhorar a resiliência às mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (2) As Partes, observando a **importância da tecnologia para a implementação de ações de mitigação e adaptação** no âmbito deste

Acordo e reconhecendo os esforços existentes de implantação e disseminação de tecnologias, devem fortalecer a ação cooperativa sobre o desenvolvimento e a transferência de tecnologias [...] (Nações Unidas, 2015, p. 34).”

Nesse sentido, o Acordo de Paris consolida o que Breno Bringel e Maristella Svampa (2023) chamam de “consenso da descarbonização”. Em um mundo ferido pelo colapso, questionam os autores, quem irá se opor à descarbonização e neutralidade climática? Bringel e Svampa ressaltam que o problema não é a descarbonização em si, mas como essa descarbonização hegemônica é construída, não levando em consideração a desconcentração do sistema energético, o cuidado com a natureza, a justiça climática global, entre outros. A adoção dessa agenda segundo os autores acontece porque ela é vista como uma janela de oportunidade para o reposicionamento geopolítico e para a acumulação capitalista, uma acumulação “por desfossilização” que aprofunda a contradição capital/natureza. Além disso, esse consenso mobiliza continuamente o discurso do potencial tecnológico e da inovação. Propõe-se um tipo de transição baseada em uma lógica fundamentalmente mercantil e com uma interface hiperdigitalizada, que gera novas mercadorias e maneiras sofisticadas de controle socio-territorial.

Larry Lohmann (2012), demonstra como a métrica do carbono e o consenso da descarbonização apontam para um tipo específico de solução, fundamentado na financeirização das políticas climáticas. Segundo o autor, o mercado de carbono reflete e aprofunda dois aspectos fundamentais da neoliberalização da economia: a financeirização e privatização de bens públicos e do Estado e suas funções e do domínio das finanças. Para Lohmann (2012), Assim como os novos derivativos, as commodities de carbono funcionam por meio de um processo de desvinculação radical - neste caso, desvinculando a questão do clima da questão histórica de como organizar mudanças estruturais e de longo prazo capazes de manter os combustíveis fósseis restantes no subsolo.

Lohmann (2012), aponta que a crise climática tem sua origem em uma variação do conceito de "ruptura metabólica", descrito por Marx, onde grandes quantidades de carbono fóssil são extraídas de depósitos subterrâneos para alimentar a indústria e em seguida se acumulam na atmosfera e nos oceanos. A quantidade de carbono ainda presente nos depósitos fósseis é imensa em comparação com a capacidade de absorção rápida do sistema acima do solo, composto pela atmosfera, oceanos, vegetação, solo, água e geologia superficial. Em particular, a vegetação viva do planeta (que atualmente contém cerca de 600 a 1000 bilhões de toneladas de carbono) é incapaz de absorver a injeção de

mais de 4000 bilhões de toneladas de carbono adicional proveniente dos depósitos fósseis acumulados ao longo de milhões de anos.

No entanto, como aponta Lohmann (2012), a “solução” para resolver esse problema foi colocada no mercado de carbono. Assim como outros mercados de serviços ecossistêmicos, os mercados de carbono têm como objetivo "criar e estabilizar novas áreas para atividades capitalistas" (p. 90). No entanto, fundamentalmente, esses mercados buscam garantir as condições essenciais para a acumulação, que dependem fortemente dos combustíveis fósseis e são ameaçadas pelos apelos por redução de emissões. Na linguagem do clima, o objetivo dos mercados de carbono é tornar a mitigação das mudanças climáticas economicamente viável. Nesse sentido, as demandas da criação de commodities - contabilização, propriedade e a possibilidade de acumulação de capital - levam naturalmente à abordagem do problema climático e dos "serviços climáticos" em termos de fluxos de moléculas, com destaque para as moléculas de CO₂.

O problema, aponta Lohmann (2012), é que após uma série de equiparações e estratégias para afrouxar as reduções de emissões, chegam-se nas compensações, onde a redução real de CO₂ é igualada a emissão “evitada” de CO₂. Os *off-sets* florestais, como são chamadas as compensações florestais em inglês, são um exemplo disso. Essa estratégia consiste na inclusão das florestas como sumidouros de carbono e da validação da remoção por meio da geração de créditos. Essa compensação se dá através de abordagens de descarbonização de setores da economia e por meio de mecanismos de mercado, onde o mercado de carbono é a liga principal (Furtado, 2021). Para maximizar o número e o tipo de atividades que podem ser evitadas, é necessário ampliar a variedade e o volume de fontes de poluição base que podem ser imaginadas e quantificadas. Quanto mais altos forem os valores das linhas de base de emissões estabelecidas, maiores serão as reivindicações de redução de emissões que compradores e vendedores de carbono poderão fazer e maior será o capital acumulado. Dada a possibilidade de um país não atingir a meta de redução, ele pode compensar comprando créditos de carbono de outros locais, ou seja, a compensação é na prática a possibilidade de se comprar o direito de continuar emitindo (Furtado, 2021).

A questão climática, dessa forma, foi estabelecida a partir desses pressupostos que ditam as políticas de enfrentamento às questões climáticas. Sendo assim, a próxima sessão explorará as políticas climáticas propostas no âmbito da UNFCCC para a agricultura, uso

e mudanças do uso da terra, foco desta pesquisa – e que refletem os pressupostos explorados por esse capítulo.

CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS DE AGRICULTURA, USO DA TERRA E MUDANÇA DO USO DA TERRA: NA UNFCCC E NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo tratar, no âmbito da UNFCCC, das políticas climáticas em geral e políticas de agricultura, uso da terra e mudanças do uso da terra, em específico. O intuito é analisar a construção da relação entre o agronegócio e as políticas climáticas, tanto no sentido das preocupações em torno das implicações do setor para o clima no contexto das negociações, quanto na atuação do setor nesse espaço. Busca-se ainda analisar o posicionamento brasileiro durante essa agenda no âmbito da UNFCCC e compreender como as políticas climáticas chegaram e foram incorporadas na legislação brasileira, possibilitando a existência de um Plano de Baixa Emissão de Carbono para a Agricultura. Por fim, o capítulo aborda o processo de ambientalização do agronegócio brasileiro, tendo em vista o contexto internacional e nacional.

2.1 O desenvolvimento das políticas agrícolas e florestais no âmbito da UNFCCC

No documento base da Convenção Quadro das Nações Unidas (1992), a agricultura é citada pela primeira vez em relação a produção de alimentos: “que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável” (CETESB, 2014); e em relação a adaptação à mudança climática, já que a agricultura é uma atividade que depende do clima e sofre muito com a variabilidade climática (Marambe, 2019). O documento também aponta para o papel importante dos sumidouros (como as florestas) na absorção de carbono, tendo em vista o objetivo de redução de gases de efeito estufa (Streck *et al.*, 2008).

Com a assinatura do Protocolo de Quioto, a agricultura volta a ser mencionada nas negociações, mas sem mobilizar ações práticas em torno do tema. O Protocolo citou a agricultura em três momentos, primeiro no artigo 2.1, em relação à necessidade da promoção de formas de agricultura ditas sustentáveis; no artigo 3.4 em relação às emissões por fontes e remoção por sumidouros de gases de efeito estufa de solos agrícolas e de mudanças no uso da terra e florestas; e no artigo 10 (b) (i) em relação a projetos de

adaptação (Torres, 2021). Até a assinatura do Protocolo de Quioto, o Brasil poderia ser classificado como um Estado-veto em relação à inclusão da discussão sobre as chamadas florestas em pé no regime climático sob a justificativa de defesa da soberania do país sobre os recursos naturais e o direito ao desenvolvimento (Chechi, 2019).

Chechi (2019) também relata que os sumidouros de carbono eram um aspecto conflitivo do Protocolo de Quioto, já que os negociadores brasileiros não acreditavam conter de maneira significativa o desmatamento na Amazônia. Isso fez com que mais uma vez o Brasil se posicionasse contra a inclusão desse tema na agenda, temendo que o país tivesse um grande passivo advindo do desmatamento na Amazônia. Ao mesmo tempo, com o estabelecimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, apenas o reflorestamento e o florestamento poderiam ser considerados atividades de sequestro de carbono.

Ainda no escopo do Protocolo de Quioto, as discussões sobre uso da terra e mudanças do uso da terra começam a ganhar força durante a COP 5, organizada em Bonn, na Alemanha, em 1999. Esse conceito, tratava inicialmente de atividades que promoviam a remoção de gás carbônico da atmosfera como reflorestamento e florestamento. Não havia, no entanto, um reconhecimento consensual dos impactos das atividades que causavam mudanças no uso da terra, como agricultura e desmatamento, e sua relação com as mudanças climáticas.

A questão dos sumidouros foi bastante controversa durante as negociações do Protocolo de Quioto e posteriormente no processo prolongado que culminou no desenvolvimento de diretrizes, políticas e regras contidas nos Acordos de Marrakech, definido na COP 7 em 2001. A partir do estabelecimento desses acordos, há a construção de um arcabouço regulatório básico para o protocolo de Quioto e os mecanismos de flexibilidade, incluindo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Com o MDL, os países ditos desenvolvidos poderiam investir em projetos de países ditos em desenvolvimento que reduzem as emissões de gases de efeito estufa, e em seguida, utilizar as reduções certificadas de emissões, produzidas por esses projetos, em relação às suas próprias metas de redução. Em Marrakech, apenas projetos de reflorestamento e florestamento seriam elegíveis no âmbito do MDL (Streck *et al.*, 2008).

Em 2005, durante a COP 11, as emissões provenientes do desmatamento de florestas tropicais e das mudanças do uso da terra foram oficialmente incorporadas na agenda da

UNFCCC. Tanto a Costa Rica, quanto a Papua Nova Guiné, propuseram, com apoio de um número relevante de países com florestas, considerar os benefícios de evitar o desmatamento adicional (Streck *et al.*, 2008). A floresta passa, a partir do diagnóstico da Convenção, a ser percebida como um estoque de carbono a ser conservado, tornando possível evitar, por agora, a implementação de medidas de redução de emissões por parte dos países industrializados do Norte; enquanto por outro lado anuncia uma conservação que seria capaz de ‘beneficiar’ econômica e politicamente aos países do Sul (Furtado; Faustino, 2015)

A consolidação do entendimento de que o desmatamento e a agricultura contribuem para a questão climática, estabelecida oficialmente durante a COP 11, é essencial para entender como as emissões do agronegócio são maiores do que aparentam ser, quando olhamos para as emissões da agropecuária. Isso porque, há uma conexão direta do agronegócio com o setor de mudanças do uso da terra, já que o desmatamento e as queimadas florestais são frequentemente executados para permitir a ampliação de áreas disponíveis para cultivo da monocultura e da pastagem (Mattos *et. al*, 2023)

Foi durante a COP 12, em Nairóbi (2006), que o governo brasileiro propôs oficialmente a criação de um mecanismo que buscasse promover a redução de emissões de gases de efeito estufa em países ditos em desenvolvimento, provenientes da redução do desmatamento, o que posteriormente culminou na proposta de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). O Relatório Stern (2006), também já citado, foi apresentado nessa COP e chamou atenção para o papel do desmatamento em relação às emissões de gases de efeito estufa. Segundo o relatório, evitar o desmatamento era uma das formas “mais baratas” de mitigar as emissões (Streck *et al.*, 2008).

Na COP seguinte, que ocorreu em Bali em 2007, um novo passo foi dado em relação às florestas, uso da terra e mudanças do uso da terra, que foram incluídas pela primeira vez no texto da decisão final de uma Conferência. A partir desse momento, com o estabelecimento do REDD pela decisão conhecida como *Bali Action Plan*, as emissões evitadas pela redução do desmatamento passaram a ser incluídas na contabilidade das emissões de gases de efeito estufa para o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto (2008-2012). Além disso, os Estados que promovessem reduções de emissões nacionais provenientes do desmatamento, receberiam compensação financeira internacional proporcional às emissões evitadas (Streck *et al.*, 2008). Também na COP

13, um Grupo de Trabalho *Ad Hoc* em Ações de Cooperação a Longo Prazo foi criado para tratar da temática da agricultura, que ainda era muito pouco explorada em termos de ações práticas no âmbito da Convenção (Marambe, 2019).

A COP 15, realizada em Copenhague em 2009, foi considerada uma COP de alta importância, já que seu objetivo era estabelecer metas de redução de emissões para o período de 2013 até 2020 (a segunda metade do Protocolo de Quioto). O que de fato aconteceu foi uma sucessão de debates e discussões que culminaram no Acordo de Copenhague, formulado por Brasil, China, Índia, África do Sul e mais 27 países. O Acordo, no entanto, não foi considerado vinculante, nem tinha caráter jurídico decisório, devido ao impasse em relação à não participação nas negociações do acordo de países como Bolívia, Venezuela, Nicarágua, entre outros, que alegaram ser parte de um movimento pouco transparente e democrático.

Outro aspecto importante da COP 15 foi o papel de liderança exercido pelo Brasil, então governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o presidente apresentou o conjunto de ações voluntárias chamados de NAMA (Nationally Appropriate Mitigation Actions ou Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada) e as metas de redução de emissões do país até 2020: em 36.1% a 38.9%, estabelecido pela lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009, junto a um. O presidente também apontou em seu discurso alguns dos setores que eram prioritários na agenda brasileira: agricultura, siderurgia e setor energético. Além de assumir o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020. O governo também se comprometeu em adotar intensivamente na agricultura a recuperação de pastagens atualmente degradadas, promover ativamente a integração lavoura-pecuária (iLP), ampliar o uso do Sistema de Plantio Direto (SPD) e da Fixação Biológica de Nitrogênio (FNB) (Brasil, 2009). Ações essas que posteriormente foram incorporadas no Plano de Agricultura de Baixo Carbono e serão discutidas posteriormente na pesquisa.

Na COP 16, em 2010, o Brasil enviou sua Segunda Comunicação⁴ À UNFCCC contendo o inventário de emissões do país e anunciou também uma meta de combate ao

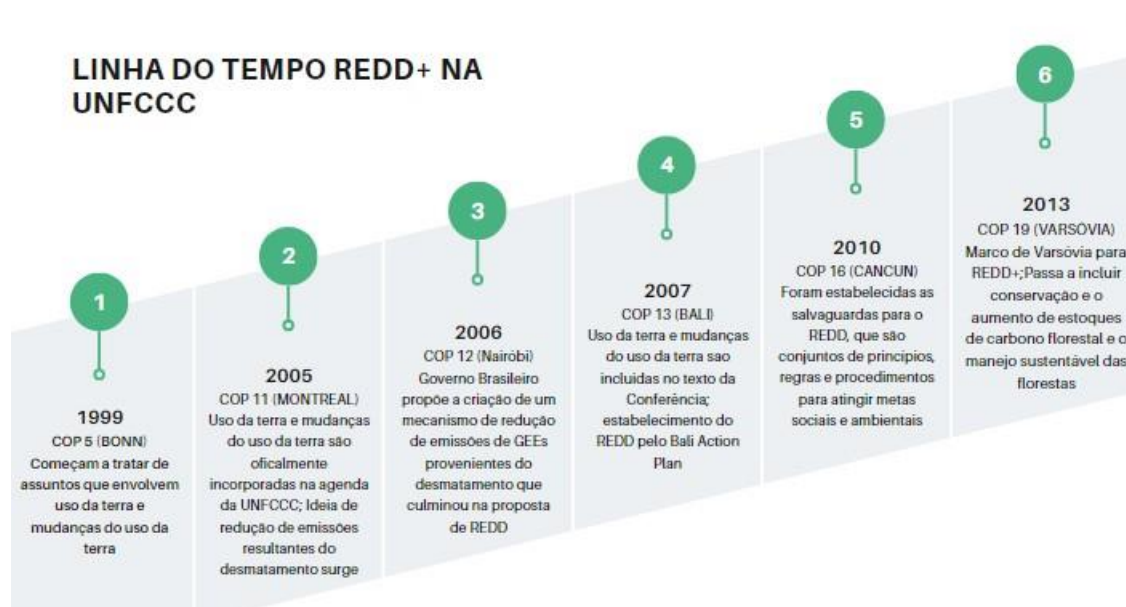
⁴ Dentre os compromissos assumidos pelo país junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (sigla em inglês UNFCCC) está o de desenvolver e atualizar, periodicamente, inventários nacionais das emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, além de fornecer uma descrição geral das providências para implementar a Convenção. O documento contendo tais informações é chamado de Comunicação Nacional (CN) no jargão da Convenção (MTCI, online).

desmatamento que correspondia a 67% da meta de 80% estabelecida para 2020. Apenas na COP 17, depois de um longo processo de negociação, estabeleceu-se o Plano de Trabalho de Agricultura no Órgão Subsidiário de Conselho Científico e Tecnológico (SBSTA). Durante a COP 18, em Doha, as Partes submeteram documentos de posição em relação à agricultura, com um enfoque, principalmente, na adaptação – mesmo que citem a necessidade também de lidar com a questão da mitigação por parte do setor.

Na COP 19, em Varsóvia, há a assinatura do Marco de Varsóvia para REDD+ que acrescenta e define melhor as atividades a serem consideradas pelo mecanismo. Além de abranger a redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal (REDD), o “+” passa levar em consideração a conservação e o aumento de estoques de carbono florestal e o manejo sustentável das florestas, o que abre a possibilidade da criação de projetos de REDD+ em comunidades tradicionais, por exemplo. Esse Marco é responsável por estabelecer requisitos para o reconhecimento de resultados de mitigação da perda florestal nos países em desenvolvimento, bem como as maneiras pelas quais será possível obter pagamentos por resultados. Para obter pagamentos por resultados, os países passariam a submeter seus níveis de referência de emissões florestais à avaliação de especialistas internacionais selecionados pela UNFCCC. Foram estabelecidos um conjunto de sete decisões sobre os aspectos metodológicos, institucionais e financeiros, possibilitando a institucionalização de uma arquitetura internacional para o funcionamento do projeto. A consolidação do REDD+ passou por sete anos de

negociação, o quadro exposto na Figura 2 resume o processo até sua consolidação na COP 19:

Figura 2 - Linha do tempo de REDD+ na UNFCCC



Fonte: Brasil (2014).

Em relação à agricultura, as negociações aconteceram durante as COP no Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA, sigla em inglês), desde 2013, ainda com foco em adaptação e ressaltando a necessidade de se criar planos de contingência e sistemas de alerta no enfrentamento de eventos climáticos adversos e seus efeitos. No fim, as discussões culminaram na resolução mais relevante para a agricultura na UNFCCC, a criação do Grupo de Trabalho de Koronivia para a Agricultura, recomendado para a COP 23 e adotado pela decisão 4/CP.23. (Torres, 2021). Esse grupo foi criado para debater a inserção do tema da agricultura frente ao Acordo de Paris, discutir de forma conjunta sobre questões relacionadas à agricultura, às mudanças climáticas e a segurança alimentar e nutricional, além de tratar de temas como:

Modalidades para a implementação dos resultados dos cinco workshops já realizados sobre: adaptação; sistemas de alerta rápido sobre eventos climáticos; riscos e vulnerabilidades da agricultura diante dos impactos das mudanças do clima; identificação de medidas de adaptação; **identificação de práticas e tecnologias que permitam aumentar produtividade de maneira sustentável;** b. Métodos e abordagens para avaliar o que significa adaptação, cobenefícios de adaptação e resiliência; c. **Melhoria a retenção de carbono do solo, a saúde e a fertilidade do solo de pastagens e terras agrícolas, bem como sistemas integrados, incluindo a gestão da água;** d. **Melhor uso de nutrientes e manejo de dejetos para produtos sustentáveis e sistemas agrícolas resilientes;** e. **Melhoria dos sistemas de gestão pecuária;** f. Dimensões socioeconômicas e

de segurança alimentar da mudança do clima no setor agropecuário (Lima; Harfuch; Palauro, 2020, p. 15, **negrito nosso**).

Alguns dos temas e medidas propostas já haviam sido citadas no Plano ABC enviado pelo Brasil. Esse resultado demonstra como é possível que uma proposta feita em um âmbito local possa influenciar as negociações de agricultura no âmbito internacional, e vice-versa:

Esse contexto demonstra a dinamicidade da agenda climática no Brasil, o que altera os atores a serem mobilizados, a sensibilidade e o poder para promover as pautas de interesse. Para além desses elementos, o que está ocorrendo externamente também tem influência sobre como os processos internos serão conduzidos (Checi, 2017).

O Grupo de Trabalho de Koronivia teria seus trabalhos encerrados durante a COP 26, mas o Brasil, em conjunto com outros países ditos em desenvolvimento, se esforçou para garantir sua continuidade. O seu mandato foi prorrogado de forma temporária por mais quatro anos, denominado de *Sharm El-Sheik Joint Work on Implementation of Climate Action on Agriculture and Food Security* durante a COP 27 (Lima, 2022). As discussões envolvendo essas temáticas irão se desenvolver sob seu escopo.

De uma maneira geral, foi possível compreender por meio dessa sessão que as discussões de uso e mudanças do uso da terra e o reconhecimento da contribuição da agricultura e do desmatamento à mudança climática são essenciais para compreender o papel do agronegócio nas negociações. Além disso, foi visto que o Brasil teve um papel relevante nas negociações e foi decisivo para a adoção de políticas e para a consideração dos temas na agenda de negociação. Sendo assim, a próxima sessão apresentará como as políticas discutidas no âmbito internacional chegam ao Brasil e são incorporadas em sua legislação.

2.2 O processo de institucionalização da questão ambiental e climática no Brasil: um reflexo do global

O processo de institucionalização da questão ambiental e climática no Brasil ocorreu na década de 1980, marcada também pelo processo de redemocratização. Ainda durante o regime militar, se sanciona a Lei que “dispõe sobre a Política Nacional de Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, promulgando um arcabouço institucional federal, com a Secretaria de Meio Ambiente

ligada à presidência da república (SEMA), com um conselho nacional de meio ambiente e com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Lopes, 2006). Essa lei instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Schmitt *et al.* (2022), aponta que foi a primeira vez na história ambiental do país que os bens ambientais não eram regulamentados de forma isolada e desarticulada, mas, sim, a partir de uma perspectiva sistêmica. A autora ressalta que essa abordagem jurídica foi referendada, posteriormente, na Constituição de 1988.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, um novo capítulo sobre o meio ambiente, que reforçava a lei de 1981 e a de 1985 (sistema nacional do meio ambiente e ação civil pública), coroou o processo de construção de uma institucionalidade ambiental, que continuou se desenvolvendo ao longo dos anos (Lopes, 2006). Muitos desses avanços ocorridos em relação a estruturação de marcos regulatórios e instituições voltadas à questão do meio ambiente foram influenciados pela agenda internacional, que como visto, teve um de seus marcos a Conferências de Estocolmo em 1972 (Schmitt *et al.*, 2022). Vinte anos depois, em 1992, com a Eco-92 que foi sediada no Rio de Janeiro, um enorme documento foi feito pelo governo brasileiro, dispondo de objetivos, atividades e considerações sobre meios de implementação, de um planejamento de uma cooperação internacional, de ações nacionais e locais em favor do “desenvolvimento, do combate à pobreza e da proteção do meio ambiente” (Lopes, 2006, p. 40).

Com relação a questão climática, em Quioto, em 1997, o Brasil assume, mesmo sem obrigatoriedade em relação as metas de redução de emissão, um compromisso voluntário para a elaboração de inventários periódicos de suas emissões e remoções de gases de efeito estufa, além de metas de redução e o aumento da capacidade de adaptação da população (Chechi, 2019). O país se comprometeu voluntariamente a reduzir de 36,1% e 38,0% das emissões de gases de efeito estufa projetadas para 2020 e em reduzir o desmatamento em 80% no mesmo período. Com isso, a adoção de planos setoriais seria essencial para o cumprimento do posicionamento brasileiro perante a comunidade internacional.

O Brasil iniciou a aproximação com a agenda de clima a partir da criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). O FBMC foi criado em 2000 pelo Decreto nº 3.515, de 20 de junho de 2000 e é presidido pelo Presidente da República, com o

objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade sobre os problemas decorrentes da mudança do clima, além de facilitar a incorporação da temática do clima dentro das políticas públicas. Em 2007, a pedido do FBMC e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o governo criou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima⁵ (CIM), que seria posteriormente responsável pela formulação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Torres, 2021). Com isso, pode-se dizer que há o início da institucionalização das políticas climáticas no Brasil. Até os anos 2000, o posicionamento brasileiro nas discussões de clima era muito restrito, sendo protagonizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A partir da criação do fórum, uma gama mais diversificada de atores começou a fazer parte da formação do posicionamento brasileiro na agenda climática, bem como na internalização do regime climático dentro do país (Chechi, 2019).

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima tinha como principais metas impulsionar o desenvolvimento e o aprimoramento das ações de mitigação no Brasil, assim como criar condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais por meio da adaptação. O plano foi estruturado em quatro eixos principais: oportunidades de mitigação, impactos, vulnerabilidades e adaptação, pesquisa e desenvolvimento, e educação, capacitação e comunicação (Torres, 2021). Para que fosse possível cumprir com as ações previstas em cada um dos eixos do Plano, alguns mecanismos financeiros foram elaborados como: o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), que tem como objetivo o financiamento de projetos, estudos e empreendimentos que visem à

redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança climática⁶ (Torres, 2021).

⁵ O CIM era coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, sendo composto por dezessete órgãos federais e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas-FBMC. Os órgãos federais que o compõem são: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes, e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (PNCM, 2008).

⁶ Ver: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobremudanca-do-clima>

Em 2009, a Lei nº 12.187 instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima no Brasil, estabelecendo o compromisso voluntário do país perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Essa política tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das projeções até 2020, além de buscar a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção do sistema climático global. Para implementar essa política, foram criados diversos mecanismos, incluindo: i) A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, que faz parte do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e conta com um Departamento de Mudanças Climáticas; ii) O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, estabelecido pela Lei nº 12.114/2009, que tem como objetivo financiar ações e projetos relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas; iii) A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, criada em 2007, que tem a função de discutir e propor medidas legislativas relacionadas às mudanças climáticas. Esses dispositivos foram estabelecidos com o intuito de fortalecer e coordenar as ações do governo brasileiro no enfrentamento das mudanças climáticas e na busca por soluções sustentáveis (Torres, 2021).

A partir da Política Nacional de Mudança Climática, foram previstas ações setoriais, ou seja, cada setor, como agricultura, indústria, energia, entre outros, fariam planos setoriais para mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Atualmente os seguintes planos setoriais de mitigação e adaptação foram concluídos: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM; Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado – PPCerrado; Plano Decenal de Energia – PDE; **Plano de Agricultura de Baixo Carbono - Plano ABC**; Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação - Plano Indústria; Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono – PMBC; Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM; Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Para além da criação da Política e do Plano Nacional de Mudanças do Clima, a agenda climática também foi gradualmente incorporada aos Planos Plurianuais (PPAs), que estabelecem diretrizes para um período de quatro anos e definem os objetivos e metas da

administração pública federal. Ao longo do tempo, a agenda climática foi cada vez mais integrada, como podemos observar nas comparações entre diferentes PPAs (Torres, 2021).

Além dos Planos Nacionais de Mudanças do Clima, também foi elaborado o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, ou Plano Nacional de Adaptação (PNA). Esse plano foi traçado com base na Política Nacional de Adaptação, que estabeleceu a necessidade de implementar medidas de adaptação à mudança do clima em todas as esferas da Federação. O PNA foi estabelecido por meio da Portaria Ministerial nº 150 em maio de 2016, e sua elaboração ocorreu no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima, entre 2013 e 2016. Seus principais objetivos são promover a gestão e a redução do risco climático do país diante dos efeitos adversos da mudança do clima nas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Além disso, o plano propõe mecanismos institucionais para uma implementação coordenada entre os entes federativos, setores e sociedade (Torres, 2021). Dessa forma, o Plano Nacional de Adaptação se torna um referencial para a criação de políticas públicas em nível municipal e estadual relacionadas à adaptação, além de estabelecer políticas no âmbito nacional.

O Acordo de Paris, estabelecido em 2015, também trouxe novos compromissos a serem assumidos pelo Brasil. Como previsto no acordo, os países devem encaminhar a cada 5 anos suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), que são suas metas de redução de emissão. Essas metas devem ser sempre mais ambiciosas que a comunicada anteriormente. A meta de 2020 enviada pelo Brasil, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, violou esse princípio. O objetivo era de reduzir em 37% a emissão de GEE até 2025, 43% até 2030 quando comparado ao nível de emissão de 2005. Essa nova meta é uma atualização da primeira, encaminhada em 2015, e foi alvo de polêmica devido a metodologia de avaliação do Inventário Nacional, ficando conhecida como Pedalada Climática. A meta de 2015 era baseada no Segundo Inventário Nacional, que calcula cerca de 2,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e), já no Terceiro Inventário Nacional foi para 2,8 GtCO₂e. Com isso, a nova NDC permite que o Brasil emita mais gases de efeito estufa do que a anterior, porque mantém a mesma porcentagem de metas independente do aumento no valor absoluto (Torres, 2021). O governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva atualizou as metas para corrigir a pedalada em 48% de redução até 2025 e 53% até 2030. A atualização, no entanto, volta para o patamar de

2015 estipulado antes das mudanças feitas por Jair Bolsonaro, não tendo o nível de ambição ideal segundo previsto no acordo (UOL, 2023).

Além de violar um princípio do Acordo de Paris, o governo de Jair Bolsonaro ficou marcado por um profundo retrocesso nas políticas ambientais e climáticas no Brasil. Isso representou uma ruptura em toda construção política desta agenda no país. A “passagem da boiada”, como ficou conhecido o desmonte socioambiental do governo Bolsonaro, impactou diretamente nos níveis de desmatamento no país, com um aumento de 59,5% durante os anos de governo e uma queda de 38% no número de multas contra crimes ambientais aplicadas pelo IBAMA. Além disso, a atuação do Ministério do Meio Ambiente foi reduzida ao máximo, com um corte orçamentário histórico. Outros órgãos como o Ibama, o ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro, sofreram cortes de funcionários e tiveram sua atuação limitada. Em relação a questão indígena, não houve demarcação de nenhuma terra indígena, mas houve um aumento de invasões a Terras Indígenas feitas pelo garimpo ilegal, com o número de incursões não autorizadas mais do que triplicando durante os anos do governo. A violência direta contra indígenas também aumento em cerca de 30% na comparação entre 2019 e 2021 com a média de 2016 a 2018. A questão fundiária, por sua vez, paralisou a reforma agrária, com poucos títulos provisórios sendo aprovados a antigos beneficiados, o que representou queda tanto no número de famílias assentadas, quanto nas áreas desapropriadas e incorporadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Isso ocasionou um aumento de 318% nas mortes em decorrência de conflitos no campo (Observatório do Clima, 2023 apud. Oeco, 2023).

O novo governo estabelecido em janeiro de 2023 e sobre a liderança do presidente Lula teve desde o início a pauta ambiental e climática como uma de suas prioridades. Lula esteve presente na COP 27 em 2022 mesmo antes do seu mandato começar discursando sobre o papel que a mudança do clima teria em seu governo: “Por esse motivo, quero aproveitar esta Conferência para anunciar que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura do meu governo” (BBC, 2023, online). De fato, o presidente cumpriu com sua fala e adicionou ao nome do Ministério do Meio Ambiente, de secretarias e outras áreas do governo as Mudanças Climáticas, demonstrando a criação de toda uma institucionalidade voltada para a pauta climática. Além disso, Lula lançou a candidatura de Belém como a sede da COP30, que será realizada em 2025 e teve o pedido aceito pela ONU (BBC, 2023).

Há uma clara busca pela liderança desse tema no âmbito internacional e que tem sido refletido nos discursos do presidente brasileiro em suas participações em eventos, fóruns e conferências. Na COP 28, realizada em Dubai em 2023, o presidente salienta que o “Brasil está disposto a liderar pelo exemplo” e cita como nossas metas climáticas são mais ambiciosas que as de muitos países desenvolvidos e a formulação de um Plano de Transformação Ecológica brasileiro, que tem o objetivo de promover a “industrialização verde, a agricultura de baixo carbono e a bioeconomia”, como um dos trunfos da política climática do país (Focus Brasil, 2023). Além do Plano de Transformação, a regulamentação do mercado de carbono tem sido um dos grandes trunfos do governo na tentativa de inserir o Brasil como um futuro líder da área de clima, na tentativa da criação de uma potência agroambiental.

A partir dessa retrospectiva é possível compreender melhor como o processo de institucionalização da questão ambiental e climática foi sendo feita no Brasil, tendo como plano de fundo o processo de negociação no âmbito da UNFCCC que ocorria simultaneamente no plano internacional. Tendo esse contexto em vista, a busca por uma redução de emissões no Brasil continua perpassando por planos setoriais, principalmente em relação ao setor da agropecuária industrial e de mudanças do uso da terra – responsáveis por mais da metade das emissões brasileiras (SEEG, 2021). Sendo assim, na próxima sessão será possível compreender como essa questão se torna uma “preocupação” do agronegócio brasileiro, o principal setor emissor de gases de efeito estufa no país.

2.3 O Processo de Ambientação do Agronegócio: do problema à solução

Com o processo de ambientação acontecendo no âmbito global e nacional e a pauta ambiental e climática ganhando cada vez mais atenção, o setor agropecuário industrial passou a sofrer pressões em relação ao seu modelo de produção, conhecido por acarretar impactos socioambientais negativos como desmatamento, desapropriações e despossessão de povos tradicionais e indígenas, uso intensivo de agrotóxicos, e por gerar conflitos no campo, entre outros. Assim, de acordo com Schmitt *et al.* (2022) na década de 2000, inicia-se uma intensa mobilização de um conjunto diversificado de atores na defesa de um setor agropecuário “sustentável”, não apenas no Brasil, mas também no campo internacional. Sem desconsiderar os vários significados desse conceito, no

contexto brasileiro, ao longo desse período, surge um movimento crescente de articulação envolvendo agentes políticos vinculados ao agronegócio, pesquisadores, pecuaristas, algumas ONG, empresas, representantes do setor público, entre outros, passaram a se aglutinar na tentativa de promover uma “sustentabilidade” na agropecuária (Schmitt et al., 2022).

Este movimento de pensar um setor agropecuário industrial “sustentável”, gerou, segundo Furtado (2023), por exemplo, o termo “produção sustentável” que se consolidou no chamado Processo de Marrakech, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, sigla em inglês). O objetivo desse processo, que se iniciou em 2003, foi dar uma aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis. A partir disso, a expressão “produção sustentável” pode ser compreendida como a integração, ao longo de todo o ciclo de vida de produtos e serviços, das melhores alternativas disponíveis para minimizar os impactos ambientais e sociais. Acredita-se que essa abordagem seja capaz de reduzir os impactos ambientais ao prevenir, em vez de simplesmente mitigar, e também minimizar os riscos à saúde humana, gerando efeitos econômicos e sociais positivos. Nesse contexto, “talvez a primeira experiência de uso coletivo e articulado da ideia de produção sustentável tenha sido em torno da soja” (Furtado, 2023, p. 38).

A busca de um “agronegócio sustentável”, segundo Schmitt *et al.* (2022), se dá a partir da convergência dos diferentes atores, como uma reação às críticas contundentes ao papel da cadeia de carne e da soja na emissão de gases de efeito estufa e na elevação dos índices de desmatamento, sobretudo na Amazônia e no Cerrado, em meio a um ciclo global de valorização das commodities agrícolas e minerárias. Isso contribuiu para que houvesse uma maior visibilidade dos impactos socioambientais associados à expansão da produção e consumo de carne.

Mas, as pressões voltadas para a incorporação, por diferentes setores do agronegócio, de uma agenda “sustentável”, não tiveram sua origem apenas no setor governamental. Movimentos das organizações sociais como a Via Campesina, organização internacional de camponeses que luta pela soberania alimentar, justiça climática, terra, água e território, e a Fase, organização que luta pela garantia de direitos, democracia e justiça ambiental, denunciavam as práticas do setor do agronegócio há anos. Segundo Paulo Tarso, ligado

ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina: “Esse é um modelo agrícola que prioriza a produção de commodities para exportação, não produz alimentos e envenena nosso povo e nosso ambiente” (Fiocruz, 2012).

A primeira iniciativa de construção de um agronegócio dito sustentável foi a criação da Mesa Redonda da Soja Responsável (Round Table on Responsible Soy – RTRS, em inglês). O objetivo era criar um “processo participativo global com toda a cadeia de produção do setor e promover a viabilidade econômica, social e ambiental para a produção de soja” (Furtado, 2023, p. 43). Entre os participantes estavam mais de 200 membros da cadeia da soja e da “sociedade civil”. A RTS criou um padrão que buscava garantir uma produção ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Entre os membros do Conselho Executivo estavam a vice-presidente da AMAGGI, presidente do WWF, Cargill, Monsanto, Syngenta e da “sociedade civil” (WWF, *The Nature Conservancy*, Instituto Centro Vida, entre outros) (Furtado, 2023).

Em 2009, uma série de organizações do mundo inteiro elaboraram uma carta de oposição à Mesa Redonda de Soja Sustentável”, destacando que esse instrumento encorajava a expansão das monoculturas de soja e das suas consequências, em especial os conflitos territoriais e a violação de direitos humanos com a expulsão das comunidades tradicionais, indígenas e pequenos agricultores; além de permitir a certificação de sojas geneticamente modificadas (OGM), entre outros problemas associados. Entre os signatários estão as organizações: Amigos da Terra Brasil, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a organização de direitos humanos, Terra de Direitos (Furtado, 2023).

Além disso, em 2006, como resposta a uma campanha de denúncias contra o avanço da produção de soja em área de florestas, impulsionadas por ONG ambientalistas, em especial pelo *Greenpeace*, foi criado o Grupo de Trabalho da Soja (GTS). O relatório “Comendo a Amazônia”, publicado pelo *Greenpeace*, denunciava a destruição, desde 2003, de uma área equivalente a 70 mil km² de florestas e do trabalho escravo em estados como Mato Grosso e Pará (Schmitt *et al.*, 2022, p. 84-85).

Em 2006 foi assinada a Moratória da Soja, em que os atores se comprometiam a não comprar mais soja proveniente de área desmatadas na Amazônia. Essa iniciativa envolveu a participação das principais empresas responsáveis pelo esmagamento e comercialização de soja no Brasil, Bunge, Cargill e ADM, e o maior grupo produtor, AMAGGI, e duas

principais organizações representativas do setor: a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação dos Exportadores de Cereais (ANEC). Algumas ONG também tiveram uma participação ativa na construção dessa plataforma, além do *Greenpeace*, participaram também a WWF, a *The Nature Conservancy* (TNC) e *Conservation International* (CI). A moratória foi assinada, inicialmente por dois anos, foi sendo renovada anualmente, e em 2008 contou com a assinatura do governo brasileiro e a participação do Banco do Brasil e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em maio de 2016, foi decidido manter a Moratória da Soja por Tempo indeterminado. A Moratória é apresentada pelos seus coordenadores como um instrumento de sucesso na diminuição do desmatamento na Amazônia, que segundo dados apresentados teria caído 86%, nos municípios onde o acordo vigora, apesar de um aumento de 200% na produção (Furtado, 2023). Além disso, de acordo com o pacto, 90% das empresas do mercado brasileiro concordavam em não comprar soja cultivada em terras desmatadas após 2006 no bioma Amazônia e/ou de agricultores autuados por trabalho em condição análoga à escravidão (The Intercept, 2017).

No entanto, segundo uma série de reportagens do The Intercept Brasil, feita em 2017, em série especial “Tapajos Sob Ataque”, a Moratória da Soja tem servido mais como peça publicitária e de marketing das empresas do ramo, que visam ocultar os conflitos ambientais decorrentes da ação do agronegócio na Amazônia, do que como estratégia de redução do desmatamento. A reportagem aponta que, de acordo um estudo publicado na Revista *Science* feito pela Universidade de Wisconsin, apesar do ritmo do desmatamento ter caído mais de 70% na década de 2006-2016, a relação com a Moratória da soja não é tão direta quanto defendem seus apoiadores:

Pelo menos 627 propriedades de soja em Mato Grosso desrespeitaram o Código Florestal e desmataram florestas ilegalmente durante a vigência da MS”. Destas, segundo a pesquisa, apenas 115 infringiram o pacto, porque as áreas desmatadas na maioria das propriedades flagradas não foram cultivadas com soja (The Intercept, 2017).

Além disso, outro estudo apresentado na reportagem feito por Daniel Nepstad, membro do *Earth Innovation Institute*, discorre que é impossível quantificar o efeito da Moratória da Soja na queda do desmatamento, mas que em uma estimativa seria algo entre 5 e 10% do total do declínio. Apesar de organizações como o *Greenpeace*, por exemplo, argumentar que a moratória representou “um enorme passo para parar o desmatamento da Amazônia”, na realidade o que a moratória se propôs a fazer, e alcançou, segundo o The

Intercept (2017), foi impedir o desmatamento pelo plantio direto da soja, o que é diferente de frear por completo o desmatamento na Amazônia, onde a soja é apenas uma das causas da destruição florestal.

Outro ponto citado na reportagem foi a enorme conversão de terra nos últimos anos no Cerrado, que teve sua destruição avassaladora ofuscada pela propaganda da Moratória da Soja, que tem como enfoque apenas os novos cultivos no Bioma Amazônia. Toda soja produzida no Cerrado pode ser comercializada afirmando que estão atendendo os critérios da Moratória da Soja e carregando a mensagem falsa de que fazem parte de uma “cadeia produtiva com desmatamento zero”, mesmo que o grão tenha sido cultivado em terras recém-desmatadas. Uma pesquisa liderada pela organização ambiental internacional Mighty Earth comprovou que havia vastas áreas de savana que estavam sendo convertidas em enormes monoculturas de soja e que os principais compradores são a Cargill e a Bunge – dois dos principais signatários da Moratória da Soja (The Intercept, 2017). Recentemente, a Cargill desrespeitou novamente a moratória ao comprar soja de uma fazenda que desmatou na Amazônia em São José do Xingu (MT), segundo reportagem feita pelo Repórter Brasil (2022). Esse exemplo pode ser utilizado como uma reflexão entre o que a narrativa de sustentabilidade do agronegócio diz e o que de fato ocorre nos territórios.

A incorporação da pauta climática, especificamente, por atores políticos e econômicos vinculados ao agronegócio teve destaque durante a COP 15 em 2009, com a proposição do Plano ABC, e se intensificou, de acordo com Bassi (2022) a partir de 2012, com a Conferência Rio+20 e, com maior destaque, a partir da ratificação do Acordo de Paris (2015). Desde então, esse setor tem marcado presença nas COP e buscando apresentar seus feitos em relação a redução de emissão de GEE e de sustentabilidade, com um grande foco nos resultados do Plano ABC e na promessa de seu sucessor o Plano ABC+.

A Conferência das Partes, que tinha no início a participação majoritária de funcionários público, de governos e chefes de Estado, foi aos poucos alterando seu perfil. Os movimentos sociais, a academia e a sociedade civil ganharam cada vez mais espaço. No entanto, nos últimos anos, as COP têm se tornado cada vez mais alvo de interesses das corporações tanto do setor energético e de combustíveis fósseis, o financeiro e o agronegócio. Assim, conforme há uma maior incorporação da agenda ambiental e

climática por parte desses agentes, há uma ampliação em sua participação como construtores dessas políticas no âmbito nacional e internacional.

O Gráfico 1, construído a partir de dados de Maria Beatriz Peixoto (2022), exhibe a participação de entes ligados ao agronegócio na delegação brasileira no período de 2003 a 2014.

Gráfico 1 - Número de representantes do agronegócio na delegação brasileira



Fonte: Peixoto (2022)

O gráfico apresenta um pico na participação do setor no ano de lançamento do Plano ABC na COP 15, em 2010. A partir da COP 21, no entanto, apenas representantes do governo foram registrados como parte da delegação brasileira. Instituições e empresas passaram a fazer parte da sessão da sociedade civil/privada, no final das listas de participação da UNFCCC, onde os países são misturados e não ficando exposto de uma forma organizada quem participou de cada país específico. Isso não significa, no entanto, que o setor do agronegócio se afastou das negociações, pelo contrário, a partir do Plano ABC e da possibilidade da construção de um agronegócio dito sustentável, o setor investe fortemente no campo climático, como será evidenciado posteriormente.

Leticia Chechi (2023), Professora-Doutora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, em entrevista para esta pesquisa, falou sobre como a ideia de que a COP 15 de Copenhague marcaria uma projeção para um novo acordo de clima, que substituiria o Protocolo de Quioto, e a possibilidade do Brasil ser reconhecido internacionalmente como

um ator que participa ativamente da discussão, impulsionou o país a pensar em novas formas de demonstrar sua liderança. Chechi aponta que inicialmente, o foco estava na questão do desmatamento, que teria sido resolvida durante a década de 2000 a 2010. Sendo assim, o Brasil propõe a criação de um plano para o setor agropecuário com participação da Embrapa, que fez com que muitos entes do agronegócio comparecessem a COP: “o agronegócio se viu intimado a ir para a cop né?”, afirma Chechi. Isso explica o pico na participação de entidades representativas do agronegócio na COP 15 em 2010. A participação do setor só cresceu, batendo recordes nas últimas duas edições da COP 27 e 28 como veremos a seguir.

Iniciativa de importância para esse processo foi a oficialização da Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura foi oficializada. Atualmente, a coalizão conta com a participação de diversas organizações não governamentais, como a *The Nature Conservancy* (TNC) e a WWF Brasil, algumas das maiores empresas de madeira e do agronegócio do Brasil, como por exemplo a ABAG e a AMAGGI, do setor financeiro, como o Bradesco, e da academia, como o Instituto Talanoa. O objetivo da coalizão é promover a colaboração entre as agendas de proteção, conservação, uso sustentável das florestas naturais e plantadas, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas.

Além disso, tem sido um ente bastante ativo na disputa política e narrativa da questão climática no país, sendo presente na formulação das principais políticas públicas e instrumentos econômicos, levando também propostas às COP e outros fóruns internacionais. A coalizão possui um documento base com 17 propostas para o nível nacional e internacional, que incluem: implementação do código florestal, regularização fundiária e cooperação internacional (5 propostas); mecanismos de valorização do carbono e serviços ecossistêmicos (3 propostas); e combate ao desmatamento, incremento de estoques florestais e agricultura de baixo carbono (9 propostas). Diferente de outros documentos do setor madeireiro/agropecuário, este contém algumas propostas pensando na resolução dos conflitos fundiários e direitos das populações tradicionais e indígenas, tendo, no entanto, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como base fundamental.

Na COP 26, em 2021, por exemplo, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro, o então Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite levou à conferência uma agenda de defesa do agronegócio e da mineração. Nesse período, a delegação brasileira presente contou com uma ampla participação de representantes do agronegócio. Um ato simbólico dessa

relação governo-agronegócio na pauta climática foi o fato da logo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ser apresentada acima das logos dos Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, em faixa, na entrada do pavilhão brasileiro, transformando o espaço em um “HUB do agronegócio” (Bassi, 2022). Ao mesmo tempo, vale destacar que o governo não incluiu organizações da sociedade civil na delegação brasileira (ISPN, 2022,).

Nas vésperas da COP 27 Marcos Jank, coordenador do Insper Agro Global, disse, ao participar do Summit Agronegócio Brasil, 2022, que “A COP nasceu como um encontro de ONG e governos, mas agora é do setor privado”. A fala dele é reflexo da apropriação que o setor privado tem feito da pauta climática, evidente ao ver o número crescentes de setores do agronegócio e de delegações da indústria dos combustíveis fósseis – 636 lobistas ligados ao setor de combustíveis fósseis do mundo na última edição em Sharm El-Sheik (Observatório do Clima, 2022a). O presidente recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva também enfatizou em seu discurso o papel do agronegócio: “o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico na busca de uma agricultura regenerativa e sustentável, com investimento em ciência, tecnologia e educação no campo” (Brasil, 2022c). Sendo assim, um setor que era alvo de críticas ambientais que prejudicavam a imagem do país no âmbito internacional, passa a conter a solução para a questão climática no Brasil – e não só em relação as emissões, mas em relação a questão energética e a questão alimentar, como será visto a posteriormente.

A importância da presença do agronegócio na COP 27, foi evidenciada pela publicação de um documento por 14 das maiores empresas do agronegócio brasileiro e do mundo – *Agriculture Sector Roadmap to 1.5°C – Reducing Emissions from Land Use Change*. Entre os signatários do documento estavam: ADM, AMAGGI, Bunge, Cargill, COFCO Intl, GAR agribusiness and food, JBS, LDC Louis Dreyfus Company, MARFRIG, MUSIM MAS, OFI Make It Real; Olam Agri, Viterro e Wilmar. Essa publicação é apresentada como um roteiro que busca “reduzir as emissões eliminando o desmatamento em suas cadeias de suprimento de óleo de palma, soja e gado”. Segundo o *Global Witness* (2022b), o documento, no entanto, não estabelece metas ambiciosas de redução do desmatamento; além de selecionar de forma seletiva um mosaico de ecossistemas cobertos e não menciona os direitos humanos ou os povos indígenas uma única vez, apesar de seu papel bem documentado na preservação de florestas críticas para

o clima e da associação profunda entre desmatamento e violações dos direitos humanos; não estabelece metas ambiciosas de redução do desmatamento; além de selecionar de forma seletiva um mosaico de ecossistemas cobertos. O documento também aponta que é esperado que o setor do agronegócio cresça 50% para acompanhar o aumento de demanda por alimentos e diz que as emissões do setor precisam também decair em 50% até 2050. Essa afirmação pressupõe um aumento de produtividade sem aumento nas emissões, o que tendo em vista as políticas propostas no documento, não será possível.

Analizando o documento, a organização *Global Witness* expôs os principais signatários por seu papel no desmatamento e por não eliminarem as violações dos direitos humanos de suas cadeias de suprimento. Um dos casos apresentados é da ADM e da Bunge no Brasil, que foi denunciado na investigação “Sementes de Conflito” liderada pela organização, expondo as expropriações de terra no cerrado brasileiro e a compra de produtores agrícolas envolvidos em uma disputa de terras com comunidades tradicionais.

Na COP 28, que ocorreu em Dubai, o número de lobistas do setor agropecuário no mundo bateu recordes. Segundo um levantamento de dados feito pela organização Britânica *DeSmog*, foram 340 representantes do setor, sendo 120 representando o setor de produção de carnes e laticínios. Além disso, mais de 100 desses representantes foram enviados como parte de delegações de países, permitindo um acesso privilegiado as negociações diplomáticas. Em comparação com a COP 27, o número foi 10 vezes maior (*DeSmog*, 2023).

Segundo a *DeSmog*, foram 11 representantes da JBS, em comparação a 4 enviados em 2022; 12 representantes da Minerva; 2 da Marfrig; e um da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Além disso, a delegação brasileira enviou 6 representantes da BRF S.A – fusão da Perdigão e da Sadia – um membro da CNA e representantes da Nestlé e de uma das maiores empresas de agrotóxicos, a Bayer. Com esse alto número de delegados representando o setor do agronegócio, o Brasil foi responsável pelo envio de 36 delegados ou 10,6% dos membros de grandes indústrias mundiais do agronegócio presentes da COP 28. Segundo Fabricio Muriana, do Instituto Regenera, entrevistado pela *DeSmog* (2023), a presença do setor triplicou porque essa COP seria marcada por ser a COP dos alimentos. Glenn Hurowitz, chefe executivo da *Mighty Earth*, também em entrevista a *DeSmog*, aponta que não há melhor expressão da

captura regulatória do Estado pela indústria da Carne do que a habilidade de ser incluída nas delegações oficiais (DeSmog, 2023).

O setor do agronegócio no Brasil, construído historicamente no país como importante ator político, conta com a existência de diversas empresas e associações. O estudo publicado pela FASE, de Bruno Bassi (2022), “O Agro não é verde” fez um apanhado geral da posição das grandes empresas/associações/sociedades/confederação do agronegócio brasileiro, as dividindo em quatro grandes grupos: pragmático-reformista, pragmático-ideológico, foco temático e negacionista-ideológico. A apresentação dos dados desse estudo é fundamental para entender de uma maneira mais ampla a posição e o discurso ambiental do agronegócio e como está dividido. A Figura 3 ilustra a divisão e os grupos participantes:

Figura 3 - Divisão ideológica dos entes do agronegócio



Fonte: Bassi (2022)

O agrupamento pragmático-reformista é colocado por Bassi (2022), como o grupo de entes que vem liderando o debate climático no campo do agronegócio, muitas vezes em articulação com algumas grandes organizações não governamentais e cientistas. É um grupo que defende políticas setoriais e o reforço de linhas de financiamento nacional e internacional ao que seria uma transição sustentável, tais como o Pagamentos de Serviços

Ambientais (PSA), emissão de títulos verdes⁷ e crédito de carbono. Apoia políticas de combate ao desmatamento ilegal em oposição a ideia de “desmatamento zero” e o reforço da legislação ambiental, mobilizando-se contra projetos de lei que ferem o Código

Florestal. Além disso, o grupo defende, liderado pela ABAG e alinhado em torno da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura, o fim do desmatamento ilegal, a redução de emissões e o fortalecimento de financiamento para ILPF e o Plano ABC+. O grupo é contrário aos denominados PLs da Grilagem, mas são evasivos quanto a questão do marco temporal para demarcação de terras indígenas. O agrupamento é composto pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) (Bassi, 2022).

Além da ABAG, o CEBDS é um dos principais agentes na construção corporativa da agenda climática no Brasil, tendo participado proeminentemente das Conferências de Clima desde 1997. Durante a COP26, o grupo que tem associação com empresas como a Suzano e a Shell, lançou dois documentos: o “Guia do CEO” e o posicionamento “Empresários Pelo Clima”, nos quais voltou a defender a adoção de regras para o funcionamento e desenvolvimento de mercados de carbono voluntário e regulado no Brasil e mecanismos de financiamento para a promoção da transição climática. O IBÁ, por sua vez, tem suas posições bastante sintonizadas com os avanços no debate acadêmico global, mas partindo de uma perspectiva liberal e focada na financeirização dos recursos naturais (Bassi, 2022).

O agrupamento pragmático-ideológico une uma defesa absoluta do setor agropecuário com temas e pautas ambientais. Tem um discurso similar ao reformistaideológico, mas carrega um discurso ufanista e ideológico junto, reforçando a ideia de obrigação dos países europeus de financiar programas ambientais, a denúncia pública a críticos do agro e a mobilização intensiva contramedidas que possam prejudicar mercados ou subsídios aplicados ao setor. Defende o cumprimento do Código Florestal e a adoção de novas tecnológicas como pilares do que chamam de “Boas práticas sustentáveis”. Também defende o fim do desmatamento ilegal, já que sua continuidade pode prejudicar o

⁷ Títulos verdes são instrumentos financeiros que são utilizados para levantar capital com um objetivo de financiar projetos que dizem ser benéficos ambientalmente.

comércio e em especial o acordo União Europeia-Mercosul. Fazem parte do grupo: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), CropLife Brasil e Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR). O grupo é liderado pela CNA e SBR (Bassi, 2022).

Diferente do primeiro grupo, no entanto, este agrupamento possui uma atuação mais direta em agendas ligadas ao desmonte de direitos socioambientais, se articulado em defesa dos Projetos de Lei nº 510/2021 e nº 2.633/2020, apelidados de PLs da Grilagem, que abrem brecha para que terras desmatadas e ocupadas possam no futuro ser tituladas, permitindo a legalização da grilagem. O grupo também se opõe de forma ferrenha à discussão de desmatamento zero e à extensão da Moratória da Soja. Além disso a CNA e a SRB se posicionaram de forma favorável à tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas e na aprovação do PL nº 2159/2021, que flexibiliza regras de licenciamento ambiental. O Acordo União Europeia-Mercosul tem sido alvo de críticas devido à ausência de transparência e de participação da sociedade civil. Além disso, o acordo prevê aos países latino-americanos a condição de subalternidade, sendo meros exportadores de commodities e matérias-primas, enquanto os países da União Europeia aumentam as vendas de produtos industriais e químicos de alto valor, ampliando ainda mais a entrada e o uso de agrotóxicos e de carros movidos à combustíveis fósseis no Brasil e outros países do Mercosul. Outra consequência de sua adoção é a liberação tarifária de bens que beneficiarão setores como a agropecuária e a mineração, aumentando o comércio de produtos prejudiciais ao clima e à natureza e que colocam em risco povos e comunidades tradicionais do Mercosul (Bannwart *et al.*, 2023). Ainda defende pautas de “finanças verdes”⁸, tema central do Global Agribusiness Forum, organizado desde 2012 pela SBR, e a defesa do uso de agrotóxicos, defendida pela SBR, ABRAPA e CropLife Brasil (Bassi, 2022).

O próximo agrupamento é o negacionista-ideológico, que nega o índice recorde de desmatamento e os atribui a ONG estrangeiras ou ambientalistas. Não dialogam com a sociedade civil ou academia e buscam reforçar a própria visão patrocinando estudos de

⁸ “Qualquer atividade financeira estruturada – um produto ou serviço com foco em garantir melhor resultado ao desenvolvimento sustentável ou financiar uma transição para uma economia mais verde (Instituto Propague, 2022, online)

viés negacionista em relação à mudança do clima, reforçando os velhos discursos desenvolvimentistas sobre o poder da agropecuária brasileira. São parte desse grupo: Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Segundo Schmitt *et al.* (2022), há uma resistência dos pecuaristas que trabalham com práticas extensivas e de baixo custo em relação a adoção de medidas baseadas em princípios ditos sustentáveis. É preciso

destacar, no entanto, que a ABIEC esteve presente na COP 28 como parte da delegação brasileira, o que pode indicar uma mudança no posicionamento da Associação.

A partir de 2019, com o início do governo Bolsonaro, esse grupo ganhou força e radicalizando seu discurso, se colocando contra a “criminalização do empreendedor rural” em questões relacionadas a desmatamento e queimadas. A APROSOJA, recentemente, publicou a Carta de Palmas, onde atacou o anúncio da Cargill de um plano para conter o desmatamento causado pela cadeia da soja no Matopiba. A associação também tem se posicionado no Senado a favor dos PLs da Grilagem, do marco temporal em terras indígenas e do PL do licenciamento. Recentemente, a APROSOJA contratou um estudo da Esalq/USP sobre sequestro de carbono no plantio direto de soja e nas reservas legais, para angariar recursos internacionais (Bassi, 2022).

Por último, o grupo “foco-temático” é composto pela União da Indústria de Canade-Açúcar (UNICA) e Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Esse agrupamento é mobilizado em torno de pautas específicas como créditos de descarbonização ou emissão de metano, com pouco envolvimento em relação a outros atores no âmbito do debate climático. Além disso, a UNICA está em uma posição distinta dos outros entes do agronegócio por lidar com questões envolvendo biocombustíveis, sendo a única dentre as associações citadas anteriormente a falar em políticas de descarbonização, tendo participado também de um painel sobre a COP26 sobre o tema, já que se beneficiam diretamente (Bassi, 2022).

Pompeia (2021) também apresenta categorizações do setor, identificando cinco agendas ambientais: reivindicações negacionistas, ligada ao Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA); posições conservadora, ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); pleitos volúveis, ligada à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos

Vegetais (Abiove); posicionamentos “descarbonizadores”, ligada à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; e posições socioambientais ligada à corporações financeiras e supermercadistas com atuação predominante na Europa.

Um aspecto ímpar do setor agropecuário é que, ainda que exista diferenças narrativas entre as mais distintas empresas e produtores que compõem esse setor, há uma unidade pública em termos ideológicos e políticos. O conceito apresentado por Caio Pompeia (2018), “concertação política do agronegócio” faz jus a esse fenômeno. O autor propõe que o fortalecimento do poder desse setor se dá devido à crescente convergência política no campo do agronegócio, que se torna mais apta a tratar de questões mais amplas como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar. Dessa forma, o autor define concertação como uma situação na qual os agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com objetivo de encontrar consensos.

Vale destacar, no entanto, que nos territórios muitas vezes há uma convergência de ação dessas diversas empresas desse setor, que por mais que apresentem publicamente um discurso sustentável, e estratégias políticas caracterizadas como mais “reformistas”, ainda são partes fundamentais de conflitos agrários, violações de direitos, uso de agrotóxicos e degradação ambiental. Segundo um vídeo produzido pelo *Global Witness* (2022c), nomeado *Brazil: The communities living in conflict with palm oil producers*, a Agropalma que se denomina “a maior produtora de óleo de palma sustentável das Américas” e a BRF que atua no “agronegócio sustentável desde o cultivo da palma de óleo” estão envolvidas em conflitos extremamente violentos com comunidades indígenas e quilombolas, incluindo, inclusive, ameaças de morte, assassinatos e grilagem de terras. A Cargill é um dos consumidores ativos desses fornecedores e, junto a Agropalma, fazem parte da ABAG, grupo pragmático-reformista segundo Bassi (2022). Esses casos nos fazem questionar sobre como, apesar da importância política e pedagógica dessas diferenciações entre setores do agronegócio, a criação de consensos no setor é mais evidente quando analisamos a partir das violações e degradações nos territórios, em vez dos discursos.

No Brasil, o agronegócio tem um papel fundamental na construção da ideia de uma economia de baixo carbono. Sendo assim, o Plano ABC+ é uma das políticas defendidas por grande parte do setor e “vendida” como uma solução original brasileira para outros países como algo inovador. Na COP, em Sharm El-Sheik no Egito em 2022, o presidente

da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG), que participou do painel “Políticas Públicas para Promoção da Adaptação e Mitigação e ações do Senar”, fez uma fala destacando que “Não estamos exportando só alimentos, estamos exportando nosso potencial da agricultura ABC para outros países que queiram copiar o que estamos fazendo de forma correta” (CNA, 2022, online). Sendo assim, para aprofundar a análise dos fundamentos do discurso ambientalizado do agronegócio os Planos ABC e ABC+ serão analisados. A partir do Plano ABC e ABC+, será possível compreender os atores, conceitos, propostas e ações propostas pelo setor, além de suas implicações. O próximo capítulo irá analisar a construção histórico-política do Plano.

CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO PLANO ABC E ABC+ E O SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA AGROAMBIENTAL

Em termos conceituais a existência do agronegócio como tal é relativamente recente, com suas origens na década de 1970, durante a ditadura civil-militar, consolidado a partir da década de 1990/2000. O termo foi primeiramente incorporado em pesquisas a partir do desdobramento da industrialização da agricultura. Com a deterioração da política de crédito rural durante a década de 1980/90, os agentes patronais procuraram revertê-la tomando a decisão de recuperar o termo original de John Hebert Davis e Allan Goldberg para fundamentar um projeto político-econômico de *agribusiness* no país (Pompeia, 2018). Segundo Guilherme Delgado (2012), a definição do agronegócio brasileiro é “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária [...] [que] realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio das políticas de Estado” (p. 94). Além de uma associação econômica e financeira, o agronegócio é uma concertação política que engloba entidades das “das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais commodities de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria” (Pompeia, 2018, p. 44-45). Ou seja, em ambas as definições, o papel do Estado, ambiente no qual o agronegócio atua, é colocado como fundamental para a existência desse setor. Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010), não existe agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam a sua origem, mas também sua expansão.

O Estado aqui é descrito nos termos de Nico Poulantzas em *O Estado, o poder e o socialismo* (1978), ou seja, em termos relacionais e representando uma arena de lutas

entre classes dominantes e dominadas, onde as relações de poder são condensadas materialmente, apresentando fissuras e contradições, e onde as micropolíticas também estão presentes. (Motta, 2021). Além disso, esse Estado não é monopolizado pelas classes dominantes, visto que não é integralmente produzido por elas: “O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política [...] mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado” (Poulantzas, 1980, p. 17), também não é um ente com poder externo fora da estrutura de classes. O Estado, portanto, atua como um organizador da hegemonia e um desorganizador das classes dominadas (Motta, 2021).

Ou seja, segundo Poulantzas (1978), o Estado não é um agente neutro e autônomo, que está acima dos interesses privados, mas é permeado por conflitos e contradições que refletem as lutas de classe. Dessa forma, ele critica tanto a visão marxista ortodoxa, que considera o Estado como manipulado pelas elites, quanto a visão institucionalista, que reduz o Estado a uma crise das instituições. O autor descreve o Estado como um conjunto de aparelhos repressivos, ideológicos e econômicos, que cristalizam as relações de força da classe dominante (Uberti, 2020).

Bob Jessop (2006; 2009) expande essa teoria, a partir de sua abordagem relacional-estratégica do Estado, argumentando que o exercício do poder estatal é resultado do equilíbrio de forças políticas dentro e fora do Estado, influenciado pelas estruturas institucionais e procedimentos específicos, bem como pelo sistema político mais amplo e pelas relações sociais circundantes. Jessop (2006; 2009) defende uma análise evolucionária das estruturas de Estado, enfatizando que os atores buscam estratégias para favorecer seus interesses e mobilizam diferentes conjuntos de forças sociais para eliminar ou modificar as restrições e oportunidades ligadas ao Estado. Ele também destaca a importância do projeto hegemônico, um modelo de desenvolvimento econômico que é coordenado pelo Estado e unifica diferentes forças com relevância de classe (Uberti, 2020). Essa definição será útil para compreender o papel do estado brasileiro em relação a manutenção do status quo de um dos grupos que compõem a classe dominante no país, o agronegócio e as disputas em torno dele.

Esse setor econômico e grupo político é complexo e atravessa a cultura, a economia, a política e os processos mais profundos da construção da sociedade brasileira, com impactos consideráveis no meio ambiente, segurança e soberania alimentar e na

agenda climática (Bassi, 2022). A importância da agenda climática para esse setor, no entanto, é bastante recente. Em um contexto histórico específico, buscando a manutenção de uma “boa” imagem internacional e nacionalmente e a oportunidade de atrair novos investimentos, o setor começa a promover um “esverdeamento” de seu discurso, ou melhor, um processo de ambientalização (Bassi, 2022).

Ao longo dos últimos anos, o agronegócio vem sendo cada vez mais pressionado por diferentes setores como consumidores, investidores e até mesmo por parte de instâncias do Estado brasileiro – que tem um interesse particular na ambientalização, já que é o grande apoiador do setor – para aderirem às propostas em volta da agenda climática, pauta principal das preocupações internacionais sobre a crise ecológica atual (Bassi, 2022).

Caio Pompeia (2018) propõe o conceito de concertação política do agronegócio para refletir sobre como o fortalecimento do poder desse setor se dá devido à crescente convergência política entre seus atores, que se interessam mais em tratar de questões mais amplas como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar. Dessa forma, o autor define concertação como uma “situação na qual agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com vistas a encontrar consensos” (p. 2). Através disso, os agentes buscam negociar acordos que facilitem, de um lado, a agregação de representatividade, recursos financeiros e saberes técnicos, e de outro, a atuação política conjunta em relação à opinião pública e ao Estado – operando em um aparato de justificação na esfera pública. Ou seja, a manutenção da imagem do agronegócio frente à opinião pública e ao Estado brasileiro também está ligada às ações ambientais de seu grupo se tornar mais apto a recebê-las, dessa forma, se torna uma vantagem políticoeconômica. Tendo esse contexto em vista, esse capítulo se propõe a apresentar a construção histórico-política e a análise dos Planos ABC e ABC+.

3.1 A Construção histórico-política do Plano ABC

A construção do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura representou não apenas um esforço do Estado brasileiro em resposta às pressões que sofria internacionalmente por conta do aumento do desmatamento em seu território, mas também evidenciou o papel do agronegócio na elaboração da pauta ambiental e das

discussões sobre mudança climática. Ou seja, a elaboração do Plano ABC foi um marco fundamental no processo de ambientalização do agronegócio brasileiro. Além disso, pode-se dizer que o processo de tradução dos acordos globais sobre mudança do clima em políticas públicas representou, no Brasil, uma oportunidade para o setor do agronegócio de construir uma agenda de “sustentabilidade” da agricultura e pecuárias brasileiras, com repercussões em nível global, envolvendo ao mesmo tempo, uma intervenção no que diz respeito às políticas públicas nacionais (Schmitt *et al.*, 2022).

Retomando a concepção de Poulantzas (1978) de que o Estado não é um agente neutro e autônomo, que está acima dos interesses privados, mas é permeado por conflitos e contradições que refletem as lutas de classe; que atua como um organizador da hegemonia e um desorganizador das classes dominadas e da atualização do conceito feita por Bob Jessop (2006; 2009) de que os atores buscam estratégias para favorecer seus interesses e mobilizam diferentes conjuntos de forças sociais para eliminar ou modificar as restrições e oportunidades ligadas ao Estado, fica mais evidente o papel da concertação política do agronegócio para garantir seu status quo de classe dominante em relação a um Estado que atua como um organizador da hegemonia. A concertação política do agronegócio é um instrumento dessa busca de estratégias por parte de um setor específico para eliminar ou modificar as restrições e oportunidades ligadas ao Estado. Com essa definição, também é possível entender como esse Estado continua agindo em favor dessa hegemonia que se estabelece ao longo do tempo.

Essa relação é citada por Brigel e Svampa (2023) como reflexo do consenso da descarbonização, que inaugura um tipo de neoestatismo de planejamento. Sendo assim, as transições verdes conduzidas por instituições governamentais e pelo Estado tendem a se aproximar, facilitar e se fundir com transições corporativas, em uma dinâmica de subserviência do setor público aos interesses privados – o que parece acontecer no caso do agronegócio e do governo brasileiro. No caso do Brasil, no entanto, há um interesse específico, que é o cumprimento das metas acordadas internacionalmente, que só serão cumpridas caso o setor do agronegócio cumpra sua parte. Aliás, podemos ir além argumentando que as próprias metas foram elaboradas com o agronegócio cumprindo a sua parte.

O Brasil foi, aos poucos, se transformando de um país veto para um país propositivo em relação à agenda climática. Muito disso se deu por conta de uma pressão

externa em relação ao desmatamento, que já foi apresentada na sessão anterior. Segundo uma entrevista feita com o Ex-consultor do MDA por Chechi (2019), o período de 2004 à 2007, sob o comando da Ministra Marina Silva no MMA e com o início da criação de mecanismos de controle do desmatamento, foi um marco para o país, que foi ganhando prestígio no âmbito internacional em relação à agenda ambiental: “Esse foi o elemento que marcou o Brasil pra fora e começou a se colocar como um agente importante na questão do meio ambiente, na agenda ambiental, na agenda das mudanças climáticas” (ex consultor MDA, 2019, apud. Chechi, 2019, p. 91). O Ex-consultor do MDA também menciona que o protagonismo Brasileiro se iniciou com a questão do desmatamento, mas que posteriormente a agricultura, não como problema, mas como solução, começa a ganhar espaço nesse contexto.

Siebeneichler (2021), aponta que o agronegócio representa para o Brasil um importante instrumento de ação diplomática e garante que a evolução do discurso em torno do agronegócio, por parte do Itamaraty, criou um canal institucionalizado entre o setor e o governo brasileiro. Isso permitiu que o agronegócio alcançasse mais espaço na política externa do Brasil por dois fatores: primeiro, pois configura-se como um dos maiores e mais fortes lobbistas no país; segundo, porque são responsáveis pela estabilização da balança comercial brasileira. Com isso, o setor se torna cada vez mais importante, em termos políticos, para o discurso brasileiro no âmbito internacional.

A aproximação de ruralistas/pecuaristas em cargos estratégicos também foi algo que marcou os últimos anos da política brasileira, principalmente durante o governo Bolsonaro. Siebeneichler (2021) demonstra que os cargos de: Ministra da Agricultura ocupado por Tereza Cristina, ex presidente da FPA; Secretário-Executivo ocupado por Marcos Pontes, também ex-presidente da FPA; Vice-Secretário Executivo, ex-presidente da UDR; 2º Ministro da Cidadania ocupado por Onyx Lorenzoni, defensor do refinanciamento de dívidas ruralistas; Secretários Especiais da Relação com o Governo ocupado por Leonardo Quintão (MDB/MG) e Carlos Manato (PSL/ES), integrantes da FPA; Ex-ministro das Relações Exteriores ocupado por Ernesto Araújo, não-membro da FPA, mas com discurso ativo em prol do agronegócio, acompanhando a retórica do governo; Ex-Ministro da Cidadania ocupado por Osmar Terra (MDB/RS), integrante da FPA. Isso sugere um alto grau de inserção desse setor nos aparatos políticos.

Como visto na sessão anterior, o Brasil inicialmente se posicionou contra a entrada do tema de mudanças de uso da terra na agenda climática, adotando uma postura de *paisveto*, sob a justificativa de soberania sobre os recursos naturais. Após a assinatura do Protocolo de Quioto, a retórica do país mudou e aos poucos passou a ser propositivo em relação a agenda climática. Mesmo sem obrigatoriedade, o Brasil anuncia sua meta de redução de emissões entre 36.1% e 38.9%, além de anunciar, posteriormente, uma meta de redução do desmatamento de 80% até 2020. O agronegócio, nesse sentido, seria um ponto chave para garantir que o compromisso brasileiro no âmbito da Convenção fosse cumprido – já que o setor é responsável, junto à mudança do uso da terra, por 74% das emissões brasileiras (Observatório do Clima, 2023).

De acordo com o representante da Embrapa, Gustavo Mozzer (2023), entrevistado para esta pesquisa⁹, o Plano ABC surge como um pedido do governo federal, após se comprometer em reduzir as emissões. O entrevistado aponta que o Brasil modificou sua posição histórica, que sempre foi demandar que os países do Anexo I, ou países desenvolvidos, cumprissem com o princípio das responsabilidades históricas. As metas apresentadas pelo Brasil faziam parte do que foi apresentado no capítulo anterior, os NAMA, e a Embrapa respondeu a demanda apresentada na Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) em apontar que forma a agricultura brasileira poderia contribuir para os esforços de redução de emissões do país.

Ou seja, o ente responsável por sugerir uma proposta de agricultura de baixo carbono foi primeiramente a Embrapa e não diretamente o setor do agronegócio de fato. Além da Embrapa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Casa Civil, tiveram um papel relevante na proposição do Plano. O entrevistado da Embrapa descreve que a aceitação por parte do agronegócio do Plano ABC não foi imediata:

Antes desse NAMA não era positivo, entendeu? Não era positivo antes dessa proposta do Nama que a gente entregou na COP 15. Era muito pelo contrário, o agro era refratário à essa discussão, era muito refratário. Eles enxergavam essa discussão como uma discussão de apontar dedos, né, pro agro, particularmente para pecuária. Em razão das emissões. Com o NAMA e com essa percepção positiva que veio de Copenhague, o modelo brasileiro que a gente propôs, o NAMA brasileiro para agricultura, que depois se materializou com a gente discutindo o plano ABC... Sabe, essa mensagem não é tão facilmente comunicada internacionalmente. Mas o Brasil conseguiu comunicar, naquela época, com esse NAMA mostrando que o nosso poder de agricultura, tinha esse

⁹ Entrevista online, concedida em outubro de 2023.

predicado de sustentabilidade e que a gente iria reforçar esse plano para aumentar a expandir para tal. E isso teve uma recepção Internacional. Quando essa recepção Internacional vira para o Brasil e começa a assim parabenizar o agro brasileiro, vem com mensagens positivas, é aí onde a chave vira, né? É, foi importante, é importante que venha alguém de fora e dar um tapinha nas costas pra dizer que o que você está fazendo está correto. Daí o pessoal do agro brasileiro, que antes era refratário, vira a chave e falam “OPA, parece que nós temos um, de fato uma oportunidade aqui, então de trabalharmos essa imagem da sustentabilidade do agro e esses predicados que têm estão associados a forma da agricultura tropical ser realizada” Vamos trabalhar isso” (Mozzer, 2023)

Logo após a recepção positiva por parte da comunidade internacional, o entrevistado afirma ter tido uma maior adesão do agronegócio ao Plano ABC e uma construção conjunta do setor na elaboração do Plano em si. Sendo assim, segundo o Mozzer (2023) “o grande agro, né? O mainstream, digamos assim, percebe que a mudança

afinal poderia ser usada como um alavancador de boas práticas e de uma sinergia entre sustentabilidade e o agro”.

De fato, a imagem internacional do agronegócio ainda é uma preocupação latente do setor. Em 2021, nos anais do Congresso de Agribusiness da ABAG, Marcello Brito, ex-presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio, fez uma fala que ressalta essa preocupação “A imagem negativa do país no exterior se consolida. Chegamos a um ponto em que os especialistas em comunicação apontam que atingimos um intervalo entre paralelos de crise, dependente de ações emergenciais e resgate de ações de terceiros” (ABAG, 2021, p. 8). Também ressalta que é papel do setor recuperar a imagem primeiro internamente: “O resgate de nossa imagem, em primeiro lugar, deve começar aqui dentro” (ABAG, 2021, p. 8).

Letícia Chechi (2019), aponta que pano de fundo institucional brasileiro foi favorável durante a década de 2010 à adoção e incorporação por parte do agronegócio da agenda climática internacional e brasileira, já que o Estado precisava, e ainda precisa, da contribuição do setor para atingir as metas de redução de GEE. Nesse âmbito, após a decisão do Presidente da República de levar uma posição “mais forte” brasileira em relação a mitigação, um plano central para o setor surge: o Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Esse Plano surge como uma tentativa por parte do Estado de mudar a opinião pública que se tinha do agronegócio como um agente do desmatamento e de impactos socioambientais (Chechi, 2019), e culmina em um processo de ambientalização do

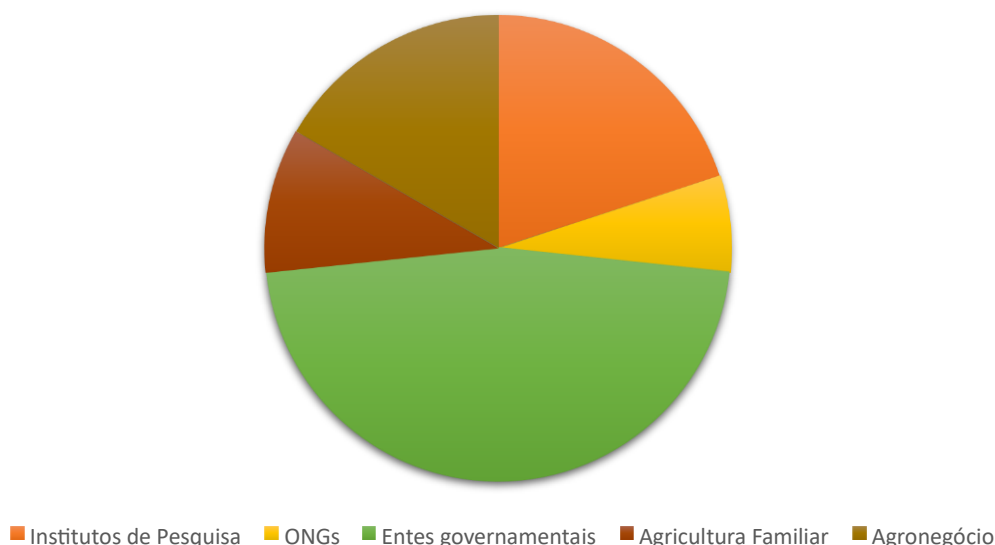
próprio setor. Assim, a questão ambiental também passa a ser apresentada como uma preocupação do Agronegócio, que vê seu prestígio sendo diminuído devido às crescentes críticas em relação a violação de direitos humanos, com trabalho análogo à escravidão; o uso excessivo de agrotóxicos com impacto na saúde humana; o desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiro; perda de biodiversidade; entre outras violações que estavam sendo fortemente denunciadas:

Visto como vetor do desmatamento, o agronegócio estrategicamente traduziu, no período anterior à COP15, alguns elementos do contexto internacional, passou a incorporar discursivamente agenda climática e sinalizou práticas sustentáveis que deveriam mostradas internacionalmente como o esforço brasileiro. Essa mudança, por um lado, atendeu os anseios do governo e às pressões de ambientalistas, contribuindo para a meta a ser apresentada pelo Brasil na COP15 e, por outro, favoreceu o agronegócio para mudar a sua imagem negativa no contexto internacional (Chechi, 2019).

De acordo com Chechi e Kalil (2021), pode-se considerar esse Plano como uma política pública que foi construída de modo participativo, já que, teoricamente, para sua elaboração, um grupo de trabalho que incluía uma variedade de atores representantes de instituições públicas, representantes do governo, organizações não governamentais, associações e representantes do setor privado foi formado. Segundo as autoras, um elemento importante em relação ao histórico dessa política pública é que, mesmo antes de sua existência como Plano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) já operacionalizava o Programa ABC, instrumento de crédito resultante da união de programas que existiam naquele momento. Ademais, é possível observar que a agricultura familiar é mencionada nos programas projetados pelo Plano ABC e seus atores representativos são citados como colaboradores na construção da referida política. O Gráfico 2 ilustra a participação dos atores, os dividindo por setor:

Gráfico 2 - Participação dos atores na construção do Plano ABC por setor

Participação na construção do Plano ABC



Fonte: Brasil (2009), Elaboração Própria.

No entanto, apontam Chechi e Kalil (2021), ao olhar os dados de implementação da política há uma fraca adesão da agricultura familiar ao Programa ABC. Por mais que a agricultura familiar seja mencionada no Plano e conte com a participação de representantes do setor como CUT, CONTAG, como Instituto Socioambiental (ISA), com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), com MDA, entre outros em sua construção. As entrevistas realizadas por Chechi e Khalil (2021) e as informações disponíveis sobre o plano demonstram que o interesse se direcionava a outra categoria de agricultores, porque havia uma percepção de que a agricultura familiar já desenvolvia uma produção mais sustentável, além de possuir linhas de crédito mais atrativas que o Programa ABC, como o PRONAF, com um crédito melhor e que não vedava nenhuma das ações propostas pelo Plano (Chechi, Khalil, 2021, p. 13).

Além disso, um entrevistado do Inesc à Chechi e Kalil relatou que os atores da agricultura familiar buscavam uma política de transição direta para a agroecologia, mas não possuíam “força política suficiente” para isso naquele momento (Chechi, Khalil, 2021, p. 13-14). Os representantes da agricultura familiar foram, então, sendo desestimulados a participar da construção, pois suas ideias não tiveram espaço e ressonância. Sendo assim, é possível perceber que desde o início o Plano ABC teve um grupo específico definido para ser alvo de suas políticas, o agronegócio. Por mais que haja uma tentativa governamental e do setor agroindustrial de homogeneizar a agricultura

familiar e o agronegócio em seu discurso, existe uma separação de quem realmente contribui para a mudança do clima e quem sofre diretamente seus efeitos (Torres, 2021). Dessa forma Chechi (2023) aponta que por mais que a agricultura familiar esteja citada nas metas e que haja a participação durante a construção do que viria a ser o Plano ABC, ele é desde o início uma política voltada para médios e grandes agricultores, tanto a nível governamental, como a nível de implementação: “Em Minas Gerais teve técnico que dizia que o plano era implementado na média de 500 ha”. Ademais, Chechi (2023) ressalta que na época até se pensou em criar um plano específico para agricultura familiar, um PRONAF ABC, mas que a ideia não vingou.

Outro ponto relevante levantado por Chechi (2023) na entrevista é em relação a participação de fato dos movimentos e organizações da agricultura familiar no Plano. Segundo a Professora, houve uma certa dificuldade por parte dos movimentos para contrapor o que estava sendo proposto no Plano. Isso porque “tudo ia tão pronto para as reuniões que não dava margem, digamos assim, para contrapor, por exemplo, o movimento dizer, não, mas o sistema de plantio direto não pode ser considerado sozinho baixo carbono porque tem que considerar o sistema como um todo”. Chechi (2023) também relata que os movimentos e organizações se sentiram pouco ouvidos ou atuantes nessa discussão, inclusive, porque no mesmo período estavam discutindo o Plano Nacional da Ecologia e Agricultura Orgânica e os movimentos estavam depositando seus esforços nessa questão.

Institutos participaram em peso da construção da política, como: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Sociedade, população e Natureza (ISPN) e o Observatório do Clima. Já em relação às grandes ONG, apenas duas: WWF-Brasil e Conservação Internacional-Brasil (CI).

O entrevistado da Embrapa afirma que a proposta inicial do Plano foi feita apenas pela entidade. No entanto, após a repercussão positiva no âmbito internacional, a Embrapa promoveu mais de 30 reuniões, com atores de todos os setores:

E aí, nessa construção, iniciou-se o debate, que durou um ano no Brasil, mas isso foi posterior à apresentação do NAMA em Copenhague. Durou um ano, no ano seguinte, onde a gente fez mais de sei lá, eu não vou falar um número exato, mais foram mais de 30 reuniões com a sociedade civil e aí envolve todo mundo, entendeu? Assim, todos os atores. Quem pôde vir, veio, de todos os setores, é

tinha de ONG, ao pessoal do agro mais os grandes, os pequenos os né, tudo, entendeu? E essa discussão ali a gente desenhou o plano ABC, então aí foi construído o Plano ABC, o que se tornou o plano ABC (Mozzer, 2023).

Vale ressaltar que a Embrapa, foi criada em 1973 e atua como uma estratégia do agronegócio para garantir a formação de profissionais, o subsídio da atuação política do setor e o auxílio no planejamento econômico das empresas que compõem o agronegócio, ou a concertação política do agronegócio. Atualmente a Embrapa é o ente mais importante na produção de conhecimento e dados sobre o setor do agronegócio, inclusive em temas relacionados a sustentabilidade do setor (Pompeia, 2018).

A concertação política do agronegócio, nesse sentido, teve um papel primordial no processo de ambientalização desse setor, principalmente após a criação do Instituto Pensar Agro (IPA), que foi responsável por condensar essas mudanças discursivas que foram acontecendo ao longo da década. Antes, o Instituto para o Agronegócio Responsável cumpria parte da função exercida pelo IPA atualmente.

Com o aumento da exigência dos compradores no mercado internacional de commodities e dos movimentos sociais e ONG sobre o desmatamento, o agronegócio se viu forçado a reagir. O Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), foi criado logo após o processo de desenvolvimento da Moratória da Soja, e era mantido por dezenove entidades e tinha 42% da sua composição de entidades ligadas a funções a jusante da agropecuária. A fundação do Ares advinha, segundo Pompeia (2018), do diagnóstico de que a imagem do agronegócio no Brasil estava passando por um momento crítico na esfera pública internacional, principalmente por causa dos temas ambientais. As críticas tinham, segundo o autor, duas origens: a concorrência comercial e a insustentabilidade nas cadeias produtivas – a última, no entanto, não era tão claramente enunciada.

As principais atividades do Instituto, focada nas cadeias produtivas da soja, da cana e da carne, tinham como objetivo a comunicação com o Estado e representantes da sociedade civil; a geração de conteúdo sobre temas que conectassem a sustentabilidade e o agronegócio; e o diálogo com a esfera pública e nacional para circular materiais sobre agronegócio e sustentabilidade. O avanço de fato em ações de sustentabilidade operava em segundo plano (Pompeia, 2018).

A tentativa de incorporação da pauta da sustentabilidade no discurso do agronegócio também pode ser vista a partir dos congressos nacionais de agribusiness. Em 2007, o tema apareceu de forma tangencial no Congresso de Agribusiness da Sociedade

Nacional da Agricultura, em falas de expositores, quanto no Congresso Brasileiro do Agronegócio, da ABAG (Pompeia, 2018). Pompeia afirma que o agenciamento da noção de sustentabilidade era importante para os líderes políticos do agronegócio. Como exemplo, o autor apresenta de falas de Roberto Rodrigues, presidente do Cosag/Fiesp à época, que mobilizava o tema ora contestando as exigências de sustentabilidade, ora afirmando que o agronegócio era sustentável:

Segundo ele escreveu na Folha, não se poderia abrir mão do crescimento da produção e dos lucros em função da sustentabilidade (FSP, 28/03/2009). Em um artigo em 2011, ele instrumentalizou o papel que o Brasil passara a desempenhar na oferta de commodities no mercado internacional ao dizer que não se deveria esquecer, em meio às exigências ambientais, das 7 bilhões de pessoas que precisariam de alimentos (FSP, 19/11/2011 apud. Pompeia, 2018).

Apenas um ano depois, em 2008, o tema já havia assumido centralidade no congresso da ABAG, que foi intitulado de “Agronegócio e Sustentabilidade”. Em 2009, o conectivo “e” é substituído pelo verbo de ligação “é” para reafirmar a relação entre os dois termos “Agronegócio é sustentabilidade”. A partir desse congresso, o agronegócio começa a operar na “língua das mudanças climáticas” (Pompeia, 2018, p. 248).

No resumo do congresso apresentado pela ABAG, as mudanças climáticas e o carbono passavam a ser os maiores problemas a serem enfrentados:

As mudanças climáticas impõem outro modelo de economia, em substituição à baseada no uso intensivo de carbono, com atribuição de valor à atmosfera, aos oceanos, os rios e as florestas. O Brasil, enquanto líder da agricultura tropical, precisa ter um claro posicionamento a defender, com argumentos irrefutáveis nas questões de máxima importância, como o pagamento de serviços ambientais (ABAG, 2009, online).

Essa mudança discursiva acontece no mesmo ano em que o Plano ABC é proposto na COP 15, em Copenhague. No mesmo ano, foi criada a Aliança Brasileira pelo Clima, a partir da orquestração do ARES, com liderança da ABAG e da ABIOVE, com entidades representativas das cadeias produtivas de combustíveis renováveis e de florestas plantadas. O objetivo da criação da aliança era influenciar as negociações relacionadas à UNFCCC (Pompeia, 2018) e o documento apontava a relevância econômica do agronegócio para o PIB nacional com uma contribuição de 26% e que os setores representados pela aliança correspondiam a “16% das exportações brasileiras, ou US\$ 31,4 bilhões, valor que supera o atual saldo da balança comercial brasileira” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2). Além disso, aponta também a relevância do setor de

biomassa para a sustentabilidade da matriz energética brasileira e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do setor.

O documento também defende que os setores do agronegócio representados pela aliança desenvolviam e disseminavam “práticas de produção responsáveis, mas são negativamente afetados pela imagem do Brasil no exterior, em função do alto nível de emissões provenientes de desmatamento na Amazônia” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2) e que era “preciso destacar que esse fato tem impactos diretos no acesso de seus produtos a mercados consumidores importantes” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2). Além disso, destaca que a expansão do setor dispensava a necessidade de conversão de florestas nativas para fins agroindustriais. No entanto, a realidade descrita pela aliança não era correspondente ao que de fato ocorria na época, com o agronegócio sendo responsável por 80% da terra desmatada na Amazônia entre 1996-2006 (Greenpeace, 2006 apud. Pompeia, 2018).

Cechi (2019), ressalta que uma das estratégias argumentativas mobilizada no discurso dos atores envolvidos com o Plano ABC foi em relação ao fechamento de mercados, caso o Brasil não desenvolvesse uma agricultura de baixo carbono, ou então, a abertura de novos mercados para a agricultura sustentável e redutora da emissão de GEE. Segundo um representante da Embrapa, entrevistado por Cechi (2019), o mercado foi um elemento central na tradução e construção do Plano ABC, pois possibilitou a caracterização do produto como sustentável. Essa construção discursiva da produção da agropecuária “verde”, “limpa”, com “baixa pegada de carbono” fez parte da estratégia argumentativa dos atores setoriais.

A bancada ruralista, ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)¹⁰, passou, ao longo da primeira metade da década de 2010, a assumir crescente papel no âmbito do bloco político intersetorial do agronegócio. O foco político da concertação do agronegócio, nesta época, deu-se em torno do Código Florestal. Segundo Pompeia (2018), o descontentamento com o Código vinha sendo apontado em núcleos da concertação desde o primeiro congresso da ABAG, em 2002. A partir do final da década de 1990, segundo o autor, tinham ocorrido maiores articulações da bancada ruralista na direção de implementar alterações no código. Em 2008, a CNA, junto a FPA e entidades do patronato rural, protocolou no MMA um

¹⁰ Regulamentada na 52ª legislatura (2003-2007) (Siebeneichler, 2021).

documento sugerindo alterações em dispositivos do decreto para “proporcionar segurança jurídica às atividades e à conservação ambiental” (CNA, 2008 apud. Pompeia, 2018, p. 266). Segundo o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Assuero Doca Veronez, o código florestal representaria “a fonte de todos os males e de uma legislação que ficou ultrapassada, que tem trazido insegurança jurídica aos produtores rurais” (CNA, 2008 apud. Pompeia, 2018, p. 266). Aos poucos, os líderes da ABAG e COSAG/FIESP começaram a atuar publicamente para defender mudanças no código (Pompeia, 2018). Com a maior participação e posicionamentos similares de diversos representantes do agronegócio, foi possível ver uma aproximação das suas pautas, que passaram a ser concentradas na agropecuária em si. Essa semelhança, segundo Pompeia (2018), foi tanto promovida quanto promotora da maior institucionalização da concertação do agronegócio e da bancada ruralista.

A aproximação da ABAG com a bancada ruralista não foi imediata e nem aconteceu durante o período em que o grupo começou a ganhar destaque, durante a década de 1990. A articulação maior acontece, segundo Pompeia, quando o Presidente Lula convida Roberto Rodrigues para chefiar o MAPA (2003-2006). Assim, o planejamento estratégico da concertação recebia a oportunidade de implementação:

A bancada ruralista trabalhou de maneira muito bem articulada com o ministro, auxiliando-o em iniciativas como a retomada do controle na Embrapa, a criação dos títulos do agronegócio e a aprovação da Lei de Biossegurança. Além desses temas, a atuação parlamentar da frente contra a reforma agrária e os movimentos sociais durante o governo Lula vinha ao encontro dos pleitos da concertação no tema agrário (ABAG, 2002a apud. Pompeia, 2018, p. 268).

Com o desenvolvimento e maior institucionalização dessa parceria entre líderes do agronegócio e a bancada ruralista, o setor conseguiu promover alterações no Código Florestal, reduzindo as previsões de proteção ambiental constantes desse marco e liberando da necessidade de restauração de aproximadamente 40 milhões de hectares desmatados ilegalmente (Pompeia, 2018).

O órgão responsável por garantir uma coesão entre a bancada ruralista no Congresso é o Instituto Pensar Agro (IPA). O IPA é responsável por prestar assessoria técnica à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e por garantir maior “colegialidade, institucionalidade, sistematicidade e caráter estratégico” (Pompeia, 2018, p. 269). O IPA foi constituído em 2011 como braço institucional e de interlocução com os poderes

Judiciário e Executivo. Esse Instituto é financiado por 48 associações empresariais, dentre as quais estão as principais e mais relevantes do setor como: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), a associação de agrotóxicos CropLife Brasil, entre outros¹¹. Cada uma dessas entidades congrega as principais empresas de cada segmento, incluindo multinacionais como Cargill, ADM, Bunge, LDC, Bayer, Syngenta, BASF, Ihara, FMC e Mitsui, as brasileiras Amaggi, JBS, Marfrig, Suzano, Klabin, SLC Agrícola e Cutrale, e bancos como Itaú, Santander e Rabobank (Bassi, 2022, p. 6). O IPA tem como principal objetivo fazer com que essa concertação, nos termos de Pompeia (2018), dê certo. O instituto serve para “conciliar os interesses difusos entre os diferentes grupos a partir de uma linha comum de atuação, pautada na promoção do setor e na melhoria do agronegócio diante do público interno e externo” e além disso o IPA “promove o consenso desses atores no que tange à agenda ambiental” (Bassi, 2022, p. 6).

A criação do IPA e a consequente inserção da CNA no Instituto, fez com que a ABAG perdesse o protagonismo enquanto entidade representativa do agronegócio, mesmo que continue participando e financiando o IPA e sendo membro da CNA e da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura. Essa perda de influência se deu, primeiro por conflitos internos, nos anos 1990 e 2000, entre as lideranças do agronegócio e segundo pelo fato da ABAG ter de ser tornado mais um agrupamento de empresas do que de entidades (Pompeia, 2018). No entanto, a entidade ainda faz documentos de posicionamento para a COP e realiza congressos praticamente anuais.

¹¹ Grupo formado por mais de 300 organizações, entre ONG ambientalistas, empresas e associações industriais e do agronegócio com o propósito de “promover uma economia de baixo carbono”.

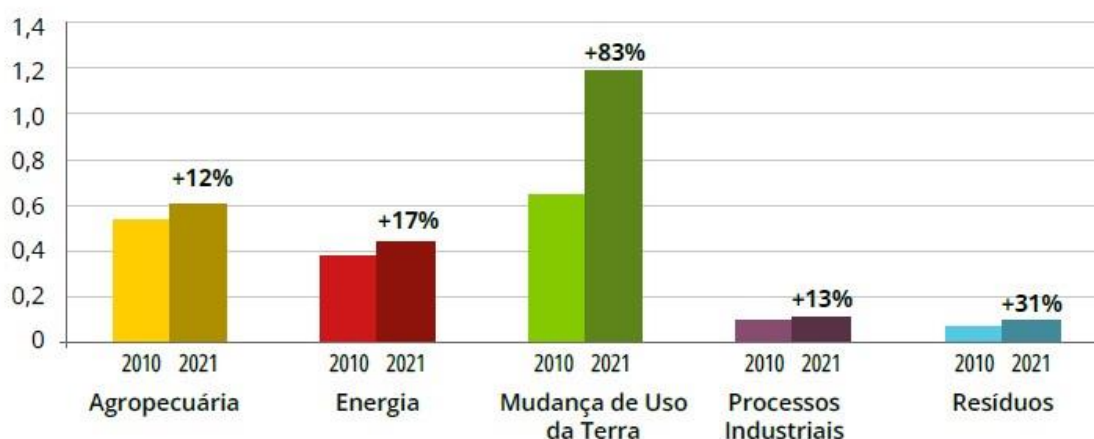
A partir disso, o papel importante da concertação política do agronegócio e do IPA na consolidação de uma posição mais convergente em relação a pauta ambiental e climática de diversas entidades do setor. É nesse contexto de apropriação da crítica pelo agronegócio e da preocupação do governo brasileiro em cumprir as metas acordadas em Quioto, que surge a ideia de construir um plano voltado pela agricultura. Foi visto também que, inicialmente, o Plano ABC não era um interesse do agronegócio, passando a ser após a ótima recepção internacional do Plano. Assim, o agronegócio passou a ver no Plano ABC uma janela de oportunidade para garantir legitimidade, prestígio e a garantia de uma imagem positiva no âmbito internacional. Dessa forma, a próxima sessão trará uma análise de conteúdo dos Planos ABC e ABC+, visando entender quais as propostas, narrativas, atores e conceitos colocadas pelo setor em relação a questão climática.

3.2 Análise do Plano ABC e ABC+: resultados e atualizações

3.2.1 O Plano ABC: a primeira fase

Em um relatório publicado pelo Observatório do Clima (2023) sobre o panorama das emissões brasileiras e as implicações para as metas climáticas, demonstrou-se que ao longo da última década, a curva de emissões brasileiras permaneceu igual à de antes da adoção da Política Nacional sobre a Mudança Climática. A expectativa do Brasil era que com a PNMC as emissões brasileiras passassem a ser mais parecidas com a de outros países do G20. O fracasso em cumprir a meta de reduzir o desmatamento na Amazônia, no entanto, manteve o país com tendência alta nas emissões e com o uso da terra pesando na trajetória. A meta menos ambiciosa de redução de 36,8% em 2020 em relação ao projetado em 2009 para aquele ano foi cumprida no agregado, mas falhou em reduzir o desmatamento e em alterar a trajetória de emissões. O Gráfico 3 ilustra as emissões brasileiras por setor, antes e depois da PNMC:

Gráfico 3 - Emissões brasileiras por setor, antes e depois da PNMC (GtCO₂e)



Fonte: Observatório do Clima (2023)

O Brasil continua sendo um dos maiores emissores mundiais, sendo o 7º sétimo maior emissor – atrás de China (25,2%), EUA (12%), Índia (7%), União Europeia (6,6%), Rússia (4,1%) e Indonésia (4%). No entanto, como os dados utilizados na análise vão até 2019 e o desmatamento caiu na Indonésia, é provável que o país seja na realidade o sexto maior emissor. Não considerando a União Europeia como um bloco na comparação, sobe para a quinta posição. Além disso, quando comparado ao resto do mundo, o Brasil emite – 8 toneladas líquidas em 2021 – mais do que a média mundial – 6.2 toneladas por pessoa. Sendo assim, o Brasil inicia suas metas no regime de Paris com emissões em alta e nenhuma alteração na sua curva de carbono.

Desde 2019, com o governo Bolsonaro, o Brasil sofreu retrocessos graves em sua política ambiental e em sua NDC. Hoje, o Brasil é o único país do G20 que viola o princípio da progressão das metas de Paris, já que as atualizações propostas da NDC reduzem a ambição da meta em relação à que fora proposta em 2015, quando o país aderiu o acordo. Chamada de pedalada climática, a nova NDC permitia uma emissão extra de 400 milhões de toneladas de CO₂. Em 2021, na COP 26 em Glasgow, o país aumentou nominalmente a ambição da NDC, propondo uma redução de 50% em 2030 em vez dos 43% oferecidos inicialmente, o que reduziu a pedalada de 400 milhões para 73 milhões de toneladas. De 2009 até 2023, o país não conseguiu ter uma mudança expressiva nos seus padrões, considerando uma “década perdida” em relação a mudança climática, apesar dos avanços proporcionados pela PNMC em relação aos planos setoriais.

O Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura foi um dos planos setoriais previstos pela PNMC, como visto no último capítulo, e regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010. O Plano foi criado tendo em vista a enorme contribuição do agronegócio para as emissões brasileiras e a necessidade de contornar a imagem negativa do setor internacional e nacionalmente – principalmente perante os mercados e consumidores. O Plano ABC é uma política pública que “apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário” (Brasil, 2012, p. 12) e que tem como objetivo “promover a redução das emissões de GEE na agricultura melhorando a eficiência no uso de recursos naturais e aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças do clima (Brasil, 2012, p. 38), isso por meio de linhas de crédito específicas. O Plano tem como objetivos específicos:

(i) Contribuir para a consecução dos compromissos de redução da emissão de GEE assumidos voluntariamente pelo Brasil, no âmbito dos acordos climáticos internacionais e previstos na legislação; (ii) Garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentado das práticas de manejo nos diversos setores da agricultura brasileira que possam vir a reduzir a emissão dos GEE e, adicionalmente, aumentar a fixação atmosférica de CO₂ na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira; (iii) Incentivar a adoção de Sistemas de Produção Sustentáveis que assegurem a redução de emissões de GEE e elevem simultaneamente a renda dos produtores, sobretudo com a expansão das seguintes tecnologias: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); e Florestas Plantadas; (iv) Incentivar o uso de Tratamento de Dejetos Animais para geração de biogás e de composto orgânico; (v) Incentivar os estudos e a aplicação de técnicas de adaptação de plantas, de sistemas produtivos e de comunidades rurais aos novos cenários de aquecimento atmosférico, em especial aqueles de maior vulnerabilidade; e (vi) Promover esforços para reduzir o desmatamento de florestas decorrente dos avanços da pecuária e de outros fatores (Brasil, 2012, p. 38-39).

O Plano tem abrangência nacional e teve vigência até 2020, quando foi substituído pelo Plano ABC+ que será analisado mais à frente.

No artigo 6º do decreto que regulamenta o Plano ABC, está previsto que, para alcançar o compromisso nacional voluntário estabelecido pela PNMC, seriam implementadas ações que reduziriam entre 1.168 milhões de toneladas de Co₂eq e 1.259 toneladas de CO₂eq do total das emissões estimadas para o ano de 2020. Sendo assim, o setor agropecuário tem, segundo o plano, a responsabilidade de contribuir com a redução de 22,5% dessas emissões (Brasil, 2012).

Segundo o Plano, o setor agrícola tem como metas: a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a ampliação da adoção de Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) em 4 milhões de hectares, estando incluído também a adoção de Sistemas Agroflorestais (SAF) em 2,76 milhões de hectares pela agricultura familiar; expansão da adoção do Sistema de Plantio Direto (SPD); expansão da adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio em 5,5 milhões de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados; expansão do plantio de florestas em 3,0 milhões de hectares; e ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m³ de dejetos animais.

Dessas metas, saem os programas que estruturam o Plano ABC: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAF); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais; e Adaptação às Mudanças Climáticas. Além disso, no âmbito operacional o Plano abrange ações que envolvem capacitação de técnicos e produtores rurais; transferência de tecnologia; pesquisa, desenvolvimento e inovação; linhas de crédito; regularização fundiária e ambiental; disponibilização de insumos, dentre outras (Brasil, 2012).

O Plano é dividido em três níveis de governança: Nacional Estratégico; Nacional Tático e Estadual Operacional. No âmbito nacional estratégico, o Plano ABC utiliza as instâncias do Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) e do seu Grupo Executivo (GEx), com a finalidade de avaliar a implementação das ações e de propor novas medidas que sejam necessárias à redução das emissões dos GEE na agricultura. No âmbito nacional tático, estava prevista a criação da Comissão Executiva Nacional do Plano ABC que foi instituída em 2021. A comissão tem como objetivo monitorar e acompanhar periodicamente a implementação do Plano, além de propor medidas para superar eventuais dificuldades nesse processo (Brasil, 2012).

Na esfera estadual, onde o plano será de fato operado, são constituídos Grupos Gestores Estaduais, responsáveis por promover a coordenação e a articulação do Plano Setorial da Agricultura nos estados. Esse grupo é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, da Embrapa, das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, dos bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco da Amazônia e/ou Banco do Nordeste) e com a integração de representantes da sociedade civil (setor produtivo, trabalhadores, universidades, pesquisas, cooperativas, ONG etc.) (Brasil, 2012).

Os estados deveriam elaborar um Plano Estadual a partir da realidade do estado com os seguintes componentes: identificação das regiões potencialmente estratégicas para sua implementação; escolha das ações que serão realizadas; e previsão de metas a serem alcançadas até 2020. O diagnóstico estava dividido em cinco etapas: a) estrutura fundiária e logística do estado; b) atividades agropecuárias estaduais; c) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); d) identificação de metas e atividades dos programas; e) proposta do Estado. Esses planos deveriam ser instaurados a partir de decretos estaduais.

O Plano ABC também conta com a transversalidade em relação a outros Planos Setoriais e planos de ação previstos na Política Nacional de Mudança do Clima, principalmente no que diz respeito à “redução efetiva dos custos de implementação das políticas públicas e, também, para evitar a dupla contabilização da redução das emissões de GEE” (Brasil, 2012, p. 53). Como já visto, um dos objetivos do Plano era reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% e 40% no Cerrado. Nesse sentido, as políticas públicas que se relacionam com essas metas são o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), que envolvem as ações citadas no plano como recuperação de pastagens degradadas e adoção do sistema de ILPF e SAF, para diminuir a pressão por desmatamento de novas áreas.

Além disso, o Plano ABC também ocorreu em interface com outras ações do governo federal, como por exemplo o Programa Mais Ambiente (Decreto nº 7.029/2009), que apresenta como ponto de convergência a “necessidade de regularização ambiental da propriedade rural mediante o estabelecimento da reserva legal e da área de preservação permanente, ou da recuperação de ambas”. Assim, para estar apto para receber os benefícios das linhas de crédito que contemplam as ações previstas no Plano ABC, a propriedade deve estar adequada a legislação ambiental. Essas ações estão previstas pelo Código Florestal, Lei nº 12.651, que determina a forma como a vegetação deve ser tratada no Brasil, especialmente dentro das áreas privadas.

O instrumento tem sido amplamente defendido pelo setor do agronegócio. O Código Florestal é um instrumento controverso e que não teve nenhum efeito prático em relação ao desmatamento e a recuperação de florestas. Segundo um estudo do Observatório do Clima (2022b), os dados do Serviço Florestal Brasileiro demonstram que menos de meio por cento dos imóveis inscritos no CAR (Cadastro Ambiental Rural) receberam

diagnóstico de regularidade ambiental, outros 99,6% continuam sem recuperar o que desmatam irregularmente e anistiados por prazo indeterminado de qualquer penalidade.

Na teoria, o objetivo do CAR é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. No entanto, os números baixos de imóveis com análise concluída só demonstram uma impunidade e até anistia para desmatamentos ilegais ocorridos até dia 22 de julho de 2008 (Observatório do Clima, 2022b). Ademais, segundo Marcela Vecchione, membro do Grupo Carta de Belém e professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFGA, “O novo Código Florestal se torna base para políticas domésticas que intensificam a financeirização da natureza, reforçando e operacionalizando aqueles princípios de transição para uma economia verde – definida no Acordo como Economia de Baixo Carbono (Vecchione, 2016).” Ou seja, pode ser considerado como um instrumento construído pelo governo brasileiro, para além de outras coisas, no contexto de políticas no combate à mudança do clima, para possibilitar que posteriormente sejam inseridos os mercados de carbono e iniciativas de compensação (Furtado, 2023). O CAR tem sido utilizado como um trunfo do governo brasileiro para a comunidade internacional como mecanismo de controle eficiente para cumprir metas de redução do desmatamento (Vecchione, 2016).

Dessa forma, ao invés de promover o controle ambiental em propriedades rurais, a nova lei florestal anistiou multas por desmatamentos ilegais, reduziu as áreas de preservação permanente e liberou proprietários rurais de parte da recuperação das áreas de reserva legal ou de toda reserva, dependendo do tamanho da propriedade. O código florestal passou, ao longo da última década, por diversas flexibilizações adicionais, como foi o caso da aprovação da flexibilização das áreas de preservação permanente urbana, que favorece a especulação imobiliária. Além disso, há uma série de tentativas de ampliar ainda mais os prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (Observatório do Clima, 2022b). Outro ponto relevante é em relação as determinações sobre Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), não serem totalmente compatíveis com o modo de vida de agricultores familiares e ensejarem a criminalização da agricultura familiar, por não adotarem práticas condizentes com o que se considera ambientalmente corretas. Outro problema associado é a sobreposição de terras nos cadastros. Para o

discurso do agronegócio, no entanto, o Código representa uma das leis florestais mais rigorosas do mundo e segurança jurídica para os agricultores e pecuaristas – mesmo com a baixíssima adesão do setor, que pode levantar questionamentos.

O Plano ABC também diz contribuir para outras políticas governamentais como a Operação Arco Verde (OAV), que tem como objetivo a promoção de modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para controle e redução do desmatamento; para o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo), com ações de educação ambiental de produtores rurais em áreas consideradas de risco; para o Plano de Erradicação da Pobreza extrema, já que “além de promoverem a redução da emissão de GEE, impulsionam aumento na produtividade agropecuária e redução de custos de produção, o que pode auferir maior renda, principalmente para agricultores familiares” (Brasil, 2012, p. 54); O Plano também diz contribuir com o Programa Terra Legal Amazônia de regularização fundiária e para o Programa Territórios da Cidadania.

Quanto aos programas propostos no Plano ABC, segundo o pesquisador da Embrapa Gustavo Mozzer (2023), a construção do Plano ABC não parte do zero e sim de tecnologias que já eram estudadas pela Embrapa a mais de 30 anos. O entrevistado aponta que o papel da Embrapa foi selecionar essas tecnologias com base em três pilares e empacotá-las. O primeiro pilar era pensar tecnologias que não comprometessem a renda do agropecuarista, o segundo pilar era construir tecnologias pensando na capacidade adaptativa e na resiliência dos sistemas agrícolas e o terceiro pilar era focado no que eles chamavam de “controle de emissões”:

Então o que a gente fez foi identificar e definir os pilares, estabelecemos 3 pilares básicos que seriam centrais para as tecnologias que a gente iria propor em um pacote para compor o NAMA. Mas basicamente, o que a gente definiu foram considerando tecnologias maduras, tecnologias que não comprometessem a renda do agricultor pecuarista, quer dizer manter atividade viável, né? O segundo que lá em ordem de importância, é tecnologias que aumentassem a resiliência, com uma capacidade adaptativa, que mudança do clima, a agricultura é um setor muito exposto a mudança do Clima, né? [...] o segundo pilar é a adaptação aos impactos da mudança do clima, né? E o terceiro, obviamente, como se tratava do Nama, com o objetivo de redução de emissões, tinha que ser tecnologias que também não contribuíssem para aumentar as emissões. Mas não necessariamente estamos preocupados que elas tivessem que reduzir. Então a gente chamava de controle de emissões (Mozzer, 2023).

Ou seja, a ideia inicial, segundo o pesquisador da Embrapa, era de apenas controlar as emissões do setor, não necessariamente reduzi-las. Se as emissões se mantivessem, já considerariam um ganho. O pesquisador também aponta que a implementação dessas

tecnologias permitiria uma redução na pressão por novas áreas. Com isso, a ideia era calcular as emissões evitadas pela redução na abertura de novas áreas, essa seria a grande fonte de redução de emissões do setor: “Então, as grandes reduções de emissões iriam ocorrer por emissões evitadas, pelo apoio da tecnologia a recuperar áreas degradadas e evitar, assim, que novas áreas tivessem que ser incorporadas ao sistema” (Mozzer, 2023). Posteriormente, no entanto, como foi citado nos objetivos do plano, estabeleceu-se uma meta de redução de emissões em 22,5% para o setor agropecuário.

Um dos empecilhos para a implementação do Plano ABC, segundo o pesquisador da Embrapa, foi o modelo de financiamento dos bancos. O Plano ABC é uma política pública que funciona a partir de concessão de crédito para a adoção das tecnologias. No entanto, o modelo de financiamento dos bancos não estava adaptado para tecnologias destinadas a sistemas agrícolas, que demoravam de 3 até 13 anos para serem implementadas de fato:

O Banco do Brasil, principalmente, que é o principal ator econômico falou assim: “mas aí não funciona para mim, porque como eu vou ter garantia de que eu vou emprestar esse dinheiro e a pessoa vai pagar em 11 anos? Em 5 anos e 7 anos não funciona, tem que ter uma garantia para viabilizar uma atividade como essa, não me interessa, é o risco é grande demais, né? (Mozzer, 2023)

A partir disso, a Embrapa entrou novamente em cena, propondo, junto com especialistas do tema, um manual de implementação das tecnologias e o tempo que demoravam a ser atingidas, com indicadores de metas. Além disso, a Embrapa capacitou empregados do banco para que eles pudessem ter uma função dupla segundo o entrevistado: “que é uma função de extensionista rural e a outra função de verificador do estágio de adequação, digamos assim, da implantação da tecnologia”. Superando esse obstáculo, o Plano passou a ser implementado. Chechi (2023) ressalta, no entanto, a dificuldade de operacionalização do Plano inclusive para grandes e médios agricultores “Quando você vai a nível de implementação, porque no Plano ABC você tem que ter uma justificativa de quanto aquilo mitiga, os técnicos preferem outras linhas mais simples de serem acessadas”. O Plano ABC acaba sendo mais utilizado quando outras linhas já não podem ser mais acessadas.

O documento do Plano (2012) começa trazendo um panorama geral da questão climática, focando principalmente no papel dos gases de efeito estufa, ressaltando que a dependência e o uso de combustíveis fósseis a partir da revolução industrial foi responsável por causar alterações na concentração dos GEE na atmosfera, causando assim o aquecimento global. Posteriormente, traz o caminho percorrido até a criação do Plano e

das metas a serem alcançadas no âmbito das negociações internacionais, destacando a não obrigatoriedade do Brasil em cumprir as metas, assunto já abordado neste e nos capítulos anteriores. Além disso, o Plano destaca a influência da consagração do conceito de Economia Verde e sua implicação para a incorporação da “sustentabilidade nos processos econômicos”, que significará para vários setores “a implantação de processos orientadores de produtividade e eficiência no consumo energético e em todos os elos da cadeia produtiva” (Brasil, 2012, p. 34).

A ideia de economia verde, muitas vezes coloca em conflito distintos posicionamentos no que diz respeito ao papel do Estado, do mercado e das organizações da sociedade civil na transição para uma sociedade sustentável e ao próprio caráter das transformações socioeconômicas e ecológicas necessárias à superação da atual crise ambiental ou societária. Essa ideia parte da noção de que é possível expandir continuamente a produção de bens e serviços em um nível global, sem pressionar os recursos naturais ou ampliar emissões (Smith *et al.*, 2022). O Plano ABC e grande parte do setor do agronegócio levantam a bandeira de que não é mais necessário expandir áreas para que o setor continue sua reprodução.

Essa ideia é fundamentada pela lógica da intensificação sustentável da agricultura. Em termos gerais, a intensificação sustentável diz respeito a um processo ou sistema capaz de possibilitar o aumento da produtividade da agropecuária sem provocar impactos ambientais adversos ou demandar a utilização de novas áreas. Ademais, o fortalecimento do capital natural e dos fluxos de bens e serviços ecossistêmicos são também frequentemente mencionados como efeitos positivos a serem gerados. Esse conceito, no entanto, tem sido alvo de intensos debates e sua definição tem representado tanto mudanças marginais em um sistema que continua a aumentar a produção de alimentos, quanto uma alteração drástica de um sistema agrícola que causa danos ambientais significativos e deixa bilhões de pessoas malnutridas ou subnutridas (Schmitt *et al.*, 2022).

Assim, Schmitt *et al.* (2022) também ressalta um aspecto do processo de ambientalização do agronegócio ao dizer que alguns atores e, sobretudo as grandes corporações, estariam usando a intensificação sustentável como uma forma de justificar a continuidade, sob uma nova embalagem, de modelos intensivos em utilização de insumos na produção agropecuária.

A ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina, quando questionada sobre o avanço do agronegócio na Amazônia respondeu que o setor não precisa fazer isso para aumentar a produção “Hoje, com as necessidades da população no Brasil e em todo o mundo, não precisa” (Exame, 2022a, online). De acordo com as projeções da FAO e da OCDE para o período de 2020-2029, o crescimento do consumo de carne por habitante nos países desenvolvidos foi estimado, na próxima década, em 0,24% ao ano, um quarto do crescimento anual na década precedente, sendo que nos países em desenvolvimento esse crescimento foi projetado para ser 0,8% ao ano, o que seria o dobro do crescimento alcançado na década anterior. Isso sinaliza, para o próximo período, a continuidade desse processo de expansão da atividade pecuária, inclusive da pecuária bovina, nos países exportadores como o Brasil (Schmitt *et al.*, 2020).

A expansão do agronegócio, no entanto, não foi paralisada. Segundo dados do estudo Agropecuária nos Biomas, do Map Biomas, publicado em 2023, em 38 anos, a agricultura aumentou 42 Mha, o que equivale a duas vezes o estado do Paraná e a pastagem expandiu 61 Mha, que representa um espaço maior do que a área do Estado de Minas Gerais. Da expansão da agropecuária, 64% são resultado de desmatamento para pastagem e 10% é resultado de desmatamento direto para a agricultura. Os biomas que mais têm sofrido pressão para expansão de terras do agronegócio tem sido a Amazônia e o Cerrado. Na Amazônia, a pastagem quadruplicou de área em 38 anos, com cerca de 23% dessa área nos últimos 10 anos. A agricultura chegou a 7,2 Mha. No Cerrado, a área de pastagem é o dobro em relação a agricultura. No Matopiba, especificamente, houve um crescimento de 252% na classe de pastagem e 220% na classe de agricultura (Map Biomas, 2023).

Na medida em que a Amazônia se tornava um bioma mais restritivo ao desmatamento promovido pela agropecuária e com maior visibilidade nacional e internacional, o setor foi migrando os investimentos para o Cerrado, exaltado pelo agronegócio como a última fronteira agrícola (Schmitt *et. al.*, 2022). O avanço do setor pelo Matopiba foi retratado por uma reportagem do Joio e o Trigo (2023b), ressaltando que através de grilagem e violência, a biodiversidade está sendo substituída por paisagens monocromáticas de soja, algodão e milho. O Cerrado concentrou metade do desmatamento do ano de 2023 em 24 municípios. O acrônimo Matopiba foi reconhecido oficialmente pelo governo federal em 2015, pela presidente Dilma Rousseff por meio de um decreto. Com o *boom* nas *commodities* nos anos 2000, a especulação de terras na região criou um ambiente propício

para expulsão e expropriação de camponeses, povos indígenas e tradicionais. Ao longo da década de 2000, o cerrado seguiu com taxas de desmatamento quase sempre superiores as verificadas na Amazônia.

As expectativas em torno da terra, produtivas ou especulativas, incentivam o desmatamento de áreas de floresta, aumentando o valor da terra (preço) e possibilitando sua grilagem e venda posterior (Schmitt *et al.*, 2022). Para o mercado financeiro, as terras não são um meio de vida, mas um ativo. O surgimento dos fundos de investimento do agronegócio (Fiagro), em 2021, e ampliação do financiamento privado indicam uma tendência de expansão ainda maior das violências e expropriações na região, já que representa uma promessa de lucro. Em entrevista ao Joio e o Trigo (2023b), Flávio Aragão, gestor do fundo, ressalta que as propriedades têm se valorizado 20% acima da inflação todo ano e que as terras no Matopiba valem um terço, um quarto, das terras no Mato Grosso. Aragão aponta que há, atualmente, uma dificuldade em abrir novas terras, o que torna a terra um ativo ainda mais valioso e raro e que a infraestrutura que falta no Matopiba chegará conforme os grandes grupos migrarem para lá e investirem na região para desenvolvê-la (Joio e o Trigo, 2023b). Com isso, é possível observar que a lógica do desmatamento por parte da agropecuária não parte apenas da racionalidade econômica associada à rentabilidade do uso da terra, mas com uma lógica de apropriação de terras que consideram “vazias” ou “devolutas” (Schmitt *et al.*, 2022). Assim, a ideia de intensificação sustentável não é totalmente oposta a perpetuação da expansão da agropecuária sob territórios e áreas de florestas.

O Plano (2012) traz à tona também a relevância estratégica do setor que está no fato de que “há uma inquestionável necessidade de expansão da produção para atender às demandas atuais e futuras de suprimento alimentar, e também na premissa de que a expansão da produção não deve contribuir negativamente para elevação dos níveis atuais de emissão” (Brasil, 2012, p. 34). Aqui o setor começa a se apresentar como uma solução para o problema das emissões brasileiras e da segurança alimentar no mundo. No Plano ABC+ (2020), a atualização do Plano ABC para o período de 2020-2030, eles afirmam que o Plano ABC é:

único no mundo em seu escopo e abrangência, constitui ferramenta essencial para o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do Brasil de desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento do aquecimento global, redução da vulnerabilidade do setor agrícola, produção de alimentos de qualidade e de bioprodutos, incluindo biomassa (Brasil, 2020, p. 7)

Ou seja, constroem uma narrativa em que o agronegócio não é parte do problema, e sim da solução – em relação as emissões, a questão alimentar e a questão energética. Leticia Chechi (2023) traz um aspecto relevante com relação a essa construção narrativa do agronegócio sintetizar todas as soluções para a crise ambiental atual em torno de si, ressaltando que o fato do setor investir muito em pesquisas gera dados estimativos e projeções que embasam esse discurso do setor. Chechi (2023) aponta, que por outro lado, a agricultura familiar, que tem uma função social, ambiental e alimentar importante, não tem financiamento suficiente para pesquisas que gerem dados sobre sua importância, apesar de ela ser reconhecida.

Assim, a ideia de como os conflitos ambientais são estruturados, apresentado por Henri Acselrad (2004), é de que é preciso entender a relação entre a apropriação dos recursos do território, bem como do modo como são evocadas as condições de interação e durabilidade das diversas formas sociais de apropriação. Isso porque a cada modelo de desenvolvimento, encontram-se modalidades específicas de conflitos ambientais predominantes. E, “no âmbito de cada combinação de atividades, o “ambiente” será enunciado como meio de transmissão desses impactos indesejáveis que fazem com que o desenvolvimento de certas práticas comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (Acselrad, 2004, p. 27). Sendo assim, o autor defende que as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Isso porque, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação, ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno, redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou das suas localizações. Ou seja, como o modelo de desenvolvimento dita o que é ambientalmente benigno ou não, muitas vezes a agricultura familiar tem sido deixada de lado na construção das soluções para a crise ecológica e, inclusive, culpabilizada por não seguir padrões estabelecidos pelos acordos e políticas climáticas.

Essa ideia de condensação das soluções para a questão ambiental pelo agronegócio não repercute apenas no Plano, mas nos dois primeiros documentos de posição da CNA publicados em 2022 e 2023 e nos congressos da ABAG, que tem discutido muito o papel do agronegócio como um proponente de políticas e como a fonte de solução de todos os problemas relacionados ao clima no Brasil. No congresso da ABAG “Nosso Carbono é

verde”, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Deputado Sérgio Sousa, fez um fala nesse sentido, de ressaltar não só o setor como a fonte de soluções, mas o Brasil:

Somos um dos países que menos usam agroquímicos por tonelada de grãos e de carne produzida, se comparados com a Europa e Ásia. Com respeito à conservação do meio ambiente, dispomos de 66% do território coberto de floresta nativa, sendo na Amazônia mais de 95%. O Código Florestal compensa a emissão de carbono ao obrigar a conservação de 20% a 80% da propriedade rural. Desenvolvemos o sistema de plantio direto e possuímos modelo tropical de produção agrossilvopastoril. Com as regras do Pagamento de Serviços Ambientais, colocaremos dinheiro no bolso do produtor rural que produz alimento e preserva o meio ambiente. Então, **cabe a pergunta sobre qual país faz tudo isso e pode suportar a segurança alimentar dos povos no planeta? A resposta está no Brasil** (ABAG, 2021, p. 16).

Essa fala ressalta a ideia da construção do Brasil como uma Potência Agroambiental, que provê ao mundo commodities agrícolas e ativos de carbono. Marcello Brito, na abertura do evento também fez uma fala nesse sentido, destacando o papel de proponente do setor na questão climática e da construção de um Brasil agroambiental, que é liderada pelo setor:

“Liderança se dá na criação de fatos e na eliminação de falsas percepções. E esse papel pode e deve ser nosso [...] Nosso carbono é verde, como nossas florestas e a agricultura tropical, para usarmos como ativo agroambiental e inteligência [...] Trabalharemos para recuperar prestígio histórico, a imagem internacional e o protagonismo agroambiental” (ABAG, 2021, p. 9).

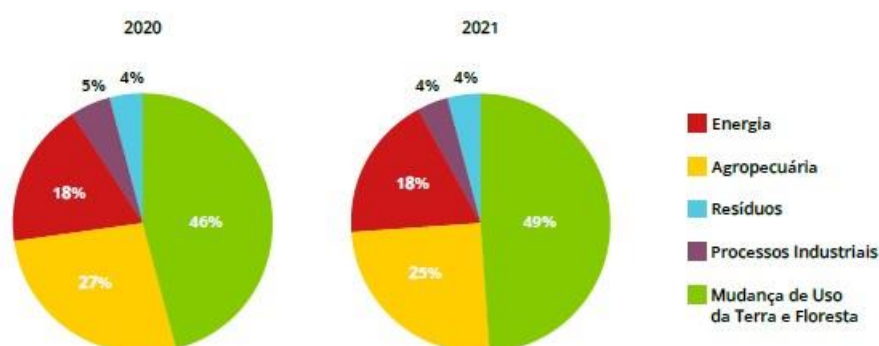
Essa mesma ideia da construção de um Brasil Potência Agroambiental está presente na nova atualização do Plano ABC+, que será apresentado mais à frente: “Com um papel importante no abastecimento mundial de produtos de origem agropecuária e no fornecimento de serviços ecossistêmicos, o Brasil adquiriu, nos últimos cinquenta anos, o status de potência agroambiental” (Brasil, 2020, p. 7).

No documento do Plano ABC (2010), antes de abordarem a contribuição do setor para as mudanças do clima e sua relação com o setor de mudanças de uso da terra, o documento elenca uma série pontos sobre a importância econômica e alimentar do setor no país. O documento descreve a emissão da agropecuária apontando sua contribuição para um quarto das emissões nacionais brutas e que a expansão constante da área utilizada com atividades de agricultura e pastagem *exigiu* a conversão de florestas nativas, tornando a mudança do uso da terra a principal fonte de emissões de GEE no Brasil. Contudo, o avanço tecnológico no campo permitiu preservar milhões de hectares de florestas nativas (Brasil, 2012).

Também aponta o duplo desafio do país: estimular o crescimento do setor produtivo agropecuário e reduzir emissões de gases de efeito estufa. E novamente, apontam as tecnologias de redução de GEE como solução para o problema. A partir desse discurso, fica evidente como a lógica da modernização ecológica (Hajer, 1995) fundamenta o discurso do agronegócio, seguindo a ideia de que será possível reproduzir as mesmas lógicas de produção com auxílio da incorporação de tecnologias.

Ou seja, ao abordar a responsabilidade do setor, o documento opta primeiro por ressaltar os pontos “positivos”, como a contribuição do setor para o PIB e para a geração de empregos e depois tratar das questões das emissões. Quando se aborda a questão das mudanças do uso da terra, que incluem desmatamento e representam o grande calcanhar de Aquiles do setor, logo justificam dizendo haver um avanço tecnológico que permitiu preservar florestas atualmente. Essa é a única menção da relação entre o setor agropecuário e o setor de mudanças de uso da terra no documento. Segundo estudos recentes da Universidade de York, no entanto, entre 90% e 99% do desmatamento tropical é impulsionado pela agropecuária, o que faz com que o setor seja responsável pelas emissões de mudanças do uso da terra no Brasil. Sendo assim, a atividade agropecuária é responsável por 74% das emissões brasileiras (Observatório do Clima, 2023). O Gráfico 4 demonstra a divisão das emissões brasileira por setor em 2020 e 2021:

Gráfico 4 - Divisão das emissões brasileiras por setor em 2020 e 2021



Fonte: Observatório do Clima, 2023.

A relação entre o setor de mudanças do uso da terra e do setor agropecuário vem sendo frequentemente questionada pelo setor e foi colocada de forma mais explícita no documento de posição da CNA. No final do documento entre as recomendações dos

líderes sobre agricultura e sistemas alimentares, pedem para considerar “a agropecuária e o uso da terra como setores distintos, evitando-se o tratamento de Agricultura, Florestas e Uso do Solo (AFOLU, na sigla em inglês), que responsabiliza a agricultura por todas as emissões de uso da terra” (CNA, 2023, p. 24).

Mesmo ressaltando o papel central que o setor do agronegócio diz ter sobre a questão alimentar, no documento de posição da CNA, pedem também para que as discussões sobre sistemas alimentares não tenham como enfoque a agropecuária e o uso da terra, alegando gerar “pesos desproporcionais para os países em que esses setores representam uma pequena parcela das emissões nacionais” (CNA, 2023, p. 22), o que definitivamente não é o caso do Brasil.

Outro ponto muito relevante levantado tanto pelos documentos de posição da CNA, quanto nos congressos de agribusiness da ABAG e no Plano ABC, é como a agricultura é uma atividade muito vulnerável as mudanças do clima: “No longo prazo, os prováveis impactos advindos com as mudanças climáticas poderão comprometer de forma expressiva a atividade agrícola” (Brasil, 2012, p. 37); “O primeiro grande desafio da humanidade é conter o aquecimento global, que tem um impacto relevante na agricultura” (ABAG, 2022, p. 35); “A agricultura é extremamente afetada pela incidência de eventos climáticos extremos e, dessa forma, sofre impactos que prejudicam a produção e disponibilidade de alimentos, interferindo negativamente na segurança alimentar” (CNA, 2022, p. 11). De fato, a agricultura é vulnerável a mudança do clima. No entanto, quem mais sofre com isso é a agricultura familiar e não o agronegócio (Torres, 2021). Há uma construção narrativa do agronegócio como a solução e como vítima das mudanças do clima, mas nunca como o causador do problema.

Como anteriormente citado, o Plano ABC conta com sete ações/programas. É importante citar, nesse sentido, as formas de monitoramento das tecnologias para que seja possível compreender de que forma são medidos os resultados. A Tabela 1 a seguir ilustra de que maneira as tecnologias são medidas:

Tabela 1 - Tecnologias e indicadores de monitoramento do Plano ABC

Programas	Indicador de Resultados
Recuperação de Pastagens Degradadas	Área (ha) de pastagem recuperada
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs)	Área (ha) implantada com ILPF e SAFs
Sistema Plantio Direto (SPD)	Área (ha) manejada sob SPD
Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN)	Área (ha) cultivada com FBN Número de doses de inoculantes comercializadas
Florestas Plantadas	Área (ha) implantada com florestas
Tratamento de Dejetos Animais	Volume de biogás processado Volume de metano utilizado na geração de energia Energia elétrica gerada a partir do uso de biogás Toneladas geradas de composto orgânico
Adaptação às Mudanças Climáticas	Ações de adaptação de plantas e de sistemas produtivos Área (ha) com ações de adaptação nas regiões mapeadas

Fonte: Brasil (2010)

Para fins analíticos, apresentaremos todas as tecnologias que são citadas no Plano ABC. No entanto, focaremos especialmente em duas: a Integração Lavoura-pecuária-Floresta (ILPF), na recuperação de pastagens degradadas e nas Florestas Plantadas. A escolha se justifica pelo papel que as tecnologias representam em relação ao mercado de carbono, que é um tema de interesse desta pesquisa. Além disso, são tecnologias que englobam diretamente a pecuária, a maior responsável pelas emissões do setor do agronegócio, principalmente de metano.

Uma das tecnologias do Plano ABC é o Sistema Plantio Direto (SPD), que consiste em um complexo de processos tecnológicos destinados à exploração de sistemas agrícolas produtivos, abarcando a mobilização de solo apenas na linha ou cova de semeadura, manutenção da cobertura do solo de forma permanente, diversificação de espécies e minimização ou supressão do intervalo de tempo entre colheita e semeadura. Segundo o documento, essa tecnologia deve estar associada à “agricultura conservacionista” de forma a “contribuir para conservação do solo e da água, aumento da eficiência da adubação, incremento do conteúdo de matéria orgânica do solo, aumento na relação benefício/custo, redução do consumo de energia fóssil e do uso de agrotóxicos” (Brasil, 2012, p. 100). Além disso, deve contribuir para redução da emissão dos gases de efeito estufa e contribuição para o aumento da resiliência do solo. Por agricultura conservacionista o plano define como uma agricultura praticada em conformidade aos

preceitos da conservação do solo, conduzida sob proteção de um complexo de tecnologias de caráter sistêmico, objetivando preservar, manter e restaurar ou recuperar os recursos naturais, mediante o manejo integrado do solo, da água e da biodiversidade, devidamente compatibilizado com o uso de insumos extremos (Brasil, 2012, p. 100).

Ao ser entrevistada especificamente sobre o sistema de plantio direto, Chechi (2023) ressalta que a comparação em relação ao percentual de redução de emissão é no que concerne ao plantio convencional e que, portanto, não devemos considerar essas tecnologias como uma fotografia do sistema de produção como um todo, e sim do que era antes de ser plantio direto naquela área e para onde vai aquele produto. Segundo Chechi, é preciso considerar toda a cadeia de produção do agronegócio, cadeia esta que tem como base insumos que são subprodutos de combustíveis fósseis, em agrotóxicos e em violação de direitos. Sendo assim, quando o agronegócio chama atenção para um único elemento, eles têm dados, de fato, para comprovar que houve redução e que é menos emissor. Mas quando se pensa no sistema como um todo, não conseguem demonstrar essa sustentabilidade.

Outra tecnologia descrita é a de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), que segundo o Plano ABC, seria relevante pela capacidade de “reduzir custos de produção e os riscos para o meio ambiente pela diminuição de emissão de gases de efeito estufa, além de elevar o conteúdo de matéria orgânica (sequestro de carbono) e melhorar a fertilidade do solo” (Brasil, 2012, p. 112). Além disso, o Plano cita que o aumento da produção agrícola é especialmente dependente do suprimento de nitrogênio, um dos principais fatores limitantes dos solos tropicais e subtropicais.

As Florestas Plantadas também são descritas como uma tecnologia relevante para a redução das emissões de CO₂. Segundo o documento, as florestas plantadas (econômicas) nas propriedades rurais possuem quatro objetivos básicos: gerar uma fonte de renda de longo prazo para o produtor; aumentar a oferta de madeira para fins industriais (celulose e papel, móveis e painéis de madeira), energética (carvão vegetal e lenha), construção civil e outros usos; reduzir a pressão sobre matas nativas; capturar CO₂ da atmosfera. Falaremos um pouco dessas temáticas.

A denominação “florestas plantadas” foi cunhada pela FAO com o objetivo de equiparar as culturas florestais, como por exemplo as plantações de eucalipto, com as florestas propriamente ditas. Segundo a WRM (2010), tratar esses termos como sinônimos é incongruente. Isso devido ao fato de que as florestas plantadas não têm nada em comum as florestas, a não ser a presença de árvores. Na grande maioria das culturas florestais as árvores são alóctones, ou seja, não são espécies locais, o que costuma gerar mais malefícios ao meio ambiente do que benefícios. Embora o discurso hegemônico defenda

as vantagens ecológicas tecnicamente trazidas por esse tipo de plantação de floresta, como a captação do dióxido de carbono. Dessa forma, a tendência é ver florestas com ecossistemas complexos e uma grande biodiversidade sendo substituídos e equiparados a monoculturas de espécies exóticas, sob a justificativa de solucionar o problema climático e garantir a captação de CO₂ (WRM, 2010).

A captura de CO₂ e venda de créditos de carbono são temáticas em ebulição nos posicionamentos do setor do agronegócio e as florestas plantadas têm relação direta com essa questão. O Brasil tem sido visto como um país com grandes vantagens econômicas quando se trata do carbono e como o país que vai liderar a exportação dos créditos. Segundo uma fala do ex-ministro do meio ambiente Joaquim Leite, na COP 27 “O Brasil vai ser líder nessa compensação ambiental, de exportar carbono para países e empresas poluidoras” (Podcast Palavra do Campo, 2022). O presidente Luíz Inácio Lula da Silva também fez uma fala ressaltando o “papel estratégico” do agronegócio nessa questão:

A meta que vamos perseguir é a da produção com equilíbrio, sequestrando carbono e proteger nossa imensa biodiversidade, buscando a regeneração do solo em todo os nossos biomas e o aumento da renda para agricultores e pecuaristas. Estou certo de que o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico (Podcast Palavra do Campo, 2022).

As florestas plantadas têm relação direta com essa questão pela sua capacidade de captação de CO₂, que podem ser vendidos num possível mercado de carbono regulado. Gustavo Pinheiro, coordenador de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade apontou, também na COP 27, que essa pode ser uma possibilidade: “Digamos que eu sou um produtor rural e eu tenho como restaurar lá, né? Áreas da minha propriedade, eu quero fazer um projeto de carbono para isso, né? Porque isso vai ajudar a financiar a restauração e tudo mais” (Podcast Palavra do Campo, 2022). Esse tema, no entanto, será explorado mais à frente visto que é no Plano ABC+ que o mercado de carbono se consolida enquanto uma solução oficial.

A próxima tecnologia é a recuperação de pastagens degradadas, definida como “o processo evolutivo da perda de vigor, de produtividade e capacidade de recuperação natural das pastagens degradadas para sustentar os níveis de produção e qualidade exigida pelos animais” (Brasil, 2012, p. 76). O processo de degradação também traz impacto na capacidade do sistema de superar efeitos nocivos de pragas, doenças e invasoras, que culminam em uma degradação avançada dos recursos naturais, devido ao manejo inadequado. Com o avanço do processo de degradação, há a perda de cobertura vegetal e

redução no teor de matéria orgânica no solo, com aumento da emissão de CO₂ para atmosfera. Nesse sentido, recuperar as pastagens e garantir a manutenção da produtividade “contribuem para mitigar as emissões dos gases do efeito estufa” (Brasil, 2012, p. 76). A recuperação de pastagens degradadas tem sido comumente utilizada nos discursos do agronegócio para impedir críticas à expansão do setor, afirmando que é possível expandir de forma sustentável. No documento de posição da ABAG (2023) para a COP 28, por exemplo, eles citam “Países com vasta área agricultável já antropizada podem aumentar a oferta de áreas disponíveis para agricultura por meio da recuperação de áreas degradadas, fortalecendo seu papel para o alcance do ODS2 e do ODS13” (ABAG, 2023, p. 5).

A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é colocada ao lado dos Sistemas Agroflorestais (SAF), como uma estratégia de “produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e/ou florestais realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotacionado, e busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agrossistema” (Brasil, 2012, p. 86). O iLPF seria voltado para o agronegócio, enquanto os SAF seriam voltados para a agricultura familiar.

O ILPF, faz parte da estratégia de intensificação sustentável, assim como a recuperação de pastagens degradadas. Foi firmada em um documento público feito pelo Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), em 2021, no qual ressaltam que é um objetivo incentivar a intensificação sustentável e a melhoria das pastagens degradadas, promovendo o uso eficiente dos recursos, integração com outras culturas, redução da idade do abate, que resultaria na melhoria do balanço da cadeia produtiva (Schmitt *et al.*, 2022). Existem, no entanto, uma série de problemáticas associadas a forma com que essa proposta vem sendo construída no Brasil.

A proposta brasileira parte da continuidade da aplicação de fertilizantes químicos, agrotóxicos, suplementos alimentares contendo soja e milho geneticamente modificados, introdução de espécies florestais exóticas na estruturação de sistemas integrados lavourapecuária-floresta. Isso demonstra que, por mais que haja um consenso sobre a necessidade de reduzir emissões e causar menos impactos ambientais, esse enfoque, no final, faz uma manutenção dos modos de organização da agricultura e do sistema agroalimentar que se tornaram dominantes com o advento da Revolução Verde (Schmitt *et al.*, 2022). Um exemplo dessa questão é a aprovação do PL 1459/2022, ou PL do

Veneno, com apenas um voto contrário no Senado, enquanto se alega uma sustentabilidade inovadora e única do agronegócio brasileiro. O PL recebeu apoio da bancada ruralista, mas foi denunciado por pesquisadores e ativistas como um risco à saúde pública, já que permite o registro de agrotóxicos que podem provocar câncer. Outra proposta questionável no PL é que ele concentra a autoridade sobre os agrotóxicos no Ministério da Agricultura, com forte atuação de ruralistas. Essa mudança contraria a divisão tripartite histórica, aplicada desde 1989, envolvendo os ministérios do Meio Ambiente e da Saúde (Brasil de Fato, 2023a). O PL foi sancionado por Lula, com 14 vetos, incluindo a concessão exclusiva da autoridade sobre os agrotóxicos ao MAPA e o trecho que discorre sobre a reutilização de embalagens de agrotóxicos e a flexibilização da divulgação de informações sobre os riscos à saúde nos rótulos de produtos (Brasil de Fato, 2023b).

É preciso destacar, no entanto, que o aumento da produtividade, nas definições da agronomia e zootecnia, não resulta simplesmente da elevação do volume total da produção. Mas está associada, fundamentalmente, à elevação dos níveis de produção por unidade de insumo (nutrientes, água, energia, capital, terra). Ou ainda, a uma diminuição da produção de insumos não desejados por unidade de insumo, como reduzir as emissões de gases de efeito estufa ou a poluição da água (Schmitt *et al.*, 2022).

Sendo assim, é preciso questionar os padrões estão sendo utilizados para aferir a produtividade: em um sentido mais agrônomo, com foco em culturas específicas de um determinado produtor, ou de uma produtividade ecológica de um agrossistema, que considera o conjunto dos processos ecológicos associados a esse sistema. De um lado, práticas com manejo convencional tendem a favorecer a produtividade no curto prazo, comprometendo a sustentabilidade dos sistemas produtivos ao longo do tempo, à medida que os processos socioecológicos que sustentam a produtividade vão sendo erodidos. Sob uma perspectiva ecológica, a redução da diversidade genética e o uso intensivo de insumos ofertados pelo mercado comprometem a médio e longo prazo a sustentabilidade dos sistemas produtivos pelo fato de criar cada vez mais dependência de aportes externos de energia e nutrientes (Schmitt *et al.*, 2022).

A ideia de intensificação sustentável que embasa as políticas do Plano ABC é construída a partir de uma lógica que foca na eficiência na utilização dos recursos e o uso otimizado de insumos externos. Segundo o *High Level Panel Experts on Food Security*

and Nutrition (2019), como a intensificação sustentável parte da noção de inovações tecnológicas e produtivas, visando promover uma maior eficiência sob o uso de recursos e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos negativos sobre a saúde e o meio ambiente, ela aponta para uma forma de transição dos sistemas alimentares e produtivos incremental, orientada, principalmente, por uma racionalização do uso dos recursos. Nesse sentido, a busca por uma alteração na forma com que a agricultura e a pecuária são feitas passa não apenas por alterar a performance de um sistema a partir de determinados parâmetros técnicos, buscando apenas um nível mais alto de produtividade. Mas de repensar toda as múltiplas escalas e dimensões, considerando também as relações econômicas, sociais e políticas que atravessem o sistema agroalimentar.

A agroecologia, portanto, surge nos debates como possibilidade de se pensar o sistema agroalimentar para além da produção focada no agronegócio, nas cadeias de produção em massa de alimentos e nas redes de hiper e supermercados. O agronegócio, no entanto, tem se colocado nessa disputa ressaltando que a agroecologia não deve ser privilegiada em detrimento das formas de produção baseadas na intensificação produtiva e sustentável, como foi visto no documento de posição feito pela ABAG para a COP 28 (ABAG, 2023). Além disso, apontam que a adoção de medidas para limitar o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros insumos, acionando o Acordo de Paris, em seu artigo 2, que aborda a produção de alimentos, pode prejudicar o fornecimento de alimentos. A Confederação em seu documento de posição aponta que:

...É perigosa à segurança alimentar a abordagem e algumas políticas regionais que alguns países têm insistido em adotar em relação ao setor agropecuário, visando à redução de emissões a qualquer custo, induzindo e exigindo que fazendas abandonem as tecnologias testadas, aprovadas e confiáveis para a produção de alimentos, a exemplo do uso responsável de pesticidas, fertilizantes químicos e outros insumos, que tanto fizeram para alimentar o mundo e mitigar a fome no planeta. Isso coloca em risco a garantia ao fornecimento de alimentos seguros e em quantidade e qualidade suficientes (CNA, 2022, p. 12).

A CNA inclusive reforça a narrativa da promoção da segurança alimentar por parte do setor apontando que o agronegócio é o único capaz de garantir a segurança alimentar e que a agricultura em escala não industrial, ou seja familiar, médio e pequeno porte, não é capaz de suprir as necessidades de alimentação da população mundial: “agricultura moderna e inteligente não pode ser substituída – mesmo que sob o pretexto da redução de

emissões de GEE – por tecnologias de baixo rendimento e insustentáveis do ponto de vista da segurança alimentar” (CNA, 2022, p 13). Essa afirmação, no entanto, é passível de questionamentos. Uma pesquisa recente realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), intitulada *Which farms feed the world and has farmland become more concentrated?* chama atenção para a contribuição dos pequenos e pequenas agricultores/as e da agricultura familiar na produção mundial de alimentos. A contribuição chega a 80% dos alimentos do mundo (Lowder; Sánchez; Bertini, 2021).

Em uma reportagem do Joio e o Trigo intitulada “De onde vem a comida do seu prato?”, Raquel Torres (2023), ressalta o papel da agricultura familiar na produção de alimentos *in-natura* no Brasil. Segundo os dados do censo agropecuário, a agricultura familiar era responsável pela produção de feijão (71%), mandioca (83%), milho (46%) e leite de vaca (58%). A partir desses dados, popularizou-se a ideia, divulgada pelo governo federal durante o segundo governo de Lula, que 70% da nossa alimentação era proveniente da produção familiar. Guilherme Cassel (2023 *apud*. Torres, 2023), que comandava o MDA na época, afirmou que foi uma média geral feita pela pasta a partir de dados referentes aos alimentos e destacou que esse número ganhou relevância porque bate na realidade e na sensibilidade das pessoas comuns, que consomem arroz, feijão, milho, verdura e fruta e que sabem que isso não era produzido pela agricultura patronal, que produz para exportação. Cassel também destaca que, além da concentração fundiária, há uma concentração cultura de informação. A CNA, foi uma das que rebateu, na época, publicando um estudo “Quem produz o quê no campo: quanto e onde”, concluindo que a produção familiar gera pouca receita e não era tão importante. Sua metodologia, no entanto, considerava como agricultores familiar aqueles enquadráveis nas normas do PRONAF, reduzindo, a sua amostragem.

Em relação aos dados, é possível calcular a participação da agricultura familiar na produção agropecuária de alimentos a partir do censo de 2006. Os estabelecimentos familiares são os maiores responsáveis pela horticultura (64,6%), quase a metade em relação ao arroz, feijão e mandioca (49,2%) e em frutas, chega a 67,5% em relação ao maracujá, 88,7% em relação ao açaí, entre outros. Já no censo de 2017, houve uma queda não só na produção de alimentos por parte da agricultura familiar, como no número de estabelecimentos, que chegou a uma queda de 9,5%. Isso ocorre devido a alguns fatores, como: alteração na classificação do que é agricultura familiar, a falta de crédito disponível

para a agricultura familiar¹² e a falta de apoio governamental e valorização da produção da agricultura familiar (Joio e o Trigo, 2023a).

Renata Gadelha (2023), coordenadora do Movimento das Mulheres Camponesas no Paraná (MMC) e mestra em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, aponta que o envelhecimento da população rural e a falta de sucessão no campo contribuem para uma mudança no perfil de produção da agricultura familiar. Gadelha aponta que a soja, nesse sentido, surge junto a um pacote tecnológico que facilita muito o trabalho dos agricultores e agricultoras no enfrentamento desses obstáculos de falta de mão de obra e envelhecimento da população rural e falta de renda fixa. Dessa forma, há uma diminuição na produção para o autoconsumo e o aumento do arrendamento da terra para a produção de soja ou para uma especialização produtiva: “Vou produzir soja em um dia, você faz que era o trabalho de um mês com a tecnologia, né? De um trator aí que nem é tão caro que você compra, com os agrotóxicos com os fertilizantes e um dia? Faz um trabalho de 1 mês” (Gadelha, 2023).

Gadelha (2023) também aponta para o discurso do agronegócio e, não raras as vezes, do governo em apontar para a possibilidade de coexistência desses dois sistemas de produção e da incorporação da agricultura familiar pelo agronegócio. Por muito tempo a agricultura familiar e o agronegócio foram bem separados. Segundo Gadelha, no entanto, com o trabalho do ATER na incorporação do agronegócio e do esforço do governo e do setor de demonstrar que tudo é agricultura tornou turva essa separação: “O pessoal de ATER que está efetivamente capilarizado no território. Vão dizer que não existe mais essa agricultura familiar nos moldes de pensar é um campesinato, né? O que existe é o agronegócio.” Gadelha aponta que isso tem sido visto, até pelos próprios camponeses como algo a se orgulhar: “É algo que aquela o discurso do agronegócio, né? No sentido de que a gente tá alimentando o mundo, nós somos é o progresso evoluído, tecnificados, então existe um certo orgulho de se identificar como fazendo parte do agronegócio.” Isso também vem do lugar da agricultura familiar no consciente coletivo, como aponta Renata,

¹² Primeiro, para ser considerado agricultor familiar no Brasil, deve-se seguir algumas regras: mão de obra utilizada é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente

originada dessa atividade; o estabelecimento ou empreendimento rural é dirigido pela família e a área do estabelecimento ou empreendimento não pode exceder quatro módulos fiscais (sendo que o módulo fiscal varia entre 5 e 110 hectares). No entanto, essa regra pode jogar para a agricultura patronal agricultores que, na verdade, são familiares. Um ponto que evidencia isso é que, no censo de 2017, 1/3 de todos os estabelecimentos não-familiares declararam produzir para o autoconsumo, o que não faz sentido. Além disso, no censo de 2017, 19,5% dos estabelecimentos com até 10 hectares eram considerados não familiares, mais do que o dobro de 2006. Outro ponto é em relação ao aumento do empobrecimento de agricultores familiares, que empregam membros da família em outros lugares, fazendo com que a renda familiar advinda de fora supere a do estabelecimento rural. Há também um envelhecimento da população rural e muitos dos agricultores recebem aposentadoria, que torna parte grande de sua renda e vem de fora do estabelecimento, não podendo ser considerada mais agricultora familiar (Joio e o Trigo, 2023a).

de ser algo que remeta ao afeto e cita que o Jose Luiz Tejon, grande publicitário do agronegócio, reconhece que a agricultura familiar representa esse lugar: “o povo ama a agricultura familiar. É isso o que mobiliza os sentimentos e as emoções.” Por outro lado, o que o agronegócio traz nos seus imaginários são as extensões imensas de terra devastadas para produção de commodities. Nesse sentido, é vantajoso para o agronegócio se apropriar e incorporar a agricultura familiar.

Sendo assim, Gadelha (2023) aponta para os riscos atuais para a agricultura familiar. Os riscos estão relacionados tanto com as alterações climáticas, como pela pressão que o próprio agronegócio impõe, criando ilhas de soja e isolando camponeses que não se rendem ao uso de agrotóxicos e fertilizantes. Além disso, enfrentam a falta de renda garantida pela produção diversificada em decorrência da ausência de mercado, a falta de mão de obra em consequência do êxodo rural e envelhecimento da população no campo, que muitas vezes são resolvidas com o arrendamento pra soja e pela especialização produtiva. Gadelha (2023) levanta essas questões sem culpabilizar o campesinato, mas para demonstrar a falta de eficácia das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Mesmo ocupando 5% da área total dos estabelecimentos, a agricultura familiar ainda é relevante em várias produções: mais de 80% de alimentos como morango, cogumelos, chicória, rabanete e temperos diversos. Eles também responderam por mais de 70% do pepino, da couve, da alface, do chuchu, da berinjela, da abobrinha e da couve-flor, entre outros (Joio e o Trigo, 2023a).

Os grandes estabelecimentos, ou seja, com mais de mil hectares, ocupam 48% das áreas agricultáveis no Brasil, mas não produzem com tanta diversidade quanto a agricultura familiar. Os principais produtos são: cana-de-açúcar (83%), soja (60%), milho em grão (58%), melão (47%) e laranja (42%). No entanto, a maioria desses produtos é

destinado para exportação. Em relação aos produtos destinados ao consumo interno, há um aumento na participação do setor: arroz subiu de 30% para 49%; no feijão-preto, houve um salto de 3% para 15%; na de feijão de cor, de 20% para 53%. Ficaram mais relevantes na batata-inglesa (de 28% para 35%); ervilha em grão (de 16% para 54%); trigo (20% para 28%); e cenoura (de 0,25% para 26%) (Joio e o Trigo, 2023a). Essa mudança no perfil da produção de arroz e feijão ocorre, segundo Renata Gadelha, não porque os agricultores não querem, mas porque não tem condições para continuar produzindo no contexto em que o campo se encontra: “Os agricultores não estão dando conta de produzir o arroz e o feijão, nem para o autoconsumo. Quem dirá para a venda. E não é porque eles não querem.”

Leticia Chechi (2023) ressalta o aspecto da disputa narrativa do agronegócio por meio de dados em relação as emissões do setor. A Professora aponta que o agronegócio tem capital para financiar e produzir seus próprios dados, enquanto estudos para entender e apontar os benefícios da agricultura familiar são pouco produzidos e não conseguem financiamento. Isso, segundo Chechi, inclusive enfraquece os movimentos sociais e o a sociedade civil em gerar críticas embasadas contra o agronegócio, já que carecem de estudos e financiamento de pesquisas que gerem contrapontos.

Considerando esse contexto de disputa narrativa, as propostas feitas no Plano ABC funcionam bem quando analisadas a partir das lógicas que as fundamentam. Quando se pensa em termos de emissões, o agronegócio tem investido em capacidade técnica para demonstrar que as políticas implementadas através do Plano ABC geram de fato alguma redução nas emissões do setor. A Embrapa traz em seu site, por exemplo, uma análise do cumprimento das metas do plano. A Tabela 2 demonstra isso:

Tabela 2 - Tecnologias e metas do Plano ABC: resultados e cumprimento

Tecnologias e metas do Plano ABC (2010-2020)	Resultado (milhões de ha)	Cumprimento
Recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas	26,8	Cumpriu, atingiu 179%
Ampliação da adoção de iLPF em 4 milhões de hectares	10,76	Cumpriu, atingiu 269% da meta

Expansão da adoção do SPD em 8 milhões de hectares	14,59	Cumpriu, atingiu 182% da meta
Expansão da adoção da FBN em 5,5 milhões de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados;	11,78	Cumpriu, atingiu 214% da meta
Expansão do plantio de florestas em 3,0 milhões de hectares	1,88	Não cumpriu, atingiu 63% da meta
Ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m ³ de dejetos animais	38,34 milhões m ³	Cumpriu, atingiu 871% da meta

Fonte: Embrapa (online)

O Plano ABC, em tese, cumpriu com as metas propostas durante sua formulação. Isso, no entanto, não garante que o agronegócio seja sustentável como buscam argumentar. O setor tem emitido uma série de argumentos em relação ao papel do agronegócio na questão climática, que não raras as vezes, tenta eximi-los de responsabilidades amplamente conhecidas, como por exemplo a relação do setor com as mudanças do uso da terra e da contribuição em termos de emissão para os sistemas alimentares. A Tabela 3, retirada dos últimos documentos de posição da ABAG e da CNA para a COP 28 resumem os principais argumentos levantados pelo setor.

Tabela 3 - Principais posicionamentos do agronegócio nas últimas duas COP

Principais argumentos do agronegócio	Citações (ABAG, 2023; CNA, 2023)
O papel do agronegócio na promoção de soluções climáticas em relação aos sistemas alimentares, a transição energética e a redução de emissões	Ademais, as soluções climáticas e a produção de energias renováveis baseadas na agropecuária fortalecem o potencial de incrementar a economia de baixo carbono no Brasil (ABAG, 2023, p. 2)

Não colocar o peso da transição dos sistemas alimentares no setor de agricultura e mudanças do uso da terra, já que envolve o setor de energia e transportes por exemplo;	Alcançar resultados de redução de emissões (mitigação) é sim necessário, mas não deve ser o foco. Reduzir emissões dos sistemas alimentares precisa contemplar emissões e remoções em todos os setores (uso da terra, agropecuária, energia, indústria e resíduos). As emissões de energia, desde a produção primária de alimentos até a gôndola do supermercado, bem como as emissões de transporte, por exemplo, integram os sistemas alimentares (ABAG, 2023, p.7); Como não há um enfoque acordado sobre como tratar sistemas alimentares, é importante evitar que a agropecuária e o uso da terra sejam rotulados como os setores centrais a serem tratados na discussão, o que pode gerar pesos desproporcionais para os países em que esses setores representam uma pequena parcela das emissões nacionais (CNA, 2023, p. 22).
Garantir a possibilidade de o setor participar da comercialização de carbono através do mercado de carbono, na forma de ITMOs	O papel da agropecuária de baixo carbono, com tecnologias que permitem reduzir emissões e remover carbono para o solo, ou capturar e estocar carbono na madeira, lastreadas por metodologias que permitam assegurar integridade ambiental, é

	uma via para gerar créditos para o mercado interno e ITMOs. A produção de biogás ou biometano, por sua vez, deve ser considerada diante do potencial fortalecer a transição energética, fomentando ciclos de produção que contribuirão tanto com as metas nacionais como com a compensação de emissões em países terceiros (considerando os ajustes correspondentes) (ABAG, 2023, p. 8). Buscar a aceitação de créditos de desmatamento evitado e de restauração florestal como atividades passíveis de gerar créditos privados. O Brasil tem uma meta de restaurar 12 milhões de hectares para usos múltiplos. Buscar que esse tipo de projeto possa gerar créditos privados, com a realização dos ajustes correspondentes, pode impulsionar o mercado de restauração no país (CNA, 2023, p. 16);
--	--

Ressaltam o quanto o agronegócio sofre com a mudança climática e a necessidade de atenção em relação a adaptação do setor	A ABAG e a SRB entendem que a agropecuária é um setor que merece extrema atenção quando se trata de adaptação. Reduzir impactos do aumento da temperatura, da escassez ou excesso de chuvas e da disseminação de pragas depende, intrinsecamente, da disponibilidade e acesso a tecnologias e inovação constantes (ABAG, 2023, p. 9).
Enfatizam que a agroecologia não deve ser privilegiada nas discussões sobre soluções para sistemas alimentares, mas que devem considerar a intensificação produtiva e sustentável como parte da ‘agricultura regenerativa’	Dessa forma, sugere-se que, de acordo com a realidade de cada país, a intensificação produtiva e sustentável, a recuperação de áreas degradadas, a integração entre culturas, o uso da biotecnologia e novas tecnologias, uso de bioinsumos, manejo integrado de pragas, sistemas agroflorestais e agroecológicos sejam contemplados como elementos que compõem a agricultura regenerativa, alinhada aos desafios climáticos (ABAG, 2023, p. 6). Observar que a transição dos sistemas alimentares não deve prescrever sistemas produtivos baseados na agroecologia e na produção de pequena escala como os únicos caminhos aceitáveis a serem adotados. Esse risco é preocupante e contraria a lógica da criação das NDCs e a amplitude de ações climáticas existentes (CNA, 2023, p. 23).
Não discutir no Grupo de Trabalho de Sharm El-Sheikh questões relacionadas a sistemas	Os sistemas alimentares são mais amplos, e limitar as discussões a agricultura não é tecnicamente correto (ABAG, 2023, p. 6)
alimentares, já que não se deve limitar as discussões a agricultura	
O Brasil não deve assumir novos compromissos que rotulem a pecuária como foco principal do debate do metano	O Brasil não deve assumir novas metas ou novos compromissos que rotulem a pecuária como centro do debate sobre metano (CNA, 2023, p. 22)
Considerar o setor da agropecuária e de mudanças de uso da terra de formas separadas	Considerar a agropecuária e o uso da terra como setores distintos, evitando-se o tratamento de Agricultura, Florestas e Uso do Solo (AFOLU, na sigla em inglês), que responsabiliza a agricultura por todas as emissões de uso da terra (CNA, 2023, p. 24).

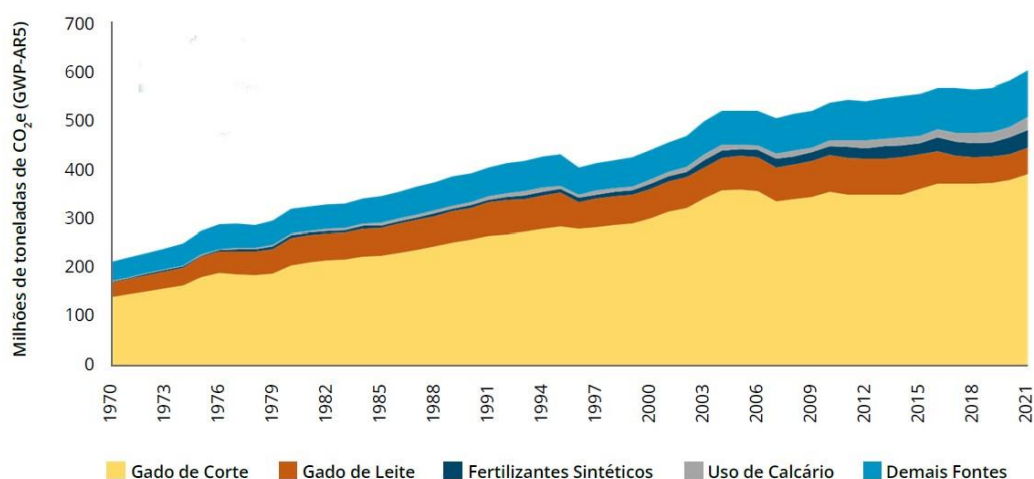
Esta pesquisa não tem como objetivo focar em métricas de redução de emissões ou de adoção de tecnologias, pois compreende que essas métricas são reducionistas e ocultam

ou escolhem ocultar problemas da ordem socioambiental que são tão importantes quanto a redução das emissões de gases de efeito estufa. São questões que estão no cerne do modo de produção do agronegócio, baseado na monocultura de exportação que para seu funcionamento pleno depende de impactos socioambientais. No entanto, é relevante citar que, mesmo em relação as métricas que o próprio agronegócio utiliza para analisar sua sustentabilidade, não foram suficientes para reduzir drasticamente o desmatamento e garantir o cumprimento das metas climáticas brasileiras. O retrocesso na política ambiental durante o governo Bolsonaro, e que foi amplamente aceito e apoiado pelo setor do agronegócio, também foi um dos motivos que contribuíram para esse cenário.

O relatório do Observatório do Clima (2023) aponta que a última década foi uma década perdida em relação aos esforços climáticos brasileiros. Por mais que o Brasil tenha atingido sua meta numérica, o país não alterou sua trajetória de emissões e nem o perfil de poluição que é dominado por um tipo de emissão (desmatamento) e que tem relação direta com o setor do agronegócio. Além disso, o país não cumpriu sua meta de reduzir 80% do desmatamento da Amazônia até 2020.

O setor da agropecuária, segundo o OC (2023), teve altas históricas de 2020 para 2021, com um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior. É o maior incremento percentual desde 2004. Desde 1970, as emissões do setor agropecuário saltaram 182%. O maior responsável pelas emissões do setor agropecuário é o gado de corte, seguido do gado de leite, do uso de fertilizantes sintéticos, uso de calcário e demais fontes como mostra o Gráfico 5:

Gráfico 5 - Emissões de GEE de agropecuária pelas principais fontes no período de 1970 até 2021



Fonte: Observatório do Clima (2023)

Em relação ao solo, a principal fonte de emissão de carbono são as áreas de pastagens degradadas. O Plano ABC em sua primeira fase alcançou a recuperação de 26,8 milhões de hectares de pastagens degradadas, no entanto ainda restam mais de 79 milhões de hectares em algum grau de degradação. No relatório do OC (2023), há um apontamento sobre o sequestro de carbono dos solos serem quase duas vezes maiores do que as emissões. No entanto, é preciso ressaltar que o agronegócio tem sido responsável por mais de 90% das emissões de mudanças de uso da terra no Brasil (OC, 2023). Sendo assim, por mais que haja um sequestro de carbono de quase duas vezes maior do que o que o solo emite, as emissões do setor ainda são enormes devido ao seu papel diretamente relacionado ao desmatamento no país. Segundo o relatório do Observatório do Clima (2023), 98% do desmatamento em 2021 apresentou algum indício de ilegalidade. Assim, mesmo ao olharmos para as métricas propagadas pelo agronegócio como indicadores de sua sustentabilidade, ainda encontramos problemas associados.

Essa permanência da utilização de agrotóxicos, da monocultura, do desmatamento e supressão da biodiversidade, do desrespeito aos direitos humanos e a violência que esse modelo de produção do agronegócio perpetua tem relação direta com a forma com que a descarbonização acontece atualmente. Mesmo com todos esses problemas na cadeia de produção, o agronegócio se apresenta em quanto um setor sustentável e de baixo carbono pois reduziu suas emissões. Brigel e Svampa (2023) apontam que o consenso da descarbonização hegemônico não parte de um processo mais amplo de mudança do perfil metabólico da sociedade, ou seja, nos padrões de produção, circulação e geração de resíduos, mas como um fim em si mesmo. O caso do agronegócio é a representação disso.

3.2.2. O Plano ABC+: a segunda fase

Com o fim do período de vigor do Plano ABC, O Plano ABC+ foi instituído para substituí-lo, cobrindo os períodos de 2020-2030. O novo plano mantém os mesmos objetivos do anterior de promover uma agropecuária dita sustentável e promover a mitigação de emissões e a adaptação. O Plano foi criado durante o governo do expresidente Bolsonaro, marcado por uma série de retrocessos nas políticas ambientais e nas taxas de desmatamento.

O documento, logo em sua primeira página de texto, é introduzido com uma carta escrita pela então Ministra do MAPA Tereza Cristina, conhecida pelo seu posicionamento em defesa aos interesses dos ruralistas no Brasil e apelidada, nos bastidores, como “Musa do Veneno”. Fazendo jus ao apelido, Tereza Cristina é uma das grandes entusiastas do PL do Veneno, que foi aprovada pelo Câmara dos Deputados e pelo Senado, e sancionada, com vetos pelo presidente Lula (Brasil de Fato, 2018).

A ex-ministra inicia seu texto apontando o papel do Brasil no “abastecimento de produtos de origem agropecuária e no fornecimento de serviços ecossistêmicos”, o que lhe garantiu o título de “Potência Agroambiental”. Além disso, destaca a importância do Plano ABC, “o único no mundo em seu escopo e abrangência” e que constitui ferramenta essencial para o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do Brasil de desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento do aquecimento global, redução da vulnerabilidade do setor agrícola, produção de alimentos de qualidade e de bioprodutos, incluindo biomassa (Brasil, 2021). Outra característica da descarbonização atual e que fundamenta as políticas é a lógica extrativista que a permeia. No consenso dos commodities, o que era produzido era produtos alimentícios, hidrocarbonetos, minerais. No consenso da descarbonização, além dos minerais críticos para a transição energética já citados por Brigel e Svampa (2023), há a produção de um novo produto a ser exportado: o carbono.

A carta da ex-ministra também aponta a relação do Plano ABC+ com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 de Fome Zero e Agricultura Sustentável e o ODS13 de Ação contra a mudança global do clima (Brasil, 2021). Os ODS foram criados apenas em 2015 pela ONU, o que justifica o tema não aparecer no primeiro ciclo do Plano em 2010.

Além das tecnologias que já vinham sendo trabalhadas no Plano ABC, o ABC+ traz novos conceitos como a ideia de “Abordagem Integrada da Paisagem” e a ideia da criação de produtos certificados, de baixa emissão ou neutralidade em carbono por exemplo. Tereza Cristina finaliza seu texto na abertura do plano apresentando a visão de longo prazo da agropecuária brasileira que é baseada na “paisagem rural integrada, caracterizada pela perfeita sintonia entre uma produção segura, resiliente, que promova a conservação dos solos, da água e da biodiversidade e contribua na redução das emissões de GEE” (Brasil, 2021, p. 7). Com o objetivo de “produção de alimentos nutritivos e com preços mais

estáveis ao longo do ano e a geração de empregos de qualidade, inclusão social e remuneração justa por serviços ecossistêmicos” (Brasil, 2021, p. 7). Esse final aponta para uma mudança significativa na construção narrativa do setor agropecuário através da política pública. É possível perceber como os elaboradores da política incorporam conceitos que antes ficavam restritos aos movimentos sociais e aos movimentos camponeses, como é o caso da ideia de produção de alimentos nutritivos por exemplo.

Na introdução oficial do documento, aponta-se que o Plano ABC+ representa uma segunda fase de implementação do plano, que corresponde aos anos de 2020 a 2030. O documento ressalta que o Plano continuará agindo como “um instrumento promotor de uma agropecuária sustentável, considerando uma abordagem integrada da paisagem e contribuindo para a mitigação de gases de efeito estufa” (Brasil, 2021, p. 8).

O documento também esclarece que o foco para esse novo ciclo (2020-2030) é fortalecer a “governança institucional e a presença de sistemas de Monitoramento e Avaliação, a gestão integrada de dados e o acesso às ações adotadas, favorecendo sua melhoria contínua e a gestão transparente” (Brasil, 2021, p. 8). A sofisticação dos mecanismos de monitoração, reporte e verificação (MRV) e o alinhamento a critérios científicos internacionalmente aceitos, permitirão, de acordo com o Plano, estabelecer incentivos econômicos e instrumentos de mercados com o objetivo de remunerar sistemas sustentáveis de produção. Esse aspecto é um dos diferenciais do Plano ABC+ em relação ao Plano ABC, e que está em diálogo com a questão do mercado de carbono, que é remunerar e criar certificados de baixa emissão ou neutralidade de carbono.

O Plano ABC+, diferente do seu predecessor, estabelece, antes de apresentar as ações e tecnologias, uma base conceitual que servirá como eixo orientador para o Plano. Essa base conceitual é dividida em três partes: I. Abordagem Integrada de Paisagem (AIP); II. Combinação de estratégias de adaptação e mitigação; III. Estimular a adoção e manutenção de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentável.

A AIP ou Abordagem Integrada da Paisagem versa sobre o que o Plano chama de “gestão do território agropecuário”, que é levar em conta os diversos elementos da paisagem rural, em seus diferentes níveis e escalas, refletindo o aspecto diversificado, sistêmico e dinâmico. Vale ressaltar uma sutil mudança narrativa do Plano que passa de chamar as áreas da agropecuária de *território agropecuário*. Alfredo Wagner Almeida (2004), traz uma reflexão da ideia de territorialização dos movimentos sociais de

comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas destacando que esse processo representa principalmente uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento. Ou seja, o território para as comunidades representa mais do que um aspecto econômico ou político, mas representa a identidade na relação com aquela terra. Esse processo de construção da identidade simultaneamente a construção dos territórios, aponta Almeida (2004), são essenciais na busca de direitos territoriais e da demanda de reconhecimento. Estaria o agronegócio buscando uma determinada reivindicação territorial?

A ênfase da AIP é no “uso eficiente de áreas com aptidão para produção agropecuária, com forte estímulo à regularização ambiental, à valoração da paisagem, à recuperação e conservação da qualidade do solo, da água e da biodiversidade, e à valorização das especificidades” (Brasil, 2021, p. 13). Essa abordagem seria, para o plano, capaz de garantir a conservação efetiva dos recursos naturais sem prejuízos à produtividade e à renda do produtor. O Plano também ressalta que a AIP seria capaz de fomentar a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos gerados durante a produção de alimentos e de equacionar os conflitos no ambiente rural, que majoritariamente ligados ao ordenamento do território.

De fato, o ordenamento do território ou os conflitos por terras continuam sendo os maiores causadores do conflito no campo, segundo os dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2022). De acordo com os dados, ao todo, foram registrados 2018 conflitos em 2022. Dos 2018 conflitos, 1500 são conflitos pela terra. No entanto, existem outras modalidades de conflitos que são importantes de serem citadas e não foram mencionadas no plano que são: 207 conflitos relacionados ao trabalho escravo e 225 conflitos pela água.

Além disso, o plano cita o ordenamento territorial como a maior causa de conflitos no campo, mas não detalha esses conflitos. Segundo os dados parciais da CPT sobre o 1º semestre de 2023, 878 famílias sofreram com a destruição de suas casas, 1.524 de seus roçados e 2.909 de seus pertences. Também houve um aumento no número de famílias expulsas (554) e despejadas judicialmente (1.091) e impedidos de acesso às áreas coletivas, como roças, áreas de extrativismo do babaçu e outras. No caso das violências contra ocupação e posse, os crimes de pistolagem, grilagem e invasão também revelaram um aumento nas ocorrências (CPT, 2023).

Nos casos de trabalho escravo rural, as atividades econômicas que mais tiveram pessoas resgatadas, de acordo com o CPT (2023) foram: cultivo da cana-de-açúcar (532) e as lavouras permanentes (331), braços do agronegócio junto com a mineração (104), desmatamento (63), produção de carvão vegetal (51) e pecuária (46). O que demonstra uma predominância do setor da agropecuária, principalmente, mas que não foi citada no Plano em nenhuma de suas versões como algo a se resolver ou assumindo algum tipo de responsabilização. Sendo assim, cabe refletir sobre como que o agronegócio pretende “equacionar” conflitos que disputam distintas maneiras de ocupar, acessar e dar significado ao mundo material, ao território, à terra e aos recursos naturais?

O segundo aspecto da base conceitual do Plano ABC+ é a combinação de estratégias de adaptação e mitigação, que também estava presente na primeira fase do plano como um de seus pilares. Nesse sentido, além das estratégias de redução de emissão de gases de efeito estufa, há um enfoque na adaptação dos sistemas produtivos. As principais ações de adaptação citadas são: (i) adoção e manutenção de práticas conservacionistas; (ii) adoção e manutenção de sistemas em integração; e (iii) melhoramento genético e aumento da diversidade biológica. Além da adoção de: (i) sistemas de gestão integrada do risco, de previsão climática e zoneamento territorial e de alerta prévio, acompanhados de efetivos sistemas de contingência; (ii) sistemas de análise do desempenho socioeconômico e ambiental; e (iii) assistência técnica. Segundo o Plano, essas práticas seriam relevantes para garantir a resiliência dos sistemas de produção e para garantir a eficiência produtiva e a rentabilidade em cenários climaticamente desafiadores, promovendo uma produção que conseguisse se sustentar.

O terceiro e último aspecto da base conceitual do Plano ABC+ versa sobre o estímulo à adoção e manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentável. O que fundamenta esse princípio são as chamadas práticas conservacionistas da agropecuária, que também são abordadas na primeira fase do plano quando apresentam a estratégia de plantio direto, e garantem um “manejo eficiente dos sistemas de produção agropecuários e do fortalecimento de sua resiliência e sustentabilidade” (Brasil, 2021, p. 15). O Plano define o conceito de práticas conservacionistas como um “complexo de caráter sistêmico para preservar e restaurar ou recuperar os recursos naturais com o manejo integrado do solo, da água e da biodiversidade, compatibilizado com o uso de insumos externos” (Brasil, 2021, p. 15). A agricultura conservacionista é baseada,

segundo o plano, em três preceitos fundamentais: (i) redução ou nenhum revolvimento do solo; (ii) manutenção de resíduos culturais na superfície do solo; (iii) diversificação de espécies em rotação, consorciação e/ou sucessão de culturas. Da mesma maneira que a base conceitual anterior, segundo o plano essas formas de produção garantem eficiência, rentabilidade e conservação dos recursos naturais e do ecossistema.

Renata Gadelha (2023), em entrevista para essa pesquisa, aponta que a agricultura de conservação é teoricamente condizente com os princípios da agroecologia, já que é baseada em três principais aspectos: o plantio direto, a rotação de culturas e manutenção de uma cobertura no solo. No entanto, Gadelha aponta que algo que é esquecido ao citar a agricultura de conservação é que sua adoção está calcada no crescente uso de agrotóxicos. A coordenadora do MMC apresenta o exemplo do Paraná com o programa Paraná Rural, que desde a década de 1960, com a adoção de tecnologias da revolução verde, enfrenta a questão da conservação do solo nos termos da agricultura conservacionista e demonstra os limites dela. Gadelha (2023) diz que o programa teve pontos positivos, mas que estava focado apenas na questão da conservação do solo. No entanto, em algum momento os agricultores questionaram para que estavam conservando o solo e a resposta foi que era para plantar soja, milho, fumo, ou seja, commodities. Com o tempo, de acordo Gadelha, o trabalho com o solo foi perdido. Gadelha (2023) também aponta para estudos feitos no continente africano sobre a chegada desses sistemas de agricultura conservacionista e que estão dizimando as culturas diversificadas, já se trata de um sistema vem casado com a monocultura, com a perda das plantas alimentícias não convencionais e com a violação da segurança e soberania alimentar das famílias. A coordenadora também ressalta que o uso do veneno passa a acontecer devido ao crédito cedido e disponível para adoção desses programas.

Nesse sentido, maneira que o agronegócio enxerga o problema da questão climática e ambiental segundo Gadelha (2023) é baseado no paradigma da ciência moderna de uma visão fragmentada e reducionista, que enxerga apenas uma parte do problema e ignora o resto e a complexidade do sistema “Eu vou devastar tudo. Ah, eu vou plantar a monocultura? Ah, parecia um inseto, então invento um veneno para matar esse inseto. Ah, o solo empobreceu. Um evento, um fertilizante, então vai tapando os buracos sem olhar para a complexidade.” O contrário do que o movimento das mulheres camponesas faz, de

acordo com Gadelha, que é olhar de forma sistêmica para o meio ambiente, economia, ecologia, produção agrícola, de cultura e ancestralidade.

Seguindo a análise do documento propriamente dito, o Plano ABC+ segue apresentando as estratégias, que garantirão o alcance dos objetivos do Plano. Por serem pensadas a partir da base conceitual anteriormente apresentadas, elas diferem das estratégias da primeira fase do Plano, que basicamente descreviam tecnologias já existentes. Entretanto, assim como a primeira fase do Plano, as estratégias são divididas em sete: I. Manter o estímulo à adoção e manutenção de sistemas agropecuários conservacionistas e sustentáveis de produção, com aumento da produtividade e renda, da resiliência e do controle das emissões de gases de efeito estufa; II. Fortalecer as ações de transferência e difusão de tecnologias, capacitação e assistência técnica; III. Estimular e apoiar a pesquisa aplicada para o desenvolvimento ou aprimoramento de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis com foco no aumento da resiliência, da produtividade e renda, e no controle das emissões de gases de efeito estufa; IV. Criar e fortalecer mecanismos que possibilitem o reconhecimento e valorização dos produtores que adotam Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis; V. Fomentar, ampliar e diversificar fontes e instrumentos econômicos, financeiros e fiscais atrelados aos Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis; VI. Aprimorar o sistema de gestão das informações do ABC+, para efetivação do Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) e do Monitoramento & Avaliação de seu portfólio de ações e resultados; VII. Fomentar a agropecuária integrada à paisagem, de forma a incentivar a regularização ambiental das propriedades rurais e a produção sustentável em áreas de uso agrícola.

A primeira estratégia diz respeito a manter o estímulo à adoção e manutenção de sistemas agropecuários conservacionistas e sustentáveis de produção, com aumento da produtividade e renda, da resiliência e do controle de emissões de gases de efeito estufa. Nessa estratégia, o Plano ABC aponta que continuará a promoção da adoção de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSabc), que seriam as tecnologias já apontadas na primeira fase como: (i) sistemas de integração, que incluem ILPF, ILP, IPF e SAF e em plantio direto; (ii) fixação biológica de nitrogênio; (iii) florestas plantadas; (iv) recuperação de pastagens degradadas; e (v) tratamento de dejetos

animais. Ou seja, essa primeira estratégia basicamente compila todas as 7 estratégias que compunham a primeira fase do Plano ABC.

A segunda estratégia versa sobre o fortalecimento das ações de transferência e difusão de tecnologias, capacitação e assistência técnica. De acordo com o documento, a assistência técnica, amparada pelas ações de capacitação, é considerada o principal instrumento transformador do primeiro ciclo do Plano ABC. A assistência técnica e extensão rural (ATER), se torna um instrumento fundamental na implementação do Plano e dos sistemas preconizados, bem como o acompanhamento e a efetivação dos ditos benefícios a esses atrelados.

A próxima estratégia visa estimular e apoiar a pesquisa aplicada para o desenvolvimento ou aprimoramento de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentável, com foco no aumento da resiliência, da produtividade e renda, e no controle das emissões de gases de efeito estufa. Ou seja, busca valorizar a comunidade científica para a identificação de novas propostas e tecnologias ditas sustentáveis a serem consideradas para a incorporação no ABC+.

A quarta e quinta estratégia versam sobre a criação e fortalecimento de mecanismos que possibilitem o reconhecimento e valorização dos produtores que adotam o SPSabc e mecanismos econômicos, financeiros e fiscais, atrelados ao SPSabc, ambos como forma de estímulo para a adoção do SPSabc. Essas estratégias incluem desde a criação de certificações de baixa emissão ou carbono neutro, como pagamentos por serviços ambientais e ecossistêmicos, origem e rastreabilidade, até a adoção de instrumentos de comercialização de carbono. Segundo o documento, essas estratégias permitirão o envolvimento de diversos agentes financeiros, públicos e privados e garantirão a implementação dos sistemas e da “efetiva sustentabilidade” no setor agropecuário nacional. Ambas as estratégias acreditam no papel da remuneração como um incentivo à adoção de atividades ditas sustentáveis, como o mercado de carbono por exemplo.

A regulação do mercado de carbono brasileiro tem sido um dos temas quentes atuais, o governo federal concluiu a proposta de regulamentação do mercado de carbono e espera a aprovação até a COP-30, que acontecerá no Pará. O secretário da economia verde e descarbonização, do Ministério do Desenvolvimento, Rodrigo Rollemberg, apresentou as linhas gerais da proposta de regulação do mercado de carbono. Rollemberg afirma que a proposta (PL 2229/2023) cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões e define o

modelo *cap and trade* e o limite de emissão a partir de 25 mil toneladas de carbono equivalente/ano. As empresas passariam a ser reguladas e receberiam cotas de emissão que teriam de cumprir: aquelas que emitissem menos passariam a ter cotas referentes a essas emissões evitadas e aquelas que emitirem mais teriam que compensar dentro do mercado regulado ou em parte do mercado voluntário (Câmara dos Deputados, 2023)

O projeto foi aprovado por unanimidade na comissão de meio ambiente do Senado. O texto foi aprovado em caráter terminativo, o que dispensa a votação em plenário, a menos que haja recurso dos senadores. Com isso, caso não haja contestação, o projeto seguirá diretamente para a Câmara. O projeto estava enfrentando um entrave com relação ao setor do agronegócio, que se opôs ao estabelecimento de um limite de emissão a ser seguido, já que segundo seus representantes “há dificuldade de quantificar as emissões de gases geradores do efeito estufa nas atividades do setor”. Leila Barros (PDT-DF), relatora do projeto, apontou que “Não temos como medir a taxa de emissão do setor, então entendemos que não havia, no momento, necessidade de criar um campo de batalha”. Retirando o setor da regulamentação, os senadores ligados ao agronegócio se comprometeram a aprovar o projeto (G1, 2023). Outra demanda do agronegócio foi garantir que a recomposição de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal ou de uso restrito, conforme exigido no Código Florestal, seja atividade elegível para a constituição de créditos de carbono (Portal DBO, 2023). Vale destacar novamente, no entanto, que a maior parte das emissões brasileiras advém do setor do agronegócio, em junção com o setor de mudanças do uso da terra, representando 74% das emissões brasileiras (Observatório do Clima, 2023).

No texto aprovado pelo Senado, as empresas que emitem acima de 10 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano precisarão apresentar relatórios de suas emissões ao órgão que regulará o mercado de carbono. Também deverão apresentar informações sobre ações para a remoção dos gases de efeito estufa da atmosfera. Quando as emissões ultrapassarem 25 mil toneladas ao ano, as empresas deverão enviar um relatório de conciliação periódica das obrigações (G1, 2023).

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que deve coordenar as atividades, fontes e instalações em território brasileiro, também é responsável por distribuir as unidades da Cota Brasileira de Emissões (CBE) e os Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões. O texto prevê a

implementação completa do sistema a partir de quatro anos. A CBE vai reconhecer o direito de emissão de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente de forma gratuita ou onerosa. Já os certificados servirão como confirmação dos resultados da dedução ou remoção das emissões de gases. O PL também define o crédito de carbono como um ativo relacionado à redução de emissões ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente. Os créditos podem ser obtidos a partir de projetos ou programas de redução ou remoção de gases de efeito estufa realizado por entidades públicas ou privadas. As cotas e os certificados podem ser entendidos como ativos que poderão ser negociados no mercado financeiro. previsão é que o mercado de carbono renda ao Brasil um total de 577,2 bilhões de reais até 2030 (CNN Brasil, 2023).

O PL também abre possibilidade para a oferta voluntária de créditos de carbono a partir de programas ambientais. Outro ponto importante do projeto trata dos territórios indígenas e das comunidades tradicionais e quilombolas. Segundo o texto, as comunidades poderão comercializar certificados de redução ou remoção. Unidades de Conservação, projetos de assentamentos e florestas públicas não destinadas também contarão com essa possibilidade (CNN Brasil, 2023).

Por mais que o setor tenha resistido a entrar no limite proposto pelo PL que regula o mercado de carbono, ainda há um interesse em garantir a possibilidade de participação do setor em projetos privados de carbono, no âmbito do artigo 6.4 do Acordo de Paris. Isto, está descrito no documento de posição da CNA para a COP 28. Segundo a CNA (2023), devem ser priorizados os seguintes temas:

Consideração sobre se as atividades do Artigo 6.4 poderiam incluir emissões evitadas e atividades de melhoria da conservação (o que envolveria potencialmente créditos florestais); **buscar a aceitação de créditos de desmatamento evitado e de restauração florestal como atividades passíveis de gerar créditos privados.** O Brasil tem uma meta de restaurar 12 milhões de hectares para usos múltiplos. **Buscar que esse tipo de projeto possa gerar créditos privados, com a realização dos ajustes correspondentes,** pode impulsionar o mercado de restauração no país; **buscar a possibilidade de se usar**

créditos privados no mecanismo do mercado entre países; possibilitar que créditos privados sejam usados explicitamente para cumprir a NDC de outro país, fomentando o uso desse mecanismo (CNA, 2023, p 16). Ou seja, o setor tem interesse na venda de créditos privados de carbono, mesmo não considerando válido sua participação no limite de emissões a ser seguido. Além disso, mesmo declarando, como podemos perceber na fala de Teresa Cristina, que há uma dificuldade em medir as emissões do setor, há um interesse em vender créditos de carbono. O texto base da lei recém aprovado na câmara dos deputados permitiu, com algumas

alterações, que o setor do agronegócio participasse do mercado voluntário. As alterações incluem: a contagem de créditos acumulados de carbono a partir das florestas em pé, tanto para propriedades privadas, como para governos estaduais, incluindo Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal; o proprietário rural pode requerer os créditos de floresta em pé do governo para projetos pessoais a qualquer momento, caso não o faça, será mantido sob administração estadual; possibilita a utilização de remoções de carbono em áreas rurais para plantações como papel e celulose; a gestão do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) passa a ser responsabilidade do ministério da fazenda e não mais do ministério do meio ambiente (O Globo, 2023). A mesma questão vale para a problemática do código florestal, que como já foi discutido, além de flexibilizar várias ações de preservação, foi muito pouco cumprido pelo setor. No entanto, vender créditos de carbono gerados a partir de ações previstas no código florestal também é de interesse.

O carbono se tornou, dessa maneira, ponto focal das ações do agronegócio nos últimos anos. Além dos posicionamentos oficiais voltados para a COP que citam o mercado de carbono e a participação do setor nesse âmbito, os congressos da ABAG também abordaram o tema, com um ano inclusive dedicado ao carbono, em 2021, nomeado “Nosso carbono é verde”. Na cerimônia de abertura do congresso, o ex-presidente do Conselho Diretor da ABAG, Marcello Brito, fez uma fala enaltecendo o papel do agronegócio em relação a neutralização de carbono e questionando os participantes do evento sobre o papel que o Brasil terá nessa questão no âmbito internacional, principalmente na participação de três eventos que sucediam o congresso, a Cúpula dos Sistemas Alimentares, a Conferência da Biodiversidade e a Conferência do Clima: “...Qual será o papel do Brasil nessas três conferências? Seremos um mero participante ou um protagonista? Qual ambição para chegarmos lá? Iremos com conversa de gente grande ou ficaremos restritos a mostrar bons cases nacionais...? (ABAG, 2021, p. 9).

O mercado de carbono, nesse sentido, faz parte da lógica da compensação, que faz com que as emissões e capturas de gases estufas sejam equivalentes. Os setores do agronegócio, no Brasil e no mundo, estão pensando a partir dessa lógica de compensar as emissões e para assim atingir suas metas de emissões líquidas zero. Um exemplo foi a JBS, em 2021, que se comprometeu a investir US \$ 1 bilhão para alcançar emissões líquidas zero até 2040. No entanto, esse investimento significa uma redução real nas

emissões da empresa. Pelo contrário, essa quantia será alocada para projetos e captura e de compensação de carbono. Como já analisado no decorrer dessa dissertação, o mercado de carbono e a lógica da compensação é possibilitar a compra do direito de continuar emitindo, não colocando em xeque as causas e os agentes econômicos e políticos responsáveis pelas mudanças climáticas (Furtado, 2021; Mello, Tura, Santos, 2023)

A próxima estratégia tem relação direta com o mercado de carbono e a participação do agronegócio, que foi tolhida pela falta de indicadores na captação das emissões de redução do setor. A sexta estratégia, nesse sentido, discorre acerca do aprimoramento de sistemas de gestão das informações do ABC+, com o objetivo de efetivar o monitoramento, reporte e verificação (MRV) e do monitoramento & avaliação de seu portfólio de ações e resultados. O documento descreve que o sistema integrado de gestão de dados (Sistema de Informações do Plano ABC – SINABC) será o responsável pela sistematização e consolidação das ações e resultados de sua execução. Nele serão incorporados os dados de vários outros sistemas que já existem: Sistema de Governança do Plano ABC (SIGABC), do Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro (Sicor) e da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de GEE na Agropecuária (Plataforma ABC). Quem monitorará será o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano ABC (CTABC), que tem como papel definir as diretrizes para o monitoramento dos resultados da execução do Plano ABC. Haverá também o apoio da Comissão Executiva Nacional do Plano ABC (CENABC). Com isso, o plano busca melhorar a avaliação da eficácia e eficiência da implementação das tecnologias e estratégias propostas pelo plano ABC, garantindo mais solidez e transparência.

A sétima e última estratégia é fomentar a agropecuária integrada à paisagem, de forma a incentivar a regularização ambiental das propriedades rurais e a produção dita sustentável em áreas de uso agrícola. Segundo o Plano, a adoção e manutenção de SPSabc induz uma utilização integrada dos componentes da paisagem de modo que ao mesmo tempo em que se produz, há também a proteção dos ecossistemas.

O Plano entrou em vigor em agosto de 2022, com a publicação da Portaria MAPA N° 471, que institui no âmbito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária ABC+ para o período de 2020-2030. Nessa portaria há um detalhamento sobre métricas que o plano tem como objetivo atingir, são estas:

I - ampliar em 30 (trinta) milhões de hectares as áreas com adoção de Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD); II - ampliar em 12,58 (doze vírgula cinquenta e oito) milhões de hectares a área com adoção de Sistema de Plantio Direto; III - ampliar em 10,10 (dez vírgula dez) milhões de hectares a área com adoção de Sistemas de Integração; IV - ampliar em 4 (quatro) milhões de hectares a área com adoção de Florestas Plantadas; V - ampliar em 13 (treze) milhões de hectares a área com adoção de Bioinsumos; VI - ampliar em 3 (três) milhões de hectares a área com adoção de Sistemas Irrigados; VII - ampliar em 208,40 (duzentos e oito vírgula quarenta) milhões de metros cúbicos a adoção de Manejo de Resíduos da Produção Animal; e VIII - ampliar em 5 (cinco) milhões os bovinos em Terminação Intensiva (Brasil, 2022, online)

Em suma, o documento da nova fase do Plano é curto e conciso, apontando de forma resumida os próximos passos do setor do agronegócio e do país na busca de um setor dito sustentável. Não há nenhum aprofundamento de metas de emissão/prazo ou como implementarão as estratégias apontadas no texto. No entanto, ressaltam que haverá um “Plano Operativo do ABC+” que incluirá informações complementares detalhadas, necessárias à sua operacionalização, que não foi publicado até a data final desta pesquisa.

Para resumir, O Plano ABC, em sua primeira fase, traz como solução para as emissões do setor do agronegócio, tecnologias que já eram utilizadas e de fato não tem nenhuma pretensão em alterar a lógica que a produção do setor acontece e sim promover medidas paliativas e muito localizadas, sem considerar a complexidade do sistema produtivo como um todo. Gadelha (2023) ressaltou que o agronegócio enxerga o problema da questão climática e ambiental baseado no paradigma da ciência moderna de uma visão fragmentada e reducionista, que enxerga apenas uma parte do problema e ignora o resto e a complexidade do sistema.

No que concerne ao Plano ABC+ é válido citar que, em comparação a primeira fase do plano, houve uma mudança narrativa em relação a como se caracteriza o agronegócio, agora chamando a monocultura e os pastos de gado de territórios agropecuários. Há também a consolidação e aprofundamento de algumas práticas que ficavam subentendidas, como por exemplo a consolidação do mercado de carbono como um instrumento de incentivo que não havia sido citado diretamente na primeira fase, mas que estava relacionado com algumas tecnologias já citadas, como as florestas plantadas e o ILPF, que comumente associadas a produção de créditos de carbono. Ressaltam ainda os certificados de carbono neutro ou baixo emissão de carbono, que também advém da lógica de compensação, ou seja, da compra de créditos de carbono ou da própria captação de carbono naquela área. Essas lógicas vêm crescentemente sendo questionadas por

movimentos sociais e pela academia no âmbito nacional e internacional em relação a real contribuição para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a crise ambiental. Isso, coloca a validade da sustentabilidade do agronegócio em cheque.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como ponto de partida três objetivos principais que foram cumpridos ao longo do trabalho, na tentativa de responder à pergunta que a guiou: “Qual o papel do agronegócio na construção das políticas climáticas voltadas para o setor no Brasil?”. O primeiro objetivo foi o mapeamento da fundamentação das políticas ambientais e climática no âmbito internacional e a incorporação desse processo no Brasil. O segundo objetivo concluído foi a apresentação do processo de ambientalização do agronegócio, ou seja, a apropriação por parte de entes que degradam o meio ambiente da pauta ambiental e climática, entendendo o papel do Estado brasileiro em relação a essa questão e o papel do agronegócio em relação a construção do Brasil enquanto uma potência agroambiental, além de apresentar a construção histórico-política do Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Por fim, o terceiro objetivo foi a exposição de uma análise de conteúdo dos Planos ABC e ABC+, buscando aprofundar os principais agentes, instituições, discursos, conceitos e bases teóricas.

Para cumprir com os objetivos e responder à pergunta proposta, a pesquisa utilizou como metodologia o estudo de caso das duas fases do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (2010; 2021). Além disso, utilizou a análise documental e bibliográfica, a partir de documentos oficiais do governo brasileiro, de organizações internacionais, organizações não governamentais e artigos sobre os temas. A pesquisa utilizou como referencial teórico os conceitos de ambientalização, modernização ecológica, agronegócio, agricultura de baixo carbono, consenso da descarbonização, e métrica do carbono, além de outros complementares. Entrevistas aprofundadas com pessoas ligadas à academia, à Embrapa e ao movimento de mulheres camponesas também foram realizadas.

A partir de uma análise ao longo de mais de 50 anos da trajetória da questão ambiental e climática foi possível compreender em que momento essas questões se estabelecem como um problema público e global. Após uma série de desastres ambientais na década de 1940 até a década de 1960, mas em especial a partir da publicação de documentos e relatórios elaborados por uma elite de empresários, cientistas e pesquisadores do Norte Global, ligados principalmente à ONU, alertando sobre o desenvolvimento desenfreado e a sua

consequência para o desenvolvimento econômico, a questão ambiental passa a ser uma preocupação global, tendo como marco a Conferência de Estocolmo em 1972.

Assim, a pauta ambiental passa a fazer parte definitiva da agenda multilateral e ser institucionalizada no âmbito internacional e nacional. Essa institucionalização pode ser nomeada de ambientalização, ou seja, interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente, que pode ser notada pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. A ambientalização, nesse sentido, funda uma chamada ecogovernamentalidade, que aponta como marco do surgimento da consciência ambiental o início de uma nova formação discursiva. Essa representação discursiva, como foi visto, incentiva os atores sociais a pensarem e agirem de uma forma específica e gera uma série de negociações, conflitos, assim como acordos.

A nova formação discursiva que se estabeleceu foi, desde a concepção, baseada em uma tentativa de adequação do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente sob o amparo do neoliberalismo e da modernização ecológica – que reconhece o caráter estrutural da problemática ambiental, mas ainda assim assume que as instituições políticas, econômicas e sociais podem internalizar o cuidado com o meio ambiente. Assim, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que apresenta a possibilidade de lucrar ao salvaguardar estoques de natureza. A consequência desse enfoque economicista é a financeirização em níveis sem precedentes como tentativa de conter ou atenuar a crise ambiental. Processo que passa, inclusive, a definir a natureza pelo signo do valor e do dinheiro. Dessa forma, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, passam a ser vistas como falhas de mercado a serem superadas através da utilização de todo um conjunto de métricas e instrumentos de precificação. A partir dessa fundamentação, as políticas que foram propostas no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança Climática e de seus respectivos acordos de clima, o Protocolo de Quioto (1997-2020) e o Acordo de Paris, refletem tais noções.

A partir dos acordos de clima, e sobretudo a partir do Acordo de Paris, foi possível compreender a nova forma do processo de financeirização da natureza, com o surgimento de um novo consenso a partir do que vem sendo denominado de métrica do carbono: o consenso da descarbonização. Com ele, há um enfoque no dióxido de carbono, que passa a virar um ativo financeiro a ser comercializado a partir da criação dos mercados de

carbono, instituídos com a consolidação dos mecanismos de flexibilização como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no Protocolo de Quioto, e o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, no Acordo de Paris. Assim, as lógicas da compensação e da neutralidade climática começam a fazer parte das soluções para a questão climática, tendo os mercados de carbono como liga principal.

Foi visto também que os aspectos trazidos pela ambientalização e pela ecogovernamentalidade apontaram para a disputa em torno da questão ambiental. Assim, atores que causam a degradação ambiental passaram a se apropriar do discurso ambiental na tentativa de buscar uma legitimação de práticas institucionais, políticas e científicas. Ou seja, à medida que a temática ambiental foi se consolidando e se institucionalizando, os causadores principais da degradação ambiental também se apropriaram da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor. Esse aspecto levanta reflexões sobre atores que são parte do problema, mas que passam a se colocar como a solução. O entendimento de como a questão ambiental se estruturou e se fundamentou foi essencial para compreender como esse processo chegou e se institucionaliza no Brasil, e como o agronegócio, apontado como um dos principais entes responsáveis pela degradação ambiental no Brasil, passa a incorporar as pautas ambientais e climáticas, acirrando ainda mais a disputa discursiva nesse campo.

Tendo isso em vista, ao longo do texto foi possível ver que o processo de ambientalização do agronegócio brasileiro tem início no começo da década de 2000, após uma série de denúncias em relação às práticas produtivas do setor, que envolviam sobretudo o desmatamento da Amazônia. Com isso, o agronegócio foi incorporando aos poucos a pauta ambiental, primeiro trazendo a questão da sustentabilidade e posteriormente chegando na questão climática. Um dos exemplos apresentados foi a incorporação dos temas no Congresso de Agribusiness da ABAG nos anos de 2008 e 2009. O processo de ambientalização do setor teve muita influência da concertação política existente entre o agronegócio brasileiro. A concertação diz respeito à convergência dos atores do agronegócio em torno de um tema, deixando de lado suas divergências. Isso, principalmente sobre a figura do Instituto Pensar Agro, que é reconhecidamente responsável por promover o consenso dos entes ligados ao agronegócio no que tange à agenda ambiental.

As críticas direcionadas ao agronegócio, no entanto, não recaíram apenas no setor como foi possível ver ao longo da pesquisa, mas no próprio governo brasileiro. Esse fato foi determinante para que o Brasil pensasse na criação de um Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Assim, o Brasil, que antes era um país veto em relação as negociações climáticas, se tornou um país propositivo nessa agenda. O Estado brasileiro, então, criou o Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Esse processo, como foi visto durante a pesquisa foi, primeiramente, unilateral e sem o apoio majoritário do agronegócio. A Embrapa desempenhou um papel fundamental na elaboração da primeira versão do Plano ABC liderando esse processo, que continha tecnologias que já vinham sendo estudadas no país ao longo de décadas.

Com a repercussão positiva do Plano ABC internacionalmente, houve uma maior adesão do agronegócio ao Plano e uma posterior construção conjunta do setor. Foi possível ver que essa questão tem relação com a preocupação do agronegócio com sua imagem perante a opinião pública, que é latente até hoje nos discursos do setor. A partir desse momento, o agronegócio entra de fato na agenda climática e passa a se colocar como um ator propositivo em relação a essa agenda. Um dos exemplos apresentados ao longo da pesquisa foi a crescente participação do setor nas COP, com números recordes de participação na COP 28 e bandeiras do setor pelo HUB do Brasil na COP 27. A partir dessas questões foi possível perceber como o agronegócio utiliza o Plano ABC em seus discursos como uma forma de buscar legitimação e prestígio, além de usá-lo para construir uma imagem positiva em relação a opinião pública.

A análise dos Planos não se preocupou primariamente em olhar para o cumprimento das métricas voltadas para a redução de emissão, pois compreende que essas métricas de carbono são reducionistas e ocultam ou escolhem ocultar problemas da ordem social e ambiental que são tão importantes quanto a redução das emissões de gases de efeito estufa, como a violação de direitos, destruição da biodiversidade etc. No entanto, mesmo sem ter esse foco, a análise traz os resultados em relação as emissões do setor, que foram relevantes em relação a agricultura especificamente, mas não tiveram a mesma eficácia em relação a pecuária e ao desmatamento, que continua acontecendo de forma acelerada sobretudo em relação a Amazônia e o Cerrado.

Sendo assim, a manutenção da utilização de agrotóxicos, da monocultura, do desmatamento e supressão da biodiversidade, do desrespeito aos direitos humanos e a

violência que esse modelo de produção do agronegócio perpetua tem relação direta com a forma com que a descarbonização acontece atualmente. Mesmo com todos esses problemas na cadeia de produção, o agronegócio se apresenta enquanto um setor sustentável e de baixo carbono por ter reduzido suas emissões. Essa é uma das características do consenso da descarbonização hegemônico, que, como foi visto, não parte de um processo mais amplo de mudança do perfil metabólico da sociedade – ou seja, nos padrões de produção, circulação e geração de resíduos, mas como um fim em si mesmo. O caso do agronegócio é um exemplo disso.

O Plano ABC, em sua primeira fase, traz como solução para controlar as emissões do setor do agronegócio, tecnologias que já eram utilizadas. São tecnologias baseadas na lógica da intensificação sustentável, sem pretensão em alterar a lógica que a produção do setor acontece, mas sim promover medidas paliativas e muito localizadas, sem considerar a complexidade do sistema produtivo como um todo. Isso é reflexo da forma com que o agronegócio enxerga o problema da questão climática e ambiental, se baseando no paradigma da ciência moderna de uma visão fragmentada e reducionista, que enxerga apenas uma parte do problema e ignora o resto e a complexidade do sistema. Dessa forma, as políticas propostas na primeira fase, por mais que tenham garantido alguma redução de emissão, não alteraram em nada a lógica com que o agronegócio opera.

Na segunda fase do Plano, como foi visto na análise, há a introdução de novas propostas e a adoção de um novo vocabulário. O aspecto principal a ser ressaltado é a consolidação de tendências de políticas de financeirização, como a incorporação do mercado de carbono e das compensações por parte do agronegócio. Além disso, há tentativa da construção da imagem do Brasil enquanto uma potência agroambiental: que exporta commodities agrícolas e carbono. Esse novo consenso da descarbonização, marcado pelo imperativo da métrica do carbono, produz novos commodities. Mais do que a exportação e produção dos minerais críticos de transição, esse novo consenso também inaugura uma nova *commodity* a ser exportada: o carbono – e o Brasil se coloca e tem sido colocado pelo agronegócio como o grande produtor desse novo produto.

De uma maneira geral, as políticas são reducionistas, não considerando a complexidade dos impactos do agronegócio sobre a biodiversidade, os conflitos territoriais, sobre a segurança e soberania alimentar, entre outros processos que ainda persistem. O grande enfoque dado ao carbono, reflexo do que vem sendo pensado e

proposto na construção e na solução do problema da mudança climática no âmbito internacional, não enfrenta os problemas estruturais e não desenvolve mecanismos eficientes para enfrentar a crise ambiental mais ampla que vivemos, focando muito mais em aprofundar as políticas de mecanismos de mercado, de flexibilização e de compensação. Apesar disso, o Plano ABC gerou conquistas para o agronegócio brasileiro, que ganhou legitimidade e reconhecimento perante a opinião pública internacional e nacional. Assim, o Plano ABC é colocado como um exemplo a ser seguido por todo o mundo.

Como foi visto ao longo da pesquisa, existem modelos que contrapõem a lógica produtiva do agronegócio, como a agricultura familiar baseada na agroecologia. No entanto, esses modos produtivos têm sofrido muito com o avanço do agronegócio nos territórios e com a pressão que esse modo de produzir impõe sobre suas terras. Além disso, as próprias políticas nacionais têm facilitado a destruição dos saberes tradicionais e das culturas diversificadas, principalmente ao aumentar o crédito para o chamado agronegocinho, que tem sua introdução facilitada pelos técnicos de ATER. A agricultura familiar tem sofrido com o êxodo rural, o envelhecimento da população e falta de estrutura para comercializar produtos advindos do campesinato. Dessa forma, a agricultura familiar, que tem um papel importante na alimentação dos brasileiros, tem perdido espaço para o agronegócio, que destrói a diversidade alimentar e incentiva uma alimentação baseada em ultraprocessados.

Como uma tentativa de deslegitimar a importância da agricultura familiar, o agronegócio frequentemente mobilizou a narrativa de que a produção localizada, baseada na agroecologia, não seria capaz de suprir as demandas de alimentação do Brasil e do mundo. Além disso, pede em seus documentos que posição agroecológica não seja valorizada em detrimento do setor. Como um ente hegemônico, o discurso é comprado pelo senso comum e aceito como verdade, assim como a falácia de que o agronegócio alimenta o mundo. É preciso, nesse sentido, fortalecer os movimentos e as resistências. Esta pesquisa pretende também ser utilizada como uma forma de fortalecer os movimentos sociais e utilizado em pesquisas futuras, no enfrentamento das falácias emitidas pelo agronegócio na tentativa de vender o setor como o mais sustentável do mundo.

Uma das conclusões que esta pesquisa apresenta é que o *agro não é verde*. A sustentabilidade aferida pelo setor continua reproduzindo, conforme foi mostrado durante a pesquisa, as mazelas que fazem com que seu modo de produção continue a existir: a violação de direitos humanos, o desmatamento, a destruição da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, o incentivo à produção de ultraprocessados, o fim da diversidade produtiva, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a expropriação e desterritorialização de povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas. Sendo assim, cabe apresentar também reflexões e possibilidades futuras para essa temática.

Com a COP 30 em 2025, sediada no Brasil, os esforços do governo brasileiro e dos setores da economia em busca da descarbonização vão se intensificar. Nesse sentido, uma das possibilidades de pesquisa futura é acompanhar, no âmbito das negociações de clima, o desenvolvimento do mercado de carbono no Brasil e o papel do agronegócio, que atualmente não participa da iniciativa recém aprovada pelo Senado. Outra possibilidade é acompanhar a discussão da transição de sistemas alimentares e o afastamento do agronegócio dessa discussão, já que em seus documentos de posição o setor aponta que o peso da transição dos sistemas alimentares não deve recair sobre o agronegócio. Por último, há a possibilidade de aprofundar melhor a construção do setor enquanto uma solução para a transição energética no Brasil.

Com relação aos desafios na realização da pesquisa, cabe destacar que, por ser um tema latente e pouco explorado, há uma carência de trabalhos analíticos sobre o Plano ABC em si e sobram atualizações sobre o tema, o que torna difícil de acompanhar. Além disso, por ser um tema que atravessa vários outros como alimentação, energia, conflitos agrários e ambientais, entre outros, é difícil fazer recortes que contemplem a complexidade desse assunto de maneira aprofundada.

Por fim, cabe relatar que um objetivo pessoal com essa pesquisa é poder disponibilizá-la como um instrumento para os movimentos sociais e ONG que lutam contra o avanço do agronegócio em seus territórios. Sendo assim, ao longo do trabalho, busquei contrapor argumentos hegemônicos e amplamente aceitos em relação à sustentabilidade do agronegócio e expor os limites das políticas propostas e vistas como a solução de todos os problemas. Cabe, então, refletir sobre os efeitos dessa suposta sustentabilidade.

A lógica proposta pelo agronegócio, que privilegia enxergar a terra como um ativo, apaga toda a importância do território para as populações que têm raízes culturais,

históricas e espirituais com seus territórios. Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, nasceu no Quilombo Saco Curtume, no Piauí, e traz em seu livro “A terra dá, a terra quer” uma reflexão acerca do impacto do agronegócio sobre os modos de vida das pessoas da região em que cresceu:

Acabou um modo de vida, o modo de vida do lugar onde eu nasci. Chapada Grande tinha uma infinidade de plantas, a mata cheia de frutos e animais, uma vida amplamente compartilhada. Essas vidas foram atacadas e destruídas, e os modos que faziam com que a vida acontecesse também deixaram de existir. O que aconteceu com as pessoas que sabiam viver a partir desses modos? Quando tiramos a comida da onça e aparecemos na frente dela, o que ela vai fazer? (Dos Santos, 2023, p. 62).

A monocultura torna a terra e as pessoas que nela habitam escravas do modo de produção e reprodução social capitalistas, intermediando tudo e todos por meio do dinheiro, em detrimento das diferenças, da diversidade de alimentos, dos modos de vida, das memórias, dos afetos e das espiritualidades.

REFERÊNCIAS

ABAG. Anais do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Nosso Carbono é Verde.

ABAG. 2021. Disponível em: < <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ANAIS-CongAbagB3-2021-1ppV2608.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2024.

ABAG. Anais do 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Integrar para fortalecer.

ABAG, 2022. Disponível em:< <https://abag.com.br/integrar-para-fortalecer-anais-2022congresso-brasileiro-do-agronegocio/>>. Acesso em 23 jan. 2024.

ABAG. Soluções Climáticas do Brasil para o Mundo. Propostas para fortalecer o

multilateralismo climático na COP 28. ABAG, 2023. Disponível em: < <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2023/03/position-paper-abag-2023.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ABEL, V. **Após acordo com agronegócio, Câmara aprova novo mercado de crédito de carbono.** O Globo, 2023. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/21/apos-acordo-comagronegocio-camara-aprova-novo-mercado-de-credito-de-carbono.ghml>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H.; et al. Conflitos ambientais no Brasil. Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, Alex. **8º Congresso Brasileiro do Agronegócio.** ABAG, 2009. Disponível

em: <<https://abag.com.br/8-congresso-brasileiro-do-agronegocio/>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ALMEIDA, *et al.* “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”, in A. W. B. Almeida *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Lamparina: 101-143, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9, 2004. DOI: 10.22296/2317-1529.2004v6n1p9. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 8 jan. 2024.

ALVES, G. **O discurso de Lula na sessão de abertura da COP 28 - Revista Focus Brasil**. Revista Focus Brasil. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/12/06/o-discurso-de-lula-na-sessao-deabertura-da-cop-28/>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

ANGELO, C. **Código Florestal completa uma década de fracasso - OC | Observatório do Clima**. OC, 2022b. | Observatório do Clima. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/na-newsletter-codigo-florestal-completa-uma-decada-defracasso/>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ANTUNES, A; JÚNIA, R. **Via Campesina promove marcha na Rio+20 para denunciar intensa utilização de agrotóxicos pelo agronegócio**. Fiocruz.br, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/campesina-promovemarcha-na-rio20-para-denunciar-intensa-utilizacao-de>>. Acesso em: 24 maio 2023.

ATTERIDGE, A.; STRAMBO, C. **Seven principles to realize a just transition to a low-carbon economy**. Stockholm Environment Institute, 2020.

BASSI, B. S. O agro não é verde: como o agronegócio se articula para parecer sustentável. FASE, 2022. Disponível em: https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2022/10/O_Agro_nao_e_Verde-1.pdf. Acesso em: 21 jun, 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 20 ed., 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/prisc/Downloads/anc3a1lise-de-contec3bado-laurencebardin.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BANNWART, T. *et al.* **Quais os riscos para o Brasil do acordo comercial União Europeia - Mercosul**. Exame. Disponível em: <<https://exame.com/esg/quais-os-riscospara-o-brasil-do-acordo-comercial-uniao-europeia-mercotel>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007. Capítulos 1 e 2.

BUNGE, M. A. Epistemologia: curso de atualização. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Univ. de São Paulo, 1980. Leia mais:

<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/epistemologia-e-ci%C3%A4Anciassociais-politica/>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 471 de 10 de agosto de 2022. Disponível em: < **PORTARIA MAPA Nº 471, DE 10 DE AGOSTO DE 2022 - Conjur Normas**. Agricultura.gov.br. Disponível em: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/conjurnormas/index.php/PORTARIA_MAPA_N%C2%BA_471,_DE_10_DE_AGOSTO_DE_2022>. Acesso em: 23 jan. 2024.> Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabcabcmais/publicacoes/download.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com Vistas ao Desenvolvimento Sustentável – Plano ABC+. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabcabcmais/publicacoes/abc-portugues.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Portaria nº 471, de 10 de agosto de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - ABC+ para o período 2020-2030. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 152, n. 152, p. 10. 2021. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Convenção Sobre Mudança do Clima. **CETESB,** 2014. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wpcontent/uploads/sites/36/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. REDD+ NA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Ministério do Meio Ambiente. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/reddnotainformativa-04-reddnaunfccc.pdf>>. Acesso em: 8. set. 2023.

BRIGEL, B; SVAMPA, M. Do “Consenso das Commodities” ao “Consenso da Descarbonização”. Nueva Sociedad. 2023. Tradução: Rupturas. **Editora Elefante,** 2023. Disponível em: <<https://editoraelefante.com.br/do-consenso-das-commodities-aoconsenso-dadescarbonizacao/#:~:text=O%20%E2%80%9CConsenso%20da%20Descarboniza%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%20restringe,moeda%20para%20a%20troca%20internacional%2C>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CHECHI, L. A.; KALIL, L. M. J. A agricultura familiar no processo de construção do Plano ABC. **Revista IDeAS,** Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-20, e021008, jan./dez. 2021

CHECHI, L. A. **Dos acordos globais às ações locais sobre mudanças climáticas: tradução e implementação do Plano e Programa ABC.** 2019. 230 f. Tese (Doutorado

em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

CHECHI, L. Entrevista sobre o Plano ABC+. [Entrevista via videochamada concedida a] Priscilla Papagiannis Torres. **Anexo A**. Rio de Janeiro, 23 nov. 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CNA. **COP-27: Sistema CNA/Senar e Mapa debatem políticas públicas para adaptação e mitigação dos gases de efeito estufa na agropecuária | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em: <<https://cnabrazil.org.br/noticias/cop-27-sistema-cnasenar-e-mapa-debatem-politicas-publicas-para-adaptacao-e-mitigacao-dos-gases-deefeito-estufa-na-agropecuaria>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CNA. Posicionamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) frente às negociações da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima. CNA, 2022. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/files/carta_posicao_ministros_web.pdf> Acesso em: 24 jan. 2024.

CNA. *Position Paper* da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). CNA, 2023. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/storage/arquivos/pdf/Position_Paper_do_Setor_Agro_Brasileiro_Cop28.pdf> Acesso em: 23 jan. 2024.

CARVALHO, D. Desvendando a emergência climática. Atuação: **Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense**, v. 17, n. 36, p. 39-64, 30 nov. 2022.

DALLABRIDA, P.; CAMPOS, A. **Cargill compra soja de fazenda que desmatou na Amazônia e descumpre pacto do setor**. Repórter Brasil, 2022. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/01/cargill-compra-soja-de-fazenda-que-desmatou-naamazonia-e-descumpre-pacto-do-setor/>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2012.

DOURADO, M. **Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023** | Cimi. Cimi.org.br. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2023/10/comissao-pastoral-da-terra-cpt-divulga-dados-parciaisde-conflitos-no-campo-brasileiro-do-1o-semester-de-2023/>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

DO LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo. **O Brasil e as três conferências ambientais nas Nações Unidas**. Instituto Rio Branco, Brasília, 2006.

DOS SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora/PISEAGRAMA, São Paulo, 2023. 112 pp. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4951700>> Acesso em: 23 jan. 2024.

ESCOBAR, A. Epistemologias de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo M. (Ed.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011. pp. 49-74

ESCOBAR, A. **El Desarrollo Sostenible**. Diálogo de discursos. Barcelona, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/41763992/El_Desarrollo_Sostenible_Di%C3%A1logo_de_discursos_Arturo_Escobar>. Acesso em: 4 dez. 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. **O agronegócio não precisa da Amazônia para crescer, diz Tereza Cristina**. Exame, 2022a. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/oagronegocio-nao-precisa-da-amazonia-para-crescer-diz-tereza-cristina/>>. Acesso em: 31 out. 2023.

FERDINAND, Malcom. **Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Economia verde, Povos das Florestas e Territórios: violação de direitos no estado do Acre**. DHESCA. Rio Branco, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/prisc/Downloads/Economia%20Verde,%20Povos%20das%20Florestas%20e%20Territo%CC%81rios.%20Violac%CC%A7o%CC%83es%20de%20direitos%20no%20Estado%20do%20Acre%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/prisc/Downloads/Economia%20Verde,%20Povos%20das%20Florestas%20e%20Territo%CC%81rios.%20Violac%CC%A7o%CC%83es%20de%20direitos%20no%20Estado%20do%20Acre%20(1).pdf)> Acesso em: 8. set. 2023

FUKS, M. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. v. 1. 243p .

FURTADO, F. **A economia política das grandes ONG na Amazônia: da mediação ao conflito**. Mimeo. Rio de Janeiro, 2022.

FURTADO, F. **Em nome do clima: instituições e práticas na ambientalização das finanças no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FURTADO, F. Clima S.A. Soluções Baseadas na Natureza e Emissões Líquidas Zero. **FASE**. Rio de Janeiro, 2021.

FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. de. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165>. Acesso em: 6 fev. 2024.

GALVANI, G. **Governo anula ato de Bolsonaro e anuncia maior meta de redução de emissões**. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimasnoticias/redacao/2023/09/20/meta-climatica-brasil-ndc-emissoes.htm#:~:text=O%20Brasil%20trabalhar%C3%A1%20para%20reduzir,da%20ONU%2C%20em%20Nova%20York.>>. Acesso em: 7 fev. 2024.

GADELHA, R. [Entrevista via videochamada concedida a] Priscilla Papagiannis Torres. **Anexo A**. Rio de Janeiro, 23 nov. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/prisc/Downloads/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-depesquisa-social.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GLOBO. **União Europeia proíbe importação de produtos vindos de áreas desmatadas**. Exame, 2022. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/uniao-europeiaproibe-importacao-de-produtos-vindos-de-areas-desmatadas/>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Grupo Carta de Belém. "Financeirização da natureza e as cidades" é tema de debate do grupo Carta de Belém. **Carta de Belém**, 2016 |. Terradedireitos.org.br. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/carta-de-belem-financeirizacao>>

danatureza-e-as-cidades-e-tema-de-debate-do-grupo-carta-de-belem/22456>. Acesso em: 25 maio 2023.

HAJER, M. A. *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. OUP Oxford, 1995.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, out/2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: 20 abr. 2023.

HLPE. 2019. **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.

IPCC. **Alterações Climáticas: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade**. Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

LIMA, T. **Cop-27 e as agendas da agricultura e da alimentação no debate climático**. Heinrich Böll Stiftung - Rio de Janeiro Office, 2022. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2022/12/22/cop-27-e-agendas-da-agricultura-e-da-alimentacao-no-debate-climatico>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LIMA, R. C. A.; HARFUCH, L.; PALAURO, G. R. Plano ABC: evidências do período 2010-2020 e propostas para uma nova fase 2021-2030. São Paulo: Agroicone, out. 2020. Disponível em: <http://www.agroicone.com.br/wp-content/uploads/2020/10/AgroiconeEstudo-Plano-ABC-2020.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

LOHMANN, L. Carbon Trading: a critical conversation on climate change, privatisation and power. **Development dialogue**, no. 48. Suécia: The Dag Hammarskjöld Centre, Setembro, 2006. 369 p

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006. p. 31-64.

LOWDER, S. K; SÁNCHEZ, M. V; BERTINI, R. Which farms feed the world and has farmland become more concentrated? **World Development**, v. 142, p. 105455–105455, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X2100067X?via%3Dihub>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MAP BIOMAS. Projeto MapBiomass – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 e 2022. Destaques Agropecuária no Brasil (1985-2022). Coleção 8. Map Biomass, 2023. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/ml1d00044.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MATTOS, B. et al. A ambição climática dos países BRICS. **BRICS Policy Center**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wpcontent/uploads/2023/03/Sumario-Executivo-Ambicao-Climatica-BRICS_WEB.pdf> Acesso em: 7 ago. 2023.

MARAMBE, B. Agriculture negotiations under the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). *Sri Lanka Journal of Food and Agriculture*, Colombo, v. 5, n. 2, p. 1-6, dez. 2019.

MELLO, M. B.; TURA, L. R.; SANTOS, M. Mudar para que nada mude: zero emissões líquidas não é zero. **FASE**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/11/WEB-CARTILHA-MUDAR-PARA-QUE-NADAMUDE_16X22.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MERLINO, T. **O que estamos perdendo com o avanço da última fronteira agrícola do Brasil**. O Joio e O Trigo, 2023b. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2023/10/ultima-fronteira-agricola/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MORENO, C.; CHASSÉ, D.; FUHR, L. **A Métrica do Carbono: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico**. Rio de Janeiro, Heinrich Böll Stiftung, 2016. Disponível em:

<https://br.boell.org/pt-br/2016/11/01/metrica-do-carbono-abstracoes-globais-epistemicidio-ecologico>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MOTTA, L. E. O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”?. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 09 - 40, 30 abr. 2021.

MOZZER, G. Entrevista sobre o Plano ABC. [Entrevista via videochamada concedida a] Priscilla Papagiannis Torres. **Anexo A**. Rio de Janeiro, 23 nov. 2023.

OLIVIERI, A. G. A teoria da modernização ecológica e a mudança climática. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano 3, ed. n° 7, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://institutoprocesso.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/5%C2%BA-artigo-Alejandro-Olivieri.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2022.

OLIVEIRA, L. D. **Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável** (1945-1992). Rio de Janeiro, 2019.

POTENZA, R. F. et al. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: 1970-2021. **Observatório do Clima**, 2023.

Podcast Palavra do Campo: COP 27: mercado de Carbono e agropecuária. Entrevistado: Gustavo Pinheiro, Denise Hills. Entrevistadora: Mariana Grilli. Spotify, 24 nov. 2022.

Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7waKrmq1f7e24tHXR5KHu6?si=C4k2_oZ9R6y3U9vdLHo9QA>. Acesso em: 17 out. 2023.

PAJOLLA, M. **Senado aprova PL do Veneno com apenas um voto contrário**. Brasil de Fato, 2023b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/28/pl-doveneno-e-aprovado-no-plenario-do-senado-com-apenas-um-voto-contrario>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PEIXOTO, M. B. M. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro/São Paulo, Edições Graal/Paz e Terra, 1980, Introdução, PP. 13-55

POMPEIA, C. CONCERTAÇÃO E PODER. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 35 N° 104. 2020. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out 2022.

POMPEIA, C. Formação política do agronegócio. 2018. 1 recurso online (352 p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Harvard University, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/332316>>. Acesso em: 27 set. 2018.

POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.202839. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839>.. Acesso em: 7 abr. 2024.

PRAZERES, L. **Como meio ambiente virou aposta de Lula para aumentar influência global do Brasil - BBC News Brasil**. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1wv2nx729po>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

UBERTI, G. B. **A Abordagem Relacional-Estratégica do Estado como ferramenta para a análise de Políticas Públicas**. ODELA, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/odela/2020/02/20/a-abordagem-relacional-estrategica-do-estadocomo-ferramenta-para-a-analise-de-politicas-publicas-3/>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. Rio de Janeiro: **O Social em Questão**, núm. 25/26, 2011, pp. 427-444. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf. Acesso em: 4 dez. 2022

RODRIGUES, P. **Após acordo com o agro, Senado aprova projeto que regulamenta mercado de carbono no Brasil**. G1, 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/04/apos-acordo-com-o-agro-senadoaprova-projeto-que-regulamenta-mercado-de-carbono-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2023.

REDAÇÃO. **De onde vem a comida do seu prato?** O Joio e O Trigo, 2023a. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2023/06/saiba-de-onde-vem-sua-comida/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

REDAÇÃO. **“PL do Veneno”: Lula sanciona com vetos lei que facilita uso de agrotóxicos.** Brasil de Fato, 2023b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/28/pl-do-veneno-lula-sanciona-com-vetoslei-que-facilita-uso-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SILVA, B. **Projeto que regulamenta mercado de carbono avança no Congresso.** CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/projeto-queregulamenta-mercado-de-carbono-avanca-no-congresso/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

SHIVA, V. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. TURNER, F.J.. Downloads.

SAMPAIO, C. **“Musa do veneno”: saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro.** Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-aministra-da-agricultura-de-bolsonaro#:~:text=Origin%C3%A1ria%20de%20uma%20fam%C3%ADlia%20com,organiza%C3%A7%C3%B5es%20de%20interesse%20dos%20ruralistas.>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SIEBENEICHLER, A. O Latifúndio como Formulador de Política Externa e o Desmonte de Políticas Ambientais. **Revista NEIBA**, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/58818>. Acesso em: 7 out 2022.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

STERN, N. **Stern Review: the Economics of Climate Change** . [s.l.: s.n.], 2006.

Disponível em:
<http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf>.

SCHMITT, C. J. *et al.* Rebanhos Sustentáveis? Perspectivas e controvérsias em torno da ambientalização da pecuária brasileira. Fundação Heinrich Boll Stiftung, Rio de Janeiro, 2022.

STRECK, C.; *et al.* **Climate Change and Forests: Emerging Policy and Market Opportunities**. Royal Institute of International Affairs. Londres, 2008

SWYNGEDOUW, E. **Apocalypse Forever? Post-Political Populism and the Spectre of Climate Change**. Theory, Culture & Society, 2010. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/249726327_Apocalypse_Forever_Post-Political_Populism_and_the_Spectre_of_Climate_Change>. Acesso em: 4 dez. 2022.

ULLÔA, A. A ecogovernamentalidade e suas contradições. São Paulo: **Ecopolítica**, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/305681309_A_ecogovernamentalidade_e_suas_contradicoes. Acesso em: 5 dez. 2022.

ULLÔA, A. Diferencias de género y etnicidad em las políticas globalesnacionales-locales de cambio climática. **Crítica y Emancipación**. Vol. 12, segundo semestre de 2014. p.227-294.

SHERINGTON, R; CARLILE, C; HEALY, H. **Big Meat and Dairy Delegates Triple at COP28**. DeSmog, 2023. Disponível em:
<<https://www.desmog.com/2023/12/08/bigmeat-dairy-delegates-triple-cop28/>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SORDI, J. **Lobby dos combustíveis fósseis cresce 26% na COP27 - OC | Observatório do Clima**. OC | Observatório do Clima - Site oficial do Observatório do clima, 2022a. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/lobby-dos-combustiveis-fosseis-cresce-26-nacop27/>>. Acesso em: 24 maio 2023.

SULLIVAN, J. **The Intergovernmental Panel on Climate Change: 30 Years Informing Global Climate Action**. UNITED NATIONS FOUNDATION, 2018.

Disponível em: <https://unfoundation.org/blog/post/intergovernmental-panel-climatechange-30-years-informing-global-climate-action/?gclid=Cj0KCQiA1ZGcBhCoARIsAGQ0kkpumN9iPmaww8SypdnB6m1JWHygzof3VNW-mXnmuMW-DbWKgd6GFgsaAo9MEALw_wcB>. Acesso em: 5 dez. 2022.

TORRES, P.P. **“Deixados para trás”: uma análise das políticas nacionais de adaptação à mudança do clima para os agricultores familiares no semiárido brasileiro**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

TORRES, M. BRANFORD, S. **Moratória da soja: solução contra o desmatamento ou marketing corporativo? | Intercept Brasil**. Intercept Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2017/03/16/moratoria-da-soja-solucao-contra-odesmatamento-ou-marketing-corporativo/>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

THOMAS, J. A. **PLs da grilagem: o que são e o risco que representam**. Um só Planeta. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2021/09/07/pls-dagrilagem-o-que-sao-e-o-risco-que-representam.ghtml>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TUSSINI, Gabriel. **Relatório detalha política antiambiental do governo Bolsonaro - ((o))eco**. ((o))eco. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/relatorio-detalhapolitica-antiambiental-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 7 abr. 2024.

VECCHIONE, M. **Cadastro Ambiental Rural para a Agricultura Familiar: Experiências e Dificuldades**. Terra de Direitos, 2016.

_____. **Big agribusiness, human rights abuses and deforestation – the toxic trilogy funded by international money | Global Witness**. Global Witness, 2022b. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/blog/big-agribusiness-human-rightsabuses-and-deforestation-the-toxic-trilogy-funded-by-international-money/>>. Acesso em: 25 maio 2023.

_____. **Brazil: The communities living in conflict with palm oil producers**. Global Witness. Youtube, 2022c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1NQhcVdEBVc>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

_____. **COP-27: o Cerrado tem papel central na manutenção do equilíbrio climático global - ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza.** ISPN

- Instituto Sociedade, População e Natureza, 2022. Disponível em: <<https://ispn.org.br/cop-27-cerrado-tem-papel-central-na-manutencao-do-equilibrioclimatico-global/>>. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. **Total Emissions | SEEG - System Gas Emissions Estimation, 2021.**

Seeg.eco.br. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission>. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. **O agro deixa marcas na COP 27 - Produzindo Certo.** Produzindo

Certo, 2022. Disponível em: <<https://www.produzindocerto.com.br/noticias-43-o-agrodeixa-marcas-na-cop-27/>>. Acesso em: 24 maio 2023.

_____. **Our verdict on COP27: A Polluters' Parade | Global Witness.** Global

Witness, 2022a. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/blog/ourverdict-on-cop27-a-polluters-parade/>>. Acesso em: 25 maio 2023.

_____. **O Código Florestal - Observatório do Código Florestal.** Observatório

do Código Florestal. Disponível em: <<https://observatorioflorestal.org.br/o-codigoflorestal/>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

_____. **Governo conclui proposta de regulamentação do mercado de carbono -**

Rádio Câmara. Portal da Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/radio/programas/980044-governo-conclui-proposta-deregulamentacao-do-mercado-de-carbono/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. **Comissão do Senado aprova PL do mercado de crédito de carbono •**

Portal DBO. Portal DBO, 2023. Disponível em: <<https://portaldbo.com.br/comissao-dosenado-aprova-pl-do-mercado-de-credito-de-carbono/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. **A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020 1 A Política Nacional**

de Mudança do Clima em 2020. Instituto Talanoa, 2020. Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/Politica-Nacional-deMudanc%CC%A7a-de-Clima.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2023.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2022. **Comissão Pastoral da Terra**, 2022. Cptnacional.org.br. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasilpublicacao/14302-livro-2022-v21-web>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

_____. Documento de posicionamento sobre as negociações de mudanças climáticas e as ações do Governo Brasileiro. **Aliança Brasileira pelo Clima**, 2009. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/downloads/Alianca_pelo_Clima-2009.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

_____. Comunicações Nacionais. **MCTI**. Mctic.gov.br. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/Comunicacao_Nacional/Comunicacoes_Nacionais.html>. Acesso em: 6 fev. 2024.

_____. **Finanças verdes: o que são e por que demandam a atenção do sistema financeiro**. Instituto Propague. Disponível em: <<https://institutopropague.org/financas-verdes/financas-verdes-o-que-sao-e-por-quedemandam-a-atencao-do-sistema-financeiro/>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

_____. **O que há por trás da denominação “florestas plantadas” | Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**. WRM, 2010. Disponível em: <<https://www.wrm.org.uy/pt/outra-informacao/o-que-ha-por-tras-da-denominacaoflorestas-plantadas>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

_____. **Serviços Ecológicos.** Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Disponível em:
<<https://www.gov.br/mma/ptbr/assuntos/ecossistemas/conservacao-1/servicos/ecossistemas#:~:text=Os%20servi%C3%A7os%20ecossist%C3%A7%C3%A3o%20benef%C3%ADcios,qualidade%20de%20vida%20das%20pessoas.>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevistas Transcritas

Entrevista com Entrevistado da Embrapa (Gustavo Mozzer)

Arquivo A – Tempo de gravação: Realizada
em 19 de outubro de 2023

Gustavo: Eu sou Gustavo Mozzer, pesquisador da Embrapa, nessa área de mudança do clima. E Já trabalho cerca de 15 anos na Embrapa, com essa temática de mudança do clima, com esse foco na agricultura. Antes disso, eu trabalhei durante, acho que 6 ou 8 anos no Ministério da Ciência e Tecnologia da autoridade nacional, que tratava de mudança do clima também. Naquela época, era o foco maior era nos inventários e o MDL.

Priscilla: beleza, então acho que vou começar perguntando então um pouco do papel da Embrapa nessa questão das políticas de clima e em relação também ao plano ABC, se você puder falar um pouco da história da Embrapa com essa questão, será interessante

Gustavo: Então o plano ABC, ele foi um instrumento que foi proposto por nós aqui da Embrapa, na construção da estratégia é brasileira para Copenhague COP 15. Naquela época, o principal objetivo da cop 15 Copenhague era ser o instrumento que seria sucessor do protocolo de Quioto, né? O protocolo de Kyoto foi concebido para ter uma vigência de 5 anos. Ele precisava ser renovado, né? O segundo período de compromisso do protocolo de Quioto precisava ser renovado. É? Foi assim que foi bolado lá atrás, a estratégia do protocolo de Quioto como um instrumento top down, é no sentido de que os países se sentavam à mesa e ali eles negociaram as metas de redução de emissões entre eles, né? É então tinha essa necessidade de ser renegociada, é esse instrumento. Além, além disso, também tinha um pleito muito forte é, particularmente dos Estados Unidos, é de que o instrumento pudesse abarcar mais países. É particularmente os grandes países emissores em desenvolvimento e que pudesse ter uma revisão também é da forma como a transparência do processo ocorreria, né? Então esses eram os grandes pontos de discussão em Copenhague. Na questão de aumentar o envolvimento dos países em desenvolvimento, é onde, no que a gente chamava de trilho do capet, surgiu essa possibilidade, que foi negociada essa janela, essa estratégia que a gente chamava de NAMAS, e o Brasil, até nesse sentido, modificando a sua posição histórica tradicional, que sempre foi de demandar que os países é anexo nos países desenvolvidos, em razão do princípio da responsabilidade histórica, né? É então, assim, tomasse a liderança desse processo e apresentassem metas é, é Fortes, né? De redução de emissões, et cetera. Mas, naquele momento, mudando um pouco até essa posição histórica negociadora brasileira o Brasil, a decidiu é trazer para a mesa metas, né, de redução de emissões na forma de nama. O nama que seria proposto pelo Brasil naquela época ainda estava, na véspera da reunião, estava em fase final de ajuste e foi apresentado no CIM, é naquela reunião de ministerial de coordenação. Na época, eu era o representante do Ministério, é pela Embrapa, né? E foi apresentado no CIM o documento que continha essa proposta de Nama, que era, era basicamente, ele englobava os componentes de redução de emissões do arco verde do PPCDAM. É o projeto que a Marina havia tocado na época do governo Lula. Isso era governo Lula, né, nesse período, né? É Lula 2, né? Então é o que nós fizemos e a demanda que foi trazida no CIM, foi que os ministérios, enfim, avaliassem formas de contribuir com esse NAMA, com essa proposta inicial do NAMA de redução

do desmatamento. E aí na Embrapa, o nosso papel, quando a gente enfim, discutiu internamente. A gente fica falando por um período curto de 2 semanas que a gente tinha para preparar esse material, né? A gente identificou que havia, sim, muita possibilidade de convergência, porque o nosso, a embrapa desde que foi estabelecida como uma empresa de pesquisa é se deparou com a com o desafio de como tornar a cultura brasileira Tropical viável e efetivo e tal, melhorar nossa capacidade enfrentar segurança alimentar, diminuir a nossa dependência de importação de alimentos, et cetera, né? E o que a gente, enfim, ao longa da pesquisa agrícola, os nossos colegas pesquisadores que não perceberam, que enfim, o legado da Embrapa, é com a conclusão é de que a agricultura tropical precisa ser sustentável por definição. A gente precisa enfrentar, digamos assim, o excesso de energia, que o ambiente tropical é cria, estabelece para os sistemas agrícolas, né? Então, proteger a agricultura do calor excessivo, da radiação excessiva, é são preceitos básicos, a sustentabilidade é, é, enfim, a conservação do solo, esses tipos de técnicas de agricultura e conservacionistas foram se se mostrando muito efetivo para viabilizar um modelo de agricultura tropical. Então o Brasil já tinha bem estabelecido, a Embrapa e a ciência, já tinha bem estabelecido esses preceitos importantes de que sustentabilidade era essencial. Então o que a gente fez foi identificar e definir os pilares, estabelecemos 3 pilares básicos que seriam centrais para as tecnologias que a gente iria propor em um pacote para compor o NAMA. Mas basicamente, o que a gente definiu foram considerando tecnologias maduras, tecnologias que não compromettesse a renda do agricultor pecuarista, quer dizer manter atividade viável, né? O segundo que lá em ordem de importância, é tecnologias que aumentassem a resiliência, com uma capacidade adaptativa, que mudança do clima, a agricultura é um setor muito exposto a mudança do Clima, né? É a tendência que só piore os impactos da mudança do clima sobre os sistemas produtivos. Então, nós precisávamos de tecnologias que, ao longo do tempo pudessem é conferir aos atores que estivessem adotando essas tecnologias mais condições de enfrentar esses desafios impostos pelo clima excesso de energia ou excesso de insolação, calor ou as secas, enfim. Não tecnologias que fossem muito melindrosas, muito delicadas, que exigissem, digamos assim, é um cuidado excessivo que colocasse, na verdade, o sistema em desvantagem, em episódios de flutuação, enfim, de seca etc. Então, nesse sentido, o segundo pilar é a adaptação aos impactos da mudança do clima, né? E o terceiro, obviamente, como se tratava do Nama, com o objetivo de redução de emissões, tinha que ser tecnologias que também não contribuíssem para aumentar as emissões. Mas não necessariamente estamos preocupados que elas tivessem que reduzir. Então a gente chamava de controle de emissões. Se a gente pudesse controlar essas emissões, é e não fossem parâmetros descontrolados ou fora do da nossa capacidade de manipulação já seria um ganho na nossa visão, então entender melhor como as emissões estavam correndo, ter melhor dados sobre as emissões já seria um ganho suficiente na nossa visão, naquele momento, para a agricultura é, obviamente, se pudesse reduzir tanto quanto melhor, mas isso não seria um corte. É se as emissões enfim, mantivessem igual na altura e tivessem todas as outras vantagens, a gente já consideraria uma vantagem estrutural. Até porque com a adoção disso que gente tá falando das emissões só dentro do agro, aí quando você implementar essas tecnologias, você reduz a pressão sobre novas áreas e a necessidade de abrir novas áreas de mata, né? E esse era sinergia com o PPCDAM. E aí a gente calculava também as emissões evitadas pela abertura de novas áreas, da expansão da capacidade agrícola, recuperando áreas degradadas. E esse é o grande pulo do gato do ponto de vista da sinergia dessa proposta do ABC com o desmatamento. Então, as grandes reduções de emissões iriam ocorrer é por emissões evitadas, pelo apoio da tecnologia a recuperar áreas degradadas e evitar, assim, que novas áreas tivessem que ser incorporadas ao sistema. Assim, surge o ABC, digo até que foi um momento meio disruptivo pro agro brasileiro, porque naquele momento eles percebem que a enfim pelo menos um grande agro, né? O

mainstream, digamos assim, que a mudança do final poderia ser usada como um alavancador de boas práticas e de percepção de que tem espaço para a sinergia entre sustentabilidade e o agro. Nós da ciência já entendíamos isso há muito tempo, mas talvez mainstreaming não havia entendido isso, porque naquele momento a preocupação sempre foi em relação às emissões do agro, né, que o agro emite, porque tem a pecuária. Porque os ruminantes são emissores de metano, et cetera, et cetera, enfim.

Priscilla: Mas aí é essa relação do agronegócio com o plano, vocês da Embrapa, que lideraram essa criação desse plano? Mas como que foi essa relação do agronegócio nesse processo? Eles estavam ali, aí acompanhando ou foi uma coisa assim, mais....

Gustavo: Não, esse processo foi como te falei, foram 2 semanas a decisão da presidência da República era levar um NAMA que não continha originalmente o componente de agro, era só o PPCDAM. Nós tivemos que discutir isso internamente da Embrapa em 2 semanas, né? Em uma semana, a gente bolou a proposta e na semana seguinte a gente apresentou pro Ministério da agricultura. E fizemos a análise de que se a gente não incorporasse, é porque nós tínhamos a tecnologia, então isso foi o que viabilizou a gente fazer a proposta, o fato da Embrapa já está pesquisando isso ao longo de 20, 30 anos na época, de já ter tecnologias de prateleira com resultados comprovados, com esses 3 pilares, a gente conseguiu fazer esse pacote, né? Ai levamos ao Ministério da agricultura e apresentamos. Olha, a gente tem confiança de que se a gente fizer essa proposta são benefícios para o agro, né? no ponto de vista de sinergia com essa atividade que está acontecendo internacionalmente, de mudança do clima e que interessam para uma para uma imagem positiva do agro. Se a gente não fizer, o risco é o agro ser percebido só como talvez um vetor do desmatamento, e não como um setor equipado com tecnologias para poder apoiar estratégias de redução de desmatamento; Então, era essa a nossa intenção, com esse pacote tecnológico, demonstrar que a agricultura tropical contém tecnologia e o Brasil tem tecnologia para produzir agricultura tropical sem necessariamente precisar abrir novas áreas de floresta e recompor as áreas que já foram abertas e evitar a degradação, et cetera, et cetera. Então, quer dizer, essa foi a ideia, né? E o Ministério concordou. Não houve, naquele momento, o tempo eram duas semanas, né? Para que um debate pudesse acontecer com a sociedade civil. O que ocorre, foi posteriormente a apresentação desse NAMA em Copenhague, a repercussão Internacional foi muito positiva. Vários atores internacionais interessaram em entender como que o agro brasileiro, como agricultura tropical brasileira, teria a capacidade de fazer essa sinergia entre sustentabilidade e produção e apoiar estratégias para redução do desmatamento, né? Esse interesse internacional começou a refletir nacionalmente, e os atores, né? os governadores, os secretários de agricultura e começaram a ser, digamos assim, é acionado por parceiros, enfim, por outros atores internacionais. E dessa discussão toda surgiu a necessidade obviamente do setor produtivo de entender melhor a proposta que havia sido feita, que tecnologias eram essas? Como que a Embrapa estava atuando nesse sentido, que poderia ser? É, é, é, digamos assim ampliado, né? E aí, nessa construção, iniciou-se o debate, que durou um ano no Brasil, mas isso foi posterior à apresentação do NAMA em Copenhague, durou um ano, no ano seguinte, onde a gente fez mais de sei lá, eu não vou falar um número que me assim, mais de 30 reuniões com a sociedade civil e aí envolve todo mundo, entendeu? Assim, todos os atores, quem pode vir veio de todos os setores, é tinha de ONG, ao pessoal do agro mais os grandes, os pequenos os né, tudo, entendeu? E essa discussão ali a gente desenhou o plano ABC, então aí foi construído por plano ABC, se assim o que se tornou o plano ABC. Nessa construção, até incorporaram alguns outros componentes. Eu não lembro bem, no NAMA a gente levantou, eram 4 componentes, só

era a retração de pastos degradados, ILPF. No plano ABC entrou um componente relacionado a resíduos da suinocultura que não estavam no NAMA, mas isso veio dos debates. Então foi muito importante a discussão desse ano de discussão com a sociedade civil, porque ali uma das questões importantes que foram identificadas eram os elementos que bloqueariam, aspectos que bloqueavam a expansão daquela tecnologia, né? Nosso papel na embrapa era tecnologia, né? Com a com o debate com a sociedade civil e com todos esses atores se buscou entender a tecnologia que está aqui e como agora a gente viabiliza isso, ser enfim, implementado na forma de uma política. E aí nessas discussões, como te disse tinham esses bloqueadores, né? É foram pensados. O principal bloqueador, que foi identificado naquela época, era um modelo de financiamento agrícola das safras, né? É? E aí, o que havia até então, enfim, naquele processo era um financiamento agrícola com ciclos anuais, então, o banco emprestaria o dinheiro pelo agricultor, ele faria aquela atividade e tal e teria que ter devolver o pagamento do empréstimo no final do ano, no início do ano seguinte, né? Isso a gente já estava verificando que as tecnologias que a gente tinha proposto não ajudaria. Esse não é um ciclo suficiente para você fazer a implantação da tecnologia. Então, aí a embrapa entrou novamente. A gente teve uma discussão, é bastante aprofundada, é para avaliar quais seriam os tempos necessários para isso, né? Para implementar cada uma das tecnologias que a gente tinha proposto e, basicamente, o que a gente chegou à conclusão, era para os mais simples, era tipo recuperação do pasto degradado eram 3 anos; para os intermediários, que envolviam um sistema de plantio direto, era da ordem de 5 anos ou 7 anos dependendo do tipo de integração mais simples e até 11 ou 13 anos nos sistemas mais complexos de integração. Mas aí o banco, os bancos, né? O Banco do Brasil, principalmente, que é o principal ator econômico falou assim: “mas aí não funciona para mim, porque como eu vou ter garantia de que eu vou emprestar esse dinheiro e a pessoa vai pagar em 11 anos? Em 5 anos e 7 anos não funciona, tem que ter uma garantia para viabilizar uma atividade como essa, não me interessa, é o risco é grande demais, né?” Então aí novamente a embrapa vai entrar nessa discussão propondo e criando, a fez estudos externos, chamamos os especialistas e aí bolamos, tipo uma cartilha, né? Na verdade, o manual, vamos chamar assim, um manual da implementação da tecnologia estabelecendo, digamos assim, níveis que precisavam ser alcançados em determinado número de meses. Em 6 meses de implementação da tecnologia, tais, tais tais, metas, tem que ser alcançadas, os indicadores tem que ser esse, esse e tem que estar mais ou menos nessa faixa. Em 1 ano tem que estar, são esses outros, é são esses outros objetivos, tem que ser alcançado e os parâmetros têm de estar nessa faixa. A gente também treinou os técnicos lá do banco, que trabalhavam para o banco, que passaram a ter essa função de dupla função, digo assim, né? Que é uma função de extensionista rural e a outra função de verificador do estágio de adequação, digamos assim, da implantação da tecnologia. E o banco passou a fasiair com esse plano também faziou a liberação do recurso para o tomador do crédito. Então assim eu tomo o crédito com 1000000, 5000000. Mas eu não te entrego 100000000 agora. Vou te entregar algo necessário você fazer a primeira fase, depois eu verifico se você implementou a primeira fase corretamente e assim o banco passou a poder é fazer esse investimento, nessa transformação de modelos agrícolas para até, enfim, é sistemas agrícolas sustentáveis, com parâmetros de sustentabilidade bem definidos ao longo de planos de financiamento de 3 anos, 5 anos, 7 anos e tal. Isso foi uma revolução para o agro também. O Banco do Brasil teve muita no início, muita resistência. Não queria esse modelo. Que para eles significou modificar o seu a sua forma de financiamento, né? Mas a coisa aconteceu porque estava no NAMA no brasileiro, porque o presidente tinha levado a COP 15, tinha se comprometido a entregar esses resultados. E nós da Embrapa, por outro lado, com as pessoas do Banco do Brasil, se vocês não modificaram, a gente está discutindo isso aqui com a sociedade e identificamos que isso é um bloqueador. Se vocês não se adequarem,

não modificarem o seu parâmetro, essa sua forma de fazer esse financiamento, vocês estão prejudicando a adoção da tecnologia, modelo de 1 ano pode funcionar muito bem para o banco, mas não funciona nos sistemas biológicos para os sistemas agrônômicos, né? Então é uma coisa não pode prejudicar o outro. E aí a pressão política da presidente da casa civil foi, foi o que definiu. O Banco do Brasil tivesse de fato que, se é movimentar, sair da sua zona de conforto e implementar esse novo modelo de financiamento, né? Anos depois, durante a COP de Paris, eu, eu lembro de uma ocasião, onde um representante do BNDS lembrou desse episódio, numa discussão que estava tendo conosco da embrapa e nos agradeceu, falou, “olha, parabenizou, aí pela firmeza que teve naquele período, porque de fato, nós, do sistema financeiro é, não, não tínhamos enxergado como vocês não estavam enxergando a importância estratégica dessa modificação”, mas hoje ele mencionou, né? “Hoje compreendemos e entendemos como importante isso foi pro agro brasileiro, né? e hoje, dizendo, defendemos integralmente esse modelo que vocês nos ajudaram a construir”. É então assim são peças, às vezes são, é, são, digamos assim. Bloqueadores são elementos que estão já estruturados que tiveram que ser quebrados. Sabe aquele quebrar os ovos para fazer um omelete, né!

Priscilla: A recepção do agro depois do plano ter sido discutido com a sociedade, você avalia como positiva essa recepção?

Gustavo: Então, foi disruptiva como te falei. Antes desse Nama não era positivo, entendeu? Não era positivo antes dessa proposta do Nama que a gente entregou na COP 15. Era muito pelo contrário, o agro era refratário à essa discussão, era muito refratário. Eles, eles enxergavam essa discussão como uma discussão de apontar dedos, né, pro agro, particularmente para pecuária. Em razão das emissões, tá. Com o Nama e com essa percepção positiva que veio de Copenhague, o modelo brasileiro que a gente propôs, o NAMA brasileiro para agricultura, que depois se materializou com a gente tá discutindo no plano ABC, foi copiado pelos Estados Unidos, que pegaram esse modelo e bolaram lá dentro do pra eles, o que eles chamam de Climate Smart Agriculture, é uma cópia do que o Brasil estava propondo e adotando, para que também apoiassem o agro norte americano e. Mas, enfim, ele tamanho foi o sucesso da percepção de que o que o Brasil estava fazendo era algo novo, algo disruptivo. Como eu disse, não era necessariamente novo como estou explicando, a gente só empacotou um conjunto de tecnologias que a gente já conhecia, sabidamente funcionais, dentro do nosso modelo de agricultura tropical, mas pro mundo é algo novo. Quando um norte-americano, um europeu fala em agricultura, ele não pensa em agricultura tropical. Ele sabe que agricultura por causa disto, ele pensava, agricultura naquele modelo agricultura temperada. Passa o trator, revolve o solo, faz o tipo de agricultura que eles tão acostumado a fazer lá. Então a agricultura para eles tem uma mensagem, né? Que é o modelo deles de fazer. Quando a gente escuta agricultura, a gente sabe que nossa agricultura hoje no Brasil, né? Com tanta tecnologia que desenvolveu, não é a mesma agricultura do ambiente temperado, é diferente. Mas sabe, essa mensagem não é tão facilmente comunicada internacionalmente. Mas o Brasil conseguiu comunicar, naquela época, com esse NAMA mostrando que o nosso poder de agricultura, tinha esse predicado de sustentabilidade e que a gente iria reforçar esse plano para aumentar a expandir para tal. E isso teve uma recepção Internacional. Quando essa recepção Internacional vira para o Brasil e começa a assim parabenizar o agro brasileiro, vem com mensagens positivas, é aí onde a chave vira, né? É, foi importante, é importante que venha alguém de fora e dar um tapinha nas costas pra dizer que o que você está fazendo está correto. Daí o pessoal do agro brasileiro que antes eram refratários, aí a chave e fazer “OPA, parece que nós temos um, de fato uma oportunidade aqui, então de

trabalharmos essa imagem da sustentabilidade do agro e esses predicados que têm estão associados a forma da agricultura tropical ser realizada” Vamos trabalhar isso”. Então, nesse momento, a chave de fato vira. Eles vieram trabalhar conosco ao longo desse, como te disse, estava todo mundo sentado ao longo desse ano aí de é de construção do plano ABC. A tecnologia mudou, aí nós trouxemos tecnologia diferente, não! A gente só empacotou, mas foi esse momento estratégico que foi Copenhague viabilizou essa mudança de percepção.

Priscilla: Além disso. Eu queria perguntar para você duas coisas. A primeira é em relação aos resultados, né desses? Precisando de plano ABC, né? Que agora já foi renovado o plano ABC+ ou está sendo criado ainda não é porque eu olhei o documento, eu o achei meio ainda com poucos elementos e gostaria que você falasse um pouco da transição do plano ABC pro plano ABC+ tendo em vista esse contexto de agora em mercado de carbono, emissões líquidas zero, REDD agora e o Brasil como um grande exportador de carbono. E aí essa relação do agro também com essa questão, porque tem ficado bastante interessada. Essa relação, né? Do plano ABC, com o mercado de carbono, como é que isso pode ser de alguma forma associada? E também é, queria que colocasse um pouco dos desafios e dificuldade vocês tiveram na implementação do plano ABC nessa primeira fase e o que que vocês acham que vai mudar aí com essas novas questões chegando pelo plano ABC+ que é daqui até 2030.

Gustavo: Não, a Embrapa não se envolve na implementação do plano. Uma vez que o plano foi concebido, então dessa parte através foi atravessada, isso passa a ser papel do MAPA, do Ministério da agricultura, né? Então nós não somos uma entidade que implementa esse tipo de políticas. Quem implementa políticas, é o Ministério da agricultura. É, a gente dá suporte a esse processo. Nosso papel é científico, né? Então, assim, não somos, não somos os melhores para discutir a questão da implementação e como isso se deu. Mas assim, o que eu acho o que eu percebo, é olhando mais de longe, inclusive, é que é a primeira fase do plano ABC, vamos chamar assim, né? Foi muito exitosa, a Embrapa trabalhou com a questão de indicadores para avaliar isso, são desafios que estão até hoje. Inclusive, a gente poderia ter feito mais se tivesse é, se tivesse recursos, se alocação de recursos, tivesse sido é efetivada com uma visão de longo prazo. Para o nosso ponto de vista, o principal obstáculo para ações mais fortes, é a falta de uma previsibilidade orçamentária para investimento em pesquisa e desenvolvimento, particularmente pesquisas que precisam ser feitas, avanços metodológicos que precisam ser feitos para incorporar de maneira mais sólida as características dos sistemas agrícolas tropicais, na forma como a contabilidade das emissões de gás de pedido foi feita. Porque a ONU determina um conjunto de regras para contabilidade dessas emissões. É, não necessariamente são compatíveis com o nosso modelo de agricultura, são meio genéricos, são métodos que funciona mais ou menos para qualquer lugar, mas sem especificidades, né? Os norte-americanos, por exemplo, eles desenvolveram métodos específicos para eles, né? que tem a ver com modelos que eles desenvolveram? O que a gente chama de métodos de tier 3 é em vários elementos. Nós nunca conseguimos desenvolver isso no Brasil, porque precisava de planejamento para esse investimento acontecer no longo prazo e eu acho que esse foi um dos pontos fracos e que o Plano ABC não avançou. Aproveitou as tecnologias que já existiam, mas não houve um esforço da sociedade. Uma percepção de que, olha pra gente dar passos adiante e melhorar essa tecnologia avançada, esses componentes onde precisam ser avançados, a gente tem que alocar recursos para investimento em pesquisa de forma estruturada, de forma a previsível, que permita esse avanço tecnológico acontecer. Vamos ver como a gente move daqui pra frente, né? Mas é

na fase 1 do ABC, isso foi um problema é e agora começa a fase 2 que você menciona para ABC+. Ele foi construído, eu acho que assim pouco, logo depois de Paris né? Mas ele não chega a incorporar perfeitamente a ideia da INDC. Paris já vem com a ideia de que precisa haver um mecanismo fluido, dinâmico de revisão da ambição, sem uma negociação, é o que a gente chama de Bottom Up. Inicialmente o indc antes do país ser aprovado na época da COP do Peru, né? Quando o Brasil propõe a sua primeira indc é da do ponto de vista da agricultura, a indc brasileira praticamente incorpora o que o ABC já estava fazendo, com alguns pequenos ajustes. Mas aí ele INDC brasileira foi bolada para ser agregada da economia. Então não são metas de setores, né? É a meta do país e essa meta do país precisa ser discutida, como ela vai ser implementada pelo país, né? É e precisa haver construções domésticas de qual é a forma de implementar essa meta? É agora que isso começou a acontecer. Quantos anos depois, com essa discussão do PL 412? Outras discussões que estão aí acontecendo é pensando em estratégias para efetivamente olhar a implementação dessa NDC agora, não mais INDC, né? O ABC+ ele é mais inicial nesse processo, mas eu acho que ele, como talvez, como você mencionou, ele não entra fundo nessa discussão de NDC de fundo. Aí talvez ele não seja um instrumento suficiente para essa discussão toda, talvez seja uma transição. É que para esse momento, onde a gente vai começar agora efetivamente a entrar. Porque o primeiro BTR, que o Brasil, e todos os outros países, devem entregar é ano que vem. Todos os países é, começam efetivamente a jogar o jogo do acordo de Paris. Tem que começar a apresentar os seus relatórios no ano que vem, no final do ano que vem. O jogo já está sendo jogado, né? Mas a gente sabe como é que funciona as coisas, né? Então. É? Vamos ver o que vai vir desse BTR. Eu acho que essa discussão do PL 412 já sinaliza certa direção a vários esforços que ocorreram em setores da economia. O agro não vai estar dentro, foi retirado, né? Então, qual a forma que o agro vai se envolver nessa discussão efetiva do cumprimento do acordo de Paris da variação no estágio de performance? É uma discussão, que de certa maneira, precisa acontecer, né? Eu não acredito que o que o ABC mais entregue tudo isso.

Priscilla: mas você acha que, por exemplo, essa questão de o agronegócio ter sido incluído no PL, né? do mercado de carbono tem a ver com essa questão também de vocês não terem métricas próprias para avaliar as emissões do setor? Como você falou em virtude da falta de investimento na pesquisa em si mesmo, você acha que as coisas são os fatores que contribuem assim com....

Gustavo: Sim, eu acho que se tivéssemos como os Estados Unidos já tem a 20 anos... eles já fazem a quantificação de emissões em tier 3 por muitos anos. O Brasil nunca conseguiu recursos, nunca é priorizou isso, né? Não quer dizer que a gente ficou parado, mas o avanço que pode ser feito quando o vago recurso teria disponível era uns avanços incrementais na melhoria da qualidade do dado de fatores de emissões e dados de atividades. Foram desagregações, assim entendesse, qual o tipo de emissão dos tipos de Bovinos. As vacas, enfim, do tipo x, tipo y, tipo e é emitem como aqui. Assim é, sabe os tipos de pasto é esse, é, esse é o que? Qual o tipo de pastos para a região norte? Então esses foram desagregações, foram detalhamentos, mas trabalhando no método tier 2. Não o desenvolvimento de um novo método, a gente precisa, que tem pleiteado isso a 15 anos, que eu to na embrapa, a gente tem discutido isso da necessidade de termos o método tier 3. Mas isso é um projeto de 10 anos, que envolve planejar aquisição de dados, envolve planejar as estratégias de aquisição de dados, então envolve quebrar alguns ovos, para fazer uma omelete. Como foi a questão de do financiamento lá atrás para o Banco do Brasil daquela época, pôde ser feito porque havia uma pressão política muito grande nessa

direção, da presidência da República, casa civil, mas para a questão dos métodos, não. A gente precisava tipo de recurso e apoio para fazer o que sozinha a Embrapa não conseguiu fazer, né? O que a gente conseguiu fazer foi, foi nesses apoios, mas digamos assim, cirúrgicos para ir melhorando a qualidade dos dados e fatores de emissão, mas nos mantém em tier 2. Significa que a gente não tem método? Não, a gente tem o método tier 2. A gente tem dados muito mais avançados que vários países que não estão fazendo nada. Então pelo menos pesquisa, alguma coisa, o Brasil têm feito. Não é que a gente não tenha método, é que o método que a gente tem é esse método genérico. Tier 2, com dados específicos, mas um método genérico é. A gente pode quantificar as emissões do agro? Sim, pode com o método tier 2, conseguimos quantificar, mas a gente não consegue perceber as peculiaridades dos sistemas agrícolas tropicais. E aí, nesse contexto, fica de fora desse método vários, talvez dos benefícios que estão sendo incorporados aos sistemas agrícolas tropicais em razão dos modelos de agricultura conservacionista da sustentabilidade, a biomassa, assim está sendo incorporada no sistema, não é capturado no método genérico. Isso certamente hoje é motivo de reclamação do agro. Quando eles percebem “puxa, mas a gente faz tanta coisa, a gente sabe que está lá trabalhando bem”. Porque hoje eles defendem assim, eles percebem o diferencial competitivo do método do sistema agrícola tropical. Mas nos inventários que a ONU prepara isso não aparece. Então, eles gostariam que isso aparecesse. A gente também, sabe que esses são processos que é precisam ser. Primeiro, tem um componente político, né? É pode acontecer aí, e não é difícil da gente imaginar que competidores nossos vão é batalhar para poder é de denegrir ou criticar, digamos assim, elementos que deem uma vantagem competitiva para o Brasil. Então esse é um ponto, né? francês, por exemplo, vai olhar um médico como esse, que, de repente, que vai ser desenvolvido e vai criticar. Mas assim é a ciência entende a época também é parte da ciência. Você receber a crítica e você trabalhar os dados, demonstrar que aquele método é robusto. Quer dizer por isso é um processo de longo prazo, não vai ser assim do dia para a noite que a gente vai conseguir consolidar um método que demonstre que traga, que tenha robustez, que incorpore peculiaridades. Mas eu acho, sempre achei, né? que isso é estratégico. Deveríamos ter começado a fazer lá atrás. A gente constrói a condição, apoio para que investimentos de pesquisa com o objetivo de longo prazo aconteça, e aí precisa ter previsibilidade orçamentária, precisa ter uma série de condições que viabilizem esse tipo de investimento. Ou a gente que vai ficar realmente refém de projetos mais de curto prazo, mas também com capacidade de alcance, resultados, enfim, é equivalentes, né?

Priscilla: É você, é, é? Acha que a Embrapa têm uma visão nesse sentido de tipo tornar agricultura brasileira uma agricultura de carbono neutro e que participa ativamente no mercado voluntário de carbono? Porque eu acho que agora vai sendo uma fase assim. É central nessa questão da definição do mercado de carbono e quem vai participar, de quem vai poder comprar e aí o Brasil, como um grande estoque de floresta e para vender carbono internacionalmente. Tipo como eu, eu percebi que ele dava. Tem alguma perspectiva em relação ao agro e a essa questão de compensação Florestal. Tipo, se vocês tem uma alguma coisa assim nessa área, porque eu estava vendo um documento, um pode cair da do Globo rural falando sobre essa questão, né? Eles tavam é demonstrando como que o plano ABC ele pode é a partir da conversão de florestas, né? O sistema de plantio direto é IRPF, entre outros, participar também. Tipo do agricultor ali, vendendo no carbono e as coisas. Aí eu percebi um pouco da coisa na Embrapa com relação a isso. Se vocês têm perspectiva de de avanço nas metodologias para também implementar essa questão do mercado de carbono, em compensação e Na Na questão de tornar agricultura carbono, né, que tem sido o termo aí que todo mundo tá usando ultimamente.

Gustavo: Olha, enfim, é novamente, né? A embrapa é uma empresa de pesquisa. A gente vai trabalhar com os dados, a gente vai trabalhar com a construção da melhor informação possível e oferecer isso para a nossa sociedade, né? O que vai ser feito com essas informações são da política, né? É, então é algo que precisa ser olhado com muita atenção, com cuidado e a gente, enfim, percebe aí de fato, essa pressão muito grande para mercados, certo frisson aí, enfim, de vários atores. Mas o que é também natural das oportunidades que são vistas pelo setor privado, né? É tem essa natureza aí de enfim, de identificar oportunidades e agarrar a oportunidade para maximizar, talvez as vantagens. Mas junto com isso, também tem os riscos, né? É, e quem seria? Eu, por exemplo, dizer que sei lá, 20, 30 anos atrás, investir em bitcoin, por exemplo, era uma boa solução. Vários ficaram milionários com isso aí? Hoje perderam dinheiro. Então mercados, são uma coisa assim que ele flutua, né? É o que a gente trabalha com ciência e com dados, né? E trabalhamos muito próximos dessas discussões que acontecem no âmbito do acordo de Paris, com parte da política, apoiar a política Internacional com informações científicas, apoiar nosso Ministério das Relações Exteriores, o próprio Ministério da agricultura. O que existe em termos de mercado, no âmbito do Acordo de Paris é o artigo 6.2 ou 6.4. Nesse contexto que você menciona particularmente importante é o 6.2 agora, né? Porque é ele que faz essa conexão entre o vamos chamar assim o registro que a ONU vai operacionalizar para avaliar o cumprimento do acordo de Paris, né? A forma de cumprimento do acordo de Paris e a contribuição de cada país por meio desse BTR, que é esse instrumento que a gente começou a comentar agora que é o relatório bianual, o Brasil vai apresentar o primeiro no ano que vem. Os métodos que vão ser usados para o BTR são os métodos que estão disponíveis. Como a gente já discutiu, a gente tem hoje o que aquilo tier 2. Com uma série de avanços de fatores de emissão e tal, mas a gente, a gente carece de um método tier 3 e não vai surgir da noite para o dia. Então, agora, a gente vai reportar no método tier 2, é o que a gente tem. Isso, vai aparecer no BTR. Isso vai ser levado para o NDC Register, isso vai ser objeto de discussão dentro do acordo de país, no que a gente chama de Global, Stocktake. São fontes naturais do Global Stocktake, que é o processo quinquenal que o acordo de Paris estabeleceu de avaliação global da ambição e calibração dessa ambição global com o nível de cumprimento, com o estágio do alcance do objetivo do acordo, que a estabilização da temperatura em até 2C°, preferencialmente em um 1,5C°. Isso tudo junto, somado misturado, você coloca junto do artigo 6.2, qual o objetivo dos 6.2? Aumentaram a ambição para o cumprimento dos objetivos do acordo, certo? Aumentar a ambição é para os objetivos do acordo e promover, enfim, o desenvolvimento sustentável, et cetera. Então, sobre essas 2 perspectivas, o 6.2 permite que países como o Brasil e qualquer outro país façam conexões domésticas de instrumentos locais e regulados domesticamente com o mercado voluntário. E a forma como essas conexões domésticas com o mercado voluntário, vai apoiar a estratégia de cada país para o cumprimento da sua NDC, é algo que precisa ser desenvolvido, construído, desenvolvido domesticamente, né? Como a gente acabou de discutir, um dos exemplos disso que está em pauta é o PL 412. Outros instrumentos também vão estar em discussão. A forma como isso tudo vai apoiar a estratégia brasileira de cumprimento da empresa e eu, sinceramente, não consigo te dizer ainda, porque parece que essa é uma discussão que que ainda precisa ganhar mais maturidade. A gente sabe que isso deverá, pelo menos deveria ser, é objeto, é e será, é cobrado que seja objeto de submissão brasileira no ano que vem, no BTR e nós vamos estar em que condições de apresentar isso no BTR? Até porque também a gente sabe que é uma prerrogativa dos países também caso necessário países em desenvolvimento é tem um pouco de flexibilidade, particularmente nesses primeiros BTRs. Pode ser que o Brasil não esteja preparado no primeiro BTR para já ter essas informações, né? Prontas para apresentá-las todas, ou, enfim, de toda forma é algo que é inexorável que precisará estar lá e que o Brasil vai ser cobrado por essa, por essa

forma de contribuição é da sua política doméstica para o cumprimento da sua ndc. A conexão disso com os mercados, né? É algo que vai acontecer se o Brasil decidir que seja, a gente percebe interesse muito grande em vários atores, que ocorra. Eu acho que ainda há uma certa mal-entendido é que não necessariamente o mercado significa o mesmo mercado de carbono que houve lá atrás. Na época do CDM, O MdL é daquela época, vamos dizer assim eram 2 tipos de mercado ou ele era percebido de 2 formas no país. Como o europeu, usar como exemplo, né? Que implementou o European Trade Skin, o mercado era uma oportunidade para reduzir custos de implementação da sua política doméstica, porque lá no mdl, os europeus já tinham metas de redução de emissões. O MDL como todo, eu tinha uma meta de 5,2% de redução das emissões nos níveis de 1990. Agora o acordo de Paris modificou, como a gente já viu essas, questões todos os países têm metas. Lá em quioto os europeus tinham meta. O Brasil não tinha meta, então o mercado de carbono lá do protocolo de kyoto era uma oportunidade para países como o Brasil oferecerem créditos de carbono. E, em troca, receberem tecnologias, projetos que aumentavam o desenvolvimento sustentável. E isso então gerou crédito lá atrás, naquele momento e a gente pode sair listando aqui vários outros tipos de projetos mdl que aconteceram no Brasil e que foram, em maior ou menor escala, é tipo assim, tiveram benefícios que é sustentável. Mas o que não tinha naquela época era uma obrigação do Brasil reduzir emissões. Hoje, o Brasil tem obrigação de reduzir emissões. Então, com o mdl foi esse tipo de mercado, com o acordo de Paris agora a lógica é outra. E compreender que mudou a lógica do jogo de crédito carbono não é mais, necessariamente uma oportunidade de ganhar dinheiro, mas uma oportunidade de você reduzir o custo de implementação das suas medidas de mitigação é uma chave que precisa ser girada novamente. Como giramos lá atrás, essa é uma outra chave que tem que ser girada. A minha impressão é que às vezes ainda tem alguns atores que estão resistindo a girar essa chave e olhando essa questão de mercado de carbono, uma expectativa de ganhar dinheiro. Não se trata mais disso, né? É, mas cada um sabe dos seus investimentos, né? Seus gente que sabe especular com essas coisas, mas é o que a gente enxerga do ponto de vista técnico, científico, é mais uma oportunidade para quem está fazendo boas práticas, registrar essas boas práticas, ter dados, registros do seu efetivo esforço para reduzir emissões, né? É, e se preocupando nesse sentido, em assegurar que os custos para a redução dessas emissões é sejam os menores possíveis, nos parece, nos parece que é esse o caminho que vai ser imposto agora com o acordo de Paris.

Entrevista com Acadêmica 1 (Camila Moreno)

Arquivo B – Tempo de gravação:

Realizada em

A métrica do carbono fortalece a ideia de problemas climáticos como externalidades e que as soluções se encontram dentro do capitalismo? Você pode falar um pouco sobre o surgimento da ideia baixo em carbono

Quais são as implicações políticas de ter políticas públicas para as mudanças do clima focadas apenas no carbono?

Como você analisa a participação do agronegócio nas últimas COP? Como tem se articulado as políticas de REDD, mercado de carbono nas últimas COP?

Camila traz um panorama geral de como a descarbonização é construída ao longo do tempo e como há uma relação com as métricas e medições. Como o problema climático é construído a partir de simplificações até na própria definição do objetivo do acordo de Paris, que se baseia em manter 2°C. Para chegar nessa meta, há uma abstração de diversos fatos que contribuem para ter ou não um aumento médio global. E há de se questionar a própria noção de aumento médio global, como se todos os pontos do planeta fossem medidos regularmente por mais de 250 anos. A construção do problema climático, nesse sentido, passa por uma simplificação de métricas e métodos até chegar em uma única métrica, a métrica do carbono, que sintetiza todos os problemas.

Camila Moreno: Ele é transposto para agora, é todos os chamados warning systems para eventos climáticos extremos. Eles estão dentro de uma lógica militar, são operados por é, é. É organizações, instituições militares, então acho isso extremamente preocupante. Acho não é uma coisa menor. A gente vê cada vez mais a militarização do debate climático, mas, enfim, e daí? Tu perguntaste as implicações para políticas públicas dessas carbonização. Então é esse esse processo, então que ele se dá em vários níveis, né? Em geral, quando eu explico se eu mostro a figura da matriz lógica, né? Daquela bonequinha russa, sabe? É um bonequinho dentro da outra, dentro da outra, dentro da outra, dentro da outra. Então não é um processo cartesiano, linear. Ele é uma visão assim, de que eu vou criando na mente, né? Assim na Terra, como no Cerro, né? Eu vou criando essa visão da de carbonização e de olhar o mundo. Comunidades contábeis, né? Que eu possa enxergar numa tela de computador que eu possa definir em termos de Pixel, né? No caso do agronegócio, muito importante assim, eles mostram os. A visão Pix e lá da né? Do que foi desmatado, que que não está desmatado? Enfim, eu não olho mais o território, né? Eu olho aquele aquela tela. Para eu disputar projetos políticos e definir políticas públicas e financiamento público e orçamento. AO que vira a grande régua, né, de objetividade de pensamento racional, passa a ser quanto de carbono é o sequestro. Eu deixo de emitir um, eu recuso. E nisso? Pensando que tudo isso é mediado, né? Por pela a tecnologia digital que eu falei no início, né? Por exemplo, um projeto Agroecológico. Para disputar dinheiro ganho em termos de política pública com agronegócio. Ele vai ser tá? Quanto de carbono você sequestrou? Quanto vocês deixam de emitir, né? Então, um. O que eu faço para justificar para a sociedade para dizer que não sou ideológico, né? Que aí tem uma questão importante a essa, essa métrica do carbono. Ela se se vende como um momento onde a política ela dá um Salto e ela se funde com a ciência ao que o Obama, quando assumiu em 2009 19080. Science base política, né? Não é mais, é um. É depois da guerra fria, né? Ainda passamos um estágio mais avançado onde é ação é o ipcc, são os jalecos brancos, né? São esses cientistas que não tem visão política, que não tem interesse, né? Sai a fantasia, né? De um mundo sem interesses em biologia, são eles que através dos seus algoritmos, dos seus modelos, seus cenários. Vão, na verdade, nos apresentar os mundos e a gente decide o mundo que a gente quer em função de um número, né? De uma meta de de temperatura, enfim. Os cenários, só que isso, um frigar dos ovos, né? No traduzindo Na Na vida real faz com que para entrar no jogo democrático eu tenha que incorporar essa quantificação Extrema. Então, por exemplo, se eu quero fazer um projeto de habitação popular? É para pegar uma linha de crédito, vamos dizer Pra Ele, né? De finanças de financiamento climático, que tem a ver com o build? Vazamento, né? Com com os romances atualmente, né? Com inclusive tirar pessoas da área da área de áreas de risco, né? Que é uma coisa que está muito de moda e levar ela para algum lugar bem longe assim, né? Tipo zona Oeste do Rio de Janeiro, assim construir, né? Áreas assim para. Colocar essas populações para eu pegar esses dinheiros. Eu acho que a Caixa Econômica

Federal está muito dentro disso. Eu preciso mostrar o quanto de redução de carbono isso vai gerar, porque essa redução de carbono, né? Construindo com tijolos aí de como é que é de resíduo de ciber música reciclável de pneu. Pneu moído né tudo o que era lixo ambiental que a gente lutava contra agora a gente molha os pneus né EE coloca eles para fazer casas populares Tava contra agora a gente molha os pneus, né? EE coloca eles para fazer casas populares e leva para isso. Imagina antes do Brasil? A gente lembra na época, quando chegaram, chegavam as importações clandestinas de pneus no Brasil. Te lembra disso? Não? Eu fui colando. É, é, eu me lembro com mim que o minc era era. Ministro do meio ambiente nessa época, né? E era um escândalo. Assim como que tu pegava um lixo de pneu e chegava no Brasil porque não tem o que fazer com os pneus, né? Então agora, no maravilhoso mundo do NAT zero, a gente molha o spinoza, né? Faz uns blocos que superaquecem o Sol e constrói casa popular, né? E ainda pega dinheiro Internacional para financiar isso. Né? E coloca uma plaquinha solar. É lá em cima e coloca essa população em algum lugar. Enfim, é isso. Mas isso vai gerando uma disputa que, por exemplo, se eu quisesse fazer um bairro popular todo com construção alternativa, com materiais locais, com TEC, técnicas, tecnologias, vernaculares, né? Como eles chamam de bioconstrução. Por exemplo, diz, a pé de Barro, enfim, coisas que sejam fresquinhas, né? Que sejam como Deus me livre, isso não tem metrologia, isso não pode, né? Isso não tem OOO. Como é que é o ciclo de life cycle assessment, né? Isso não tem, então eu vou impondo um modelo que é esse modelo corporativo controlado, onde até mesmo cada vez mais agora, né? Isso é um tema que eu venho estudando as dietas. Se não são dietas que comprovem a pegada de carbono, elas não são mais nem né passíveis de entrarem em programas é internacionais. Então a gente vê aí todo ou discussão sobre veganismo. Nada contra o veganismo, né? A minha questão contra é com vender soja, né? É e dizer que é melhor comer soja, né? Porque a soja vai, enfim, essas. Essas coisas que por lá já conhece.

Priscilla: É então nessa questão, é sobre implicações políticas. Você consegue trazer um Panorama mais focado no agro? Tipo, o que que vocês têm visto enquanto carta de Belém, das resistências que vocês têm feito contra o agro nos territórios? O que que mudou?

Camila: Não mudou desde que eles começaram a incorporar esse discurso, mas. Sustentável, sustentável bom, a gente tem 4 minutos, né? Pra sair dessa conversa, mas eu acho que foi impressionante, é de 2008, 2009 pra cá, né? Sobre tudo quando o agro incorporará a 100%, né? Esse processo de de ambientalismo? Ação. AE ele, bom, além da sua, aquela parte visível na da campanha agrotec a água é pop, agro é tudo. É de uma reabilitação, né? Do agro enquanto. Ele é concretamente isso, mas assim também no imaginário de que nunca o país de desindustrializado como o Brasil de fato, o que que gera é esse, esse a balança comercial para o Brasil, né? O que que faz íntegro grande parte do PIB brasileiro é a atividade do agronegócio, querendo ou não destrutiva. Tenho quantos true tiva seja e que a quando a gente viaja pelo interior do Brasil é impressionante. Ao mesmo tempo que no nosso olhar, né? A destruição dos modos de vida tradicional, o deslocamento das populações, as contaminações, et cetera. É, tem todo um outro Brasil que se estruturou ao redor do Lago, né? Esse Brasil sertanejo, esse Brasil tem um Monte de empregos em cidades pequenas e médias ligados, não mais ao trabalho no campo, né? Que suja a mão, mas, por exemplo, dirigindo tratores, sythex operando drone tem uma série de produtos e serviços. Então vinculados a esse agro, então acho que o que a gente vê assim de e também, né? Em um nisso não é isso tudo é 111 dimensão do ambientalismo, né? Que a gente convencionou chamar de ambientalismo, de mercado de ONG s, que não vêem a assim como Horizonte político. Realmente, a transformação à superação e mesmo a rejeição do modelo do alho. Mas que vem, que é melhor fazer um agro humanitário, né?

Um agro o agro que ajuda o agro verde e trabalhar junto junto com essas empresas junto com essas grandes exportações, dentro de uma ideia de que isso é a real política, né? Isso é o que é possível fazer e eu acho que isso é muito ter um ponto de vista assim, de iludi-lo fazer luta política. É muito complicado. É muito difícil, né? A gente sofre muito porque é um bombardeamento ideológico por todos os lados desse novo capitalismo. Não é um capitalismo que parece que acordou para si mesmo, para a sua faceta descritiva, que agora temos as empresas do bem, né? As empresas que querem fazer o bem, as empresas que são anti racistas, as empresas que trazem todos os indígenas que trazem poeta que fazem. Né? Disse. Ou são veganos, que, como um ayuaska, enfim, que fazem ioga, a gente começa a ver assim, uma fusão nesse mundo desse imaginário. Assim, newey, de Ham, meio globalizado. Com esse esse capitalismo esclarecido, né? Com esse esse momento assim, dos que querem fazer a agricultura regenerativa, né, que enfim, que falam, inclusive, né, tem aí, cortaram tudo essa. Esse vocabulário, Tati, a mão, a mãe Terra que se emocionou no que, no que até para algumas pessoas, pode ser muito sincero dentro da né da da sua jornada de vida, mas que né? No conjunto da obra, né? Num num olhar global, né? 9 né? Adiante essa estratégia de legitimar a água. E de promover, eu acho que esse a gente vai parar por aqui, pelo menos hoje, né? Pra mim, é o maior problema, que é bater incessantemente na tecla da conciliação, né? Que só é possível estar no jogo político diante da emergência climática, diante da do da catástrofe do carbono. A catástrofe também é um nome que vem sendo usado toda hora, toda a catarse. Fica muito importante ficar, né? De olho nisso, porque existem as catástrofes bônus no mercado financeiro, né? Mas de que não é mais um momento de disputa, né? De querer fazer revolução, de querer antagonizar, de querer destruir um projeto que está aí. O que é Oo que é hoje aceitável como o né? Segundo esse discurso, a atitude política. Cabe, né? É aquela que vai buscar a conciliação. Então, se eu não estou buscando a conciliação, se eu não me me submeto a sentar com uma empresa como a Cargill ou com AA, né? As grandes empresas de celulose, ou enfim, com a Monsanto, que agora é a Bayer, é, eu estou fora do jogo, polly. Só interessa realmente quem queira construir junto, né? Esse mundo da conciliação eu acho que essa é a pior perda, né? Que a gente teve porque sempre, né? Na história, embora a história da política seja a história de criar compromissos, né, de encontrar um meio termo. A história da política também é a história do enfrentamento, né? E do enfrentamento frontal, brutal e até mesmo violento, de projetos políticos que são antagônicos, né? Que são opostos e eu acho que e essa toda essa métrica do carbono conseguiu aplinar. É uma visão assim da contradição. Né? A gente não dá, não, não, não vamos, não. Não existe. Como criar uma agroecologia. Isso tô falando como Camila, né? Uma ecologia emancipadora, que seja um projeto ecológico, mas também social. Se vai ser uma agroecologia feita como num território de compensação, né? Para gerar crédito de carbono, para fazer um offset ali, para quem está exportando soja. Net zero, né? Da Bayer, enfim. Hã? Eu acho que esse seria isso.

Entrevista com Acadêmica 2 (Letícia Chechi)

Arquivo C – Tempo de gravação Realizada

em 23 de novembro de 2023 Letícia

Chechi: Meu mestrado e meu doutorado

são em desenvolvimento rural, pelo

programa de pós-graduação em

desenvolvimento rural pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. No mestrado eu trabalhei com a questão de inovações na cadeia produtiva da erva-mate e as formas de aprendizado relacionadas aos agricultores e os em arranjos produtivos locais, no sul do Brasil. No doutorado eu foquei na questão das mudanças climáticas e políticas públicas relacionadas à agricultura. Mais especificamente o plano e o programa da agricultura de baixa emissão de carbono, que tem um nome, o gigantesco que agora mudou o que se chama renova agro, né? Mudou esse ano? É, mas a minha tese foi basicamente então pra estudar como esse plano, essa política foi construída e como ela foi implementada e no caso a implementação, eu estudei 2 estados distintos, que foi o grande do sul e em Minas Gerais, né? Atualmente, né? Eu sou professora, é aqui na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no campus de Cruz das Almas, que é antiga escola de agronomia da UFBA, né? Mais especificamente no centro de Ciências Agrárias, ambientais e biológicas. É, eu tenho desenvolvido alguns trabalhos também em paralelo com a cidade e com a rede de políticas públicas da América Latina.

Bom, é assim em relação ao que levou, o setor do agro a desenvolver um plano, né, relacionado as questões das climáticas. É ficou bem claro, né? No decorrer da minha tese, quando eu vou fazer o campo que setor do agronegócio, primeiro, ele era um negacionista da questão climática, né? Então, ele defendia uma bandeira de que essa questão do clima era algo natural. É bom o que aconteceu é, eles viram uma janela de oportunidade, porque de certa forma, eles passaram também a sentir os efeitos dessa mudança do clima em relação aos aspectos produtivos. Então, se você vai olhar a uma série de estudos já comprovando, da própria Embrapa, por exemplo, que tem linhas tradicionais e pesquisa institucionais, elas, desde 2008, vão comprovando que as mudanças do clima estão alterando os sistemas produtivos do Brasil e culturas que são historicamente

desenvolvidas em algumas regiões, elas vão deixar de existir por conta dessas mudanças de temperatura? Então é se tornou meio inegável considerar que era fato científico, né? A mudança do clima existe. Nesse contexto todo nós temos as COP acontecendo desde 1995, Brasil, indo para as COP, se posicionando nas COP, mas quem que representava o Brasil nas COP? Ministério do meio ambiente e casa civil, ou seja, o Ministério da agricultura, ele, como negava essa agenda até então, ele sempre ficou de certa forma, é a parte disso tudo, se colocando como um ator externo, né? Ocorre que quando chegou 2010 né, que foi lá, o acordo de Copenhague, nós tínhamos a projeção que se desenvolveria um novo acordo climático global para substituir o protocolo de kyoto. O Brasil que desenvolvia relações internacionais muito intensamente nesse período e queria se colocar internacionalmente, como um ator em um país importante nessa discussão, ele pensou assim, bom, eu preciso vender uma ideia, algo diferente do que a gente vem desenvolvendo até o momento aqui, que basicamente até então se focavam na redução do desmatamento na Amazônia. Então o Brasil vinha em nas COP lá desde então 1998 2000 se colocando com uma pauta muito assim, que é a questão do desmatamento, que é diminuir o desmatamento. Aí teve Marina Silva 2004 2005 2006. Reduziu drasticamente desmatamento no Brasil. Então isso foi vendido muito bem lá fora, o Brasil conseguindo cumprir um papel importante, em relação ao desmatamento da Amazônia. E todo mundo focado nisso, só que isso tem um prazo, né? E o Brasil se deu conta, que bom, nós não podemos novamente lá falar desmatamento da Amazônia, até porque a redução do desmatamento maior ela já tinha acontecido. Ela estava voltando, digamos assim, a crescer. Ter um pouquinho, ou seja, ia lá e não ia dizer, olha, conseguimos reduzir mais ainda o desmatamento, né? Porque estava se mantendo num nível específico. Tendo um nível específico, ou seja, chegou ao a uma redução máxima, digamos assim, do que, do que era possível. E aí o Ministério do meio ambiente se coloca assim, bom. Espera aí, mas nós estamos até agora só falando em redução desmatamento quem que é o principal responsável pelo desmatamento no Brasil? É principalmente a pecuária. A pecuária está relacionada ao Ministério da agricultura. Então eles precisam pensar alguma coisa e precisam trabalhar essa temática, porque se não mudar essa forma de produzir, se não tiver uma mudança no sistema produtivo, né? Do agronegócio, a gente vai continuar sempre tratando da mesma coisa, mas a gente precisa focar no porque isso tá acontecendo. Então, o que que acontece. O setor no período se viu intimado na verdade, a ir para a cop, né? É que teria esse novo acordo climático construído, que depois não aconteceu, né? É uma proposição diferente do que o desmatamento da Amazônia, ou seja, uma nova narrativa. E aí, o que eles fizeram? Como as coisas às vezes, a nível governamental, elas ocorrem de maneira muito rápida, né? O Ministério da cultura chamou a Embrapa e os pesquisadores relacionados a essa temática, então assim, mas assim, o que a gente já faz que é mitigador dentro da mudança climática, então eles pegaram que eles já vinham desenvolvendo na agricultura brasileira desde 1970, com algumas projeções estimativas, eles conseguiram colocar um documento que o plantio direto que os sistemas Agroflorestais, sistemas silvipastoris, , várias ações que já vinham sendo desenvolvidas no Brasil há muito tempo eram mitigadoras, ou seja, reduziu a emissão de gases efeito estufa, basicamente o que fizeram foi colocar isso dentro de um documento e construir o que eles chamaram do plano da agricultura de baixo carbono que então, ou seja, não tem nada nesse plano de inovador, digamos assim, que dentro do contexto, é das discussões, conseguiu se inserir com alguns esforço e atores relacionados a pequena agricultura familiar, por exemplo, biodigestores, que era algo novo, né? E que que contemplaria agricultores, por exemplo, a agricultura familiar que trabalha com a suinocultura, né? Com a cultura que de alguma forma trabalha com biodigestor. Então basicamente foi isso, então o que eles viram uma oportunidade de mudar a roupa do agronegócio no contexto internacional. Então assim eles passam, digamos que a partir desse momento, de

negacionistas da questão climática para uma agricultura amiga do meio ambiente e é redutora, né? De emissões de gás de efeito estufa. Então, o que motivou eles a fazer isso? Basicamente foi mudar sua imagem, né? Não só no contexto Internacional, mas no contexto nacional, porque a partir desse momento, ele se coloca um pouco, ou a gente se desenvolve uma agricultura baixa em carbono e a gente pode comprovar isso, porque nós desenvolvemos o sistema plantio direto. Nós desenvolvemos sistemas Agroflorestais, agrosilviopastoril, em todas estas formas de produção são de baixa emissão de carbono. Quando comparadas aos métodos convencionais lá da década de 40 e 50, né? Então, basicamente foi assim, uma janela de oportunidade, né? Que o setor aproveitou para mudar a visão que se tinha do agronegócio em relação às mudanças climáticas, e aí eles passam a pautar isso como aqueles que desenvolvem obviamente, as atividades de baixa emissão e a se se colocassem bom, nós estamos fazendo nossa parte, já estamos fazendo nossa parte, agora tem que trabalhar os setores que não estão fazendo sua parte, né? Então, basicamente foi esse o estímulo, né, que se teve aí o que levou o setor? Desenvolveu esse plano é

Priscilla: continuando nesse sentido de motivações, é você avalia o papel dos movimentos sociais e das ONG gente como importantes nesse momento, nesse momento de. Então, se a retórica do agro, ou você acha que foi realmente mais focado na questão de mudar a imagem Internacional e só tipo, você acha realmente teve um papel de luta social ali por trás para poder indicar os impactos que lavam causado assim, né? No campo.

Leticia: Então, os movimentos relacionados ao agro estavam a favor disso, né? Obviamente, então, defendendo a sua forma de agricultura, ou seja, os grandes produtores, eles também têm as suas federações, seus conselhos e sua sua bancada e eles defendiam, obviamente gostaram disso. É porque também estavam, de certa forma, cansados de ouvir que eram os culpados da mudança climática no Brasil, agora os movimentos sociais que poderiam contrapor isso tiveram muita dificuldade de se colocar nessa discussão, né? Porque, inclusive, a gente fez um trabalho posterior, é tem uma colega que está na França, Livia Calil, que publicou até na numa revista ideias. O que a gente descobriu, conversando com os atores vinculados, né? A agricultura familiar e os movimentos sociais, né? Mais progressistas assim, que naquele momento especificamente tudo tinha sido pensado de uma forma tão organizada pelo pelos atores envolvidos. Quem quem capitaneou essa discussão foi a embrapa e casa civil. Tudo ia tão pronto para as reuniões e não dava margem, né, pra, digamos assim, de certa forma para contrapor, por exemplo, o movimento dizer, não, pera aí, mas o sistema de plantio direto, não é uma. Não é um sistema, uma forma de produção que pode ser considerado baixo em carbono, porque tem que considerar também com todo. Não é só a questão do plantio especificamente. Então assim, eles, de certa forma, se sentiram pouco ouvidos ou atuantes nessa discussão, inclusive porque naquele período, paralelamente a isso, estava sendo discutido o plano nacional da ecologia e agricultura orgânica, né? E as leis vinculadas. Os movimentos sociais, né, que poderiam estar contrapondo esse processo narrativo ou fazendo força contra isso? Eles estavam mais focados, em outra, é questão, né? E não fizeram essa ação, porque não tiveram força suficiente para conseguir se colocar nessa discussão? Tanto que o plano ABC ele é entendido como uma política pública para médios e grandes agricultores. Isso é a nível governamental, isso é nível de implementação. Se você vai lá no banco, se você vai falar com um técnico que faz projetos, né, agropecuárias, ele vai dizer assim, tá, o que que é o programa ABC? Então o programa ABC, ele financia, assim é o plantio direto, ele financia o plantio do eucalipto tal, geralmente para grandes produtores. Em Minas Gerais teve técnico ou assim é? Na média de 500 ha. Né? Então,

apesar de nós termos citado no plano, a agricultura familiar em várias metas, se você olhar na lista dos atores, dos 142 atores que tem lá no plano original, tem representações da agricultura familiar, ele não tem assim, a construção dele não foi pensada para o público da agricultura familiar. Foi pensada para médias e grandes agricultores, como mais uma política pública para financiar o que eles já vinham desenvolvendo. E aí, inclusive, quando você vai a nível de implementação, os técnicos, porque no plano no programa você tem uma justificativa, né? Do projeto de como aquilo é mitigado, né? Os técnicos preferem os seus, é de outras linhas que são mais simples de serem acessadas, né? Então eles colocam ah, mas esse problema, na verdade ele é muito moroso. Ele é complexo, é difícil pra gente, acaba utilizando os outros. A gente só vai usar o plano, o ABC quando o agricultor já não consegue mais acessar os outros, quando não está mais disponível, né, então. A pauta dos movimentos, os movimentos acabaram não conseguindo fazer força frente a esse plano. Até surgiu a possibilidade de a movimentos, na época, de criar um plano específico pra familiar ou um PRONAF ABC, né? Então, o programa aí nacional para agricultura familiar ABC. Mas essa ideia não vingou. E aí o plano está como está e está aparecendo. Dessa forma, quando você vai olhar as estatísticas, né? Os dados da do acesso, você vai ver aqui é realmente tem acesso ao programa são médios e grandes agricultores.

Priscilla: É, e além dessa dessa questão não conseguirem fazer frente, você acha que hoje em dia ainda também ainda não é uma questão tipo que é levar levantada como Bandeira dos movimentos de criticar, formou, como ajudar, se colocando assim? Um contém muita dificuldade em achar coisas sobre críticas, sobre o cloro, sobre a posição do agronegócio. Eu vejo que fica tipo, tudo muito na encolha assim, geralmente eu acho que tipo um artigo só num site tipo dá pra rir que é mais radical? É, mas eu não acho tão tanta crítica e tanta questão em relação às implicações desse plano de fato nos territórios, né? Como? Como que eu acho assim que o aguentam afirmando que eles reduziram emoções, que eles estão implementando? As tecnologias que estão plantando florestas estão implementando MPF, mas ninguém fala sobre essa questão, por exemplo, tipo de como que isso chega nos Campos? Quais são as implicações políticas que tem por movimentos? É, eu tenho encontrado muita dificuldade em achar esses materiais assim. Não teve, eu tenho sentido de como eles estão refinando um pouco os argumentos deles. Está sendo cada vez mais difícil de você fazer a crítica tipo, você fica um pouco limitado que aí você fala gente, fala. Pelo menos a gente tá fazendo alguma coisa.

Leticia: É exatamente isso que eu ia falar para você, porque o que que acontece é o que que o que os movimentos é que que tem, que devem pensar os que poderiam fazer. crítica a forma como esse programa foi pensado, qual que é a grande dificuldade? O programa é lindo. O programa é lindo, se você vai ler, está escrito lá, você não tem o que criticar, entendeu? Você vai lá olhar o programa, você vai ver a agricultura familiar lá dentro, Priscilla, tá lá? Então você olhar esse programa da forma como ele está construindo, ele é ótimo. Só que ele não é operacionalizável e aí assim, ele não ser operasonalizável, não é algo muitas vezes que estava no acesso desses movimentos e é para além disso, o movimento não vai pensar assim, bom. Agricultura, agronegócio maneira geral é capitalista explorador, matadouro, tudo, então assim. Se ele fizer pelo ABC ainda, ele está fazendo assim, digamos assim, ele tá fazendo um ponto de menos ruim então, né? Ou ele está prejudicando menos? Talvez então fica muito difícil essa bater nessa pauta. quando o agro está se armando de dados, de informações e de tudo e ele está tomando conta dessa agenda. E aí é. Eu vejo que falta. Estudo científico é de base, por exemplo, então o qual que é a minha questão, eu vou colocar para você, porque eu sou

das ciências humanas sociais aplicadas hoje, né? mas deveríamos ter pesquisas que conseguissem contabilizar efetivamente dentro do sistema de produção agroecológico de alface e tomate, hortaliças na agricultura familiar que tem 10 ha, quanto ele emite comparado ao sistema tradicional e convencional dessa produção. Ele está conseguindo reduzir e aí poder utilizar isso enquanto argumento aos sistemas de produção intensivos, né? como da soja, como né, domínio todo da pecuária, como de tudo, e faltam esses dados, entende? Então, assim, como você vai criticar? Na verdade, quando no fundo você só tem especulação sobre as coisas, entende? Então é muito difícil o argumento. Tá? É muito difícil consolidar uma crítica eu meter vou dar, tem que bater, mas eu sempre tenho que bater com alguma base científica por trás disso. Não dá para dizer o agronegócio, tá emitindo muito no sistema de produção de maneira geral, a gente sabe que acontece, mas eu preciso lá quinta o agricultor ou mesmo ha um agricultor que produz Agroecológico, o sistema intensivo, ele é 300% vezes mais emissões de gás e tudo. Só que a gente não tem esses dados científicos para comprovar, então fica muito difícil. Não é nenhum movimento social sobre isso, porque são tantas faltas em relação às questões ambientais, é muito correto. A gente está sempre lutando, se fazendo valer. Por exemplo, o próprio governo agora, né? A gente teve um governo que foi desmontando tudo o que nós tínhamos construído há muito tempo, então é é tanta coisa. Então eu falo para você conseguir, é colocar em prática. Que não, que é efetivamente falta. O movimento falta é financiamento, falta, né? Recurso para conseguir financiar pesquisas desse tipo. Então, por exemplo, nós tivemos agora não tenho com escassíssimos recursos pra ver se sentir com o Brasil. Então, o que consegue fazer uma pesquisa sem recurso, né? Tem que ter é, tem que ter. É infraestrutura, né? Tem que ter muita coisa. Querer tem que querer comprar o país e aí que talvez mora uma problemática muito grande, que eu também não sei até que quanto esse governo atual, por mais que tem com quem que eu estou segura familiar. Ele quer fazer contraponto ao agronegócio, né? É, então, eu também acho que não sei se ele vai financiar esse tipo de pesquisa também, né? E aí, fica difícil a gente fazer isso e enquanto isso. Claro, não sai porque se tem dinheiro, né? E eles vão, eles conseguem criar os dados para eles próprios para seu benefício. Então eles vão financiar essas pesquisas e eles vão dizer lá que ha da soja, no sistema de plantio direto, em comparação ao convencional emite 80% menos. Nós não temos como contradizer isso. Não é porque se é comparativo ou convencional algum plantio direto, 80% menos. É isso o que é, e parabéns pra ele que tem, que é para financiar isso. Agora. Eu não consigo dizer que em relação ao produtor lá que vai plantar um milho crioulo, por exemplo, a uma comparação ao sistema de plantio direto e ao convencional, ele tem 300% de redução nas emissões, não?

Priscilla: Pois é. E eu fico vendo é tipo o que eu estou tentando fazer é pra poder ter uma base mais crítica, é a minha própria das contradições do discurso, porque assim eles falam uma coisa, encontrei depois. Por exemplo, é uma coisa que eu peguei muito assim, não tô entendendo ainda que está meio meio Turvo para mim, é a questão do mercado de carbono que eles é. É, teve agora a regulamentação do PL. Ficaram de fora, é e a Teresa Cristina falou que eles não conseguem medir de fato as emissões do setor e calcular só caindo aí, tipo assim, ao mesmo tempo em que isso acontece, eles estão indicando, entrando no mercado de carbono de quando você entra no. Naturalmente, foi uma cena. Estão ótimo assim. Precisamos saber qual é, como a gente comercializar os créditos privados carbono em cada fazendo e aí, tipo assim, é uma coisa muito de aposentando e explicitar essas contradições sem mostrar, olha só, dá tudo bagunçado, tá tudo fora do lugar ainda, tipo, tudo isso aqui é muito, é muito, é insolvente, não tem área de especulação. A especulação foi muita estimativa, colisão, aquela.

Leticia: Assim, a gente até a gente submeteu. É o ano passado no projeto pra caps e era um edital específico de mudanças climáticas. É em parceria com universidade lá em Santa Catarina. É com uma proposta desenvolver uma pesquisa justamente para essa contabilização, né? Em relação a emissão do gás de efeito estufa, como contabilizar os o carbono, mas não foi aprovado, né? Então, assim a gente ainda tem vontade, iniciativa para tentar fazer isso, não tá conseguindo. Então, o que a Tereza Cristina falou? Ela falou uma verdade, né? Porque hoje não se tem, não se tem no Brasil uma metodologia que comprove, exatamente, qual que é o percentual, a emissão por setor, por cultura? Isso é muito, fatores que estão relacionados sem ter um. Isso muda de acordo com o solo. Então não há. Não há mesmo, mas ao mesmo tempo eles se usam das estimativas que eles têm. Eles são muito bons com essas estimativas e projeções para colocar isso é como, digamos, assim, como uma numerologia exata. E como se estivesse fazendo algo assim grandioso nas mudanças climáticas. Então acho que é um caminho muito bom que você usa e buscar mesmo é o quanto eles até se contradizem, né? Nas próprias narrativas do tempo que dê, falavam assim como? A agricultura familiar não tem, tá muito longe de ter essa esses números exatos. Eles priscilla, eles ainda não tem, mas eles vão conseguir desenvolver isso e não vai levar tempo e Eu Acredito que essas pesquisas já estavam em curso, tá? E assim, não vai demorar muito para nós temos esses dados científicos publicados, eles vão, eles, vai parecer publicado e vai ser passar a ser utilizado. E aí, o que eu posso antecipar eles vão conseguir comprovar sim, que em relação ao modelo convencional ele é menos emissor, né? É, mas é isso. O quanto isso consegue efeito disso em nosso sistema como um todo? Quando isso já vem sendo desenvolvido desde a década de 70, então, na verdade, o que eu quero quando eu colocar uma Roupa Nova em algo velho, né? Para poder vender e me eximir de toda culpa do resto, enfim, que o mundo todo possa pensar em outra coisa, mas eu já to fazendo minha parte e eu posso provar. Porque eles vão ter os números para comprovar isso.

Priscilla: É outra coisa, mas eu já estou fazendo o meu pai, que eu posso provar, e isso que eles não estavam, porque eles vão ter os números para comprovar isso. Então, pois é, aí eu estou tentando também me afastar um pouco desse tipo de ficar em cima desses números, tipo de ficar olhando só para isso, porque assim é isso, tipo ele, com a eu estou usando um trabalho de uma moça chamada Camila Moreno que ela fala sobre a métrica do carbono. Como que a gente foca tanto nessa questão das emissões de carbono? Que outras coisas vão estar em visibilizadas, então eles tipo 4 negócio, tá ficando super nisso. Só que ao mesmo tempo, ainda tentando se afastar do do sistemas alimentares que eles têm, relação da mudança dos da Terra que eles têm relação diretíssima eles tão querendo se safar, então, tipo assim, eu acho que eu tô tentando contornar um pouco essa crítica de olhar só para números e tipo, hã, OK? Só eles têm que. A estimativa é que eles estão diminuindo, mas aí desse número e olhar pelo outro tipo, a lógica que está por trás, sabe? De olhar para isso, pro, para essa métrica do carbono que foca só nisso e esquece de tudo isso, dos conflitos no campo, do do de agrotóxico, dos combustíveis fósseis, tudo o que você falou tipo, então é, tá, eu vou tentando ir por esse caminho. Acho que essa conversa com ajudando a clarear mais e se não

Leticia; a gente não pode olhar para isso como uma fotografia, entendeu? Então, por exemplo, assim, aí eu olho a hoje a área da pessoa que tá desenvolvendo o plantio direto é OK, outro tá desenvolvendo um sistema, silvipastoril, vamos botar a pecuária na história, na jogada que é um grande problema, né? Então hoje está desenvolvendo um sistema, silvo pastoril, tá OK? Por que tinha nessa área 2 anos atrás? À floresta nativa

bom, e aí, então, aí eu estou dizendo que. Uma floresta nativa que era uma esponja em relação a gases nocivos ao meio ambiente, e era uma. Mas por quê? Porque um ano, uma fotografia, olhando o momento atual, seja o sistema pra começar, então é essa, esse Panorama um pouco mais amplo, né? Colocando outras questões, é o que vem antes do que vem depois do que para onde vai, para onde vai esse produto, né? Tudo isso precisa ser pensado. Porque quando é uma coisa pontual ali eles vão ganhar a discussão. Assim, não tem nem dúvida, porque aí eles vão ter os dados para comprovar e eles vão é estar aqui em cima disso e vão conseguir, obviamente, porque se nós paramos para observar unicamente é esse elemento, ele vai dizer se não ele é menos emissor, claro, porque ele é, né?

Pois é, eu me sinto. Às vezes é meio encurralado nessas questões, porque, tipo, eu fui num evento que era de carbono clima. Gatinha, galera do Hand, né da galera que está investindo pesado nessa questão de vender carbono, e ele tinha uma galera do negócio também, e aí, tipo assim, pra eles é, eles são a solução de tudo e eu estou vendo. E isso como, como vai se aprofundando, tipo para o negócio não tá só se colocando como uma solução da emissão, ele tá colocando como uma solução para questão energética e para a questão alimentar, e assim é isso, tipo, ele é o. O centralizador de todo tipo não tem como fugir do agronegócio ou você fala com ele, ou você tá errado, você é contra eles. Até falaram nesse evento da cn a quem não é quem quem, tipo assim, as pessoas que são contra são inimigos que não querem ver um avanço, não querem, não querem, sabe, tipo ver uma melhora, só quer criticar, então tipo assim, ele já já tem ali já se já se antecipam as críticas, sim, é assustadora assim, tipo, me sentindo muito como realmente muito igualada. Gente, tem que dialogar muito com uns movimentos também.

Leticia Chechi: Com certeza a gente tem que se apropriar disso. A gente precisa ter formas de difundir conhecimento, de instigar pesquisas nas mais diversas regiões do Brasil, principalmente. É nessas regiões. A gente está tendo um avanço muito significativo, né? das áreas, né? De soja, eucalipto ou de pecuária, porque na verdade esses são os mais afetados. Nós temos aí uma propriedade, às vezes uma propriedade de 30, 40 ha. Que teria uma contribuição, tem uma contribuição ambiental muito significativa, porque essa é uma função da agricultura familiar, né? Ela tem uma função social, eu tenho uma função da função relacionada à questão alimentar. Ela tem uma função ambiental e aí se ela se sentir encurralada ali por esse cortar, se fundindo, ela vai abrir mão da sua área e vai ser um produtor a menos que deixa de produzir aquilo, tá na nossa mesa todo dia vai ser produzido ou soja ou milho que vai contabilizar a balança comercial. Mas, afinal de contas, até quando isso vai acontecer? Porque a partir de que momento elas vão se alimentar do que? se vai continuar dessa forma, né? É essa é uma questão importante agora eles são tão, tão, organizados que eles já se se também se entrelaçaram, enfim, se conectarem com as grandes empresas laboratoriais que têm laboratórios, né, para desenvolver pesquisas. E aí eles vão. Inclusive, focar, né? Na questão, por exemplo, carne do laboratório ruins, laboratório. E aí tá que é a base dele fazer, assim como é, é questão ambiental, né? Então ela, ela, ela não tem problema de emissão de gases, ela ocupa uma área baixíssima, né? Enfim, e aí? Vão se embasar principalmente no aspecto ambiental, para justificar isso aí, a gente entra numa outra escolha, olha, veja o quanto é quantas coisas a gente tem que estar é dando conta, tem que entender e pesquisar, de saber com que bom. É quanto custa isso, quanto vai ser acessível, não acessível a questão nutricional, é saudável, né? Não, não é, né? É segurança alimentar e nutricional. Qual é a nossa soberania em relação a essas produções? Então, enfim, é muito, é, é, são assim meandros, né? E é um setor muito poderoso. Mas eu

O Código Florestal, nos temos que achar um caminho de ser implementado. Por que ele não é implementado? Por que os agricultores não querem? Não! Porque todos os dias nos temos uma ação contra o código florestal do MP, das ONG. Alguém questionando o Código florestal, e quando esses questionamentos vêm e ficam por muito tempo, até ser julgado, ficam aí muito tempo sem saber o que fazer, e aí a gente não consegue avançar. Tipo de de ONG, alguém questionando o código Florestal e quando esses questionamentos vêm e ficam por muito tempo, eles trazem até serem julgados e a gente saber o que vai acontecer. O que é que tem que se fazer daí pra frente? Traz uma insegurança jurídica enorme e a gente não consegue avançar. Então o carta pronto? 6000000 de propriedades. Renata, o que é que precisa ser feito? Ele precisa ser analisado. Mas nós estamos sempre sofrendo, é, eu tenho dito isso, inclusive quando vou em algumas reuniões junto com o Pedro, junto com Alceu, com Sérgio, é ao Supremo Tribunal Federal. Nós temos o código Florestal. Foi ele foi tão bem feito, primeiro que ele não agradou ninguém, nem os produtores, nem os ambientalistas. Então ele foi. Uma certeza de que foi uma lei muito bem feita e uma lei feita para o Brasil, para o estado brasileiro. Agora, nós não podemos ter um sistema e sistema é sistema, ele não pode ser fatiados e atacado em alguns pontos, porque você acaba desfazendo essas conexões desse sistema, embaixador. Então, nós precisamos agora para caminhar, né? Eu acho que nós precisamos de uma grande concertação, entre meio ambiente entre a agricultura e a justiça brasileira, para que a gente possa caminhar cada vez com mais segurança jurídica, implementar o nosso car, o nosso prá, enfim e todas as boas práticas. Que nós temos e que muitos já implementam, mas aqueles que têm mais receio, né? Ficam sempre esperando se vem uma modificação, nós temos hoje aí uma preocupação enorme sobre a identidade ecológica, em vez de bioma. Será que isso vai contribuir com alguma coisa? Vamos trazer mais insegurança jurídica. Para o setor, então eu acho que tem algumas coisas que precisa de bom senso e entendimento do que é preciso que o estado brasileiro precisa, não é agricultura, só não é agricultura, cidades, enfim, todos que estamos inseridos aí é numa, num num meio ambiente mais sustentável. É um meio ambiente que quer ajudar o Brasil quer ajudar? É. Com as modificações, com as mudanças climáticas, o que é que nós podemos fazer? Mas não podemos sofrer? No caso da agricultura, ataques permanente sobre o código Florestal, né? Nem do meio ambiente, nem da justiça e nem dos agricultores que precisam caminhar olhando para frente. Então eu fico muito feliz com essa iniciativa e digo, embaixador, que. Nós temos gente muito invejosa lá fora, porque nós somos altamente competitivos com tudo isso que acontece aqui. Então é, eu acho que essa cop vai poder. É Ela não é uma cópia que que está sendo muito é esperada com novas coisas, mas acho que o Brasil pode ser o protagonista. De todas essas ações que nós, em conjunto, podemos levar e mostrar para o mundo do que o Brasil é capaz de fazer. Muito obrigado a todos.

Entrevista com movimento das mulheres camponesas (Renata)

Arquivo D – Tempo de gravação 1:24:56

Realizada em 04 de janeiro de 2024 Marina:

Priscilla, está ouvindo?

Priscilla, está ouvindo?

Terminar mensagem.

Priscilla: Bom dia. Gente, eu acho que a minha Câmera está com problemas. Eu estou vendo aqui rapidinho, eu não estou desculpa. Que estranho.

Renata: Mas a mesma orientadora de vocês.

Marina: É nós 2 somos orientados pela Fabrina e os nossos trabalhos dialogam, né? Porque os 2 são sobre essa questão discursiva do agronegócio. Nessa construção, dessa narrativa do agronegócio, mas o meu olhando para a questão alimentar e da Priscila para a questão ambiental. Aí o meu, eu estou olhando para Abag, né? E a? Está vendo o plano ABC? Uhum. É. Se tiver com a mesma.

Renata: Mas vocês conseguiram. Vocês não conseguiram, então fazer entrevista com com ninguém deles.

Marina: Com a Abag, não consegui, não consegui, Priscila. Não sei se chegou a fazer entrevista com alguém.

Priscilla: É, eu consegui falar com a pessoa da Embrapa. que pensou a primeira parte. Plano ABC. Aí eu entrevistei um cara da Embrapa pra perguntar um pouco, como é que? Né esse? E aí eu estou focando nessa questão da mudança climática e o agronegócio que está. Forte, agora. Então está bem legal, eu estou gostando muito de fazer. E particularmente acho que falta é na minha pesquisa dialogar com os movimentos, dialogar com a sociedade civil para que o que de fato está acontecendo é, é. Fora do que o agronegócio monta para eles, né? Existe emprego?

Marina: Acho que assim a gente acabou ficando muito tempo pra ver o discurso do agronegócio mesmo e né, ver como eles constroem aí agora pra até se contraponto, né? Pra além da crítica que a gente já tá fazendo no trabalho, ter contra ponto dos próprios movimentos sociais, né? De quem tá dentro dos movimentos de quem tá, enfim, todo dia lidando com isso, né? Aí eu acho que se você puder começar, talvez falando um pouco sobre você, Renata, assim, aonde que você fala, né? Você falou que você é de Bauru, né? De São Paulo, mas você está no Paraná já há. Tempo, há quanto tempo faz?

Renata: Você. Você quer começar a gravar, já está gravando?

Marina: Eu estou gravando aqui no celular.

Renata: Não, mas o que foi melhor para vocês. Né? Isso já está gravando no celular? Beleza, está. Então assim eu. Eu nasci e criei no interior de São Paulo, Bauru. Aí eu fui fazer a faculdade em Campinas, fiz filosofia na Unicamp e aí, sempre que eu estava, é no processo da filosofia eu interagia com com o pessoal dos. Cursos com. Projetos de extensão sempre tinha uma preocupação com a questão ambiental. EE aí participando de de projetos de extensão com movimentos ecológica com. Projetos em em escola? Sei lá. Essas coisinhas assim, né? Aí eu fui conhecer nesse universo da agroecologia da agrofloresta e comecei a interagir com o pessoal da faculdade de engenharia agrícola que? Onde a gente tem um grupo? Né? Dentro da bergamasco, tem a Maristela Simões, dentre outros professores que conhecia esse pessoal. Comecei a trabalhar com fiz algumas disciplinas. É de forma, é externa, assim como ouvinte, né? De fundamentos da

agroecologia, de extensão rural. E aí fui me aproximando e me apaixonando cada vez mais temática, né? E me afastando um pouco desse universo da filosofia. E eu aí eu terminei a graduação EE, aí passei o concurso de professora efetiva do do estado de São Paulo, né? Na época, eram governador José Serra, EE aí, nesse período. Eu tinha. Eu tinha que escolher em qual cidade que. IA trabalhar? É, eu tinha passado lá numa posição boa. Eu tinha uma ampla opção de lugares para ir. E fui trabalhar. Na Barra do Turvo. Não sei se vocês ouviram falar nessa região do vale do Ribeira é onde a gente tem uma uma cooperativa onde congrega maiores agricultores que trabalham com agro floresta. Então fui pra lá por conta disso, né? Porque eu queria inserir, queria, porque estava apaixonada por agrofloresta na época, né, ainda não estava muito dentro desse dessa discussão de gênero, das mulheres, do campo, estava mais viés da agroecologia e da agrofloresta. É, cheguei lá, comecei a trabalhar. Eles. larguei a escola. Comecei a trabalhar com eles, trabalhando comercialização. E meio lá é me dedicando assim e. Aí, nisso. Eu acabei me relacionando, né? Conheci o que foi agora do estado, né? Mas conheci o que foi meu, meu parceiro, meu marido, né? Gente, tem meu filho. EE. A gente foi mudando de cidade e. Até que eu quis voltar a estudar porque o que eu tinha de formação em agroecologia era ainda muito incipiente. E eu queria atuar efetivamente com isso, né? E foi quando eu vim para o Paraná, para Laranjeiras do Sul, aonde tem a Universidade Federal da Fronteira Sul, com o mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Aí aqui o meu orientador, que foi o Antônio Andreoli. Ele, que ele também tem a formação em filosofia, depois foi para agroecologia. Ele sugeriu, por que que você não vai pesquisar o Movimento de mulheres camponesas, né? Então isso foi em 2015, aí. Falei, Ah, meu Deus, porque assim? Eu tinha uma noção que que era AO universo da discussão, de relação de questão de gênero, não sabia que era o universo. Porque eu IA? Que ir sim, me dedicar demais para poder escrever uma dissertação sobre isso, e eu estava muito mais apegada, com a agroecologia, queria trabalhar em questão de agrotóxicos, né? Mas. Ele propôs e eu falei assim, então tá, vamos lá. E aí nisso, logo, já fui buscar contatos com o movimento de mulheres camponesas que na época estava muito concentrado na região de Cascavel. Ali tinha um núcleo assim com com. Que aqui no Paraná, a história, ela, ela é toda, com altos e baixos, assim no movimento de mulheres camponesas. Sei se vocês quiserem esse detalhe, posso contar depois, né? Mas nesse período aí que a gente está falando de 2015, 2016 estava no processo de reconstrução do movimento e então elas estavam ali a fazendo projetos com parceria com a universidade federal de Fronteiras, que também. Informações pro encontro. De mulheres mais ali da região Oeste do Paraná. E eles me convidaram, “então venha para cá, vem participar da Formação vem. A gente daí você vai se inserindo” e aí também, galera. Porque laranjeiras era umas 2 horas, Cascavel, né? E daí? Eu comecei a participar. Elas estavam tendo formações é todo mês. Agora eu não me lembro a frequência, mas eu comecei a ir com. Frequência, elas me acolheram, foram muito. EE aí foi quando eu comecei de fato, a me inserir em movimentos sociais. Até então eu conhecia da época da faculdade. Eu já tinha alguns projetos de extensão que eu havia feito, passando a aprender mais com ela. Em assentamentos rurais é com metodologias participativas, de diálogo, né, com as pessoas, mas assim de me inserir de fato, foi. Foi aí que eu comecei a entender melhor, né? Como é que era dinâmica, sobretudo o que que é uma dinâmica de movimento de de mulheres, né? Movimento de mulheres do campo, que que era totalmente diferente, que era uma outra pegada. Eu fui assim, me me descobrindo, né? Enquanto enquanto mulher na sociedade, a partir do movimento de mulheres camponesas, assim de opressões, de relações de gênero. Que, Ah, por. Que lesse. Sabe, por mais que tivesse todo esse processo de leitura é, é diferente assim. Então ali na nas, nas próprias dinâmicas, no nas, é na. Nos diálogos, sobretudo nos diálogos que a gente tinha nas rodas de conversa é que a gente vai. É se descobrindo e entendendo coisas que até então é a gente não percebia, então,

para mim foi foi, foi muito transformador, né? Tipo o movimento. Ele trouxe muita coisa positiva para minha vida e aí nesse sentido, quando eu terminei a minha dissertação. É as companheiras pediram, né? Para eu continuar no movimento, para continuar contribuindo, porque era isso, né? O processo de não só chegar lá e tipo, e ficar como um observadora externa desse objeto de pesquisa, foi um processo no qual eu eu realmente me inseri. Participei e dialoguei, me envolvi com essas mulheres e a gente. Criou Né? Esses laços de de afinidade. EE aí. Ideia era que a gente continuasse que mantivesse isso, né? Como eu IA continuar morando no Paraná? É eu. Eu continuei contribuindo e aí, passado um tempo, elas pediram, eu estava ajudando na escrita elaboração de projetos para captar recurso. E aí foi que a Sandra, né? Que ela é aqui no Paraná, ela é uma das militantes históricas do movimento, né? Tanto nacional, mas, sobretudo aqui, pensando no Paraná, né? Ela que mantém essa. Esse núcleo, assim que não deixa morrer assim no movimento, entre altos e baixos, né? Ela que a essa referência maior aqui é embora a gente tenha várias outras companheiras. E elas? Me é, pediu que eu pudesse. Eu não podia participar da coordenação. do estado? E aí eu falei, tudo bem, né? Que eu IA contribuir na medida do possível. E aí? Desde Então, eu eu tenho contribuído também Na Na coordenação do movimento aqui no Paraná. Aí a gente tá falando depois de 2017, né? E? Fazer as reuniões pra pra pensar em nas formações, pensar nos encontros, em mobilização, trabalho de base. Daí depois que comecei. Teve a pandemia que deu uma quebra muito grande. Só que por outro lado, a gente acabou que está até se conectando mais do que a gente não tinha esse costume de fazer reuniões. Hum, e a gente? Assim, né? Então, tem gente que faz favela. Gente que foi da Serra. Sul, Foz do gosto do Iguaçu e. Ai precisa de recursos para conseguir colocar todo mundo junto no mesmo espaço. A gente sempre teve essa dificuldade de recurso aqui no Paraná. Então, com a pandemia, por mais que a gente não tenha conseguido se encontrar presencialmente, a gente se encontrou muito, muito virtualmente. Gente, começou a dialogar muito, muito mais, então todo mês a gente tinha reunião e é uma coisa que a gente mantém até hoje assim, então. É as por. A gente tem várias reuniões para discutir diversos assuntos, porque a gente viu que existe. Possibilidade, né, de? As reuniões? De forma remota, que antes não passava na nossa cabeça a gente não fazia, né? A gente só trocava a mensagem, mas. Não, não fazia essas reuniões virtuais. E bem, então aí com o passado tempo, movimento é, começou a solicitar a minha participação nos espaços também, né? E aí hoje tenho contribuído com um coletivo de formação coletivo nacional de formação do movimento. Falei assim, bem sucintamente não sei se vocês querem mais detalhes sobre alguma coisa, né? Falei um monte de coisas, mas de forma sintética, foi mais ou menos assim que eu vim parar no movimento.

Marina: Muito bom é. Não sei. Eu acho que uma. Pergunta assim, minha que tem interesse com a minha pesquisa é saber um pouco como é. É aí. É onde é que você está agora em Laranjeiras?

Renata: Ah, tá. E daí eu. Eu esqueci de falar. Eu fiz a minha dissertação pesquisando as mulheres especificamente ali de Cascavel, né, do Paraná, mas especificamente Cascavel, aí depois. Fazer o doutorado. É na unoeste, Marechal Cândido Rondon e aí a ideia era pesquisar não só no Paraná, mas Santa Catarina e Minas Gerais. Hum, só que daí, nesse meio do caminho, teve a pandemia? IA, e aí eu como Minas Gerais e Santa Catarina, era mais distante ou dei prioridade assim? Ah, vou primeiro para Minas. Já garanto. Depois Santa Catarina e Paraná. Tô aqui, né? Deixo por último. Só que você quando começou a pandemia e aí eu não pude, não pude ir na casa das companheiras, então até a gente ficou saindo só com as companheiras de Minas Gerais e de Santa Catarina e mas isso eu continuo morando no Paraná. Hoje eu estou morando em Pato Branco. Eu estou fazendo

um pós-doutorado na UTFPR. Dentro do programa é em desenvolvimento regional de pós-graduação em desenvolvimento regional. E aí estou pesquisando agora, a questão da penosidade do trabalho das mulheres camponesas e formas de de diminuí-la. E aí ficou um foco com as mulheres aqui do sudoeste do Paraná e com algumas do Oeste também.

Marina: Hum, eu queria te perguntar como que é a interação aí na sua região, né? O enfim, ao longo da sua trajetória, como é que é? É interação com o agronegócio no território, né? Como é que são essas, se eles estão muito presentes aí, como é que se dá essa?

Renata: É complexo, né? Eu acho que assim aqui no sudoeste, então vamos pensar o sudoeste. O sudoeste é se a gente conversa hoje com o pessoal do que faz. É, tô aqui desde março, né? Então eu tô pensando um pouco melhor. A realidade daqui é agora, embora já tenha ouvido falar bastante, tenha várias companheiras do MMC aqui. No sudoeste. Mas ele é uma das regiões do estado do Paraná com maior penetração da de agriculturas familiares. Então a gente. Falando de lotes assim, de. De 20 ha, que são geridos por famílias agricultoras. Mas se a gente conversa com esse pessoal assim do IDR? Ou de é de assessoria técnica? O pessoal de ATER que está efetivamente capilarizado no território. Eles vão dizer que. Não, não existe mais essa agricultura familiar nos moldes de pensar é um campeonato, né? No nos moldes, componentes que existe é o agronegocinho. Então essa visão que da da modernização e. E de como ele. Eles se sentem inserido e se reconhecem também a partir dessa identidade, porque é algo que. Que valoriza, né? Que que é bonito? É como assim? Tipo? É um esforço do trabalho, é. É algo que aquela o discurso do agronegócio, né? No sentido de que “a gente ta alimentando o mundo, nós somos é o progresso evoluído, tecnificados, então existe um certo orgulho de se identificar como fazendo parte do agronegócio, que é esse novo discurso que o agronegócio traz, a gente tinha algumas décadas atrás de ter bem separado o que são esses agricultores capitalizados, o que é agricultura capitalista e os pequenos agricultores, a gente tem só projetos sociais para eles, que é o que a gente pode fazer com esse povo. Depois, com esse avanço da agricultura familiar e como categoria política social e que vai ganhando esse fôlego, a sociedade vai abraçando e vai ganhando esse prestígio, né? E falou, Ah, porque familiar, preserva o meio ambiente da cultura familiar é que produz 70% do alimento. O agronegócio abraça e fala, “não, vocês são nossos também. Vocês também são agronegócio” então a gente vê cada vez mais, né? O agronegócio tentando acolher e dizer “não, pra que ter 2 ministérios? A gente é. Uma coisa. Não precisa ter essa divisão” EE aí a gente tem até na fala, tem o tal, não sei se vocês já ouviram aquele tal de TEJON, que ele é um grande publicitário aí do agronegócio? E ele fala com todas as letras assim “o povo ama a agricultura familiar. É isso o que mobiliza os sentimentos e as emoções. Então, quando a gente quer fazer propaganda, a gente não tem que ir pro lado racional, a gente tem que ir pro lado emotivo. Então a agricultura familiar ela tem isso, porque ela resgata aquela questão da infância, do acolhimento, né? Da avó o panha laranja no quintal e faz o suco e serve ali na hora, na mesa com a toalha quadriculada. Né? Do piquenique”. Então a agricultura familiar mobiliza essas emoções que o agronegócio não faz, né? Porque o negócio é aquelas extensões imensas de terras devastadas pra produção de commodities e então pra conseguir esse discurso de acolher a população. É, a gente tem essa intensificação propagandística, né? Do do agronegócio, de abraçar a agricultura familiar. Então aqui voltamos, né? Que eu estou me perdendo? Outro caminho mais. Com o avanço da soja. Que é algo assim extremamente preocupante, né? Que é algo que eu tenho percebido aqui e que que eu tenho tentado aprofundar melhor e entender é, a gente vai conversar com com as camponesas nas suas localidades e é uma intensificação dessa, do avanço do capitalismo no campo. Que que é muito assustador no sentido de que é a soja. Ela vem com todo esse pacote tecnológico que facilita muito o trabalho da dos

agricultores e das agricultoras e a gente tem um processo já histórico, que só vem aumentando, de esvaziamento e envelhecimento do campo. Então a gente tem cada vez menos braço. Para para trabalhar no campo, e esses braços estão cada vez mais velhos. A gente não tem sucessão rural, é desesperador, aqui você vai nas famílias e o que você vê uma? Fui numa camponesa que ela tem um sítio com 300 pés para caqui. Não sei quantos. De uva tudo agroecológico, tudo orgânico, só que ela não tem sucessor, ela não tem ninguém que vai assumir esse sítio depois que ela não conseguir mais trabalhar. Depois que ela enfim falecer. E aí, o que que vai acontecer? Porque ela tá numa ilha de soja? E aí os sojicultores, porque a sojicultura o que acontece, ela é uma produção de escala, né? Como grande parte das monoculturas é de escala, então tem uma renda que você consegue e manter nesse ramo que você tem uma média de Terra? E aí a gente tem esse avanço progresso técnico, se você não vai acompanhando, se você não vai se modernizando constantemente, você vai ficando para trás. E para. Conseguir manter uma renda que você tinha lá no começo, a cada ano você tem que aumentar suas terras a cada ano tem que aumentar a sua tecnologia, senão você vai empobrecendo. Você não tem capacidade de competitividade. Você tá fora do mercado, então, quem está trabalhando com esses agricultores familiares que trabalham com as commodities, trabalham com a soja. Eles têm que estar constantemente expandindo e aí eles vão arrendando as terras devido a agricultores que não têm mais condição de trabalhar que estão envelhecendo, então. Você tem esse as próprias camponesas do movimento de mulheres, não é? Às vezes tá só o casal lá já. Já estão mais velhos. Eles guardam uma parte da terra para autossustento, tem uma outra parte, uma parcela da Terra que eles não dão conta de produzir. Eles arrendam. E o que a galera vai produzir? soja, porque eles não dão conta de trabalhar e é uma renda que eles vão ter a mais aí, né? Então, esse processo de arrendamento. Ele tem se mantido. É, é se mantido de forma muito. É crescente assim, né? Ele está crescendo cada vez mais porque esse os agricultores precisam trabalhar com soja, precisam aumentar constantemente as terras. Os agricultores que trabalham com diversidade, estão envelhecendo, não tem mão de obra, então vão arregando essas terras até que chega um momento que vende, né? E aí a gente tem, a gente pega os dados do IBGE. Pega os dados, IPARDEs né, que é aqui do Paraná. A gente, vê uma expansão é absurda na produção de soja, né? Não só no país, mas aqui no Paraná, sobretudo, e a gente pega que é um dos dados que eu estava pesquisando agora também. É a redução da, porque hoje a gente tem toda essa discussão do que que é Rural do que que é urbano, né? E aí dizer, Ah, não, porque fala que o rural está diminuindo, mas a gente tem que levar em consideração que essa pequena cidade também. Elas são todas rurais. Então beleza, né? Então vamos. Para a cidade pequena. Né? E a cidade pequena? Assustador. A gente no censo aqui no Paraná, a gente, tem esse censo de 2022 é tem cidade que perdeu 1500 habitantes. Então a gente está falando de cidade que tem 5000 habitantes, você perder 1500, portanto, não é pouca coisa, né? E então, é nesse processo as pessoas, elas estão saindo da cidade, enquanto a enfim essa é a hipótese, né? Teria que cruzar mais dados, et cetera e tal. Mas o que a gente vê é as pequenas cidades, elas estão encolhendo, elas estão assumindo. Quanto as cidades maiores, né? Elas estão aumentando, elas estão inchando e aí, paralelamente a isso, quando a gente vai a conversar com os agricultores e com as agricultoras, não tem sucessão rural. A família está saindo do campo, está indo para a cidade, é, as terras estão sendo arrendadas. Tem caso, por exemplo, que que é uma. Que que é muito assustador, né? E aí, como a gente vê como que a gente precisa de uma política séria nesse país de desenvolvimento integrado, né? Não o nosso desenvolvimento fragmentado que a gente tem visto de sítios aonde você teve investimento de políticas públicas, que que não é pouco dinheiro, né? No caso do minha casa, minha vida rural, onde passado, sei lá, construiu a casa deu 2 anos, a família não conseguiu se manter no

sítio, teve que vender a Terra. A casa foi destruída para plantar soja. Então a gente tem alguns casos desses e a gente se questiona, né? Então assim? Gente, tem que continuar construindo casa, a gente não vai deixar de fazer esse tipo de política pública, mas para manter a população no campo, ela não é efetiva. E aí a gente entra naquele discurso que não só o agronegócio traz, mas infelizmente o nosso governo traz, o nosso ministro da fazenda traz, de que é totalmente possível, desejável e a gente tem que avançar nisso, nessa conciliação, ou seja, não que não existe, né? Contradição entre a existência de uma agricultura familiar camponesa e o agronegócio, sendo que, descaradamente, com todos os dados, com todas as pesquisas que a gente tem, é impossível. Não é possível manter esses 2 sistemas ao mesmo tempo, ou a gente enfrenta isso com seriedade e com firmeza? A gente vai ter esse processo de destruição da agricultura familiar. Camponesa no campo. É, deixa eu tentar voltar aqui. A sua pergunta era da situação aqui no Paraná, né? Daí eu vou viajar. Mas você quer fazer? Pergunta Priscilla. Eu tento. Para a situação daqui.

Priscilla: Ah, é só pra poder é, já pode seguir. Pode falar sobre a situação daí? Mas é, é porque eu estava vendo um estudo do joio no trigo, falando sobre a diminuição, além dessa questão da sucessão rural, da participação da agricultura familiar na produção de alimentos. É um com o censo de 2006 para 2017 teve essa mudança, e aí, tipo, eu estava vendo que além dessa questão de não ter sucessão rural, das pessoas estarem me desestimuladas a produzir, é foi, eu acho que você trago essa parte aí também da questão do impacto da soja, né? E como que, caso eles não atualizem, é a forma como eles produzem, eles acabam ficando para trás nessa questão. Eu também estava vendo como que a classificação, do que é que é ou não agricultor familiar influência nessa questão tipo da pessoa só é assegurada rural, ela não pode ser considerada agricultura familiar. E aí, como vai uma parcela grande do campesinato é para essa, para essa parte maior, né? Da de médios e grandes produtores no censo do IBGE mesmo. E você também levasse em consideração isso da sua fala para tentar entender um pouco desse contexto, né? Porque é isso. Está tendo uma redução, entre aspas, da participação da agricultura familiar na produção de alimentos e também está tendo essa questão do que que é considerado um nome agricultura familiar levando em consideração a aposentadoria rural e todas essas questões que tiram o camponês dessa classificação de agricultor familiar e como que isso também pode contribuir para o discurso do agronegócio que todo são uma agricultura só?

Renata: Beleza é, eu vou poder falar um pouco mais sobre essa questão da diminuição da produção de alimentos com base na realidade que eu tenho visto no Paraná, então é independente da soja, a gente tem esse processo aqui pra, pra essas famílias se manterem no campo elas acabam indo para alguma especialização produtiva, então aquelas que não foram para a soja ainda, elas foram-se especializar na no leite, né? Na criação de vaca leiteira. Porque a gente tem esses. Esquemas, né, o que. Que. Que. As agricultoras e agricultores precisam? eles precisam de de uma estabilidade, de um mínimo, de uma renda, que é certa, que é segura para que eles possam manter na propriedade, né? Infelizmente a gente não tem isso ainda para a produção diversificada. O PAA e o PNAE, são políticas maravilhosas, extremamente importantes, que fizeram uma diferença muito grande no país, mas elas ainda são insuficientes, ainda mais se a gente pensa em municípios que eles são rurais, que eles são pequenos, onde a gente tem a maior parte da população, que é agricultura e agricultora. Então uma parcela vai conseguir entregar no pnae, uma parcela vai conseguir entregar no PAA, mas não dá conta de absorver tudo e a gente tem um monte de problema também no sentido justamente da questão da penosidade do trabalho. O que que é conseguir plantar, cenoura? O que que conseguir plantar uma beterraba? A gente não tem tecnologia, a gente não tem é instrumentos que

diminua a penosidade para que isso possa ser plantado com uma escala um pouco, um pouco maior, para para oferecer isso, para, para esses mercados diversificados. E aí quando você chega com a questão de plantar só soja, de plantar só fumo, de de da criação de vaca. Não que não seja penoso, né? Porque a criação de vaca, ela é bem, bem sofrida, né? Porque você fica ali escravo da propriedade, é. Mas é algo certo que que o laticínio vai pegar ali Na Na porta dessa casa, que você tem aquela garantia de todo mês e uma renda assim, considerável. E aí com isso, justamente por por aquela questão de que para você se manter nesse mercado especializado, você tem sempre que está produzindo mais. Vocês têm sempre estar atualizando as suas tecnologias, seguindo as inovações que saem no mercado. E pensando até mesmo em questão de legislação, né? Como que o do leite a gente não faz muito tempo para você poder entregar para os laticínios, você tem que ter maquinários específicos e quem não adquire esses maquinários específicos está fora do mercado. Isso levou ao empobrecimento muito grande de um de uma parcela da população do campo que não deu conta de comprar, né? E aí, nessa especialização, o que acontece? Essa população acaba deixando de plantar para o autoconsumo e diversificado, deixa de plantar, diversificado para venda e até para o auto consumo. Então a gente vai conversar com as mulheres no campo, elas falam, o pessoal vem aqui comprar Cheiro Verde. Sim, porque não planta Cheiro Verde mais em casa, vem comprar batata doce, vem comprar mandioca, sabe? E então é chegar a esse ponto absurdo das famílias elas se especializam, seja no soja, seja no leite, na fumiçultura, E não planta nem nada para o autoconsumo e vai comprar dos vizinhos. Para aqueles que se mantém produzindo ou no próprio mercado, não é? Então, essa infelizmente é uma realidade. Que tem aqui na nessa região aqui do Paraná e mas também no oeste de Santa Catarina. Eu lembro também nas entrevistas, era algo muito, muito presente. E aí a gente tem a questão de coisas muito básicas, né? Que nem o arroz e feijão. Ninguém planta mais arroz, ninguém planta mais feijão e aí a questão de que a gente não tem, se a gente pega os dados nacionais a cada ano que passa, o Brasil acaba importando mais feijão de fora, né? Então nós. Essa questão, mas, enfim, o senhor estava documentado, né? A própria Larissa bombardi traz nos últimos trabalhos dela, mas é isso. Os produtores e produtoras não estão produzindo nem para o autoconsumo. Quem dirá pra venda? Coisas básicas da alimentação brasileira. Do arroz, do feijão. Mas aliado a tudo isso, não é só é uma questão de econômica assim, né? Dessa pressão de que, Ah, eu tenho que produzir mais, então vou especializar e não vou produzir a diversidade tem essa a questão das mudanças climáticas tem de forma muito séria e prejudicado bastante a produção dos camponeses, então esse ano a questão do feijão, muitas camponesas não conseguiram colher o feijão porque teve muita chuva para cá? Aí o feijão com muita umidade ele não desenvolve. Por outro lado, quando a gente tem seca severa. Nos anos passados, aqui foi a questão da estiagem, não foi possível produzir o arroz e aí você acaba perdendo, a perder a semente, você não consegue nem manter aquela semente crioulas que você tinha. E aí com esse e aí com o que acontece com a semente, né? As sementes crioulas só se mantém viva se você tem uma rede grande de camponeses trocando é... mas assim, Ah, tipo que é normal, né? Dentro da história da agricultura acontecer intemperes e tipo, Ah, essa foi essa safra não deu, perdeu a semente, mas você tem o risco que conseguiu produzir, que vai garantir aquilo, mas se tem um esvaziamento do campo que nem ficou (?), semente para que esse banco de semente para você depois né? Então isso também vem ocorrendo, né? Aqui na região, é. Não sei, são uma série de elementos, não sei se eu respondi a questão, Ah, tá? E daí? a questão do seguro nessa classificação que tu colocou, eu não, eu não saberia dizer, eu não, não tenho muito muito conhecimento dessa parte, mas eu acho que é. É importante entender e consegui ter esses números pra gente ter uma visão melhor da realidade, mas não fechar os olhos e entrar nesse romantismo que muitas vezes a gente faz a agricultura familiar dos 70% dos alimentos e não olhar toda essa dificuldade da da situação. Uhum. Os

agricultores não estão dando conta de produzir o arroz e o feijão, nem pro autoconsumo. Quem dirá pra venda. E não é porque eles não querem, não é porque tipo, “Ah, porque agora entrou numa perspectiva empresarial” é porque a gente tem essas questões climáticas. A gente tem uma questão de. Que é de toda uma pressão, de como que se mantém no campo, né, então. É, a gente tem esse relatos que. Se você vai produzir soja, mas se você não arrenda, eu vou decidir agora. Vou produzir soja em um dia, você faz que era o trabalho de um mês com a tecnologia, né? De um trator aí que nem é tão caro que você compra, com os agrotóxicos com os fertilizantes e um dia? Faz um trabalho de 1 mês, Hum? E aí, depois. Vai falar pra pra galera plantar diversificado se nem mercado vai ter para eles, Hum? Então é. É toda uma estrutura que é montada e que vem sendo montada há muito tempo para que a gente realmente não tenha produção diversificada de ali de alimentos e que o campo vá cada vez mais pra pra esse setor. Pra vocês terem uma ideia, conversando com UDR aqui do Paraná é as e essa questão da compra, né? Da onde você comercializa? Cooperativas agrícolas aqui segundo foi lhe falado, nem milho mais eles estão comprando, eles estão pegando só soja. Então aí a gente entra também com a própria questão que aí vai para o discurso do Plano ABC, né? É como que a gente conserva o solo? quer dizer antes, assim, ele tinha aquela história de é rotação de culturas, “ah a gente vai fazer uma rotação de cultura, rotaciona o milho com a soja”. Mas a gente sabe que nos termos agronômicos que não é bem assim. Isso não é rotação de culturas, mas tudo bem, você tem 2 culturas. Agora, nem isso não. Isso agora só soja. E aí, como é que você conserva o solo? Não sei se vocês querem ir.

Marina: Eu estou pensando aqui é porque essa só fala, estou pensando várias coisas, porque essa questão que você estava falando de você conseguir se manter no campo, de você ter essa pressão para você mudar de cultura, você não conseguir manter a questão da sucessão, a questão, enfim, tem vários componentes e que estão todos. É isso que você falou agora? Bem ou mal, a ligados a uma estrutura que já vem de anos, né? De enfim, de desde que colonização até hoje é uma coisa muito, né? Histórica, política, estado e uma coisa que eu vejo assim, Oo agronegócio fazendo. Quando ele vai falar da questão de segurança alimentar... É ele se desresponsabiliza ele, se é como se ele fizesse uma quebra entre ele e todas as questões que são que não são puramente produção de alimentos. Porque eles, quando eles vão falar de segurança alimentar, eles vão falar. Eles reconhecem a questão do acesso, que é a questão do acesso, é um problema. Só que eles tiram essa responsabilidade deles. Eles vão falar, a ABAG, ela faz Congresso brasileiro do agronegócio, né? E no último Congresso, no de 2020, não, 2022, desculpa eles. Fizeram teve um Painel que era com Roberto Rodrigues, com o Michel Temer, com o acho que com o Alisson payoniele, enfim, só esses nomes grandes... e uma pessoa chegou e perguntou na hora da pergunta e resposta, é perguntando assim, “Ah, é como é que se explica esse? Ele fala esse quebra-cabeça do agronegócio está aumentando a sua produção mas tem um momento da fome no país”. É, e aí eles falam, todos falam que a questão é, olha o agronegócio, produz alimento, você vai no supermercado, não falta alimento no supermercado, é. Mas a questão de acesso é uma questão de renda, de poder aquisitivo, de políticas públicas. Então, ele se desresponsabilizam como se... e aí essa que é a questão e que eu acho que é o que para mim, pelo menos é o mais difícil de conseguir assim argumentar, sabe porque você assim, se você lê isso, você vê essa fala, “Ah, tá bom, faz sentido. Realmente. Agronegócio produz alimento se as pessoas não têm dinheiro para comprar, não é culpa deles.” Só que assim. Como se eles não tivessem. É e né? Responsabilidade em todas essas outras questões que são muito além da produção de alimentos, uma questão de modo de desenvolvimento, de destruição de modo de vida, desterritorialização. Você tem muita coisa envolvida e que eles só botam na conta deles. A gente está produzindo alimentos e enfim.

Renata: Não, é bem complicado, porque assim eles tentam desfazer a vinculação, como colocou, né? Isso é um processo histórico, desde que o Brasil foi invadido e que a gente tem um, a gente muda para continuar na mesma. Então, numa outra faceta que eles tentam se desvincular, mas que é impossível, né? E a gente tem dados aí da CPT, de diversas organizações que têm compilado essas informações, como que da mesma forma que o pequeno ou o médio agricultor, ele precisa estar sempre expandido para se manter aquele básico de renda de sobrevivência. O grande também. Ele também precisa expandir suas terras e a gente sabe. Essa expansão de Terra. Ela não é bonitinha, né? Não é favorável, ela não é amigável, então por que a gente tem aí o Marco temporal? A gente tem aí as queimadas, a gente tem aí o desmatamento, a gente tem aí a violência no campo, né? Quantas mortes né é? Militantes ambientais por ano? O Brasil sendo o maior. Né? É que mais assassina é ativistas de meio ambiente no mundo, então, a gente tem esse esse processo de violência que espera aí. Eles não são tão bonitinhos assim. A questão dos trabalhos análogos da escravidão que a gente vê o processo. Quanto mais aumenta assim, então aonde está aumentando a Fronteira agrícola é onde a gente consegue identificar esses trabalhos análogos à escravidão. Então tem essa face oculta, né? Que eles tentam se desvincular. Mas para aí são eles, né? canaviais. Os pecuaristas, né? Que não, que não. Como dissociar, né? São, são várias. É reportagens, várias. Várias, é vários dados que conectam eles com isso. E aí, nesse sentido, a gente pode adentrar, tá é um problema social. Como é que a gente resolve esse problema social no nosso país? Porque a gente tem uma expulsão cada vez maior do campo com esse modelo que eles vêm trazendo, a gente não vai falar nem dessa, dessa apropriação das terras dos agricultores. A gente vai falar desse modelo que faz, que próprios agricultores queiram sair do campo, né? E as pessoas sendo expulsas e de mortas, a gente tem um modelo que já expulsa eles para eles não conseguirem se manter. Para além disso, a gente tem essa expulsão com violência. E aí, como é que a gente faz com essa população que vai para a cidade que não tem nada para oferecer praticamente a não ser essa força de trabalho, para trabalhar nas questões mais precárias possíveis, ou nem ter trabalho nenhum? Então esse processo do inchaço da cidade e da diminuição da população no campo, como é que a gente resolve o problema social com esse modelo que está aí, que o agronegócio está cada vez mais expandindo e fortalecendo, né? Então está assim na conta deles, não dá para manter esse esse modelo no qual eles fazem parte, né? E outra questão que é muito importante da gente questionar e se e pensar, em quanto sociedade é, Ah tá, a gente tem o alimento no supermercado. Mas que alimento que é esse? Qual é a qualidade desse alimento? Porque se a gente pensa na potencialidade da produção da dos camponeses, qual é a quantidade de variedade de feijões que está na mão dos camponeses, que a gente pega as mulheres no movimento de mulheres camponesas que, que estão nesse processo de resistência e de resgate da recampesinidade e da semente criolas todo esse trabalho aí de vários anos, a gente pega uma camponesa. Ela vai ter 10 variedades de milho. 10 variedades de feijão, uma camponês, aí você pega a outra, vai ter +10. Então a gente dentro do universo da agricultura que eu poderia, são centenas de diversidades de feijão, a população não tem consciência disso. E cada feijão com um nutriente diferente com o sabor, como a possibilidade culinária de cultura, de saber, de histórias, de ancestralidade que isso não está no supermercado, a gente não tem Liberdade de escolher o que a gente quer comer, a gente vai comer, se a gente tiver dinheiro, aquele feijão cheio de veneno. E é isso aonde a gente acha feijão orgânico que a gente quiser no supermercado?. Eu não encontro aqui, eu. Carioca para comprar na cidade é feijão preto. Acabou, e aí quando a gente vai pra parte de hortifruti que a gente tem para comprar tomate, cebola? Qual é o preço disso no mercado? Ah, está no mercado, mas a que preço? Eu sou, eu tenho uma bolsa de pósgraduada, eu. Consigo, eu não consigo no mercado gastar menos 150 reais para comprar fruta e verdura. O preço da laranja aqui está 6 BRL, a fruta laranja. O tomate. 6

BRL de quilo assim como é que uma família que ganha o salário mínimo vai se alimentar? A gente está falando de mercado popular. Não estou falando de mercado de Pão de Açúcar ou coisa do tipo que nem existe aqui. Então assim está lá, mas a que preço? E quais são as possibilidades de escolha que eu tenho, a gente não tem Liberdade de escolha. A gente nem sabe qual é a potencialidade de qual é possível que que existe no mundo de diversidade, que isso é limitado e tirado de nós. Por conta de um agronegócio que está apenas na exportação de commodities, et cetera. Não sei se eu respondi.

Priscilla: É, eu acho que sua fala foi perfeita, porque é. É assim quando eu fiquei estudando essa questão ambiental, num geral focada nas mudanças climáticas, eu e essa e essa definição de sustentabilidade que o agronegócio tenta jogar, né? Porque ele pega fala que o plano ABC é o único plano no mundo que tem capacidade de transformar o Brasil num numa potência agroambiental que exporta commodity, que exporta é carbono. E aí eu fico, eu? Fico refletindo essa questão do que do que essa sustentabilidade, que agora o negócio tá falando? Que agronegócio sustentável é esse que qual modelo que está propondo que é realmente esse tipo, o que você está falando está sendo perfeito porque eles propõem um modelo que é sustentável. Na em relação aos padrões internacionais, mas que destroem, é a diversidade que destrói o conhecimento tradicional que expulsa as pessoas do campo, que tira a forma a possibilidade de as pessoas produzirem. E é isso. Eu eu fico pensando, né? Como que esse discurso do agronegócio, ao mesmo tempo em que eles conseguem um indicador de mostrar que eles reduziram a emissão de carbono na produção? Que eles estão, sei lá, utilizando um pouco menos de agrotóxico. Alguma coisa assim? Mas ao mesmo tempo aprovando a PL do veneno. Como é paradoxal esse discurso tipo, se deu tão sustentável, o que que é ser sustentável? É, e aí pensar isso, porque aí sei lá, ele vai falar aqui. A queimada da roça, Hein? Não é sustentável porque emite carbono, mas os agrotóxicos. Agrotóxico é sustentável usar fertilizante, usar a fixação de nitrogênio sustentável. Eu fiquei, eu fico pensando assim, né? É um questionamento que surge tipo durante minha pesquisa que eu não consegui resolver disso é do que que é ser sustentável para agronegócio, que modelo é esse que eles estão propondo, que está acabando com a agricultura familiar e. Irrita é ver o governo do Lula a todo vapor ali é dando. Subsídios para esse ou. Sabe, é, eu estava vendo um evento da. Da ABAG, eu acho, não foi da CNA, eles lançaram um documento de posição falando sobre essa questão, né? Do do, da posição do agronegócio no geral e o governo enviou 11 ministra das mudanças climáticas para valer mal do que estavam sendo que só tinha absurdos no documento. E aí eu fico preocupada assim com para onde a gente vai? Mesmo porque a tendência é a cultura da família ser engolida e ficar por isso, sabe? E eu queria que você falasse um pouco, então, de do papel do movimento nessa resistência. Construção dessa resistência. Nesse contexto, assim, de um de um discurso, que tipo, ele não deixa muito por onde a pessoa comentar por onde a pessoa pode contrapor o agro então, entendeu?

Marina: Inclusive, se eu só puder adicionar uma coisa, porque tem a ver com o que a Priscila falou, é porque essa questão da do posicionamento, né? Pra cop, a ABAG lançou também um e eu acho que Era Eu te mandei, né? Era muito parecido com o da CNA, e uma coisa que eles botam e que eu queria falar, porque eles vão falar sobre agroecologia em um momento é que quando eles estão falando dos objetivos, né, de atingir os objetivos climáticos, eles vão falar que uma hora que assim que não é aceitável, que se imponha uma prática. Uma prática, você não pode eleger uma prática em detrimento de outra, então você não pode eleger a agroecologia como a prática que deve ser seguida em detrimento de outros sistemas produtivos. É porque aí eles vão falar em questão de expansão de área, né? Que você não pode definir que você não pode mais expandir área porque tem áreas degradadas. É aquilo. Recuperação de áreas degradadas, enfim, que tem formas de você expandir a área de produção de forma sustentável. E eles vão falar isso, né? Eles vão

trazer agroecologia e eu acho que no da CNA não tenho certeza, mas eu acho que no da CNA eles vão falar também de agroecologia falando, você não pode eleger agroecologia como a forma de ser sustentável em detrimento de outras práticas de agricultura que são sustentáveis, de baixo carbono.

Priscilla: Eles citam a agroecologia mesmo e ainda falam, eu acho que no do ano passado eles falam que? Que é, é? Agricultura familiar e falam que não pode eleger. Tipo de produção como que vai alimentar o mundo, por que não, não dá, não dá conta, tipo eles falam um claramente assim que apenas. Agricultura Industrial, né? Tem essa capacidade, tipo, é bem, é bem bizarro assim.

Renata: Então vamos lá, é aí, a gente tem, tem muitos elementos, né? Para conseguir entender todo esse processo da construção do discurso de sustentabilidade, que é uma discussão já bem ampla dentro do debate de desenvolvimento sustentável, o que é o desenvolvimento? a gente. Várias perspectivas para o desenvolvimento. e que é o desenvolvimento sustentável? Ai a gente continuar a crescer economicamente, mas com novas tecnologias que agridam menos o meio ambiente, então a gente tem toda uma ampla discussão dentro desses termos e aí hoje, atualmente, dentro do discurso do agronegócio e até onde desses podem me corrigir? Mas até onde eu vi, e tendo um plano do ABC, ele é muito calcado. Uma coisa que, infelizmente, de forma muito assustadora, ela foi e tem sido cada vez mais propagada como a solução de todos os problemas ambientais que é a agricultura de conservação. A agricultura de conservação ela está sobretudo focada na conservação do solo e quando a gente conserva o solo, a gente vai estar é contribuindo para a menor emissão de gás carbono. Mas o que que é agricultura de conservação, né? A agricultura de conservação ela vem baseada no sistema do plantio direto, que ele é calcado em 3 princípios básicos, que é o plantio direto, não é? Então você não revolve o solo, que é uma grande evolução, que é lindo, maravilhoso, está dentro do princípio da própria agroecologia. A rotação de cultura, que também é lindo, maravilhoso, também está dentro do princípio da agroecologia e o solo sempre coberto, mesma coisa lindo, maravilhoso. Só que os problemas ambientais eles se limitam à isso? A gente conservar o solo e a mesma coisa na questão dos problemas climáticos, os problemas ambientais, eles estão limitados a gente plantar eucalipto e absorver o gás carbônico da atmosfera? Então a gente tem um discurso que a gente vai volta para toda aquela discussão de ciência Moderna, né? De uma visão reducionista e fragmentada da realidade do qual a gente vai olhar para um pedacinho dela. Esquece todo o resto e a complexidade do sistema. Então o movimento de mulheres camponesas, ele é um movimento que trabalha desde essência, enquanto mulheres camponesas de forma sistêmica. O ambiente, então, a gente não separa a economia de ecologia, de produção agrícola, de, de cultura, de ancestralidade, então a gente não separa, as coisas estão juntas e misturadas, né? Você tira um elemento, você quebra o sistema. O agronegócio não, desde a sua origem, é um processo de reducionismo, de fragmentação. Eu vou devastar tudo. Ah, eu vou plantar a monocultura? Ah, parecia um inseto, então invento um veneno para matar esse inseto. Ah, o solo empobreceu. Um evento, um fertilizante, então vai tapando os buracos sem olhar para a complexidade. A resposta que o agronegócio traz para o problema da sustentabilidade é a partir de paradigmas reducionistas da ciência moderna, para ver as coisas de forma fragmentada. Grande problema da agricultura de conservação que eles esquecem de falar é que ela está calcada obrigatoriamente no uso constante e crescente de agrotóxico, porque você manter a sustentabilidade desse sistema de forma que não seja penoso para fazer o plantio direto, vem junto com esse pacote maravilhoso dos agrotóxicos e desde a década de 60. Aqui no Paraná e o Paraná é um grande expoente nisso, porque essas discussões elas floresceram aqui, né? Na década de 60, início de 70, o processo erosivo do solo já passou a ser constatado com avanço do modelo da revolução verde, um grande revolvimento do solo

com as máquinas pesadas. Eles começaram a fazer cálculos e perceber que estavam tendo prejuízos, assim, milionários com a perda de solo, com a erosão. E aí entrou no mesmo momento que se desenvolveu nada mais, nada menos que o Paraquat, lá na Inglaterra, enfim, na época, não sei se era Syngenta já, mas, enfim, foi desse jeito desenvolveram o Paraquat, que era lindo, maravilhoso para contribuir com avanço da chamada de agricultura de conservação, a gente não vai revolver mais o solo, a gente vai fazer o sistema plantio direto, mas para isso a gente vai começar a usar o veneno. Aí aqui na década de 90, a gente teve um programa baseado nessa agricultura de conservação, do sistema do plano direto que ele fez muito sucesso, que é o Paraná Rural. Ele fez tanto sucesso que ele foi considerado pela FAO como um modelo a ser expandido para o mundo. Dentro desse programa, ele tem várias características positivas, mas ele estava focado apenas na questão da conservação do solo e além desse sistema do plantio direto, e eles estavam trabalhando também com questões mecânicas de fazer terraceamento e teve muito sucesso nessa questão de combater a erosão do solo. Contudo, o que acontece em um momento eles questionaram, para que é que a gente está conservando o solo. Ele estava conservando o solo para plantar soja, para plantar commodities. Passado alguns anos, a gente, tem estudos recentes mostrando que todo o trabalho que foi feito de solo foi por água abaixo, os agricultores tiraram os terraceamentos. Eles não estão fazendo mais rotação de cultura, não estão fazendo mais o plantio indireto. Porque eles precisam expandir a produção. O discurso deles é atual. O terraceamento ocupa espaço no qual podia estar plantando soja, a rotação de culturas ocupa espaço no qual teria que estar produzindo soja, ou seja, eles não olharam de forma sistêmica, não olharam de forma complexa para entender que aquele projeto por mais que tenha tido sucesso momentâneo a longo prazo ele estaria fadado ao insucesso. Porque essa pressão do mercado externo, do modelo no qual você está inserido, né? Que ele não tem como ser ecológico, não tem como ser ecológico esse sistema que mais quer saber é a predação, é a produção de lucro e não de bens para o consumo e para manutenção do meio ambiente. E essa agricultura de conservação, então, que ela já foi testada, que ela já mostrou os seus limites e as suas contradições. É isso que está no cerne do plano. ABC, até onde eu entendi. Então assim, ó, “ah que ótimo, que lindo a gente vai conservar o solo”, mas não é só isso que vem junto com essa conservação do solo, daí esse aumento crescente de venenos. Isso está sendo exportado para a África cada vez mais. A gente tem estudos recentes do ano passado, retrasado, que mostra como que esse sistema, que chega para lá como o sistema que vai resolver todos os problemas. Ele tem dizimado as culturas africanas, eles acabam assim. “Ah, então a gente tinha diversidade de produtivas aqui”, entra com esse sistema do plantio direto, que vem casado com a monocultura. A gente tem a perda das plantas alimentícias não convencionais, que garantia a segurança alimentar dessas famílias, segurança e soberania alimentar dessas famílias. A gente tem envenenamento, porque antes eles não utilizavam veneno, só que quando esses programas chegam, eles chegam com crédito. Ah, então agora você pode comprar, né? Agora você vai encontrar e você vai usar. Então esse colonialismo molecular, químico, né? Que como Bart trás, ele está avançando cada vez mais para a África também. E aí vem esse discurso, “Ah. Mas a gente está conservando o solo”. E a conservação do solo a gente emite menos gás carbônico. “Ah, a gente está plantando eucalipto, né?” Que daí vem a outra questão que também é uma discussão antiga, né? Desde que começou essa discussão do mercado de carbono extremamente problemática, né? Imagino que vocês devam ter bastante conhecimento, das empresas de cana-de-açúcar vendendo crédito e carbono, porque as monoculturas imensas, digamos, de açúcar, captavam gás carbono para atmosfera, mas o resto da devastação e o resto? Isso não entra na balança, né, então? Eles olham dessa forma fragmentada pra realidade pegam esses benefícios recortados e diz isso é sustentabilidade. Mas isso não é sustentabilidade. E a gente vê pelos índices que estão aí

que a gente só está piorando, a gente só está piorando. E o movimento de mulheres camponesas o que vai fazer? ele vai, vai, vai trazer a questão da complexidade. A gente não pode olhar para o Solo. A gente tem que olhar para vida, mas assim até esse olhar. Pro solo se a gente for ver, ele é um olhar reduzido porque não cabe dentro da conservação do solo, o uso de venenos, porque você está matando justamente aquilo que mantém ele vivo, que é a biodiversidade, que é a vida do solo, né? Quando a gente pega os princípios mesmo da agroecologia, da Ana Primavesi, dentre outras pessoas que têm trabalhado com isso, a base da sustentação de um solo vivo é a biodiversidade e se a gente usa, o veneno, a gente acabou com isso, né? E então, o movimento de mulheres camponesas, por exemplo, tenta trazer todos esses elementos que estão na complexidade da gente ter uma sustentabilidade real, que é mesmo se a gente for olhar só para o solo, não. Esse solo aí não, não está sendo conservado de forma correta? Se a gente for olhar para o sistema agrícola como um todo, não dá para pensar só na conservação do solo, não dá pra achar que é gado com eucalipto é um sistema Agrário. OK, bacana, não é. E a questão cultural a questão alimentar, a questão social, et cetera, tudo isso está junto e misturado, né? Nós vamos sustentabilidade que no. Fundo do agronegócio do negócio, não.

Priscilla: Foi ótimo a fala para mim, porque era exatamente isso que eu estava tentando entender, porque assim eu não sou eu. Eu não entendo das técnicas agrícolas, né? Então, e para eu tentar tecer uma crítica em torno disso é, é meio difícil porque eu não tenho muita leitura dessa área? Só que quando eu pego, quando ela vai ser eu. Que ele é, basicamente. Como estão das técnicas que eles usam, que já são antigas, pelo que eu vi das entrevistas que eu fiz, porque já estão aí há anos. É, e é isso, tipo, eles reduzem é a Camila Moreno, tem um conceito que é a métrica do carbono e você reduz tudo ao carbono, esquece o resto e é. É, é isso, tipo o agronegócio ele está fazendo isso agora, porque ele está se colocando como a solução para a questão alimentar. Como o trabalho da Marina está mostrando como a solução da questão energética e da questão das emissões das emissões de CO₂, né? Mas a gente nunca se colocou como problema, tipo, você vem? Os discursos. Eles estão tentando se eximir de alguma forma. É da responsabilidade, tipo, como a Marina falou deles pontaram que você não pode falar sobre a agroecologia como a única solução. Porque tem o agronegócio lá. Eles tentam se afastar da questão dos sistemas alimentares mesmo, da transição dos sistemas alimentares de falam que é injusto colocar sobre agricultura esse peso, sendo que é o que você falou, o modo de produção deles. É, é, exige utilização de materiais que são produzidos são e são gerados com combustíveis que essa questão da indústria química. Então, se você tem a próxima exposição deles, induz a isso. Eles tentam se eximir disso, igual eles tentam se eximir das emissões de mudança do uso da Terra. Eu fico perguntando, como que o movimento consegue dialogar, né? E? Esse discurso tão refinado do agronegócio, que é isso, eles têm todos os dados lá e eu estava conversando com uma professora que a Letícia Chechi da UFBA. Ela falou que o os movimentos têm muita dificuldade de ter financiamentos de pesquisas para provar que eles estão ali, que a ação dele gera benefício para poder contrapor isso de alguma forma, sabe? É aí. Se você tiver alguma, alguma vivência com relação a isso, né? Das pesquisas envolvendo movimentos e as produções, e essa questão de sustentabilidade dá a agricultura familiar. Me ajudaria bastante, porque é uma coisa que eu fiquei assim na cabeça. Porque, de fato, é muito difícil para o movimento argumentar em cima de um de uma corporação gigantesca. É assim generalizando, que tem muito dinheiro para gerar pesquisa, dados e estimativas. Aí eu fico pensando nisso assim.

Renata: Então eu acho que a gente tem é, é como eu coloquei assim, né? Eles trabalham de forma fragmentada, né? Então, eles trazem esses dados “Ah, então a gente diminuiu a emissão de carbono”, mas assim, e o resto que deixou, né? e todo esse resto? e a gente

tem alguns relatórios assim, que é feito por diferentes organizações recentemente do desmatamento foi feito pelo MPA, eu não lembro agora, mas vive saindo assim, né? Então, de relatórios em relação ao desmatamento, em relação aos agrotóxicos, em relação ao trabalho, na algo da escravidão, então material. A gente tem, a questão é, é como divulga isso? Com quais pessoas a gente vai dialogar? A gente tem uma quantidade assim de pesquisas e pesquisadores que a gente pega, por exemplo. ABA, né? associação brasileira de agroecologia, que tem diversos pesquisadores, é voltados para essa questão, né? Seja nessa parte mais dos agrotóxicos ou dentro outros malefícios assim que o agronegócio tem produzido e. E do pegando assim do movimento mulheres camponesas. A gente tem algumas. Pesquisas, sim. Não sei se tantos, né? E que tentam é mostrar como que o que o trabalho ele, ele é diferenciado, como dentro de uma outra perspectiva de sustentabilidade. Mas não sei se tanto com números, né? E essas métricas aí que que acaba, que que o agronegócio traz, né? E que e que muitas vezes impacta bastante, né? Eu não sei se é isso que é, o que que mais mobiliza o coração e a mente da população em geral. Eu acho que o que mobiliza é são essas propagandas no horário nobre da televisão, por exemplo, que mobiliza são esses espetáculos feitos nas diferentes cidades, com sertanejos universitário, onde você tem essas expo rurais, onde você vê, tem aquelas tecnologias, então a riqueza, né? Então esse discurso da Riqueza, você não só vê, você não só escuta, você vê materializado aí, né, toda essa prosperidade? E aí de fato se você pega esses agricultores familiares que eles adentram no chamado agronegocinho. Eles têm uma melhora na qualidade de vida. Eles têm uma renda melhorada e quanto mais terra você tem, melhor você fica ainda nessa situação? Só que é algo que que não se sustenta ao longo do tempo, porque você está acabando com essa Terra a até quando que a soja ela vai vai ser lucrativa, né? Até quando que a China vai comprar a soja desesperadamente do Brasil? E aí, depois, quando de repente, quando acontecer alguma coisa, o que vai acontecer com essas pessoas? A gente tem sim um processo onde aquelas pessoas que tinham um pouco mais de Terra conseguiram enriquecer e não fazem é nenhum discurso contra isso, contra os malefícios que vê na porta da sua casa porque está sendo privilegiado de alguma forma com esse modelo. Tem um livro bem recente, não sei se vocês chegaram a ver da Argentina, chama as sementes do poder e é bem interessante porque ela vai se questionar, por que na Argentina não sei se chegaram a ver com isso? Foi lançado recentemente pela editora elefante. Ela vai fazer isso um estudo na Argentina, sobre tentando entender por que que as pessoas não se mobilizam contra os agrotóxicos, sendo que a gente ada vez mais é esse indício dos malefícios, né? Com má formação, com câncer e diversas outras doenças, né? E aí ela, vai conversando né? Ela assim, é bem assustadora assim também a realidade na Argentina é bem recente também as pesquisas dela e ela entendendo assim que as mulheres, elas acabam tendo uma percepção melhor no sentido de tipo, elas veem que o carro do veneno para aqui do lado de casa, né? Por que que tem que parar tão perto, mas ao mesmo tempo, tipo, eu não vou contrapor, eu não posso falar mal dos venenos porque ele faz parte desse processo produtivo que eu me benefico do boom das commodities, né? Que fez a minha família enriquecer e que eu tenho aqui uma vida de luxo, né? Entre aspas, e então não se fala disso, porque é algo que de alguma forma eu me benefico, mas está lá. A gente sabe que não é uma coisa legal. A gente sabe que que não é uma coisa boa, então em alguma parcela eu falo muito pensando aqui na região do Paraná, né? Que a gente vê isso, existe, existe. Certo benefício nesse processo, então. Por mais que saiba, tá, acho que não é tão legal assim, né? Esse, essa quantidade de veneno, mas eu me benefico disso, né? Ou será que? Vou eu. Eu vou contestar isso porque eu tô, eu tô junto com essa galera, né? Eu faço parte desse grupo, então eu vou me contrapor, eu vou, eu vou me opor a isso. Eu acho que isso acaba, que mobiliza mais do que esses próprios números, eu. Não sei se a população em geral. Tão

ligada assim? Desses números que são apresentados, talvez dentro do governo, mas o próprio governo, enfim. São, são outras outros parâmetros assim, né? Para pensar nesse processo de que a gente defende? A gente não está pensando em questões de governabilidade, enfrentar ir contra o agronegócio é uma grande enrascada, né pro governo? Então ele fica nesse jogo do toma lá da cá, né? Então abre um pouco e fecha um pouco. Então a gente vê a PL do veneno, não foi totalmente liberada. A gente teve alguns vetos, mas também não vetou totalmente. A questão do Marco temporal foi vetado, mas a não adiantou muita coisa, né? A gente tem. Enfim, são. São. São muitos elementos assim, mas. Não sei, depois eu posso, se tem algum trabalho, mas de. De de indicação, né? demografia aí que tu que tu falou, mas. Eu acho que a grande problemática que a gente tem, enquanto movimentos sociais é que a gente consiga pensar, de fato um projeto. É de país um projeto de agricultura e um projeto de desenvolvimento que ele seja coeso, que ele seja, é articulado porque a gente tem um monte de política pública que tem sido lançada não só por esse governo, mas como o outro, que estão totalmente fragmentadas umas com as outras. Então a gente propagandeia que tem não sei quantos bilhões para o pronaf, mas esse pronaf vai para quê? Ele vai para fomentar o agronegócio? Muito provável que sim, porque a linha de agroecologia, até onde eu vi, é muito pouco recurso. Grande parte vai para aquilo que vai financiar a soja, que vai financiar o milho, que vai financiar que que esses agricultores familiares se solidifiquem, se consolidem nessa agricultura familiar que também é agronegócio, né? Então tem que entender, e aí? Por outro lado, a gente tem pegando esse ponto do movimento de mulheres camponesas. A gente teve esse edital de quintais produtivos poxa, é muito bacana, muito legal, só que é dinheiro de pinga, é migalha que quantidade de recurso é esse, né? Então a gente vai ter é com esse recurso de veio dos quintais produtivos, para não falar da burocracia do trabalho, de quanto a mobilização de pessoas que têm para conseguir fazer o negócio, de andar no máximo 10000 BRL por camponês, que que a gente faz com 10000 BRL num sítio hoje, para que a gente consiga consolidar uma família no campo, ai tudo bem, não tem só quintal produtivo, beleza. Aí a gente tem o de ATER que não tem conexão nenhuma com o quintal produtivo. As organizações que acessaram o edital de ATER não estão conectados com as organizações que acessaram o edital de quintais produtivos. Qual que é a lógica disso aí? Aí a gente vai ter outra política pública que também não vai estar em diálogo. Então assim não. As coisas não estão conectadas, né? E aí a gente tem que pensar, como que PAA, PNAE, pronaf, quintal produtivo, é política de ATER. Se conectam pra gente enfrentar esse problema de trabalho, que é do esvaziamento do campo, que é do envelhecimento do campo, que é da expulsão da população do campo por esses múltiplos fatores. No qual quando a gente vê a Juventude no campo, né, que foi uma das agriculturas que recentemente que o filho dela é jovem e está no campo, mas o que ele está fazendo? Ele está arrendando 100 ha de terra para plantar a soja? Mas a gente tem que pensar na política pública no qual quando que vai ser interessante para um jovem? Se manter no campo sem ser plantando soja? Mas sim plantando diversidade, plantando de forma agroecológica, porque hoje em dia a gente não tem isso. Aí, agora. Gente, tem essa questão das máquinas chinesas. Estão vindo para cá? Mas que máquinas são? O que que elas vão auxiliar? Que que sistema de relações elas vão propiciar. E enfim, não, não, não é trivial, sabe, é muito importante. É extremamente importante que a gente traga a tecnologia para a abertura familiar desse país, mas assim, chegar assim dessa forma é extremamente complexa, né? A gente pode estar dando um tiro no pé, dependendo do caminho que isso for. Então me perdi aqui. Eu não me lembro mais a, mas assim, eu acho que que a gente precisa pensar com muita seriedade, né? Essa questão de resgatar essa opção do desenvolvimento mesmo. E abraçar no sentido de pensar algo que seja articulado e não fragmentado da. Hoje, porque não adianta a gente ter uma motoeira de

dinheiro atirando para tudo que é. Sendo que essas coisas. Estão junto, articuladas, que retroalimentando, né? Eu não sei se eu respondi a sua.

Marina: Uma coisa que eu queria perguntar é que quando você estava falando sobre essa questão do, desse reducionismo que o agronegócio faz sobre questões que são complexas e que não é a questão da sustentabilidade, não é a questão do solo, não é a questão do só não é uma rede de coisas que influenciam. E eu estava pensando nisso, da segurança alimentar. Porque é o que você falou, né? De a segurança alimentar, não é você ter comida no mercado, tem a questão de que comida é essa, por quanto que essa comida está sendo vendida. Quem tem acesso a essa comida, enfim, e isso é interessante, porque isso é um pouco quando eles vão falar, não é sobre segurança alimentar, a questão deles é a gente produzir comida, ter comida para alimentar o mundo é o Brasil e eles articulam isso muito com a questão da sustentabilidade também. Agora que eles falam que o Brasil é o único país que tem capacidade de alimentar o mundo de forma sustentável. E eles falam, e aí? Eu queria pensar nisso com, articulando com a questão de outros conceitos, né? E aí, você tem a conceitos que vão responder a essa ideia de segurança alimentar que essas ideias de uma segurança alimentar reducionista, né? E aí a questão de soberania, alimentar, justiça alimentar, é a enfim que você puder falar um pouquinho sobre isso, sobre essa relação dos conceitos, essa coisa desse reducionismo sobre do agronegócio, né? Sobre a questão alimentar.

Renata: Então a gente tem né, a questão da soberania alimentar? É uma discussão que vem muito dos movimentos sociais, né? Sobretudo ali, da via campesina, que congrega todos esses movimentos que se identificam enquanto camponeses ao redor do mundo, né? EE é muito interessante a gente pensar na via campeona, porque a gente fala como que uma diversidade tão grande de cultura, de povos? Se se reúnem, e se encontram né? É porque a gente está enfrentando os mesmos problemas, né? São os mesmos problemas que nos unem e que faz com que a gente tenha que lutar por por bandeiras em comum e essa questão da da segurança alimentar, ela vem com uma grande. Quando vem esse discurso, né? Pela própria ONU, pela própria FAO, ela vem como uma grande falácia dentro dela, né? É que é isso, né, a. Gente, vai produzir alimentos, é só uma questão de quantidade. Então o que a gente tem que fazer é produzir mais e. Isso aqui, a gente já tá cansado de saber, desde José de Castro desde há muito tempo que não é uma questão de quantidade, mas de distribuição e a via camponesa vai trazer esse conceito, né? Muito forte, que luta para que isso seja implementado da soberania alimentar. Que não é só quantidade, mas a possibilidade de autonomia dos povos produzirem seu próprio alimento. Da produção de um alimento diversificado que está conectado com a sua cultura, que está conectado com a sua história, com a sua ancestralidade, com a sua autonomia de poder, é alimentar a sua comunidade e o seu país. Aí tem até uma frase aqui, né? Eu estava vendo que assim, se um povo que não produz seu alimento é um povo dominado e desapropriado de seus valores, costumes ritos e ancestralidade. Então, assim, o povo que a gente, não produz mais o feijão, a gente está importando o feijão. A gente está falando de uma qualidade de feijão. Povo que não produz seu próprio, arroz. Né? Que não produz sua diversidade alimentar. A gente está se desprovindo da nossa cultura, né? Da das nossas bases. Então o que que somos nós, que seremos nós, se a gente se mantém nesse discurso que alimento é só quantidade, mas não é qualidade e não é essa autonomia da gente produzir os nossos alimentos a partir das práticas. Que tem uma relação diferenciada com a natureza, com o ambiente e outras relações sociais também, né? Entre toda aquela. Discussão da da reciprocidade. Da da discussão, né, da? Enfim, das relações de de troca que é. É uma ligação que não é só de objetos, né? Mas de valores e de princípios entre as pessoas. Então, para além de uma questão mecânica e material, a gente está falando de produção de relações sociais, que gente quer se relacionar enquanto

sociedade, enquanto seres humanos, com a natureza e entre nós mesmos, e isso está dentro do dessa discussão, da soberania alimentar. Não é só produção de alimento é produção de cultura, é produção da humanidade, né? De nós enquanto seres humanos, que seres humanos a quer produzir, né? Que laços a gente quer criar de individualismo, de competitividade de cada um, por cima do outro ou de cooperação, de solidariedade, de, de uma construção coletiva, para um mundo melhor não? Hum-hum. E aí, como a gente tem esse processo aí, do esvaziamento do campo, fica cada vez mais difícil a gente manter esses laços, né? a própria agroecologia desde a questão da semente, da coisa, bem material, né? Como desses laços de reciprocidade, como é que a gente mantém isso e. Deixa eu ver que eu estou. Perdendo aqui a gente voltar para a soberania alimentar. E então acho que dentro do movimento de mulheres camponesas. Os movimentos, como um todo. Tem todo esse esforço que parte da semente, né? Então a gente. A campanha pelas sementes crioulas, né? Dentro do do movimento que já tá alguns anos, que é esse trabalho de incentivar que as companheiras, elas regatem as sementes crioulas para criar essas redes de troca, né? Porque a semente ela tem toda essa simbologia, né? Ela não é só uma semente, ela é história, ela é cultura, ela é autonomia. Elas são relações sociais, né? Ela é resiliente, ela é resistência, ela é enfrentamento. Então, quando a gente resgata uma semente, a gente está resgatando um monte de coisas junto com ela, né? E aí, nesse sentido, é resgatar também auto estímulo e a valorização dessas mulheres, que muitas vezes estão ali pressionadas, né? Por esse mar de soja, pelo agronegócio, que está contaminando a sua plantação que está dizendo que você, se você planta dessa forma, ela é arcaica, quer dizer que você é rústico, é bruto. Essas mulheres, quando elas começam a articular em rede? E se fortalecer e vê a importância dessa diversificação produtiva que está nas mãos delas. Elas vão criando, né? Construindo essa autoestima, esse amorpróprio, essa identidade de entender que o que elas fazem é extremamente importante. O que elas fazem é importante não só para a comunidade, mas como para essa cidade como um todo. E aí nessa rede, que que vai se criando busca se transformando os territórios, só que tem sido cada vez mais difícil, né? Porque a gente tem essas mulheres que elas foram espalhadas. Ah, a gente tem uma aqui cantagalo, né? Que eles vão conversar com a lia, ela tá lá isolada em cantagalo, mas ela está fortalecida na rede do movimento, né? Vai conseguir fazer as trocas de sementes. Como é que expande isso? Ali em cantagalo, eu não sei, agora se a gente pega aqui o sudoeste do Paraná a gente já tem um pouco mais de mulheres, a gente já consegue fazer uma movimentação melhor pra pra ir fazendo essa modificação. Até porque muitas mulheres acabam indo para os bolsonarista, esse discurso do agronegócio, porque compra, vem de graça. Marido, vem. porque escutou porque acha que é legal, e se a gente faz um trabalho de formação, que é um pouco minimamente contínuo. A gente consegue ir transformando a concepção a consciência dessas componentes para elas entenderem, não, aqui não é o seu lugar, não é? Não é esse. Caminho e. E para você fortalecer o poder, se manter no campo, a gente vai ter que começar a trilhar outra trajetória.

Mariana: Acho que é isso mesmo, essa questão. Acho que você falou é exatamente o que eu estava pensando também, assim que essa questão de que o. Ele não é só um. Modelo de produção de alimento, né? Ele é todo um modelo de uma sociedade, de um modo de vida, de um modelo de desenvolvimento. Enfim, acho que foi ótimo.

Renata: É então daí a gente quer alguma coisa que eu queria falar, porque daí a gente entra no problema da questão da saúde mental também. Da das subjetividades das pessoas e como que isso tem afetado cada vez mais no campo? A gente tem dados que mostram do adoecimento mental, psicológico da população do campo e quanto que essa população tem que está tomando cada vez mais esses remédios tarja preto assim sabe cada vez mais tendo que está se medicando. É, além dos problemas como diabetes, hipertensão que está

relacionando com a outra pergunta que fizeram lá atrás da diminuição da produção pra da diversidade para autoconsumo, começo a comprar ultraprocessados, porque não produz mais. A gente pensa multiplicação nas doenças, mas a questão da saúde mental tem aumentado muito. Por um lado, é por conta do envelhecimento, do esvaziamento do campo, mas também tem muita relação com essa modificação drástica do que é que são as relações sociais no campo, no sentido de como você produz, né? Porque se a gente pega o que seria algumas décadas atrás. Era toda uma questão de laços, de afetividade, de relações sociais que eles eram fortalecidos constantemente assim, né? De você pensar nos mutirões, nas trocas de dias, nos trabalhos de ajuda mútua que eram trabalhos pesados, mas eram visto com muita alegria e com compensações no sentido de que você vai estar ali interagindo com várias pessoas e contribuindo e recebendo em troca toda toda essa relação, esse sentimento que que tudo isso se perde com essa individualização, que vai que vai acontecendo, né? Então, às vezes, você se manter no campo mas, sei lá, você tem um, cada um vai ter essa máquina, você, você pede esses espaços que eu disse, eles deram de encontro das pessoas, né? Que no fundo é. Gente, se perguntava. O que que é importante para a vida? Acho que a gente esquece de perguntar isso? Quais são as coisas básicas para que a gente se feliz. É muito curioso, né? Então, onde a gente se sente pertencido nessa sociedade, desses antigos laços de solidariedade que a gente tinha no campo eram laços e pertencimento a algo. E hoje em dia, onde que está isso? Não é de forma concreta. No movimento social a gente consegue momento resgatar. Elas se sentem pertencentes, né? De algo que é maior, que faz sentido para a vida delas, que é na construção de um outro projeto, de algo que foi perdido, que traz o sentido e que está ali na definição de Felicidade. Que é possível definir e não de forma relativa. A gente precisa do outro ser humano, a gente precisa. Ser feliz ninguém vai ser feliz sozinho. E então é. É. Um pouco a partir dessa reflexão que as mulheres camponesas fazem com muita profundidade, elas têm a questão da mística, extremamente importante, elas são artistas, poetas escrevem poesias maravilhosas, refletindo sobre essa questão do campo da beleza e da diferença que é você acordar, abrir sua janela e ver uma flor que você plantou, você vê a fruta amadurecendo da árvore. Ao invés de você abrir a janela e ver só, só a lavoura de uma única cultura que, no sentido delas é ver morte, deve um vazio, a monotonia, né? Então, como uma pessoa pode ser feliz abrindo a janela e vendo só soja.

Marina: Não mais. Ótimo, eu achei ótimo.

Renata: Acabaram as perguntas?

Marina: Eu acho que sim. Por mim, eu acho que foi ótimo, já estou bem contemplada.

Priscilla: Também me ajudou bastante em vários aspectos.

Marina: Mas então está bom, Renata. Acho que é isso.

Renata: Daí eu fico à disposição, se vocês depois quiserem fazer mais alguma pergunta, daí vocês me mandam mensagens, né?